



A ESCRITA DO TEMPO E A POÉTICA DO ESPAÇO: História e Espaço no livro Geografia do Brasil Holandês de Luís da Câmara Cascudo

FELIPE SOUZA LEÃO DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

A ESCRITA DO TEMPO E A POÉTICA DO ESPAÇO: História e Espaço no livro Geografia
do Brasil Holandês de Luís da Câmara Cascudo

FELIPE SOUZA LEÃO DE OLIVEIRA

NATAL
2012

FELIPE SOUZA LEÃO DE OLIVEIRA

A ESCRITA DO TEMPO E A POÉTICA DO ESPAÇO: História e Espaço no livro Geografia do Brasil Holandês de Luís da Câmara Cascudo

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Cultura, Poder Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

NATAL
2012

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Oliveira, Felipe Souza Leão de.

A escrita do tempo e a poética do espaço: História e espaço no livro geografia do Brasil Holandês de Luís da Câmara Cascudo / Felipe Souza Leão de Oliveira. – 2012.

206 f. -

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, Natal, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

1. Cascudo, Luís da Câmara da, 1898-1986 – Geografia do Brasil Holandês. 2. Brasil, Nordeste – História. 3. Poética da história. I. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94(812/813)

FELIPE SOUZA LEÃO DE OLIVEIRA

A ESCRITA DO TEMPO E A POÉTICA DO ESPAÇO: História e Espaço no livro Geografia do Brasil Holandês de Luís da Câmara Cascudo

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Temístocles Américo Corrêa Cezar

Raimundo Nonato Araújo da Rocha

Renato Amado Peixoto

Natal, _____ de _____ de _____

RESUMO

Em 1956, Luís da Câmara Cascudo publicou seu livro *Geografia do Brasil Holandês*. Neste livro, ele estudou e descreveu um espaço – o “Brasil Holandês” – de uma perspectiva histórica e geográfica. Para fazer isso, ele articulou ambas as perspectivas do ponto de vista de sua própria leitura da História do Nordeste, estabelecendo um diálogo com a tradição historiográfica de estudo do “Brasil Holandês” em Pernambuco. Ao retratar a presença holandesa no “Nordeste”, Cascudo articulou um drama em que os holandeses teriam sua história descrita como um enredo tipicamente trágico, retratados como se eles já estivessem condenados ao fracasso de antemão. A essa tragédia ele opôs um enredo português predominantemente cômico, como se a vitória portuguesa sobre os holandeses tivesse sido tão desejável quanto inevitável para o espaço do “Nordeste”. Ao narrar o embate entre holandeses e portugueses pelo espaço do “Nordeste”, porém, Cascudo terminou por delinear seu próprio lugar de fala, enquanto porta-voz da identidade do espaço potiguar em oposição ao espaço pernambucano descrito por Freyre e Gonsalves de Mello. Desse modo, o espaço norte-rio-grandense teria uma identidade própria, construída a partir da ausência holandesa e constituído a partir do legado português, contrariamente ao espaço de Pernambuco, narrado a partir de uma articulação e conciliação do legado flamengo e lusitano, mesmo que destacando este último. Enquanto os holandeses teriam sido uma presença constante na história pernambucana, para Freyre e Gonsalves de Mello, eles não teriam passado de lenda no espaço do Rio Grande do Norte, retirados de sua geografia e apagados de sua história. Ao descrever a geografia do espaço potiguar, portanto, Cascudo articula a inexistência da História de um tempo dominado por flamengos com a busca de um espaço português, através da narração de suas origens e constituição, bem como pelo registro das características de seu legado.

Palavras-Chaves: Luís da Câmara Cascudo, Espaço, Brasil Holandês, Poética da História

ABSTRACT

In 1956, Luís da Câmara Cascudo published his book *Geografia do Brasil Holandês*. In this book, he studied and described a space - the “Dutch Brazil” - from a geographical and historical perspective. To do this, he articulated both perspectives from the point of view of his own reading of the History of “Nordeste”, establishing a dialogue with the historiographical tradition of the study of the “Dutch Brazil” in Pernambuco. When portraying the Dutch presence in “Nordeste”, Cascudo articulated a drama in which the Dutch would have their history described as a typically tragic plot, portrayed as if they were already condemned to failure in advance. To this tragedy he opposed a predominantly comic Portuguese plot, as if the Portuguese victory over the Dutch was as desirable as inevitable for the space of “Nordeste”. When narrating the clash between the Dutch and the Portuguese for the space of “Nordeste”, however, Cascudo ended up delineating his own place of speech, as a spokesperson for the identity of the “potiguar” space in opposition to the “pernabucano” space described by Freyre and Gonsalves de Mello. In this way, the space of Rio Grande do Norte would have its own identity, constructed from the Dutch absence and constituted from the Portuguese legacy contrarily to the space of Pernambuco, narrated from an articulation and a conciliation of the Flemish and Lusitan legacy, even though highlighting the latter. While the Dutch would have been a constant presence in the history of Pernambuco for Freyre and Gonsalves de Mello, they wouldn’t have gone beyond legend in the space of Rio Grande do Norte, removed from its geography and erased from its history. When describing the geography of the “potiguar” space, therefore, Cascudo articulates the inexistence of the History of a time dominated by the Flemish with the search of a Portuguese space, through the narration of its origins and constitution, as well as the registry of the characteristics of its legacy.

Keywords: Luís da Câmara Cascudo, Space, Dutch Brazil, Poetics of History

Agradecimentos

Começo agradecendo aos meus colegas do mestrado. A todos vocês, eu agradeço. Mas de todos, dedico um agradecimento especial àqueles que estiveram comigo antes da pós-graduação, como Kaliana Calixto e Arthur Luís. Outros trabalharam comigo enquanto eu era monitor durante o estágio de iniciação à docência, como Bruno Balbino. A todos, ficam registrados meus agradecimentos.

Agradeço também à Fundação Joaquim Nabuco por conceder acesso a documentos centrais para a escrita desta dissertação.

Fora da universidade, agradeço a todos os meus amigos, e, particularmente, a Pedro Baesse, Hugo Sérgio e Vinicius Barbosa, que estiveram presentes em numerosos intervalos na escrita da dissertação, momentos estes indispensáveis para a escrita da mesma. Agradeço também a um amor: Magna Rafaela Gomes de Araújo, a quem os agradecimentos, quando dados pessoalmente, sempre ficam melhores. Faço questão de incluir minha família também: todos aqui em Natal e todos os que estão lá em Recife, sem exceção. São muitos para serem citados aqui e não quero correr o risco de deixar alguém de fora, mas vocês sabem quem são e jamais serão esquecidos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a Gabriel Lopes e Diego Paiva pela paciência sempre infinita e por terem me agraciado com uma participação em um grupo extraordinário: o Grupo de Reflexões Impertinentes do Guaraná (GRIG!), ao qual nem sempre fui capaz de fazer justiça, acompanhando-o à altura que ele merece, mas do qual sempre me senti honrado em participar. Por último, agradeço ao professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, cuja extraordinária paciência e disposição, de forma incansável, foram fundamentais para a escrita desta dissertação.

A todos, muito obrigado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
A dimensão formal	12
A dimensão contextualista	21
Divisão da dissertação	25
Metodologia	25
CAPÍTULO 1 – ESPAÇO E IDENTIDADE NO SÉCULO XIX	28
I	28
II	29
III	32
IV	35
V	44
VI	50
VII	51
VIII	54
IX	57
X	63
XI	65
XII	68
XIII	72
XIV	80
XV	85
CAPÍTULO 2 – O “BRASIL HOLANDÊS”	87
I	87
II	92
III	93
IV	95
V	99
VI	109
VII	118

CAPÍTULO 3 – A GEOGRAFIA	120
I	120
II	122
III	128
IV	131
V	140
VI	143
VII	149
CAPÍTULO 4 – UMA POÉTICA DO ESPAÇO	155
I	155
II	156
II	163
IV	170
V	178
VI	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
FONTES E BIBLIOGRAFIA	200

Introdução

Em 1956, ao publicar o livro *Geografia do Brasil Holandês*, Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) investigou e analisou um espaço chamado “Brasil Holandês” (1630-1654), espaço este que existiu por volta de meados do século XVII, em parte do território que hoje pertence ao Brasil. Ao longo de todo o livro, Cascudo edifica reflexões sobre os mais variados temas referentes ao “Brasil Holandês” e, entre eles, vemo-lo descrever e explicar os diversos elementos (cultura, sociedade, política etc.) que definiam este espaço enquanto símbolo de um momento central da História do Brasil, e, especialmente, de uma História do Nordeste.

Pensando uma determinada época (o domínio holandês no Brasil) a partir de um de seus elementos centrais (o espaço, a “geografia” do título), Câmara Cascudo estuda uma construção espacial em um momento no passado (século XVII), na medida em que esta construção está diretamente ligada a uma invenção imagético-discursiva do tempo presente: o “Nordeste”. Assim, ligado através do tempo e do espaço nordestino, como se ambos estivessem dispostos em uma relação de continuidade espacial e temporal, o “Brasil Holandês” aparece aqui enquanto uma construção a partir da qual se edifica toda uma visão, descrição e análise de uma espacialidade distante no tempo, mas que significa e é significada pelo presente. Escrever a História do “Brasil Holandês” a partir de sua “geografia”, portanto, é escrever um capítulo da História do Nordeste a partir de um de seus elementos centrais: o espaço.

Nesse momento, porém, surgem algumas perguntas que se apresentam enquanto problemas centrais para nosso trabalho: como se deu a construção dessa estrutura verbal na forma de prosa chamada *Geografia do Brasil Holandês*, que busca pensar, como tema e categoria central, o espaço? A partir de que lugar social e cultural Cascudo produziu seu livro? A partir de que estratégias discursivas ele constrói sua interpretação deste momento do passado, de modo a apresentá-lo enquanto continuidade lógica, temporal e espacial do “Nordeste” no presente?

Nossa hipótese central aqui, para tentar responder às perguntas acima, é que a escrita da obra *Geografia do Brasil Holandês* não pode ser dissociada da relação até agora pouco explorada - e durante muito tempo silenciada - entre Luís da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, além da relação de ambos com a historiografia pernambucana do fim do século XIX e da primeira metade do século XX. A relação de Cascudo com ambos, acreditamos, pode ser percebida no próprio modo através do qual conteúdo e forma foram articulados neste *Geografia do Brasil Holandês*, além de suas condições históricas de produção. Também

pensamos que esta obra não pode ser entendida fora do contexto de emergência de um espaço de poder e objeto de saber chamado “Nordeste”.

Para realizarmos nossa investigação, no sentido de testar nossa hipótese e propor possíveis respostas às indagações acima apresentadas, partiremos de alguns pressupostos teóricos e metodológicos que iremos discutir e esclarecer a seguir. Nesta dissertação, nosso objetivo central será entender como se deu a construção histórica do livro *Geografia do Brasil Holandês* e como a categoria espaço é trabalhada nele. Para isso, faz-se necessário que nossa discussão teórica e metodológica seja capaz de articular conceitos e modelos de análise que nos permitam interpretar este livro em sua dimensão linguística, isto é, em sua dimensão discursiva, relacionando-a com as condições materiais de produção fora dela, ou seja, relacionado o discurso com o contexto social e cultural em que se deu a sua construção.

Para construirmos tal discussão, detalhando os pressupostos teóricos e metodológicos do nosso trabalho, é importante dizermos o que entendemos pela palavra “poética”, conceito central nesta dissertação. Sua centralidade se dá na medida em que ela une a categoria “espaço” aos procedimentos utilizados para analisá-la, tanto em suas dimensões discursivas quanto nas dimensões materiais fora dela, isto é, levando-se em conta a “realidade” a que ela se refere. A palavra poética vem do grego *poiein*, que significa “criar”, “inventar”, “gerar”,¹ e de seus principais teóricos foi Roman Jakobson, para quem “poética” foi originalmente pensada a partir da seguinte questão: “O que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte?”² Quando escrevia isso, Jakobson pensava na relação entre linguagem e literatura, tentando compreender tanto o ato de “invenção” e “criação” de uma obra literária quanto a especificidade dela, que a diferenciava de outros tipos de textos como o científico, por exemplo. Para colocarmos em outros termos, como nos diz Tzvetan Todorov, a poética não está interessada em uma obra de literatura especificamente, mas somente “naquilo que constitui a singularidade do fenômeno literário”.³

Na década de 1970, foi Hayden White quem trouxe a palavra “poética” para o estudo da História, mais especificamente para o estudo de textos de historiografia em seu livro *Metahistory*.⁴ Em sua obra, White tenta pensar a particularidade do texto historiográfico, buscando compreendê-lo enquanto aquilo que ele é, isto é, um texto de historiografia e não de biologia ou geografia, por exemplo. Trazendo tais reflexões para esta dissertação, pensar uma

¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 318.

² JAKOBSON, Roman. *Linguistics and poetics*. In: _____. **Language in literature**. Cambridge: University of Harvard Press, 1987. p. 63.

³ TODOROV, Tzvetan. **Introduction to poetics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981. p. 7.

⁴ WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century europe**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973.

“poética” do livro *Geografia do Brasil Holandês* significa pensar o modo através do qual se deu sua construção, investigando como Cascudo construiu sua obra, em que condições ele a “criou” e qual sua estrutura final uma vez que ele a tenha “gerado”. Em outras palavras, pensar uma poética de um texto historiográfico significa analisar o texto historiográfico em sua especificidade, o modo através do qual ele foi constituído e a forma que ele adquiriu quando de sua impressão ou publicação. No caso deste livro de Cascudo, isso também significa pensa-lo a partir da categoria “espaço”, entendendo como ele a elaborou em seu livro, como ele a “fabricou” ou “gerou-a” no próprio ato de escrever sobre ela. Trata-se de pensar aqui, portanto, não somente uma poética do texto historiográfico, mas principalmente uma “poética do espaço”.

O estudo de uma “poética do espaço”⁵ requer que partamos de um modelo que seja capaz de articular, ao mesmo tempo, uma análise das dimensões formais e contextuais do livro *Geografia do Brasil Holandês*. Explicitaremos a seguir em que consistem, exatamente, tais dimensões em nosso modelo de análise, no sentido de detalhar o modo através do qual elas serão articuladas ao longo desta dissertação.

A dimensão formal

Para explicitarmos o nosso modelo de análise, comecemos primeiro, com sua dimensão formal. Essa dimensão irá concentrar sua atenção, como seu nome sugere, nas dimensões propriamente formais do texto. Para isso, partimos do pressuposto de que, ao produzirmos um texto, jamais dizemos com total precisão o que pensamos ou o que queremos dizer. Isso se dá, por exemplo, quando tentamos “traduzir” o que pensamos em palavras, isto é, quando tentamos transcrever o que pensamos na forma de um discurso que veicule um ou mais sentidos que queremos transmitir para um dado leitor. Ao fazermos isso, os dados que

⁵ O uso dessa expressão requer alguns esclarecimentos, já que ela já foi utilizada por Gaston Bachelard, por exemplo, em: BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. No que diz respeito a esse autor, nos diferenciamos dele em quase todos os aspectos de seu trabalho: desde os pressupostos teóricos, passando pelos procedimentos metodológicos e até (e talvez principalmente) dos objetos escolhidos para análise. Nesta dissertação, utilizamos essa expressão somente na medida em que ela remeta ao estudo daquilo mesmo que faz de uma estrutura verbal, na forma de prosa, um “texto historiográfico”, cuja categoria central é o espaço. Nesse sentido, nos aproximamos mais da abordagem de Hayden White diante desse problema, do que do arcabouço teórico e metodológico utilizado por Bachelard para delimitar e estabelecer sua postura diante dos problemas por ele enfrentados. Sobre o modo através do qual White trata da questão da poética na análise de textos históricos, ver: WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century europe**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973. Mas que fique claro que White não pensa o espaço como categoria central em seu trabalho: daí a necessidade, por parte do autor desta dissertação, de unir a preocupação de White diante de textos historiográficos com uma problematização da categoria “espaço”, unindo-as em uma mesma expressão: “poética do espaço”.

tentamos articular em nosso texto nem sempre correspondem à forma que imaginamos que eles irão adquirir, uma vez que eles sejam articulados. Além disso, tais articulações moldam sentidos que podem ir além do que prevíamos ou dos limites que, na escrita do texto, tentávamos impor. Além disso, as palavras possuem sentidos que nem sempre dão conta do que queremos exprimir, produzindo significados em nosso texto que tendem a fugir ao nosso controle. Nesse sentido, a tentativa de articular palavras em um texto, de modo que elas transmitam algo que quisermos expressar, não se dá através de uma mera “representação” não problematizada. Pode-se dizer que o que queremos apresentar em nosso texto jamais irá corresponder, inteiramente, a “realidade” a qual ele se refere e que está fora dele: daí o fato de ele não ser mera “representação”, mas sim uma nova “apresentação” através de palavras. Um texto historiográfico é o resultado, portanto, de um ato de “tradução”, daquilo que inicialmente vemos ou percebemos para a forma de um discurso que irá melhor “apresentar” o que vemos ou percebemos tendo em vista um hipotético leitor.

Podemos perceber essa “tradução” no próprio modo de expressar o que queremos transmitir, quando relacionamos as palavras em nossos textos, articulando-as entre si, de modo a formar um discurso legível e coerente, tendo sua estrutura interna logicamente ordenada. Porém, a “tradução” entre o que queremos dizer e os significados que aparecem em um texto que produzimos não segue nenhuma lógica previamente estabelecida. Dizemos isso na medida em que toda tradução é tão subjetiva quanto é a consciência do autor que a produz. E somos capazes de perceber o momento em que essa mesma subjetividade se faz presente quando observamos, por exemplo, os sentidos que ela tenta atribuir às palavras que articula em seu texto. Assim, quando dizemos que um dado indivíduo que lê muitos livros, que ele os “devora”, que lógica científica está aí presente? Qual o sentido em associar o ato de “ler” muitos livros ao ato de “comer” ou “devorar”? A relação entre “ler”, “comer”, “devorar”, neste caso, só faz sentido se a encararmos de modo *figurado*, sabendo que “devorar livros” não se refere a “comer” livros, mas sim a “lê-los”. Existe aqui, portanto, um “desvio” entre o que a palavra “devorar” significa normalmente e o novo significado que ela ganha no contexto a que nos referimos acima, relacionado a alguém que lê uma grande quantidade de livros ao longo de um dado recorte temporal (e note-se que “recorte temporal” é, ela mesma, uma expressão metafórica: ninguém “recorta”, literalmente, o “tempo”). Acontece aqui, portanto, um “desvio” entre o que “devorar” normalmente significa e o novo significado que ela ganha em um novo contexto. Chamaremos esses “desvios” de “desvios tropológicos”.

“Tropológico” vem de “tropos”, que, por sua vez, vem do grego *trópicos*, resultado da junção de *tropo*, que significa “desvio” e *koiné*, que significa “direção”, “modo”.⁶ Esses “desvios”, que aqui chamaremos de “tropológicos”, terminam por se fazer presente em um texto de diversos modos, como por exemplo, através de figuras de pensamento e de linguagem, isto é, figuras que parecem dizer uma coisa, mas que significam outra (como a metáfora, a catacrese, a sinédoque, etc.). Em textos que se propõem a serem “representações” de “realidades” fora deles, isto é, em textos caracteristicamente “historiográficos”, podemos observar “desvios” entre os sentidos que se apreendem daquilo que afirmamos ser a “realidade” e aquilo que se “apresenta” na forma do texto, através das palavras.

O estudo dos múltiplos sentidos que um dado texto ou partes de um texto adquirem a partir dos desvios “tropológicos” já remonta a muitos séculos, estando intimamente ligados aos estudos de linguística, poética e retórica, por exemplo. Não há espaço para reproduzir essa longa história aqui. No entanto, podemos destacar que diversos modelos de análise já foram propostos para a realização da interpretação de textos, desenvolvidas ao longo de séculos por vários autores desde a chamada Antiguidade Clássica até os dias atuais, tendo sido utilizados para os mais diversos tipos de estudos e interpretação de textos, como em Paul de Man, Tzvetan Todorov, Jacques Derrida, Roman Jakobson e Claude Lévi-Strauss, para citar apenas alguns poucos.⁷ Se algum autor hoje escolhesse um modelo de análise que lhes desse os parâmetros para a realização deste estudo, ele certamente teria que, no mínimo, fazer referência a essa antiga e prolífica tradição. Seguindo essa lógica, nos posicionamos teórica e metodologicamente escolhendo o modelo desenvolvido por Hayden White especialmente em seus livros *Metahistory*,⁸ *Tropics of Discourse*,⁹ *The Content of The Form*¹⁰ e *Figural*

⁶ WHITE, Hayden. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism.. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978. p. 2.

⁷ Cf., por exemplo, um balanço em torno dessa produção de estudos em torno da questão da interpretação textual no verbete “Figure, Scheme, Trope”, além daqueles que dizem respeito a tropos especificamente (“Metaphor”, “Metonymy”, etc.) que podem ser encontrados em: PREMINGER, Alex, et al. **The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

⁸ WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century europe. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973.

⁹ WHITE, Hayden. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978.

¹⁰ WHITE, Hayden. **The content of the form**: narrative discourse and historical representation. Baltimore: The John Hopkins Press, 1987. Desse livro temos em mente, especialmente, a impossibilidade de diferenciação entre forma e conteúdo em todo texto historiográfico. Ver sobre isso, especialmente, capítulos 1, 2 e 6 deste mesmo livro de White. Adotamos também a perspectiva de White segundo a qual o contexto em que um texto foi produzido também pode ser percebido (mesmo que não em sua totalidade, mas pelo menos diversos de seus aspectos) no próprio modo como um dado autor articula suas ideias no próprio texto, resultado de seu esforço por representar a “realidade” que existe fora dele. Essa abordagem, apesar de parecer ser um tanto formalista não pode ser inteiramente encarada como tal, já que, se ela privilegia o texto em si mesmo, ela é capaz de perceber e analisar os referentes aos quais o texto se refere e que, por sua vez, se encontram fora dele. Além disso, esse procedimento tem o mérito de não cair na confusão entre um “fato” com o significado atribuído a ele a partir de

Realism.¹¹ Sendo ele mesmo historiador, Hayden White demonstra, em seus livros, não só a preocupação com a análise discursiva como também (e especialmente) com a análise de textos propriamente historiográficos.

Diante dos séculos de debate em torno da questão da teoria e da metodologia que exploraram a relação entre os tropos da linguagem e a análise de textos, além da ligação entre elas e a “realidade” que se encontra fora de seus limites, White se aproxima de dois pensadores: Pierre de La Ramée (mais conhecido pelo nome em latim por ele utilizado ao assinar seus livros, *Petrus Ramus* ou *Petri Rami*¹²) e Giambattista Vico.¹³ Não há espaço aqui para reproduzirmos o contexto dos debates em que Ramus e Vico se inseriram, mas é suficiente dizermos o quanto, *grosso modo*, eles defenderam a ideia de que, em meio ao imenso catálogo de “tropos” e suas respectivas figuras de linguagem e pensamento (que já contabilizavam 350 no fim do século XVI, segundo H. Peacham, em seu livro “The Garden of Eloquence”, cuja segunda edição é de 1593),¹⁴ ambos consideravam que havia, basicamente,

um dado significante, isto é, um referente fora do texto. Nesse sentido, voltamos à questão do texto ser mais uma “**reapresentação**” de uma dada realidade do que uma mera “representação” não problematizada de um texto. Essa abordagem também tem a vantagem de permitir que observemos o modo como a consciência é capaz de constituir o campo de análise a partir da apreensão da “realidade” observada, incluindo aquela cujos traços são lidos, supostamente, a partir dos “documentos”. E, por último, vale a pena destacarmos aqui que esse tipo de tratamento dispensado a um dado texto, possibilita àquele que o analisa ir além da mera superficialidade das categorias e conceitos identificados nele. Uma abordagem que não seja capaz de ir além disso, acreditamos, incorre no erro de reduzir “interpretação” à “descrição” desses conceitos e categorias, como se, logo em seguida, essa “descrição” devesse ser confrontada com um suposto “contexto” que, nesse caso, não passaria de uma entidade não-problematizada fora do texto. Que “descrição” já implica em “interpretação” é verdade: no entanto, desse modo, a “interpretação” torna-se, ela mesma, refém dos mesmos conceitos e categorias que se que “interpretar”.

¹¹ WHITE, Hayden. **Figural realism**: studies in the mimesis effect. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1999. Desse livro, ver, especialmente o capítulo 1 “Literary Theory and Historical Writing”, quando White tece importantes considerações em torno da abordagem tropológica de textos em geral. Fazemos questão de apontar esse capítulo pois, a despeito de sua importância, suas ideias e concepções não podem ser repetidas aqui por não haver espaço.

¹² Ver, por exemplo, RAMUS, Petrus. **Arguments in rhetoric against quintilian**: translation and text of Peter Ramus’s *rhethoricae distinctiones in Quintilianum*. Carbondale: Southern Illinois University Press: 2010. Sobre Ramus, cf. ONG, Walter J. **Ramus, method and decay of dialogue**: from the art of discourse to the art of reason. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

¹³ Sobre Vico, ver, por exemplo, BERGIN, Thomas Goddard; FISCH, Max Harold. **The New Science of Giambattista Vico**: unabridged translation of the third edition (1744) with the addition of “pratic of the new science”. Ithaca: Cornell University Press, 1948. Para mais detalhes sobre a aproximação de White com esses autores ver a nota de rodapé de número 13 na página 31 de: WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century europe. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973. Ver também, no caso de Vico, capítulos 6 e, especialmente, 9 e 10 em: WHITE, Hayden. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978. Igualmente importante é o capítulo 13 em: WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative**: essays on history, literature and theory 1957-2007. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2010. Para um bom resumo sobre a abordagem de Ramus e Vico diante da questão dos tropos na análise de textos ver, por exemplo, os verbetes “Figure, Scheme, Trope” e os verbetes relativos aos quatro tropos básicos (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) em: PREMINGER, Alex, et al. **The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

¹⁴ Cf. PREMINGER, Alex, et al. **The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics**. Princeton: Princeton University Press, 1993. p. 1047. Detalhes bibliográficos relativos a esse livro de Peacham podem ser encontrados neste mesmo livro, na página 1050.

quatro tropos: Metáfora, Metonímia, Sinédoque e Ironia. É importante enfatizarmos a palavra “basicamente” aqui, na medida em que, se por um lado estes quatro tropos são centrais *isso não significa que tudo se resume a eles*: seria, afinal de contas, muito simplista reduzir todos os desvios tropológicos a esses quatro.¹⁵ White adota essa mesma perspectiva alegando que é partir desses quatro que ele irá construir suas análises, sem reduzi-las a nenhum deles. Mas White parece ir além, afirmando que, juntos, eles constituem os diferentes modos a partir dos quais a consciência humana apreende e formula um campo de análise que irá estudar ou sobre o qual irá dissertar.

Seguindo White, o ato de se “entender” algo, como o passado humano, consiste em tornar o não-familiar em algo familiar.¹⁶ Tentar “entender” algo, portanto, é retirar esse algo do campo do exótico, daquilo que é inclassificável para o campo do “compreensível”, isto é, do que pode ser conhecido e entendido em termos familiares. Podemos detalhar as operações que traz o não-familiar para o familiar, do incompreendido para o compreensível, através do uso dos quatro tropos básicos (mas não únicos) que Vico e Ramus haviam discernido em seus estudos de linguagem e retórica. De forma reduzida,¹⁷ Hayden White assim resume essas operações tropológicas, de forma arquetípica, isto é, de forma a serem interpretadas como um exemplo típico e recorrente, porém não exaustivo:¹⁸

O enredo arquetípico de formações discursivas parece exigir que o “eu” narrativo do discurso se mova de uma caracterização originalmente metafórica de um campo da experiência, através de desconstruções metonímicas de seus elementos, para representações sinédóquicas das relações entre seus atributos superficiais e sua essência presumida, para, finalmente, uma representação de quaisquer contrastes ou oposições que puderem ser legitimamente discernidas nas totalidades identificadas na terceira fase da representação discursiva.¹⁹

Portanto, uma vez que a consciência apreenda e defina um dado campo de análise, delimitando-o no sentido de prepara-lo para a análise que se quer realizar, ela irá, em seguida,

¹⁵ Uma lista mais extensa de tropos pode ser encontrada em, por exemplo, LANHAM, Richard A. **A handlist of rhetorical terms**: a guide for students of english. 2. ed. Berkeley: The University of California Press, 1991.

¹⁶ WHITE, Hayden. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978. p. 5

¹⁷ Para mais detalhes ver “The Poetics of History” em: WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century europe. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973 e, especialmente, WHITE, Hayden. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978. p. 5 e seguintes.

¹⁸ Esse é um dos conceitos de arquétipo que pode ser encontrado em: STEVENSON, Angus; LINDENBERG, Christine A. (org.). **New oxford american dictionary**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2010. p. 82.

¹⁹ WHITE, Hayden. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978. p. 5.

articular os “dados” contidos na documentação que servirá de suporte para realizar a investigação proposta deste mesmo campo. Uma vez tendo feito isso, as informações aí apreendidas irão constituir os “fatos” que serão, inicialmente, dispostos de um modo cronológico. Uma vez tendo sido distribuídos nessa forma de “crônica”, eles serão, então, retrabalhados na forma de uma “estória”, isto é, na forma de um enredo capaz de articulá-los e relacioná-los entre si a partir dos significados atribuídos a cada um deles. Esta “estória” irá constituir um enredo logicamente construído, organizado com um início, meio e fim discerníveis, ganhando a forma de uma narrativa. Desse modo, o autor do texto histórico irá constituir o “enredo” de sua história, buscando explicá-la, a partir daí, de um modo coerente e lógico, constituindo aquilo que chamamos de “argumentação”. Aquele que analisar essa argumentação, em conjunto com o enredo dentro do qual ela foi disposta, será capaz de observar como julgamentos morais e éticos levaram o autor de um dado texto historiográfico a organizar desse modo sua história.²⁰

Resumindo, é dessa forma arquetípica descrita no parágrafo anterior que um autor de um texto historiográfico como Luís da Câmara Cascudo irá articular a forma e o conteúdo de seu livro. Ao mesmo tempo, porém, são essas operações que obscurecem os diferentes usos que ele faz ao preparar seu objeto para análise, sempre impondo ao seu texto os limites daquilo que ele concebe como “realidade”, a que os fatos com os quais ele trabalha se referem. É desse modo, enfim, que um autor como Cascudo irá dar forma final a seu texto, afirmando que “encontrou” sua história no “contato” com os “documentos”, documentos estes que servem de “dados” a partir dos quais ele irá trabalhar o seu texto e construir sua interpretação do passado. Assim, Cascudo irá quase sempre escrever como se o “enredo” através do qual ele liga e conecta os “fatos” já estivesse lá na documentação por ele reunida, como se o contato com os documentos fosse suficiente para dar sentido e justificar a pertinência de sua interpretação do passado: é como se o os “fatos” fossem por ele

²⁰ Para os modos de constituição de enredo arquetípicos, no sentido de serem “modelos reproduzíveis em objetos semelhantes” e que irão nortear nossa análise ver: WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century europe**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973. p. 7-11. Para os modos de argumentação arquetípicos: WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century europe**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973. p. 11-21. Para os modos de “implicação ideológicas” igualmente arquetípicas, isto é, para as dimensões morais e éticas implícitas no modo com o historiador construiu um texto historiográfico ver: WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century europe**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973. p. 22-29. Para realizar sua investigação dos modos de enredo White se baseia (e o autor desta dissertação também) em FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism: four essays**. Princeton: Princeton University Press, 1957. Para os modos de argumentação, assim como White, nos utilizaremos de PEPPER, Stephen C. **World Hypotheses: a study in evidence**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1942. Por fim, para os tipos de implicações ideológicas arquetípicas iremos nos basear, como White, em MANNHEIM, Karl. **Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge**. New York: Harcourt, Brace & Co. 1936.

encontrados, ao invés de constituídos no próprio ato de pesquisa e da construção da análise daí resultante.²¹

Do mesmo modo que o historiador constitui seu campo de análise através do modo como ele o apreende, selecionando e constituindo os “dados” e “fatos” que irão constituir-lo, o mesmo se dá com aqueles elementos que irão preenchê-lo e articular tais “dados” e os acontecimentos aos quais eles se referem. Um exemplo desses elementos são os conceitos e as categorias. E um deles será o espaço, dependendo do tratamento a ele dispensado no texto em que ele for utilizado. Adotamos aqui o conceito de “espaço” de Michel de Certeau, que pode ser encontrado em seu livro *A Invenção do Cotidiano*.²² Contudo, antes de especificarmos o modo através do qual Certeau define a palavra “espaço”, além do modo como nós a utilizaremos aqui, precisamos primeiro remeter nossa discussão a algumas das questões que atravessam as reflexões de Certeau neste mesmo livro.

Já no início de sua obra, Michel de Certeau esclarece que, na “paisagem de uma pesquisa [...] O caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou zigzagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo”. Daí ele infere que “Os relatos de que se compõem esta obra pretendem narrar práticas comuns”, além do que, “Para ler e escrever a cultura ordinária, é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto”.²³ Sua abordagem linguística, portanto, se “mistura” com seu objeto através de sua própria escrita, recheada de figuras de linguagem (o “caminhar de uma análise” ou a “paisagem de uma pesquisa” etc.), de modo que sua escrita se constitua, ela mesma, enquanto objeto de análise, em relação à qual Certeau estabelece um distanciamento irônico, isto é,

²¹ Neste e nos parágrafos anteriores estamos falando, claro, das operações que constituem um texto historiográfico também de forma arquetípica. Desse modo, não queremos dizer com isso que **todo** texto historiográfico passe por esses procedimentos, e que tais procedimentos aconteçam sempre nessa ordem. Nossa descrição consiste apenas em descrever uma forma arquetípica que sirva de guia para nossa análise e entendimento dos textos analisados nesta dissertação, além de, tornar explícitos os diversos parâmetros observados na constituição da “operação historiográfica”, como diria Certeau (explicaremos mais detalhes dessa “operação” mais à frente). Na verdade, toda a explicação que detalhamos aqui visa também isso: estabelecer não só os parâmetros a partir dos quais realizamos nossas análises, mas também os parâmetros pelos quais as reflexões e conclusões aqui construídas podem melhor ser avaliadas. Por último, afirmamos também que não adotaremos a perspectiva de Hayden White segundo a qual devemos relacionar uma teoria tropológica aos “modos consciência humana”, como ele aponta em: WHITE, Hayden. **Tropics of discourse: essays in cultural criticism**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978. p. 1-25. Ao contrário disso, o uso que faremos da obra de White será puramente instrumental, como ele mesmo parece sugerir em seu *Figural Realism*, ao falar não mais em uma “theory of tropes”, mas sim em “a more or less systematized cluster of notions about figurative language deriving from neoclassical rhetorics”. Essa última citação pode ser encontrada em: WHITE, Hayden. **Figural realism: studies in the mimesis effect**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1999. p. 10.

²² CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

²³ *Ibidem*. p. 35.

auto-consciente, problematizando-a. É assim que sua própria linguagem se torna, como ele mesmo afirmou na frase que transcrevemos acima, uma “variante de seu objeto”.

E Certeau sabe que “Muitos trabalhos, geralmente notáveis, dedicam-se a estudar sejam as representações seja os comportamentos de uma sociedade”. “Por exemplo”, nos diz ele, “a análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural ‘fabrica’ durante essas horas e com essas imagens”.²⁴ Mas o que Certeau entende exatamente por essa “fabricação”?

A ‘fabricação’ que se quer detectar é uma produção, uma *poética* – mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelo sistema da ‘produção’ [grifo nosso] (televisiva, urbanística, comercial etc.) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos ‘consumidores’ um lugar onde possam marcar o que *fazem* [grifo do autor] com os produtos.²⁵

Poética, produção e “fazem”: todas as três palavras estão intimamente ligadas entre si, pois todas se referem a uma mesma ideia de *construção e fabricação*: não é por acaso, portanto, que o próprio Certeau destacou o modo através do qual o verbo “fazer” aparece em suas reflexões. É a *poética*, porém, que parece unir tudo sob um mesmo significado e Certeau certamente percebeu isso, pois assim que escreveu esta palavra, fez questão de registrar o seguinte comentário em uma nota de rodapé: “Do grego *poiein*: ‘criar, inventar, gerar’”.²⁶ *Criar, inventar e gerar* estão todas associadas também à *produção, construção e fazer*, permitindo que o autor de “A invenção do cotidiano” explicitasse melhor seu ponto de vista para analisar as práticas discursivas e não discursivas que aparecem em seu trabalho, além das características de tais práticas que ele irá destacar, na medida em que ele articula teoria e prática.

Para realizar um estudo desta “poética” do cotidiano, Certeau aproxima a retórica das “práticas cotidianas”. Para ele, “A retórica e as práticas cotidianas são igualmente definíveis como manipulações internas a um sistema – o da língua ou ao de uma ordem estabelecida”.²⁷ Assim, os contextos sociais e culturais aparecem unidos à análise discursiva sob o signo da *poética*. Esta última, por sua vez, referindo-se a ideia de “produção” e “fabricação”, é também

²⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 39.

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem. p. 318.

²⁷ Ibidem. p. 85.

capaz de unir tanto os usos que os sujeitos fazem de sua própria linguagem, no ato de produção de seus discursos, quanto suas práticas inseridas no meio em que vivem.

Mas o que Certeau entende por “espaço”? Primeiro, precisamos ter em mente o que ele entende por “lugar”: “Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”.²⁸ E o que seria um “espaço”? “Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidade de velocidades e a variável tempo [...] Em suma, *o espaço é um lugar praticado*” [grifo do autor].²⁹

Tendo estes dois conceitos em mente, retornemos à questão que havíamos colocado anteriormente: a relação entre linguagem e práticas espaciais. Passemos agora a palavra ao próprio Michel de Certeau:

Introduzindo a noção de uma retórica habitante, via fecunda aberta por A. Médam, sistematizada por S. Ostrowetsky e J.-F. Augoyard, supõem-se que os ‘tropos’ catalogados pela retórica forneçam modelos e hipóteses à análise das maneiras de se apropriar dos lugares. Dois postulados ao que me parece, condicionam a validade dessa aplicação:

1) supõem-se que as práticas do espaço correspondam, elas também a manipulações sobre elementos de base de uma ordem construída; 2) supõe-se que sejam, como os tropos da retórica, desvios relativos a uma espécie de ‘sentido literal’ definido pelo sistema urbanístico.³⁰

A relação entre retórica e prática do espaço, linguagem e cotidiano, e, enfim, a construção de uma verdadeira “poética do cotidiano”, se dá sob a relação do discurso com aquilo que está fora dele, ao mesmo tempo em que essas mesmas “práticas” são lidas como textos em construção. E Certeau acredita ser particularmente útil a ideia dos “tropos” da retórica, pois, considerando a elasticidade e a flexibilidade da definição de cada um deles (metáfora, sinédoque, metonímia, etc.), admite-se que eles são definidos e redefinidos de acordo com as “manipulações sobre elementos de base de uma ordem construída”. Dessa forma, eles variam de acordo com as leituras e releituras que se fazem dos elementos dispostos no tempo e espaço (e, portanto, historicamente), sendo essas próprias leituras e releituras “desvios relativos a uma espécie de ‘sentido literal’ definido pelo sistema urbanístico”.

²⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 201.

²⁹ Ibidem. p. 202

³⁰ Ibidem. p. 180.

Assim, para analisar o livro *Geografia do Brasil Holandês* de Luís da Câmara Cascudo, acreditamos ser necessário, como Certeau sugeriu, um modelo de análise que, ao mesmo tempo em que leve em conta os elementos discursivos e textuais, também considere as condições materiais de produção ao longo do tempo. As sugestões de Michel de Certeau, não podem ser repetidas aqui integralmente na medida em que Certeau tinha em mente as práticas do cotidiano lidas e trabalhadas metaforicamente a partir de modelos de análises textuais. Na presente dissertação, não é nosso objetivo analisar práticas sociais e culturais lidas *como um texto*, mas sim ler um *texto em sua relação com as condições sociais e culturais de sua produção*. E ao acompanharmos Certeau e trazermos nosso olhar para o que está fora do discurso, somos levados à segunda dimensão de nosso modelo de análise: sua dimensão contextual.

A dimensão contextual

Vejamos agora, portanto, o outro aspecto do nosso modelo de análise: nossa abordagem contextualista. Para isso nos utilizaremos, mais uma vez, de Michel de Certeau. Aqui remetemos a um texto seu intitulado “As produções do lugar”, presente em seu livro *A Escrita da História*.³¹ Segundo Certeau, “discursos não são corpos flutuantes *em* um englobante que se chamaria a história (o ‘contexto’!). São históricos porque ligados a operações e definidos por funcionamentos” [grifo do autor].³² Por “história”, Certeau entende uma “prática (uma ‘disciplina’), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma ‘produção’”.³³ Note-se que a palavra “história” aqui se refere antes à escrita da história do que ao passado que pode ser apreendido pelo historiador.³⁴

Quando Certeau fala em “prática” ele a associa a algo que é especificamente *científico*.³⁵ Mas ele tem consciência da suspeita que cerca tal palavra, particularmente em meio às chamadas “ciências humanas”. No entanto, por “científico”, Certeau entende o “conjunto de regras que permitam ‘controlar’ *operações* destinadas à *produção* de objetos determinados” [grifos do autor].³⁶ Mesmo que não estivesse ligado a uma instituição de saber que estabelecesse um “conjunto de regras”, Cascudo certamente estava submetido às regras que definiam seu trabalho enquanto uma “operação historiográfica” (para usar a expressão de

³¹ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

³² *Ibidem*. p. 32.

³³ *Idem*.

³⁴ *Ibidem*. p. 109.

³⁵ *Ibidem*. p. 66 e 78-79.

³⁶ *Ibidem*. p. 109

Certeau). A própria concepção *do que e de como* seu trabalho deveria ser constituído, como veremos, terminava por estabelecer as regras de sua produção ou, para usar mais uma vez os termos de Certeau, de sua “prática”.

Ainda segundo Certeau uma “prática” leva a um resultado: um discurso, que às vezes aparece sob o nome de “escrita”.³⁷ Quanto à análise deste “discurso”, já discutimos aqui uma proposta: trata-se daquela de Hayden White, discutido acima. No entanto, as considerações de Michel de Certeau são particularmente úteis, especialmente pelo fato dele mesmo incluir aí reflexões em torno de desvios tropológicos que se fazem presentes no ato da produção da escrita. Por exemplo, ao escrever sobre o modo através do qual um dado historiador dispõe os documentos de que ele irá se utilizar em seu discurso sob a forma de uma “narrativa”, Certeau termina por seguir um caminho semelhante ao de White, chegando, inclusive a considerações a respeito do modo através do qual essa narrativa é ela mesma, em sua própria estrutura, um modo de dar sentido aos elementos nela dispostos. Ora, segundo Certeau, isso implica em um “*deslizamento* [grifo nosso] *metafórico* [grifo do autor] que, segundo a definição aristotélica, opera a passagem ‘de um gênero para o outro’. Indício deste misto, a metáfora está presente em toda a parte”.³⁸

Por fim, vimos também que Michel de Certeau articula “prática” e seu resultado, o “discurso”, “sob a forma de uma produção”.³⁹ Essa produção aparece aqui associada àquilo que este autor chama de “um lugar social”,⁴⁰ isto é, ao “contexto”, ao “conjunto de regras que permitam ‘controlar’ *operações* destinadas à *produção* de objetos determinados”. E é esse “contexto” que termina por nortear a própria escrita: é por isso que a obra historiográfica não pode ser vista fora de seu contexto, como, do mesmo modo, o “contexto” não pode ser encarado meramente em suas dimensões não-discursivas (sociais, políticas, econômicas, etc.): o discursivo e o não discursivo não podem ser separados, postos que ambos constituem um dado momento no passado. Nesse sentido, o “lugar social” estabelece também o “não dito” e o que é proibido *como se fosse um texto*. No caso do discurso historiográfico, isso geralmente se traduz no uso de uma dada linguagem, normalmente chamada “neutra” ou “objetiva”, que se refere ao não-problematizado “contexto”, sem tornar explícita as regras que estabelecem e conduzem seu próprio processo de fabricação.⁴¹ Vale a pena acrescentarmos aqui, todavia, que esse “silenciamento”, que busca “calar” a estrutura da linguagem que articula forma e

³⁷ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 93.

³⁸ Ibidem. p. 101.

³⁹ Ibidem. p. 32.

⁴⁰ Ibidem. p. 66.

⁴¹ Ibidem. p. 67-69.

conteúdo em um dado texto, é, igualmente, fruto de restrições que se originam fora das dimensões discursivas: daí que uma análise que leve em conta o contexto não pode vir separada de uma análise das dimensões formais que o moldam. E não é à toa que, logo em seguida, ainda escrevendo sobre a questão do “lugar social” em sua relação com o texto historiográfico, o autor de *A Escrita da História* fale justamente de instituições que imprimem este silenciamento. Com efeito, veremos como o fato de estar ligado às instituições como o Conselho Nacional de Geografia e o IBGE influenciou Cascudo tanto no sentido da escolha do conteúdo daquilo que veio a colocar em seu livro, como também da *forma* através da qual esse discurso foi posto em enredo.

O tópico seguinte explorado por Certeau, quando ele ainda reflete sobre o “lugar social” do historiador (que se chama “Os historiadores na sociedade”), é um desdobramento e aprofundamento do que dizíamos da relação entre Cascudo e as instituições de saber às quais ele estava ligado. No entanto, é particularmente útil também pensarmos o próprio Cascudo relacionado ao meio social em que ele vivia, além dos demais com os quais ele manteve contato (como Recife, onde se encontravam pessoas como Gilberto Freyre). Seu autodidatismo sempre pareceu leva-lo a um trabalho solitário, uma solidão que só era quebrada por suas visitas ocasionais às instituições a que ele se associava ou mesmo pelas cartas que trocava com pessoas como Freyre. Por fim, as últimas reflexões de Certeau sobre o “lugar social” em seu livro terminam com uma breve análise da forma através da qual esse “lugar social” permite e proíbe o que se diz. Mas Certeau chama a nossa atenção para algo em particular: o historiador não pode achar que é apenas o “contexto” institucional e social que irá delimitar o que o autor de um trabalho historiográfico pode ou não colocar em sua obra. “Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história”,⁴² nos diz Certeau. O “lugar social” certamente restringe o que aparece ou não na obra daquele que está ligado a ele, *mas não explica, inteiramente, aquilo que alguém como Cascudo escreve*. Limitar-se a colocar o livro *Geografia do Brasil Holandês* no “contexto”, relacionando-o com ele, portanto, é insuficiente para *explicá-lo*: daí, como já deixamos claro, a necessidade de recorrermos a um método formalista tal como aquele que detalhamos anteriormente. Em outras palavras, trata-se de se especificar e discutir um método que, levando em conta o “contexto” ao qual a obra *Geografia do Brasil Holandês* se relaciona, bem como a estrutura dela, busca-se produzir *uma* (mas não *a única*) explicação possível. Dessa forma, veremos como Cascudo articula seu ato

⁴² CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 77.

de escrever as condições de produção que formam precisamente o contexto social e cultural em que ele realizou tal ato de escrita.

Divisão da dissertação

Nossa dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo terá como recorte temporal o século XIX. Nele, tentaremos analisar e compreender várias das ideias, conceitos e categorias que vieram a servir de referência para Luís da Câmara Cascudo quando da condução de suas pesquisas sobre o período de domínio holandês no Brasil. Aqui, tentaremos mostrar em que consistiam e como surgiram as diversas reflexões que foram se edificando em torno desse assunto ao longo do século XIX, tornando-se, com o tempo, ponto de passagem obrigatório para futuros estudiosos como Cascudo.

Esse primeiro capítulo terá a seguinte estrutura: primeiro, analisaremos uma parcela do debate em torno da construção de uma identidade brasileira unificada produzida no Rio de Janeiro, longe das particularidades provinciais. Em seguida, analisaremos como a província de Pernambuco deslocou esse debate em torno da questão da identidade nacional para uma identidade pensada a partir de e em torno dos próprios limites da província. Nesse momento, tentaremos observar como, nessa situação, o então Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano aparece enquanto a principal instituição responsável por deslocar não só o debate do âmbito nacional para o provincial, projetando a construção dessa identidade provincial em torno do período por eles escolhidos como simbólico dessa construção: o domínio holandês sobre Pernambuco. Além de um exame da própria constituição da instituição, realizaremos um estudo das ideias daquele que provavelmente foi um de seus maiores representantes, particularmente no que diz respeito aos estudos relativos a esse período de domínio holandês: José Hygino Duarte Pereira.

No segundo capítulo, estudaremos como Luís da Câmara Cascudo se aproximou do tema do “Brasil Holandês”, bem como da tradição historiográfica pernambucana em torno desse tema. Nesse capítulo, nossa análise irá se concentrar no diálogo entre Cascudo e dois autores desta tradição em particular: José Antônio Gonsalves de Mello e Gilberto Freyre. Destacamos o diálogo com estes dois autores na medida em que ele foi o mais intenso, atravessando quase todos os aspectos da estrutura do *Geografia do Brasil Holandês*.

No terceiro capítulo voltaremos nossa atenção para a aproximação de Cascudo com outro tema central em seu livro: a Geografia. Nesse capítulo, examinaremos como Cascudo articula sua participação no debate Geográfico nacional através de sua atuação em instituições

dedicadas aos estudos geográficos, como o IBGE. Nesse sentido, também pensaremos como Cascudo constrói sua própria ideia de espaço em seu exame de textos relacionados ao debate geográfico de sua época e produzidos por seus contemporâneos. Isso será particularmente útil na medida em que essa discussão em torno da ideia de espaço será retomada pelo próprio Cascudo em seu livro *Geografia do Brasil Holandês*.

No quarto e último capítulo analisaremos a obra *Geografia do Brasil Holandês* propriamente dita, buscando mostrar como, ao eleger o espaço como categoria central a partir da qual pensar a História, Cascudo articulou forma e conteúdo em sua visão do “Brasil Holandês”. Neste capítulo, estudaremos como Cascudo transformou diversos enunciados presentes em vários dos discursos que o antecederam em elementos constitutivos de sua “geografia”. Dessa forma, veremos como ele trabalhou tais elementos, ao mesmo tempo em que, desse modo, ele definia a sua posição enquanto estudioso do “Brasil Holandês”. Neste capítulo, por fim, examinaremos a relação da versão construída por Cascudo sobre o “Brasil Holandês” com aquela construída pela historiografia pernambucana, particularmente aquela delineada por José Antônio Gonsalves de Mello e Gilberto Freyre. Desse modo, examinaremos como, nessa relação, as diferenças entre estas versões vieram a ser articuladas por Cascudo no sentido de construir uma identidade distinta para o espaço do Rio Grande do Norte, em oposição àquela do espaço pernambucano.

Metodologia

Trabalharemos, primordialmente, com revistas, periódicos e jornais, desde a década de 1910, em que Cascudo escreveu sobre os temas que mais tarde viriam a compor o seu livro, como a relação entre espaço e identidade, passando por seus escritos relativos ao “Brasil Holandês”. Nesse sentido, utilizaremos o *Jornal do Comércio*, *Diário de Pernambuco*, *A Imprensa* e o *A República*, bem como a *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, além do *Diário de Natal*. Além destas fontes, examinaremos também o *Boletim Geográfico* e a *Revista Brasileira de Geografia*, na medida em que ambas também permitam que investiguemos a aproximação de Cascudo com uma das mais importantes instituições dedicadas ao estudo da Geografia e do espaço de sua época: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).⁴³ Além disso, trabalharemos também

⁴³ Cf. o item 1 intitulado “Periódicos consultados”, que se encontra na seção “Fontes e Bibliografia” ao final desta dissertação.

com cartas trocadas entre Cascudo e Mário Sette⁴⁴ e entre Cascudo e Freyre.⁴⁵ Toda essa documentação será analisada em sua dimensão formal e contextual tal como detalhamos anteriormente. Outras obras serão utilizadas para contextualizar nosso estudo dessa documentação, isto é, de modo a nos fornecer subsídios à investigação da relação dele com o contexto de sua produção.⁴⁶

Por fim, gostaríamos de finalizar essa discussão em torno da teoria e metodologia com algumas palavras sobre a nossa concepção de “espaço”, categoria central em nosso trabalho. Vimos que Certeau associava sua definição de “espaço” a certa definição do conceito de “lugar”. Vimos que, para ele, um lugar é “uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”.⁴⁷ Observamos também que, para ele, “*o espaço é um lugar praticado*” [grifo do autor].⁴⁸ Para essa dissertação, em que se busca adotar um modelo que seja capaz de dar conta das dimensões discursivas e não discursivas da construção histórica do espaço no livro *Geografia do Brasil Holandês*, é essencial pensarmos em uma definição capaz de articular essas duas dimensões. Para isso, no utilizaremos da leitura que James Clifford, em seu livro *Routes*, realiza da noção de espaço de Certeau. Para Certeau, segundo Clifford, a categoria “espaço” “nunca é dada ontologicamente. É discursivamente mapeada e corporalmente praticada”.⁴⁹ Assim, Clifford é capaz de, em uma única frase, unir tanto o discurso quanto a “prática” fora dele em uma mesma definição. Originalmente, é verdade, sua definição se refere a objeto bem diverso do que trabalhamos aqui: no capítulo do qual essa definição foi retirada, Clifford problematizava a ideia do espaço do “campo” no trabalho antropológico. E o título do capítulo é especialmente indicativo do tratamento que ele dá ao seu tema: chama-se “Práticas Espaciais: Trabalho de Campo, Viagem e o Disciplinamento da Antropologia”.⁵⁰

Se lida fora de seu contexto e adaptada para nossos propósitos, contudo, o resumo que ele faz da definição de Certeau é capaz de precisar exatamente o que entendemos por “espaço” aqui: ele não é dado “ontologicamente”, isto é, ele é construído e produzido pelo

⁴⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. [Correspondência enviada a Mário Sette]. Natal, 10 de maio 1922. 2p. Carta. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

⁴⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. [Correspondência enviada a Gilberto Freyre]. Natal, 06 jun. 1925. 2p. Carta. Acervo da Fundação Gilberto Freyre e também: FREYRE, Gilberto. [Correspondência enviada a Luís da Câmara Cascudo]. Recife, 17 de mar. 1925. 2p. Carta. Acervo Memorial Câmara Cascudo.

⁴⁶ Uma lista completa dessa bibliografia de apoio encontra-se no item 2 intitulado “Livros e artigos”, na seção “Fontes e Bibliografia”.

⁴⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 201.

⁴⁸ Ibidem. p. 202.

⁴⁹ CLIFFORD, James. **Routes**: travel and translation in the late twentieth century. Cambridge: Harvard University Press, 1997. p. 54.

⁵⁰ Ibidem. p. 52.

homem. E tal produção se dá da seguinte maneira: discursivamente, quando ele é “mapeado”, para usar o termo de Clifford - ou seja, na própria escrita do *Geografia do Brasil Holandês* - e “corporalmente”, isto é, quando ele é construído na “prática” das interações que o sujeito estabelece com seu meio - ou, trazendo para nosso objeto de análise, quando é construído na relação que Cascudo estabelece com relação ao “contexto” de sua época.

Em segundo lugar, os discursos que examinaremos aqui serão, em grande parte, textos historiográficos que se encontram, sem dúvida, na forma de um enredo, tendo já “ultrapassado” a mera disposição na forma de “crônica” tal como definimos acima. E é justamente por isso que a realização de uma análise deles requer um modelo de análise como aquele que vínhamos descrevendo até aqui. Dessa maneira, a menos que seja especificado o contrário, isto é, a menos que especifiquemos autores, categorias e conceitos não discutidos nesta introdução (que aparecerão no texto para dar conta das particularidades de cada época a que cada texto aqui examinado se refere), *todos* os textos historiográficos analisados nesta dissertação serão lidos tendo em mente o modelo de leitura topológica delineada até aqui.

Em resumo, nosso estudo da poética do espaço do livro *Geografia do Brasil Holandês* se dará através de uma interpretação que será composta de duas dimensões de análise: uma formal e outra contextual. Em sua dimensão formal, examinaremos como uma apreensão topológica das informações que Cascudo dispõe em seu livro irá ajudar a determinar os sentidos que ele quer imprimir à sua obra. Isso implica aceitarmos o princípio segundo o qual é impossível para um dado sujeito exprimir *exatamente* aquilo que ele *realmente quer dizer*: todo discurso permite e possibilita múltiplas interpretações. Tendo isso em mente, dissemos ainda que privilegiaremos três aspectos do *Geografia do Brasil Holandês*: o enredo em que ele foi disposto, a forma através da qual uma dada argumentação foi capaz de dar a ele um sentido e explicá-lo e, por último, as implicações ideológicas, isto é, as implicações morais e éticas daquilo que foi escrito. Por fim, em sua dimensão contextual, nossa análise irá analisar o lugar social em que o livro foi produzido, levando em conta que ele é fruto de uma “prática” que resulta em uma dada “produção”, mas que só pode ser entendida em seu contexto social e cultural, incluindo aí as instituições do saber às quais seu autor estava ligado.

1

Espaço e Identidade no século XIX

Neste primeiro capítulo, iremos analisar os diversos discursos historiográficos que foram construídos em um momento anterior àquele em que Luís da Câmara Cascudo escreveu o seu livro *Geografia do Brasil Holandês*, bem como os respectivos contextos em que foram produzidos. Muitas das ideias aqui desenvolvidas vieram depois a servir de base para a constituição dos discursos adotados por aqueles com os quais Cascudo veio a dialogar no século XX, incluindo as próprias categorias e conceitos que ele utilizou para pensar o tema do “Brasil Holandês”.

I

A ideia de uma identidade nacional pensada historicamente, no Brasil, bem como o conjunto de elementos que permitem a emergência de um discurso como o de Luís da Câmara Cascudo em seu livro *Geografia do Brasil Holandês*, remete ao século XIX. No entanto, isso não significa dizer que esse século deixou, como parte de seu legado, elementos discursivos tais como conceitos, categorias e enunciados para o século que o sucedeu de forma acrítica e impensada. Para além da queda do Império do Brasil, as gerações que surgiram após a proclamação da República viriam a fazer uma leitura própria do que lhes foi deixado como herança pelo século anterior. Dessa forma, não podemos sugerir aqui que tais gerações simplesmente teriam repetido tais ideias na forma de uma cópia mecanicamente irrefletida e escassamente trabalhada.

Expor e interpretar os diversos elementos discursivos que compuseram os textos historiográficos destinados a pensar a nação no século XIX pode parecer um pouco repetitivo e um tanto desnecessário, pois isso já foi realizado em outros lugares e por outros autores. Entretanto, adotaremos esse procedimento na medida em que acreditamos que isso nos ajudará a tornar mais claro e evidente o que temos como objetivo central nesse momento inicial de nosso trabalho: demonstrar como os discursos de uma época, especificamente aqueles do século XIX, foram não só lidos e retrabalhados por aqueles que nele viveram como também vieram a servir de base para as gerações que vivenciarão o século seguinte como sugerimos no parágrafo anterior.

No contexto do século XIX, inúmeras reflexões sobre a própria natureza do trabalho historiográfico foram produzidas, trazendo também a preocupação com a ideia de nação e o problema da nacionalidade enquanto temas centrais em diversas partes do mundo.⁵¹ Se foi isso o que aconteceu em diversos países europeus, como na França e na então Prússia, algo semelhante (mas não idêntico) se deu no Brasil. Inspirada em uma tradição iluminista, lida de forma elitista, além de especialmente conservadora, no que diz respeito a sua visão da relação entre sociedade e Estado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) elegeu alguns temas centrais que nortearam sua produção historiográfica no sentido de se pensar a nação e a ideia de nacionalidade. De acordo com Manoel Luís Salgado Guimarães, um levantamento dos artigos produzidos no periódico desta instituição, a “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, nos mostra que 73% dos artigos nela impressos concentravam-se em, basicamente, três temas: “a problemática indígena, as viagens e explorações científicas e o debate da história regional”.⁵² Dessas três temáticas, a “problemática indígena” é a que mais ocupa espaço, seguida pela questão das viagens e explorações e, por último, as reflexões em torno do regional. Mas como pensar esses três temas na prática, isto é, como escrever sobre eles de modo a constituir-los enquanto discursos, destinados a serem pensados e debatidos no contexto da construção de uma identidade nacional?

II

O IHGB havia sido fundado no dia 28 de Janeiro de 1838 e, desde então, foi pensando e conduzido enquanto uma instituição destinada a definir e delimitar um passado para o Império do Brasil. Logo no início de sua história, diversas propostas de modelos para uma História Nacional surgiram: uma delas, por exemplo, foi a do cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). Tendo sido diretor da revista do IHGB, além de um dos fundadores desta instituição, ele publicou um modelo de escrita da história que foi proposto em 1839 e que veio a ser veiculado na forma de um texto lido oralmente, diante daqueles que haviam estado presentes no momento do “ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, em suas próprias palavras.⁵³ Este modelo, assim como outros depois dele,

⁵¹ Cf., por exemplo, capítulos 2 e 3 de: IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya. **A Global History of Modern Historiography**. London: Pearson-Longman, 2008.

⁵² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 20.

⁵³ Apud GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil**. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 102.

delineou algumas reflexões para a escrita de textos historiográficos que buscasse pensar os temas acima explicitados, dentro do contexto de uma História nacional.

Para Januário da Cunha Barbosa, a identidade nacional deveria ser forjada em meio a Histórias que seriam escritas no sentido de estimular o patriotismo entre os brasileiros. Para ele, o IHGB seria o coordenador da coleta de documentos necessários para tal escrita, além de definir os temas a serem explorados, realizando um verdadeiro “trabalho de administração do passado”, para usar as palavras de Manoel Luís Salgado Guimarães.⁵⁴ A fixação de uma memória através da escrita deveria se dar tanto de modo a registrar os aspectos físicos do país, quanto seus aspectos morais, sendo estes últimos particularmente associados aos fatos memoráveis, dignos de registro.⁵⁵ Porém, inspirado no historiador francês Prosper de Barante (1782-1866), Barbosa buscava produzir não uma história “pitoresca e descritiva”, mas sim filosófica, de modo que fosse possível pensar a história a partir de um “conhecimento sistemático, ordenado, capaz de desvendar por trás da dispersão dos fenômenos observados a unidade de um sistema e sua racionalidade”.⁵⁶ Ao lado dessa concepção, ele imaginava também que a História pudesse servir como um “seminário de heróis”,⁵⁷ isto é, que pudesse seguir o exemplo de Plutarco, produzindo biografias de brasileiros que viessem a servir de exemplo de virtudes para as futuras gerações.

Um segundo modelo que podemos examinar aqui é o de Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855), para quem era importante buscar o “melhor meio que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil”.⁵⁸ Aqui ele deixou claro que se fazia necessário, em sua época, o trabalho de levantamento de arquivos que pudessem ser encontrados nos mais diversos lugares do território do Império.⁵⁹ Uma vez tendo sido feito esse levantamento, dever-se-ia partir então para a aquisição de tais documentos, seja comprando-os, seja copiando-os, para que as informações contidas neles fossem depositadas no arquivo do IHGB.⁶⁰ Ao lado desse levantamento de fontes, deveriam também ser realizadas pesquisas científicas ou “viagens

⁵⁴ Apud GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil**. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 103.

⁵⁵ Ibidem. p. 104.

⁵⁶ Ibidem. p. 106.

⁵⁷ Ibidem. p. 108.

⁵⁸ Ibidem. p. 109.

⁵⁹ Ibidem. p. 110.

⁶⁰ Ibidem. p. 110-111.

científicas”,⁶¹ como se chamava na época. É evidente que tais viagens não se limitavam às intenções “científicas” a que se propunham: buscava-se aí também lançar um olhar mais atento sobre o território do país, território este que o Estado monárquico deveria explorar e ocupar.

De um ponto de vista epistemológico,

O olho do viajante, [seria] educado segundo as regras de um critério filosófico em que tanto a natureza quanto os aspectos humanos seriam objeto de uma narrativa minuciosa e circunstanciada, [o que] atestaria o narrado nas fontes e [que] porventura [viesse a ser] objeto de disputa e controvérsia.⁶²

E dessa forma que seria produzida, *grosso modo*, a narrativa historiográfica, “respondendo a um inquérito que direciona o olhar e a escrita”.⁶³

Por fim, ainda seguindo aqui a sugestão de Manoel Luís Salgado Guimarães, poderíamos fazer referência a um terceiro modelo, na medida em que ele nos permite compreender melhor algumas das formas através das quais o IHGB pensava a própria possibilidade da escrita de uma História nacional. Trata-se aqui do modelo de Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839), um dos sócios e fundadores desta instituição. O texto aqui examinado intitula-se “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”,⁶⁴ que foi somente publicado no ano de 1863, e, portanto, algumas décadas após a morte de seu autor.

Para Cunha Mattos, havia dois problemas básicos para aquele que se propusesse a escrever uma história do Brasil: primeiro, a história anterior à independência foi escrita por estrangeiros; em segundo lugar, a documentação disponível até então não havia sido submetida à “boa crítica”.⁶⁵ Para solucionar estes dois problemas, Cunha Mattos propôs duas saídas: a primeira consistia em estabelecer uma cronologia, a partir da qual a História nacional pudesse ser escrita; a outra seria submeter tanto a documentação como as narrativas já produzidas sobre o Brasil, a uma “crítica” que colocaria tais textos sob o escrutínio de um olhar pautado pela ideia de construção de uma nação.⁶⁶

⁶¹ Apud GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil**. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 111.

⁶² Idem.

⁶³ Ibidem. p. 113.

⁶⁴ Apud Ibidem, p. 114.

⁶⁵ Apud Ibidem. p. 114.

⁶⁶ Ibidem. p. 115.

Raimundo José da Cunha Mattos, assim como Rodrigo de Souza da Silva Pontes, sugeriu também alguns procedimentos por ele julgados fundamentais para a construção da narrativa historiográfica nacional. E, assim como Silva Pontes, julgou ser necessário o estabelecimento de fontes que poderiam servir de referência para as “soluções”, por ele propostas para os problemas acima delineados. Para ele, porém, isso não seria tarefa de um historiador, mas sim de um filósofo que gozasse de uma “inteira e sensata liberdade”.⁶⁷ No entanto, uma vez que esse filósofo tivesse suas fontes estabelecidas, ele partiria, então, para uma crítica delas no sentido acima explicitado, incluindo aqui a disposição das informações contidas na documentação em meio à cronologia delimitada.⁶⁸ Por “fontes” aqui ele queria dizer os documentos considerados “oficiais”, isto é, os “registros da ação do Estado monárquico em sua ação colonizadora”.⁶⁹

Mas que cronologia ele sugeria para a produção de uma História nacional? Que recorte temporal poderia ser, em sua opinião, utilizado para se construir sua narrativa? Quanto a isso, ele estabeleceu uma divisão em três momentos distintos: primeiro, a época dos “aborígenes”; segundo, a época da ação colonizadora; por último, a época dos “conhecimentos nacionais”, utilizando como marco inicial a independência do país.⁷⁰ Em seu texto, a partir de um ponto de vista que privilegia o político (a independência como marco) e a atuação do Estado (a “ação colonizadora”), Cunha Mattos cita a época dos “aborígenes” apenas para ressaltar o quanto a história dos índios brasileiros era ainda obscura e pouco conhecida. Para esta última, particularmente, Cunha Mattos sugeria o uso não só de estudos de natureza etnográfica e linguística, como também estudos de cunho arqueológico, sendo este último entendido enquanto um conjunto de “regras de uma interrogação da natureza [...] para desvendar os mistérios de uma cronologia que não se deixava captar pelos registros comuns de uma cultura fundada na escrita”.⁷¹

III

⁶⁷ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil.** In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 115.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Ibidem. p. 116.

⁷¹ Ibidem. p. 117.

Esses modelos de escrita de uma história nacional estavam intimamente ligados àquilo que Arno Wehling chamou de “uma política de memória nacional”.⁷² Segundo este mesmo autor, tal “política” atuou em três níveis: primeiro, através de obras de literatura, como no trabalho de José de Alencar; segundo, na criação de instituições que tinham como objetivo central a “educação, a cultura e a administração pública do país, conforme afirmado nos documentos que as instituíram”;⁷³ terceiro, o estímulo, por parte da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, à criação de um instituto que tivesse a Geografia e a História como temas centrais, a saber, o IHGB.⁷⁴ Mais tarde, este último nível viria a ficar mais parecido com o segundo, isto é, o IHGB viria a ter o mesmo destino de outras instituições criadas pelo Estado: terminou por ficar completamente submetido ao seu controle. Já em 1838, por exemplo, no ano de sua fundação, o IHGB já se colocava sob a proteção do Imperador;⁷⁵ cinco anos depois, 75% da verba necessária para sua manutenção tinha origem no orçamento do Estado imperial.⁷⁶

Os modelos discutidos acima, no entanto, mesmo servindo enquanto diferentes propostas para a construção de uma História Nacional, não necessariamente viriam a ser postos em prática integralmente, nem viriam a ser recebidos de forma unânime. De um modo geral, porém, algumas características pareciam ser comuns a eles. Entre elas destacam-se três: primeiro a ideia de uma história filosófica, que atuasse de modo interpretativo, buscando explicar os vários significados de processos, eventos, personagens etc. da história nacional; segundo, uma história pragmática, voltada para a reflexão em torno de problemas do presente; terceiro, uma história crítica, que buscasse restabelecer a verdade objetiva através de uma metodologia confiável.⁷⁷

A despeito disso, a discussão em torno desses modelos ainda se ressentia de alguns desentendimentos e discordâncias. Um dos sócios da instituição, Francisco Adolfo de Varnhagen, apesar de ter sido primeiro-secretário do IHGB e ter dirigido o museu da instituição, mantinha sérias restrições a algumas concepções de História nacional propostas por outros sócios. Nascido em Sorocaba, na província de São Paulo, em 1816, Varnhagen teve uma parcela significativa de sua formação em Portugal, passando pelo Real Colégio Militar

⁷² WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 33.

⁷³ *Ibidem*. p. 34.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 9.

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 42.

da Luz. Ainda em Portugal, aproximou-se de diversas rodas literárias, época em que chegou a ter acesso à vasta documentação presente no arquivo da Torre do Tombo. Após retornar ao Brasil, já em 1851, tornou-se primeiro-secretário do IHGB, organizando a biblioteca e o acervo documental da instituição. Ao mesmo tempo, construiu e manteve uma carreira diplomática que o ajudava a manter-se próximo ao Estado imperial e ao próprio Dom Pedro II. Veio a falecer em 1878, em Viena, na Áustria.⁷⁸

No entanto, ainda em vida, suas disputas com sócios do IHGB eram tais que uma de suas principais obras, a *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, chegou a ser recebida com frieza. Logo em seguida, recebeu diversas críticas de sócios como Fernandes Pinheiro e Gonçalves de Magalhães. Estes dois homens, assim como tantos outros sócios do IHGB, compartilhavam uma visão romântica das origens da nação que vinha acompanhada de todo um trabalho de idealização e elogio dos índios do Brasil. Nesse sentido, o tratamento dispensado por Varnhagen aos indígenas foi um dos diversos aspectos desta obra que não os agradou. Tais críticas, além disso, agravavam ainda mais as relações muitas vezes poucos cordiais que Varnhagen mantinha com esses e outros membros deste Instituto. A despeito disso, porém, esta obra foi bem recebida por estrangeiros que se dedicavam a edificar diversas reflexões sobre Brasil, como o francês Ferdinand Denis e o alemão von Martius.⁷⁹

Entretanto, em meio a esse relacionamento por vezes irregular e conturbado, Varnhagen certamente compartilhava alguns dos princípios escolhidos pelos IHGB para a construção de uma História nacional, tais como: a defesa de uma monarquia constitucional, a ideia de uma estrutura política centralizada e a afirmação do Poder Moderador, por exemplo. Podemos detectar, portanto, características comuns entre Varnhagen e o IHGB, como o estatismo, a monarquia e o historicismo. Ainda assim, no que diz respeito a outros aspectos, como o romantismo e o liberalismo, por exemplo, Varnhagen mantinha sérias restrições.⁸⁰ Em relação à questão das raças no Brasil, de que escritores como von Martius já haviam tratado, Varnhagen era especialmente seletivo: se ele, como von Martius, dedicava diversos elogios à contribuição branca/portuguesa à História do Brasil, ele só valorizava os negros na medida em que eles haviam contribuído para a constituição de uma economia brasileira, seja em seu trabalho nos canaviais, seja na cafeicultura. Mas o elogio de Varnhagen terminava aí: ele esperava que, no futuro, as características africanas “venham a desaparecer totalmente no

⁷⁸ VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 285.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 47.

nosso povo”.⁸¹ Por último, no que diz respeito à questão indígena, já apontamos acima a visão negativa nutrida por este historiador. Poderíamos acrescentar aqui que, entre outras coisas, sua visão deste grupo étnico era negativa ao ponto dele associar, pejorativamente, o indianismo a um “caboclisto” inaceitável. Além disso, Varnhagen afirmava que a defesa desse indianismo “caboclo” representava não apenas um erro histórico como, inclusive, poderia pôr em risco a própria sobrevivência do Estado imperial.⁸²

IV

Uma vez tendo discutido, brevemente, três modelos para a História nacional e tendo tecido algumas considerações acerca de Varnhagen, podemos nos perguntar: como seremos capazes de perceber a questão do espaço nos discursos que se dedicaram a pensar o Brasil no século XIX? O IHGB e os modelos acima discutidos certamente faziam referência ao espaço da nação, ao espaço que se deve perscrutar e mapear. Mas é interessante percebermos que o espaço recebia, muitas vezes, um tratamento estrategicamente escolhido no sentido de privilegiar os rumos seguidos pela História brasileira, tendo sua configuração descrita ao longo do tempo como se o Estado imperial se encontrasse em seu ápice temporal, para o qual tudo parecesse se destinar e convergir. Por exemplo, se retomarmos o exemplo de Varnhagen, vemos que ele, de uma forma geral, dedicou considerável importância à Geografia. O exemplo de Varnhagen nos é particularmente útil, não só por ele ter produzido livros de História, como também pela grande influência que sua obra exerceu sobre a produção historiográfica brasileira no século XIX, em especial seu *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, de 1854 (esse é o ano da primeira edição do primeiro volume; a segunda edição é de 1856). Além disso, sua atuação junto à Secretaria dos Negócios Estrangeiros,⁸³ bem como em comissões criadas pelo governo imperial para investigar o uso de “mapas e outros documentos que pudessem ser utilizados nas negociações

⁸¹ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 166.

⁸² Ibidem. p. 66.

⁸³ Para mais detalhes sobre a relação entre essa Secretaria e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na produção de mapas que viesse a representar a própria imagem da nação, bem, como da participação de Varnhagen relativamente a estas instituições nesse período ver: PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias**: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: EDUFERN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

de limites”⁸⁴ do território do país, fazem dele um personagem especialmente útil para nossas reflexões em torno da relação entre História e Geografia nesse momento.

A “Seção I” da segunda edição do primeiro tomo da *História geral do Brasil...*, intitula-se “Descrição do Brasil em Geral”, e é inteiramente dedicada à caracterização do espaço brasileiro como um todo, como seu nome indica. Já no início desta primeira “Seção”, Varnhagen discorre brevemente sobre a origem do nome “Brasil”. Sua descrição começa pelo litoral, como se acompanhasse o português vindo de fora, olhando para o que mais tarde veio a se chamar “Brasil”. Este nome, segundo o autor deste livro, é utilizado como denominação do espaço brasileiro a partir de um dos elementos que o compunham: o pau-brasil. Os portugueses, depois, estendem o nome para o resto do que mais tarde viriam a serem as terras brasileiras em sua totalidade, como se o todo fosse representado, simbolicamente, por uma de suas partes: Varnhagen nos diz que a denominação “veio a se fazer extensiva ao conjunto de todas as colônias portuguesas neste continente”.⁸⁵ E a denominação continuou ao longo do tempo: após a emancipação destas colônias portuguesas, as terras ocupadas por elas vieram a “constituir o atual império brasílico, hoje em dia um dos estados de maior extensão do globo”.⁸⁶

Após ter caracterizado o espaço em linhas gerais, ele parte, então, para “preenchê-lo”, isto é, ele prossegue no sentido de detalhar os diversos elementos que irão dar a ele a sua configuração própria, sua identidade que lhes é peculiar e que poderia ser percebida no próprio ato de observá-lo. Em sua descrição, ele faz com que várias das partes integrantes do vasto espaço do Brasil compartilhem as características de “grandeza” e “imensidão” do todo que o representa simbolicamente. É assim que, por exemplo, na superfície do “imenso” rio Amazonas, um “rio-mar” que, de tão grande, podem ser percebidas “*imensas* ilhas, cobertas de arvoredo”.⁸⁷ Às vezes, algumas árvores caíam no rio, sendo arrastadas pela correnteza até “*engrandecerem* outras ilhas” [todos os grifos neste parágrafo são nossos].⁸⁸

Prosseguindo, as imagens de “grandeza” e “imensidão” se repetem: as terras à direita do Amazonas, por exemplo, são “*grandes* tributários” das águas desse “rio-mar”.⁸⁹ A “paragem central” do Amazonas é a que “melhor se presta a ligar entre si todo o sistema de comunicações fluviais no império”, além do fato de ser justamente aquela em que “a *própria*

⁸⁴ PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias**: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 37.

⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877. p. 3.

⁸⁶ Idem. p. 3.

⁸⁷ Ibidem. p. 4.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

natureza está indicando como a mais adequada para constituir o grande e poderoso núcleo da futura união, segurança e independência do estado".⁹⁰ Aqui, o rio torna-se um personagem, que contribui para a grandeza e o poder do Estado imperial; já este último irá ocupar o espaço que é dado pela *natureza* e ganha sua configuração, conseqüentemente, *de forma natural*. Segundo ele, em diversos lugares que compõem a configuração do espaço brasileiro, podem ser encontradas "minas de ferro" de "*grande* possança [sic] e riqueza".⁹¹ Sem vulcões, o "*grande* império [encontra-se] isento do flagelo dos terremotos", com raras exceções como Mato Grosso e Pernambuco.⁹² Em um espaço tão vasto e tão variado em sua configuração, são também variados os climas e as estações que nele se encontram [todos os grifos nesse parágrafo são nossos].⁹³

Das margens do Amazonas até o litoral, seguindo as várias margens dos rios, podemos identificar "matos espessíssimos, nos lugares onde não encontrou o machado industrial".⁹⁴ O "machado industrial", isto é, uma metonímia para a ação dos homens sobre a natureza, por não ter alcançado tais "matos espessíssimos", permite que ela permaneça intocada. E parece "providencial nesta terra que os dias mais calorosos sejam justamente os de maior umidade" para amenizar a sensação de calor.⁹⁵ A natureza, portanto, parece *agir* sobre o espaço. Mas ela não o prejudica: ao contrário, é providencial. A julgar por essa descrição, o Império não poderia ter surgido sobre uma configuração espacial melhor.

Contudo, subitamente, Varnhagen desloca o olhar do leitor das matas, climas e rios para o "firmamento" que se ostenta no Brasil "em toda a sua esplêndida magnificência".⁹⁶ E mais: o "hemisfério austral é, segundo sabemos, mais brilhante que o do norte".⁹⁷ Contudo, em certas "altas latitudes" não é possível a identificação da "bela constelação do Cruzeiro", bela até para aqueles que são "propensos a admirar a criação, nessas miríades de mundo, que confundem o miserável habitante deste nosso planeta".⁹⁸ Aparecem aqui, dessa forma, os traços de uma verdadeira poética da natureza, que tenta constitui-la a partir da apreensão estética dos elementos que a constituem. Em seguida, como vimos, tais elementos são

⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877. p. 4.

⁹¹ *Ibidem*. p. 5.

⁹² *Idem*.

⁹³ *Idem*.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *Ibidem*. p. 6.

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ *Idem*.

traduzidos em figuras e adjetivos ao mesmo tempo descritivos e elogiosos. E para Varnhagen, somente um “miserável habitante de nosso planeta” não seria capaz de vê-los.⁹⁹

Voltando à sua descrição, ele prossegue escrevendo que “A vegetação é sucessiva”.¹⁰⁰ Para ele, os mangues, por exemplo, apresentam um comportamento peculiar, na medida em que possuem galhos que se “debruçam a buscar a terra”.¹⁰¹ E depois acrescenta: “São árvores como que destinadas pelo Criador para marcar os leitos aos [sic] rios dos climas entretrópicos [sic]”.¹⁰² As palmeiras e orquídeas tornam o espaço da flora brasileira único: “Abundam [...] mais que tudo, e que em país nenhum [...]”.¹⁰³ Aos poucos, um tom romântico¹⁰⁴ se faz presente:

Apesar de tanta vida e variedade de matas virgens, apresentam elas aspecto sombrio, ante a qual o homem se contrista, sentindo que o coração se lhe aperta, como no meio dos mares, ante a imensidade do oceano. Tais matas, onde apenas penetra o sol, parecem oferecer mais natural guarida aos tigres e aos animais trepadores do que ao homem, o qual só chega a habitá-las satisfatoriamente depois de abrir nelas extensas clareiras, onde possa cultivar (...) Ainda assim, o braço do homem, com o auxílio do machado, mal pode vencer os obstáculos que de contínuo encontra na energia selvagem da vegetação.¹⁰⁵

O trecho acima é composto de, basicamente, três momentos distintos. Vejamos a primeira parte dele, tal como o dividimos:

Apesar de tanta vida e variedade de matas virgens, apresentam elas aspecto sombrio, ante a qual o homem se contrista, sentindo que o coração se lhe aperta, como no meio dos mares, ante a imensidade do oceano.

Neste primeiro momento, Varnhagen estabelece uma relação de similitude, isto é, uma relação metafórica, que caracteriza os elementos que se encontram dispostos neste espaço, a

⁹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877. p. 6.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Ibidem. p. 7.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Ibidem. p. 6-7.

¹⁰⁴ Utilizamos-nos aqui do conceito de J. A. Cuddon, a partir do breve panorama que ele traça do romantismo em: CUDDON, J. A. **Dictionary of Literary Terms & Literary Theory**. London: Penguin Books, 1999. p. 767-771. Dele, podemos destacar os seguintes aspectos que, se vistos em conjunto, nos parecem ser especialmente úteis para pensar a descrição que Varnhagen constrói da relação entre a “natureza” e o espaço: primeiro, um interesse particular pela Natureza em sua forma mais primitiva e não-civilizada; em segundo lugar, a associação dos humores e sentimentos humanos com aqueles dessa mesma Natureza, destacando o aspecto subjetivo da leitura daquilo que é “natural”.

¹⁰⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877. p. 7-8.

saber, a flora e a fauna, a partir de sua semelhança com “tanta vida e variedade de matas virgens”. Porém, logo em seguida, dá prosseguimento à sua descrição em que o homem é caracterizado como um personagem romântico, que diante de temerosos obstáculos sente seu coração “apertar-se”. Mas o espaço não é apenas uma figura sombria e temerosa: sua imensidão é também assustadora. Nele, a vida que aí se encontra e a “mata virgem” fazem com que eles se sintam como se estivessem “no meio dos mares, ante a imensidão do oceano”. O oceano é utilizado, portanto, como uma metáfora para o espaço nacional: ambos são imensos, de grandiosa extensão. E isso porque, para Varnhagen, afinal de contas, trata-se de um país que encontra, “naturalmente”, em sua vastidão territorial, um símbolo de sua grandeza. Por si só, ela já seria difícil de dominar graças a sua extensão. Antes de vencer o espaço, o homem precisa primeiro vencer a apreensão construída pela própria visão que tem dele.

E Varnhagen prossegue:

Tais matas, onde apenas penetra o sol, parecem oferecer mais natural guarida aos tigres e aos animais trepadores do que ao homem, o qual só chega a habitá-las satisfatoriamente depois de abrir nelas extensas clareiras, onde possa cultivar.

A partir deste ponto, ele descreve o modo como os elementos aí presentes se ligam entre si, dispostos ao longo do espaço em que se encontram. As “matas”, onde “apenas penetra o sol”, favorecem, graças a sua própria forma, a presença de “tigres” e “animais trepadores”. Ao mesmo tempo, porém, tais matas e animais dificultam ainda mais a presença do homem. Desse modo, o homem só poderá habitar tal espaço com grande dificuldade, tendo que “abrir nelas extensas clareiras, onde possa cultivar”. O homem, portanto, pode até se ligar ao meio “natural”, mas somente depois de modifica-lo, sem, no entanto, alterá-lo completamente. O espaço é descrito, portanto, de modo metonímico, de forma que os elementos que o compõem sejam ligados entre si dentro de uma relação de uma continuidade espacial que os integra como tal (a “mata”, ao lado de “tigres” e “animais trepadores”).

Mas aqui existe, aparentemente, um paradoxo: como podemos ver a relação entre o homem que constrói o Brasil e a natureza com que ele se depara de forma positiva se ela impõe sérias dificuldades para sua ocupação? É quando chegamos a terceira e última parte que, enfim, seremos capazes de melhor entender essa questão na construção discursiva de Varnhagen. Vejamos:

Ainda assim, o braço do homem, com o auxílio do machado, mal pode vencer os obstáculos que de contínuo encontra na energia selvagem da vegetação.

É aqui em que encontramos a atribuição, ao homem, da vitória que ele alcança sobre a natureza e seus obstáculos. A imagem “o braço do homem, com o auxílio do machado”, descreve a relação de força que o homem estabelece com a natureza: ele mal a vence, mas é capaz de, enfim, dominá-la. Apesar de rica e “grandiosa” a natureza é dotada, portanto, de uma “energia selvagem” que impõem obstáculos, antes de ser vencida. Mais à frente, nesta mesma obra, Varnhagen irá explorar melhor essa questão, mas já aqui vemos que, em sua descrição da natureza, ele constrói um texto que o permite tornar a natureza sempre mais complexa, retratando-a de forma a mostrá-la tanto em seus obstáculos quanto em suas qualidades. Agindo assim, também se torna possível para ele evitar reduzir o texto a um mero retrato unidimensional dela, o que significaria mostrá-la somente de forma elogiosa, algo que certamente iria minar seu esforço em construir um discurso “realista” do espaço brasileiro, isto é, uma descrição convincente de que aquilo a que seu texto se refere está fora dele e é “real”.

Além disso, os três momentos acima destacados são estruturalmente semelhantes aos três momentos básicos que compõem um enredo romântico, no sentido dado por Northrop Frye: *agon*, *pathos*, e *anagnorisis*.¹⁰⁶ Em um primeiro momento (*agon* ou “conflito”), Varnhagen estabelece a situação de disputa entre o homem e a natureza desde o primeiro contato que ele vê se estabelecer entre eles, isto é, no momento em que, diante das “matas virgens”, o “homem se contrista”. Em um segundo momento (*pathos* ou “luta de vida ou morte”), somos informados que o homem é capaz de habitar nestas “matas virgens” somente depois de “abrir nelas extensas clareiras onde possa cultivar”, como se esse ato simbolizasse a atitude do “homem” diante do conflito com a “natureza”, sem a qual ele não poderia sobreviver. Por fim, em um terceiro e último momento (*anagnorisis* ou “reconhecimento”), vemos o “homem” ter sua situação vitoriosa reconhecida em seu embate com a natureza, apesar de “mal poder vencer os obstáculos que de contínuo encontra na energia selvagem da vegetação”. Mas é importante observarmos que esses três momentos também indicam que a luta ainda não acabou de todo, já que a “vegetação” da “natureza” ainda encontra forças para resistir em sua “energia selvagem”, energia esta que ainda não havia sido dominada pelo “machado industrioso”.

¹⁰⁶ FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism**: four essays. Princeton: Princeton University Press, 1957. p. 186 e seguintes.

O fato de este trecho indicar que a situação de conflito continua, na medida em que a natureza continuaria também a “resistir” com a “energia” que ainda lhe restava, permite que Varnhagen seja capaz de manter seu discurso dentro da concepção de uma História da Civilização, ou seja, de uma História como ato de domesticação e exercício de controle sobre o “selvagem” pelo “civilizado”. Dessa forma, os obstáculos aqui descritos e apresentados articulam eventos e pessoas que Varnhagen afirma terem sido reais, mesmo que de um modo um tanto romantizado, com o intuito de preparar o elogio da vitória do “homem” que abre “extensas clareiras” sobre o espaço indomado.

Mas voltemos à descrição que Varnhagen faz do espaço. Após o trecho que analisamos acima, ele continua a descrever nas páginas seguintes e de forma pormenorizada, os diversos tipos de plantas e animais presentes no espaço do Brasil. Aqui e ali ele os compara com espécies de outros continentes, seja para buscar analogias que facilitem a descrição delas, seja para realçar o quão únicas elas seriam, sendo encontradas apenas no próprio Brasil.¹⁰⁷ Mas a riqueza da natureza também é perigosa, já que, em meio a essa imensa quantidade e de sua grandiosa variedade, muitas delas seriam capazes de tirar a vida de um ser humano. “Mas ânimo!”, nos diz Varnhagen, “Que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau”.¹⁰⁸ E aqui o vemos às voltas, mais uma vez, com a complexidade de um espaço que precisa ser domesticado, ao mesmo tempo em que abre caminho para estabelecer a lógica do avanço do colonizador, capaz de dominá-lo. Nesse sentido, ele defende que quaisquer animais “maus” sejam exterminados, para que restem apenas os “bons” e “inofensivos”. Citando a Europa como exemplo, ele afirma que lá os espaços se encontram livres de lugares onde antes “o feroz urso se fazia temer”; o mesmo se deu com o “lobo carniceiro” e a “peçonhenta víbora”.¹⁰⁹ E ele termina esta “Seção”, fazendo referência ao fato de que alterar a natureza dessa forma é perfeitamente possível para o Brasil: basta que nos lembremos da “riqueza de seu solo”, a “magnificência de suas cenas naturais” e a “bondade de seus portos”.¹¹⁰ Não por acaso, ele já havia deixado isso claro no prólogo de sua obra, como se estivesse preparando o leitor para momentos como esse. Vejamos um exemplo disso:

¹⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877. p. 9-12.

¹⁰⁸ *Ibidem*. 12.

¹⁰⁹ *Idem*.

¹¹⁰ *Idem*.

[...] [O Brasil] que, entre as principais [nações] da América, foi a que custou mais esforços e mores [sic] trabalhos aos seus colonizadores, *antepassados, em grande parte como fica dito, dos atuais cidadãos* [grifos nossos].¹¹¹

Do que foi analisado acima, vemos como o olhar que observa e descreve prossegue sobrevoando os diversos rios e as diferentes formas de vegetação. Desse modo, ele os identifica e os seleciona para a descrição das diversas partes do espaço em que se acha o Império. É claro que o olhar não apenas *encontra* os objetos sobre os quais escreve, posto que ele os identifica e os delimita enquanto figuras passíveis de serem descritas: seu olhar constitui os objetos que identifica no próprio momento em que os analisa enquanto tal. Mas isso não significa que podemos concluir que o texto de Varnhagen é pura ficção: muito pelo contrário, ele se esforça por descrever a realidade que sabe que existe e que quer *apresentar* ao leitor. Ele não pode simplesmente representa-la tal como ele acredita que ela realmente é, pois seu olhar é seletivo, através do qual ele escolhe o que quer descrever. Por outro lado, esse olhar também fica limitado se levarmos em consideração que ele somente é capaz de descrever aquilo que se ache dentro do conceito de “realidade” de Varnhagen: a partir daí, o que ele acredita que não faz parte desta “realidade”, deste espaço a ser caracterizado na escrita, ele terminará por excluir. Assim, as figuras identificadas e delimitadas por esse olhar ganham uma dada forma no texto. Essa *tradução* do que se vê para o que se *descreve* implica em uma série de *desvios tropológicos*, como as metáforas e metonímias que identificamos, por exemplo, e que permitem que se constitua um espaço delimitado para a descrição em seu texto.

Mas a descrição de Francisco Adolfo de Varnhagen, através da cuidadosa construção e disposição de enunciados, estabelece a lógica da relação entre os elementos selecionados, de um lado (como “homem”, “natureza”, “vegetação”, etc.), e os enunciados que os representam do outro lado, através das imagens e figuras de linguagens utilizadas em seu texto. Esta lógica, ao tentar traduzir a existência de tais objetos em palavras, dá coerência e coesão ao texto, que buscava caracterizar a configuração espacial homogênea e grandiosa do Brasil. Varnhagen sabe, e seus leitores do século XIX certamente concordavam, que ele se refere aqui a uma realidade que existe fora do texto. No entanto, ao dispor os elementos que compõem essa realidade na descrição desse espaço da *forma* como ele os dispôs, ele é capaz de transmitir os sentidos que definem o espaço “natural” do Brasil, “naturalizando” também a relação que essa entidade (o “Brasil”) mantém com o espaço que permite sua emergência e

¹¹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877. p. VII.

lhes dá sentido. Só na aparência, contudo, tal espaço é inteiramente “natural”: ao contrário, Varnhagen o “produz”, isto é, transforma-o em uma figura lógica e coerentemente construída, passível de ser interpretada e descrita pela linguagem.

Isso significa, entre outras coisas, que Varnhagen é capaz de transformar uma descrição “neutra” de uma “natureza” em um espaço configurado de tal modo que, pelas próprias características que o definem e o delimitam, ele ganha sentido. Para ele, não era suficiente dizer que um rio existia: era preciso dizer que ele era “imenso”, como suas margens e as terras que o cercam. O espaço do Império é “belo” como também é, segundo ele, seu firmamento, algo que somente um “miserável habitante desse planeta não vê”. A “mata virgem”, porém, tem um aspecto sombrio: ela até mesmo “contrista” o coração dos homens. E o “machado industrioso”, aqui, simboliza a vitória que o homem encontrará, superando seus maiores temores e avançando inexoravelmente sobre eles. Assim, se existem animais que ameaçam a vida dos homens que se deslocam mata adentro, isso não representa um problema: como no caso dos ursos da Europa, eles podem ser vencidos, porque os homens e, no caso do Brasil, o Império que eles representam, não pode ser impedido em sua ação colonizadora e civilizadora por nenhum obstáculo “natural”.

Neste momento de nossa interpretação, é tentador dizer que Varnhagen descreve a “natureza” do Império do Brasil de modo atemporal, já que, afinal de contas, ele apenas se limita a “descrever” os elementos nela presentes de uma forma sincrônica, como se ignorasse suas mudanças ao longo do tempo. É também verdade que muitas de suas caracterizações, como, por exemplo, a mata “sombria” e os “rios imensos”, impõem uma grande distância entre sua descrição e a suposta neutralidade científica que autoriza seu ato de constituir o espaço mediante seu texto: encontramos aqui, afinal de contas, uma subjetividade que não se preocupa em se esconder atrás de uma escrita exclusivamente objetiva ou neutra. Contudo, tais caracterizações, ao invés de apontarem apenas para uma natureza que parece não conhecer os efeitos do tempo, terminam por enfatizar, sobretudo, *o tempo presente em que se encontra o Estado Nacional*.

Mas não eram os modelos de escrita da História do IHGB dedicados a construir reflexões *para* o tempo presente? Se os fundadores desta instituição sugeriam a produção de biografias que inspirassem os homens do presente, Varnhagen foi além, produzindo a biografia do espaço da nacionalidade. Mas a linha tênue que separa o tempo presente de uma atemporalidade sincrônica é, sem dúvida, perceptível na descrição que Varnhagen constrói. Tão tênue é essa linha que é especialmente difícil estabelecer o modo como ela delimita essas duas coisas. Mas devemos ficar atentos: essa aparente “atemporalidade” é, antes de tudo,

estratégica. Lembremos que ela se encontra em um texto cujo título nem sequer faz referência ao tempo: “Descrição do Brasil em Geral”. Estranha forma de se começar um texto sobre o passado: especificando e descrevendo os elementos que compõem o tempo presente.

V

Parece óbvio que a opção pelo tempo presente está certamente ligada a um autor que viveu em um século que, por sua vez, não apresentou a preocupação em “problematizar” o espaço no sentido que lhes damos hoje. No entanto, ele demonstra claras preocupações, como percebemos pelo uso de adjetivos e descrições romantizadas, com o *modo* através do qual ele poderá dar um sentido para a existência desse espaço nacional. E a natureza também reflete essa unicidade, reforçada pela aparente atemporalidade: o país torna-se único tanto espacial quanto temporalmente. O Império não é descrito como se fosse dividido por regiões: sua natureza é posicionada em seu espaço tendo como referência, no máximo, suas províncias, que não passam de continuidades espaciais do espaço de uma nacionalidade não-fragmentada.

Sem problemas regionais ou obstáculos provinciais significativos, a natureza espelha a imagem de uma integridade homogênea a partir de seus elementos: a mesma imagem de uma espacialidade não fragmentada que a historiografia do Império se esforçava por construir. E tal era a preocupação de Varnhagen em caracterizar o espaço antes de escrever uma história, ou delimitar um espaço sem uma (aparente) história, que seu texto dessa primeira “seção” foi deslocado da sétima “seção” em que se encontrava na primeira edição deste mesmo livro para, na segunda edição que aqui analisamos, se tornar a primeira na estrutura da obra.¹¹² E é precisamente esse deslocamento que produziu um efeito de “naturalização” deste espaço, pois, desta forma, ele ganha uma nova posição no enredo da História brasileira: ele se transforma no próprio cenário em que ela ocorre e que deve ser constituído *antes* dela e não *com* ela.

Nesse sentido, os capítulos que vem em seguida, ao trazerem a História, deslocam o espaço a mero cenário em que ela se desenrola. Este deslocamento produz um efeito “naturalizador” na medida em que, uma vez deslocado para a posição de “cenário”, o espaço é desligado da temporalidade. Ou seja: o tempo produz seus efeitos apenas sobre o desenrolar dos acontecimentos, ao invés de ter seus efeitos de desgaste e mudança perceptíveis na própria espacialidade em que toda a História acontece. O espaço permanece, assim, intocado

¹¹² Cf. a “Seção VII” em: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.

pela ação do tempo, reduzido a um *a priori* não problematizado. Restringindo sua interpretação à seleção dos elementos que irão compor o espaço nessa descrição, Varnhagen escreve como se pudesse então ser descrito de forma quase que inteiramente separada dos seres humanos que nele habitam como, de fato, ele fez.

Vimos anteriormente como este autor tenta trazer para a estrutura de seu enredo diversas características românticas, com o intuito de reforçar elementos (a natureza como um grande obstáculo, por exemplo) para, a partir daí, ressaltar e dar significado a outros, elogiando-os (o “homem” e seu “machado industrial”). Mas é também na relação de *agon*, *pathos* e *anagnorisis* que se dá aquilo que Stephen Greenblatt chamou de “maravilhoso”, que produz a sensação de “maravilhamento”: afinal de contas, se o espaço “contrista o homem” graças ao seu lado sombrio e assustador, ele também impressiona pela presença da imensa variedade de “matas virgens”. Mas o que é esse “maravilhoso”? O que é isso que produz um “maravilhamento” que oscila entre a complexidade de um espaço que impressiona pelas suas qualidades e que, simultaneamente, lhe “aperta o coração” pelos seus aspectos sombrios? Segundo Greenblatt, o “maravilhoso” é algo que

acena para o mundo registrando uma onipotente intensidade de resposta. Alguém testemunha algo impressionante, mas o que mais importa não acontece ‘lá fora’ ou ao longo das superfícies sensíveis do corpo, onde o eu se encontra com o mundo, mas lá dentro, no centro emocional e vital da testemunha. Essa resposta íntima não poder ser marginalizada ou negada, como não se pode negar a *constrição do coração aterrado*; o maravilhamento exige muito, é uma paixão primária ou radical [grifos nossos].¹¹³

É especialmente interessante notarmos que até mesmo algumas das palavras utilizadas por Greenblatt são curiosamente semelhantes às várias daquelas utilizadas por Varnhagen: “constrição”, “coração” e “aterrado”. Esta curiosa semelhança, contudo, não se dá por acaso, na medida em que o uso delas adquire a estratégica função no texto de transmitir a sensação de “maravilhamento”, isto é, um efeito do “maravilhoso”, que se pode perceber na reação do “homem” diante das “matas virgens”, por exemplo. Ao mesmo tempo, essas palavras reforçam a relação entre o homem que traz a “civilização” e a natureza “selvagem”, sendo esta última tratada como um espaço naturalizado que sempre esteve lá, como se apenas

¹¹³ GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas**: o deslumbramento do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 34. Reconhecemos que Greenblatt diz estas palavras em um contexto distinto, longe do século XIX em que Varnhagen estava inserido. Mas acreditamos que estas palavras podem servir aos propósitos dessa dissertação, se utilizadas nesse novo contexto da historiografia oitocentista brasileira.

esperando aqueles que, diante dela, não perceberão outra coisa que não o “maravilhoso” antes de serem capazes de, enfim, transformá-la.

Além disso, o deslocamento da geografia para o primeiro momento do enredo da escrita de uma História nacional nos leva a concordar com as reflexões de Antônio Carlos Robert Moraes sobre essa mesma época. Segundo ele, “Nos países de formação colonial, a tradição (a história) é, todavia, muitas vezes incômoda. Daí o fato de, neles, as argumentações geográficas amiúde virem no centro dos discursos que afirma o Estado nacional”.¹¹⁴ As preocupações que fomos capazes de identificar nos modelos do IHGB acima discutidos, que buscavam perscrutar o espaço, adquirir a documentação no sentido de delimitá-lo discursivamente, além de enquadrá-lo em um dado recorte temporal, no sentido de historicizá-lo, é muito revelador do “incômodo” da própria época em que tais preocupações foram explicitadas. O mesmo se poderia dizer de Varnhagen: a primeira “Seção” de seu livro, como analisamos acima, consiste justamente em construir uma “argumentação geográfica”.

Retomando a argumentação de Moraes, diríamos aqui que o Império do Brasil se encontrava em uma situação muito semelhante (mas não totalmente idêntica) a outros países da América Latina, posto que estes também houvessem vivenciado um passado de formação colonial. No caso brasileiro, podemos perceber um quase contínuo processo de conquista dos espaços por parte de seus colonizadores portugueses. O espaço, porém, na forma de um “território nacional”, também apareceu enquanto uma das preocupações centrais daqueles que quiseram emancipar o Brasil do domínio português. Aqui vemos surgir uma concepção que une “Estado” e “território” sob a mesma ideia: a “questão nacional”. A herança de uma sociedade profundamente desigual, ao ponto de muitos de seus elementos viverem na condição de escravos, tornava ainda mais difícil se pensar a nação, a sociedade e a realidade nacional como um todo integrado. Assim, o “todo”, isto é, o país, jamais poderia ser simplesmente uma soma de suas partes: as “partes”, além de incompatíveis, eram por demais desiguais.¹¹⁵

Buscando explicar e dar um sentido a esse “todo”, isto é, a seu território, o discurso historiográfico brasileiro encontrou na dimensão espacial da nação um elemento central. O espaço é colocado nesta posição na medida em que ele é capaz de auxiliar na explicação e dinâmica da colonização, que atravessa o passado do país, já que tal dinâmica “é em si mesma

¹¹⁴ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 78.

¹¹⁵ *Ibidem*. p. 78-79.

um processo de relação entre a sociedade e o espaço”.¹¹⁶ Além disso, as tentativas de se pensar uma “nação nos trópicos” não poderiam ignorar a espacialidade construída a partir deste processo histórico: pensar a geografia, como nos diz Moraes, é pensar uma “história territorial”.¹¹⁷

E não é apenas o território que será herdado do passado colonial: aspectos socioeconômicos, como a escravidão, que já sugerimos acima, também apareciam aqui como elementos com os quais o nascente Império brasileiro teria que conviver. Nesta época, porém, o imenso espaço brasileiro ainda não havia sido completamente explorado e utilizado para fins econômicos, de modo que vastas extensões de terra ainda permaneciam intocadas. A adoção de um Estado centralizado na forma de um governo monárquico irá conciliar a necessidade, por parte da elite dirigente do Império brasileiro, de manter a unidade do território que se quer preservar para melhor explorá-la economicamente e, ao mesmo tempo, alcançar o reconhecimento internacional necessário para que esse domínio ganhasse legitimidade.¹¹⁸

A partir daí, o Estado imperial, não sem discordâncias e resistências, buscou pôr em prática seu projeto de uma “civilização nos trópicos”, para usar o termo de Manoel Luís Salgado Guimarães.¹¹⁹ Para isso, foi retomado, por exemplo, os tratados herdados do período colonial que possuíam o território brasileiro como objeto, como o tratado de Madri, o de Santo Idelfonso e o de Badajós.¹²⁰ Como já havíamos sugerido anteriormente, a adoção da monarquia veio não só a ajudar a manter o território unificado como também facilitar o reconhecimento do Brasil por países europeus, que testemunharam diversas restaurações de formas de governo no modelo do “Antigo Regime”. Mas poderíamos acrescentar também que a monarquia foi capaz de criar uma ideia de continuidade dinástica entre o passado colonial e o novo país independente no presente, amenizando o próprio processo emancipatório, que era quase sempre encarado com desconfiança por vários países europeus. Tal foi o sucesso brasileiro que nem mesmo Portugal demorou a reconhecer o novo país independente.¹²¹

As condições favoráveis à manutenção do espaço, herdado do passado colonial descrito acima, contudo, encontravam-se diante de um obstáculo que não poderia ser

¹¹⁶ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 91.

¹¹⁷ *Ibidem*. p. 92.

¹¹⁸ *Idem*.

¹¹⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

¹²⁰ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 92.

¹²¹ *Idem*.

ignorado: a população encontrada neste espaço parecia não se enquadrar em uma ideia de nação conforme os modelos identitários propagados pelos países europeus, nas quais as elites brasileiras buscavam inspirar-se. Em relação a isso, por exemplo, uma possibilidade apresentada na época foi a proposta de José Bonifácio, para quem se fazia necessário um modelo de construção da nacionalidade que fosse capaz de integrar, gradualmente, por exemplo, uma das parcelas da população desprovidas até mesmo da condição de ser humano: os escravos.¹²² Ao invés disso, essa elite optou por ignorar a população e sua desigual distribuição entre os diferentes estratos sociais. Assim, o Brasil passou a ser pensado não enquanto uma *sociedade*, mas como um *território*. Pensou-se no Brasil não enquanto formado por um povo, mas como uma “porção do espaço terrestre”; “não como uma comunidade de indivíduos, mas como um âmbito espacial”.¹²³

O território, dessa forma, tornou-se central no pensamento da elite brasileira. E em torno dele foi possível se unir tanto a ideia de construção de uma nacionalidade como, ao mesmo tempo, manter a integridade do território brasileiro. A articulação dessa nacionalidade em construção e a manutenção desse território foi algo que, como vimos, projetava sobre o espaço da nação em formação a própria manutenção de uma elite que se dedicava a construir o país juntamente com os seus valores morais e éticos. Tais valores, desse modo, seriam capazes de guiar o futuro do país, governando e dirigindo seus interesses.¹²⁴ A manutenção da integridade espacial tornou-se um “valor supremo justificador de qualquer ação estatal”.¹²⁵

E do que vimos até agora, podemos concluir que, em primeiro lugar, a ideia de construir o país atuou como elemento de coesão da elite nacional e que, a essa altura, constituía-se a partir da união das diversas elites regionais e locais, atribuindo-lhes uma identidade comum.¹²⁶ Em segundo lugar, essa ideia de construção de uma dada nacionalidade serviu para legitimar plenamente a ação do Estado, a principal entidade responsável pela condução deste projeto.¹²⁷

E, assim, o projeto de construção nacional volta-se para o futuro. No entanto, os elementos a serem buscados no passado não se referem a uma sociedade já plenamente delimitada em suas características: é preciso se pensar o que se quer para o futuro, a partir da

¹²² MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 93.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Ibidem. p. 94.

situação herdada.¹²⁸ Sem um “povo”, isto é, sem uma totalidade social passível de ser caracterizada enquanto tal, ao Império do Brasil restava somente perseguir e manter a unidade espacial do território. Antes de ser uma nação, o Brasil seria uma “comunidade imaginada” identificado com seu espaço, a partir do qual, então, o país seria pensado.¹²⁹ Seguindo Benedict Anderson, por “comunidade imaginada” entendemos “uma comunidade política [...] imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”.¹³⁰ Essa “comunidade” é “imaginada”, continua Anderson, porque

mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.¹³¹

Além disso, ela é “limitada” porque “mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações”.¹³² Mas devemos ter em mente que nada disso apaga as desigualdades sociais ou, para usar os termos de Anderson, a “comunidade” é pensada como uma “profunda camaradagem horizontal”,¹³³ apesar de permanecerem as desigualdades verticais que separam os diferentes estratos sociais.

E a sociedade desigual, assim, não permitia a inclusão de todos nesse projeto nacional. Surge aqui a necessidade, por parte de muitos daqueles que compunham a elite nacional, de *conciliar* as relações sociais desiguais (como o regime de escravidão) com as condições econômicas que lhes fossem favoráveis. A possibilidade de manter tais condições possibilitava, a essa elite, a manutenção de estruturas de relações de poder que seriam, assim, financiadas por, entre outras coisas, os lucros adquiridos em transações comerciais. Para tanto, seriam necessários vários elementos do liberalismo político e econômico europeu da virada do século XVIII para o século XIX. Por outro lado, seria imprescindível manter as estruturas de relações de poder escravistas. Essa “dinâmica conservadora”, para usar os termos de Paulo Mercadante,¹³⁴ guiada pela necessidade de *conciliação* pragmática em uma

¹²⁸ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 82.

¹²⁹ Cf. capítulo VI em: MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

¹³⁰ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32.

¹³¹ Idem.

¹³² Ibidem. p. 33.

¹³³ Ibidem. p. 34.

¹³⁴ MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**: contribuição ao estudo da formação brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

situação aparentemente tão paradoxal, atravessou os mais diversos aspectos da sociedade brasileira no século XIX, em particular o estrato social localizado no Estado e/ou naquelas instituições diretamente ligadas a ele.

VI

Longe do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, distante da capital do Império, a província de Pernambuco continuava a preservar uma imagem de instabilidade e rebeldia ao longo do século XIX. Desde o momento em que o país havia se tornado independente até o momento em que Varnhagen publicava sua “História Geral” examinada acima, não é difícil percebermos, na história pernambucana, diversas revoltas, rebeliões e mesmo revoluções que muito incomodaram o governo central. É verdade que os motivos, objetivos e mesmo o desenrolar desses acontecimentos variaram ao longo do tempo. Vistos em conjunto, porém, esses eventos desenhavam um espaço de instabilidade e descontrole que fez com que a província se transformasse numa fonte de constantes desafios à manutenção da imagem de um país unificado e homogêneo. Influenciando as províncias ao redor, Pernambuco era uma constante fonte de ideias que pareciam pôr a ordem desejada pelo Rio de Janeiro em risco. Lamentando a influência de tais ideias sobre algumas instituições eclesiásticas em Pernambuco, um autor do século XIX chegou a denomina-las “maligno vapor pernambucano”.¹³⁵

Como nos lembra Evaldo Cabral de Melo, a província de Pernambuco,

ao longo de quase toda a história do Império, viveu sob suspeita, fundada ou não mas pertinaz, de republicanismo e de separatismo, mesmo quando tais aspirações haviam perdido força mobilizadora e mesmo quando os liberais históricos, praieiros inclusive, haviam dados provas suficientes de sentimento monárquico e nacional, sem sacrifício das suas convicções reformistas no plano político e social.¹³⁶

Neste sentido, a Corte no Rio de Janeiro tendia a ver diversos movimentos, como a Revolução Praieira (1848-1849) de forma muito mais perigosa do que eles pareciam ser a

¹³⁵ Cf. REVOLUÇÕES do Brasil. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: n. 29-30. p. 5-106. 1977. p. 48. Reedição fac-similar. Para uma visão geral da conflituosa história de Pernambuco na primeira metade do século XIX ver: QUINTAS, Amaro. *O Nordeste, 1825-1850*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 2. v. 4).

¹³⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 321.

primeira vista.¹³⁷ Tais temores continuavam mesmo depois que tais movimentos eram esmagados. Na época, o influente jornalista José Justiniano da Rocha não tinha dúvida que “Pernambuco quer sua independência”, enquanto Varnhagen chamava a atenção do imperador, dizendo que ele deveria transferir-se, mesmo que momentaneamente, para o Norte, para acalmar os ânimos que criavam uma situação que ia se “figurando muito mal”.¹³⁸

Dentro desta atmosfera de permanente suspeição e desconfiança, elogiar momentos específicos da História pernambucana equivalia a atacar o próprio regime imperial. Se considerarmos, por exemplo, que a forma de governo dos Países Baixos na época do “Brasil Holandês” (século XVII) era a republicana, então elogiar os holandeses presentes no Brasil naquela época poderia ser uma forma de criticar a monarquia brasileira no século XIX. E o elogio dos holandeses como forma de criticar o governo do Rio de Janeiro não era uma atitude incomum, já que tocava na questão da unidade imperial, o que atraía discursos subreptícios de seus críticos, bem como silêncios elogiosos de seus apoiadores, como o fato de não se falar em interesse provincial ou regional no Parlamento. E o mesmo se dava quando se evitava falar da figura do Imperador.¹³⁹ No entanto, elogiar os holandeses não significava apenas opor-se à monarquia e à unidade imperial: significava também questionar o próprio legado português que havia dado ao Brasil a dinastia de Bragança.¹⁴⁰

VII

Não devemos nos espantar, portanto, que tenha sido o próprio Varnhagen quem buscou traçar os limites da reflexão sobre o tema do “Brasil Holandês” em 1854. Foi na própria *História Geral do Brasil...* que ele afirmou que a guerra contra os holandeses fora benéfica para o Brasil, produzindo uma coesão entre as classes que compunham a sociedade naquela época, além, de aproximar portugueses e colonos nascidos no Brasil. Além disso, a guerra contra os invasores batavos teria contribuído no sentido de auxiliar na integração do território, em nome do qual se lutava, o que mais tarde veio a compor a unidade do Império brasileiro. Todavia, como nos lembra Evaldo Cabral de Melo, devemos ficar atentos para o fato de que, para Varnhagen, foi a *guerra* e não *o domínio holandês* que foi benéfico: foi o *ato de lutar* contra os holandeses que trouxe benefícios para os brasileiros e não os *holandeses em*

¹³⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 321.

¹³⁸ Apud Ibidem. p. 322.

¹³⁹ Ibidem. p. 323.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 324.

si. E não menos curioso é o fato de Varnhagen discutir se o conflito com os holandeses foi benéfico ou não no livro *História Geral do Brasil...* e não em seu livro *História das lutas com os holandeses no Brasil*, de onde se poderia, a princípio, esperar tais reflexões.¹⁴¹ Apesar disso, ele fazia questão de afirmar que foi nas capitânicas do Norte “onde os povos estavam em contato com indivíduos de uma nação mais ativa e industriosa”:¹⁴² os holandeses. Podemos deduzir daí que Varnhagen via os holandeses de modo favorável? Não, pois os holandeses só seriam elogiados em suas realizações materiais e culturais, como a arquitetura, liberdade de comércio e administração. Para Varnhagen, isso em nada alterava o fato de que o Império era o sucessor de Portugal, e que somente a colonização portuguesa havia sido capaz de garantir a unidade nacional.¹⁴³

Outro exemplo que poderíamos citar aqui é o do historiador e jornalista João Francisco Lisboa. Em 1858, traçando um paralelo entre a colonização francesa e a holandesa, ele não mostrava simpatia por nenhuma das duas. Em seu livro de 1858, intitulado *Apontamentos para a história do Maranhão*, Francisco Lisboa afirmava que a ocupação holandesa do Maranhão (1642-1644) foi um verdadeiro “cotejo de horrores, agravado pelas paixões ruins dos conquistadores”.¹⁴⁴ Curiosamente, porém, ele reconhecia que em Pernambuco as coisas havia se passado de modo distinto: ali, os holandeses teriam dado “vigoroso impulso ao comércio e à agricultura”, além de terem contribuído para que o Brasil “se revelasse de algum modo à Europa”.¹⁴⁵ Nesse ponto, ele estava de acordo com Varnhagen. Mas não seria apenas aí que ele iria concordar com o Visconde de Porto Seguro: o Brasil era uma espécie de prolongamento de Portugal e o Império brasileiro havia recebido como importante legado português a unidade territorial.¹⁴⁶ Dessa forma, não podemos também deixar de notar o modo como ambos, Varnhagen e Francisco Lisboa, ao elogiarem a colonização portuguesa em oposição à holandesa, escreviam a partir de um mesmo lugar de fala, pondo em evidência um dos principais aspectos dessa herança: a unidade espacial.

Às vezes, entretanto, elogiar o invasor holandês ou tecer comentários positivos em torno da figura de Nassau não era algo de todo estranho, mesmo entre aqueles que se posicionavam de modo favorável à ordem imperial. Um exemplo disso era a postura do cônego Fernandes Pinheiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em um

¹⁴¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 324.

¹⁴² Ibidem. p. 324-325

¹⁴³ Ibidem. p. 325.

¹⁴⁴ Apud MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 326.

¹⁴⁵ Apud Ibidem. p. 326.

¹⁴⁶ Ibidem. p. 327.

estudo intitulado “Brasil Holandês”. Neste estudo, Pinheiro se entusiasmou com Nassau, elogiando o modo através do qual ele havia sido capaz de unir holandeses e luso-brasileiros, além de trazer uma série de melhoramentos materiais para o espaço sob seu domínio. Para ele, os pernambucanos deveriam considerar o fim do domínio holandês como um “favor do Céu”, já que, desse modo, eles teriam sido capazes de ver sua província aproveitar todos os benefícios de fazer parte da ordem imperial, além de serem favorecidos pela unidade espacial trazida a partir daí.¹⁴⁷ Entretanto, a pouca originalidade da posição de Fernandes Pinheiro pode ser constatada na medida em que, muitos anos antes, Robert Southey já havia tecido elogios semelhantes, preocupando-se inclusive em separar o domínio holandês da administração de Nassau: para Southey somente este último merecia elogios; ainda assim, para ele, o “caráter e o orgulho nacional dos portugueses [...] [eram] fortes em si mesmos e, na sua união, insuperáveis”.¹⁴⁸

Mas em que consistia, neste século XIX, o debate em Pernambuco em torno do “Brasil Holandês”? Ainda segundo Evaldo Cabral de Melo, o imaginário pernambucano pensava o período de domínio holandês dentro de uma “tradição autonomista da província”.¹⁴⁹ nesse sentido,

a expulsão dos batavos, a guerra dos mascates, a revolução de 1817 e a Confederação do Equador correspondiam a momentos de um mesmo processo. Consequentemente, manifestar reserva no tocante a qualquer um deles, sobretudo ao acontecimento fundador [isto é, a expulsão dos batavos, seguida da restauração da autonomia pernambucana] equivalia a questionar o conjunto, sobre o qual velava desde 1862 o Instituto pernambucano, sob a presidência do revolucionário e historiador de 1817, monsenhor Muniz Tavares, para quem o 27 de janeiro de 1654 [data da expulsão dos holandeses e restauração do domínio luso-brasileiro] só devia ficar abaixo do 7 de setembro no nosso calendário. Por conseguinte, ao longo do primeiro decênio da entidade, a tese da superioridade da colonização holandesa não mereceu acolhida.¹⁵⁰

É neste contexto, de uma tradição marcada pela instabilidade e pelo desafio à ordem imperial, bem como à sua ascendência portuguesa, que se buscou planejar a criação de uma instituição dedicada a pensar uma identidade provincial, longe da visão unificadora e panorâmica das propostas do IHGB. E é precisamente a esta instituição que Evaldo Cabral de Melo se refere quando escreveu, acima, sobre certo “Instituto pernambucano”. Inicialmente

¹⁴⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 329-330.

¹⁴⁸ Ibidem. p. 331.

¹⁴⁹ Ibidem. p. 332.

¹⁵⁰ Idem.

descrita como “Sociedade Arqueológica Pernambucana”, futuramente conhecida como Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) no século XX, esta instituição nascera a partir de várias inquietações, quase todas ligadas entre si pela preocupação em se pensar a história local. E muitas destas preocupações partiam de ideias que, ironicamente, espelhavam-se em reflexões muito parecidas com aquelas desenvolvidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contra as quais esta nova instituição veio a se opor ao longo de praticamente toda a sua existência. Mas se quisermos entender a história dela nós precisamos, antes de qualquer coisa, ter em mente o tipo de relação que seus fundadores estabeleceram com sua própria época. Mais do que buscar as “causas” de sua existência, devemos ter em mente o modo através do qual ela foi construída, a partir de uma tentativa de significar uma dada realidade, dentro de um recorte espacial e temporal específicos. Dessa forma, apesar de dedicada a preservar uma dada memória do passado, o IAHGP surgiu a partir de um esforço que terminou por ressignificar a própria época que o originou.

VIII

Assim, começemos pelo dia 11 de Outubro de 1861. Nesta data, nos deparamos com o editorial de um dos principais periódicos pernambucanos na época, o “Diário de Pernambuco”, onde se publicou, certa vez, um texto com a seguinte pergunta: “teremos nós uma história propriamente nossa, propriamente pernambucana?”.¹⁵¹ Esta pergunta havia sido publicada após a primeira metade de um século difícil para os habitantes desta província, encarada com grande desconfiança pelo governo imperial.

Muitos anos antes da publicação do texto acima, em 16 de setembro de 1837, surgiu certa “Sociedade de Literatos Pernambucanos” que se propunha a escrever uma “História desta heroica província, desde seu descobrimento até os nossos dias”.¹⁵² Determinados a realizar tal tarefa, essa “sociedade” divulgou no “Diário de Pernambuco” um pedido direcionado aos “concidadãos que tiverem documentos, memoriais, etc., relativamente a este objeto, se dignem de os emprestar”.¹⁵³ Tal “sociedade” e seu anúncio tiveram uma vida efêmera, mas outras tentativas de realizar uma empresa semelhante viriam a surgir nos anos seguintes.

¹⁵¹ Amadurecendo a ideia: os antecedentes. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/amadu.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

Em 1848, mais precisamente no dia 21 de agosto deste ano, foi publicado um artigo no periódico recifense chamado “A Barca de São Pedro”, sugerindo a criação de uma “Biblioteca Pública, Arquivo e Museu provincial, Instituto de História e Ginásio, dirigido à Assembleia Provincial de Pernambuco”.¹⁵⁴ No entanto, esta sugestão solitária e assinada por um autor desconhecido permaneceu um tanto vaga, limitando-se a sugerir a criação destas instituições sem, no entanto, especificar os modos de fazê-lo.

E é assim que nos aproximamos do ano de 1861, aquele ano em que um editorial no “Diário de Pernambuco” perguntava: “teremos nós uma história propriamente nossa, propriamente pernambucana?”. No ano anterior, em 1860, dois artigos publicados neste mesmo periódico ao longo do mês de fevereiro versaram sobre a necessidade de se desenvolver estudos de história local, sugerindo a criação de um instituto provincial, nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: segundo o autor destes artigos, Antônio Rangel de Torres Bandeira, o IHGB deveria servir de exemplo e não de obstáculo para a criação de uma instituição semelhante em Pernambuco. No ano seguinte, em 1861, encontramos o texto que pergunta por uma história “propriamente pernambucana” no dia 11 de outubro, para então reforçar, no dia seguinte, que “não arrefecemos no empenho de dar resolução a esta ideia, que não caiu em solo ingrato, estamos certos”.¹⁵⁵

Mas por que essa série de pedidos, que traziam em si todo este empenho, no sentido de se escrever uma história local, preservando-a através da criação de instituições específicas para isso? Para responder a essa pergunta, podemos remeter a dois eventos que parecem ter tido um considerável impacto nos letrados pernambucanos daquele período. O primeiro deles se deu em 1859, quando da visita de Dom Pedro II à Pernambuco. Nessa ocasião, o imperador havia se mostrado decepcionado com a “ignorância que encontro em geral nos pernambucanos da história gloriosa de sua província nessa época”, após fazer diversas perguntas a eruditos locais.¹⁵⁶ O segundo evento diz respeito à visita de ninguém menos que Francisco Adolfo de Varnhagen à cidade de Olinda, em 1861. Aqui, Varnhagen constatou que, em uma reforma para acomodar o Curso Jurídico de Olinda, o engenheiro responsável havia ordenado a retirada de uma lápide de pedra que atribuía a André Vidal de Negreiros a obra de reedificação do edifício. A lápide, uma vez arrancada, havia sido utilizada para compor uma parte do calçamento da rua em que se encontrava a construção.¹⁵⁷ Assim,

¹⁵⁴ Amadurecendo a ideia: os antecedentes. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/amadu.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

somada às iniciativas de 1837 e 1848, a passagem do imperador e de Varnhagen pela província de Pernambuco viriam a culminar nos artigos e editoriais do “Diário de Pernambuco”, publicados em 1860 e 1861.

Neste início da década 60 do século XIX, porém, a dúvida viria acompanhada de uma solução: agora, o objetivo deveria consistir na criação de uma “sociedade especial e unicamente destinada a promover o estudo das antiguidades na parte que respeita à história de nossa Província”.¹⁵⁸ E, no mesmo periódico, essa possível solução chegava acompanhada de um nome: “Sociedade dos Antiquários de Pernambuco”.¹⁵⁹ Qual seria, segundo este mesmo texto, o objetivo desta “sociedade”? Seria o seguinte:

investigar com critério e reflexão, nas muitas fontes de nossa particularíssima história: explorar estas várias minas de erudição e de notícias que jazem, quase em dissolução, no fundo dos cartórios, dos arquivos, das bibliotecas e, quem sabe, nos esconderijos de alguma corporação antiga, de algumas livrarias silenciosas, pelo descuido e incúria egoística dos respectivos donos.¹⁶⁰

A resposta não demorou a vir. Em janeiro de 1862, um grupo de homens se reuniu na Biblioteca Provincial, localizada no Convento de Nossa Senhora do Carmo em Recife, algo que havia sido divulgado através de um convite posto para circular em meio à sociedade da época.¹⁶¹ No convite, dizia-se que a província de Pernambuco,

tão cheia de gloriosas recordações, não possuía uma sociedade, que seguindo embora de longe e modestamente, o nobre exemplo da capital do Império com seu importante instituto Histórico e Geográfico, se aplique desvelada e exclusivamente já a colher e fazer perpetuar tradições que perder-se-iam com o volver dos tempos [...].¹⁶²

A partir daí, foi criada a “Sociedade Arqueológica Pernambucana”. Sintomaticamente, a data escolhida para a inauguração desta sociedade foi o dia 27 de janeiro de 1862, fazendo referência ao mesmo dia e mês do ano de 1654: o ano da “Restauração de Pernambuco do poder holandês”.¹⁶³ No dia da inauguração, além dos cinco fundadores e principais

¹⁵⁸ Amadurecendo a ideia: os antecedentes. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/amadu.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ O ato de fundação do Instituto Arqueológico. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/ato.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

¹⁶² Amadurecendo a ideia: os antecedentes. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/amadu.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

¹⁶³ Idem.

idealizadores da instituição (Joaquim Pires Machado Portela, José Soares de Azevedo, Antônio Rangel de Torres Bandeira, Antônio Vitrúvio Pinto Bandeira Acioli de Vasconcelos e Salvador Henrique de Albuquerque) encontravam-se presentes 22 convidados.¹⁶⁴

Todavia, se a cerimônia de inauguração representava um grande sucesso, especialmente para aqueles que, por tanto tempo, haviam defendido a criação de uma instituição dedicada a preservar a memória e a história pernambucana, nada disso os fez esquecer que ainda viviam sob um regime imperial, pouco favorável a qualquer conotação regional ou local no estudo ou qualquer outra forma de preservação do passado brasileiro. Desse modo, em seu discurso nesta cerimônia de inauguração, Joaquim Pires Machado Portela, o presidente interino desta recém-criada sociedade, dizia que o objetivo dela seria

esquadrinhar esses fatos ignorados, colher e purificar no crisol de judiciosa crítica essas tradições esparsas, pesquisar esses documentos negligenciados, descobrir esses monumentos que tenham significação histórica, comemorar enfim, tudo o que tiver dado ou puder dar nome e glória ao país.¹⁶⁵

“Dar nome e glória ao *país*” e não à Pernambuco: dito assim, as palavras de Machado Portela pareciam acenar para a entrada da Sociedade na ordem do discurso imperial; mas Portela sabia que tal “esquadrinhamento” se daria a partir de um ponto de vista primordialmente local, isto é, pernambucano. No entanto, ele continuou amenizando isso, acrescentando, ao invés disso, “ser mais fácil e exata a sua investigação e verificação de fatos *no próprio teatro em que aconteceram* [grifo nosso]”.¹⁶⁶ E aqui vemos um lugar de fala que se pretende despolitizado, considerando o espaço que iria nortear o ponto de vista dos estudos locais como um mero “teatro”, em que os eventos do passado se dariam sem maiores problemas, tendo em vista o objetivo final, isto é, pensar o espaço que transcendia aquele da província: o espaço nacional e unitário do Estado imperial.

IX

Após sua inauguração, tal “sociedade de antiquários” foi organizada para que se fosse possível alcançar os objetivos por ela propostos. Em seus primeiros meses de funcionamento, foi exatamente isso que foi realizado: seus associados se dedicaram a organizar os estatutos

¹⁶⁴ O ato de fundação do Instituto Arqueológico. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/ato.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

que iriam regê-la, além de se preocupar com a própria formação e expansão do quadro de sócios.¹⁶⁷ E aqui ela seguiu o exemplo do IHGB: os membros que iriam preencher tais quadros não precisariam ter publicado nenhuma obra historiográfica, sendo suficiente o fato de gozar de algum prestígio político, social e/ou intelectual. No entanto, assim que os novos estatutos foram criados, ela modificou seu nome para “Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano”, em 16 de agosto de 1862.¹⁶⁸ A palavra “arqueológico” foi escolhida em virtude do diálogo com as historiografia francesa do período, que, em geral, parecia conceber essa palavra como significando principalmente o conhecimento do passado em todos os seus aspectos. Já o termo “pernambucano” havia sido fruto do diálogo com diversas ideias presentes no pensamento liberal europeu, enfatizado o fato de a instituição pertencer não ao *governo* de Pernambuco, mas sim ao *povo* pernambucano.¹⁶⁹

Ao longo do século XIX, a tentativa de se criar sucursais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nas províncias do Império foi um fracasso quase total, pois apenas duas alcançaram algum sucesso: o Instituto Histórico e Geográfico da província de São Pedro, com sede em Porto Alegre, e o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, com sede em Recife. A instituição com sede em Porto Alegre tentou se aproximar do IHGB, se afiliando a ele; sintomaticamente, porém, o outro instituto, com sede em Recife, manteve-se afastado da instituição criada na capital do Império.¹⁷⁰

O primeiro presidente da instituição pernambucana foi um homem chamado Francisco Muniz Tavares, um antigo revolucionário que havia participado da rebelião de 1817 contra a coroa portuguesa. Justificando a escolha de Muniz Tavares para o cargo da presidência da instituição, Joaquim Pires Machado Portela, um dos membros fundadores, comentou que “a natureza mesma desta sociedade o exigia”, além do que “quem diz história diz passado, e quem diz passado, diz velhice, experiência, saber”.¹⁷¹ E tudo isto se encontrava, para ele, simbolizado na figura de Tavares. Ironicamente, de forma semelhante ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano entrou em dificuldade financeira já nos primeiros anos de seu funcionamento (o instituto era sustentado por seus membros), quando a instituição se viu forçada a pedir subsídios ao governo

¹⁶⁷ O início do funcionamento e a figura de Francisco Muniz Tavares. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/inicio.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 381.

¹⁷¹ O início do funcionamento e a figura de Francisco Muniz Tavares. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/inicio.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012

provincial, representante direto do governo monárquico. E ela permaneceu assim até o final desta primeira década de sua existência.¹⁷²

Dedicando-se a estudar o passado, o Instituto também não deixava de preservá-lo no presente: para isso, a instituição sentiu-se impelida a acompanhar as modificações pelas quais Recife passava, registrando os prédios antigos que desapareciam, além de esquadrihar as plantas mais primitivas de edificações históricas, por exemplo. Ao mesmo tempo, buscando se consolidar aos olhos de seus contemporâneos, o IAGP foi construindo uma extensa teia de relações com diversas outras instituições e associações de Recife, como o Gabinete Português de Leitura, além de conceder o título de “sócio correspondente” a inúmeros personagens com os quais buscava se aproximar. Em 1863, Antônio Vitrúvio Pinto Bandeira propôs que o IAGP enviasse ao imperador D. Pedro II uma proposta de colocar a instituição sob sua proteção, nomeando-o “Presidente Honorário”. No ano seguinte, em 1864, o Ministério do Império enviou uma resposta positiva, concordando inteiramente. Do ponto de vista historiográfico, contudo, a instituição parecia incapaz de escapar às tensões que pareciam inerentes à sua época: por um lado, ela buscava se opor ao discurso historiográfico emanado do Rio de Janeiro sem, no entanto, enfrenta-lo diretamente; por outro lado, ela buscava lutar contra a própria indiferença dos pernambucanos em relação a seu passado.¹⁷³

Apesar desta constante e paradoxal relação de tensão com a capital do Império, dentro do IAGP não se falava em separatismo. E essa relação se dava até mesmo quando, em um dos discursos do primeiro presidente Muniz Tavares, foi dito que, “depois do dia 7 de setembro de 1822, não encontro um outro [dia] em nossos anais que mereça tanto o nosso culto como o dia 27 de janeiro de 1654”.¹⁷⁴ De um lado, portanto, uma data cívica de escopo nacional; do outro, um momento fortemente carregado de um significado local.

Na década seguinte, mais especificamente entre 1876 e 1883, o IAGP voltou a entrar em dificuldades financeiras. A essa altura, esse problema já havia se tornado crônico, e até a revista da instituição teve sua publicação interrompida durante sete anos. Agora, porém, um novo problema se fazia presente: alguns desentendimentos começavam a surgir no quadro de sócios. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, o fim da política de “conciliação” e os primeiros

¹⁷² Preservar, estudar e celebrar a história de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/preservar.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Idem.

sinais de crise da monarquia terminaram por repercutir dentro do próprio Instituto pernambucano.¹⁷⁵

Nas últimas décadas da história do Império, incluindo também os primeiros anos da história republicana, diversas ideias e correntes de pensamento tenderam a pôr em questão o legado lusitano, como o evolucionismo, associado muitas vezes ao “germanismo” da Faculdade de Direito de Recife, o abolicionismo e mesmo o republicanismo e a propaganda imigratória, que terminaram por repudiar o passado português do Brasil. *Grosso modo*, os críticos da herança portuguesa tendiam a associá-la à ortodoxia católica, isto é, ao obscurantismo decorrente da aliança entre Igreja e Estado. Para esses críticos, essa aliança teria reduzido o Brasil a mero coadjuvante no cenário mundial ao longo de sua história, chegando mesmo a segregá-lo comercialmente, além de associá-lo a uma monarquia que pervertia a vida brasileira, por exemplo.¹⁷⁶ Essas e outras críticas só alimentavam ainda mais uma nostalgia diante daquele momento da História brasileira dominado por holandeses, sendo estes últimos associados à modernidade, ao pensamento livre, republicano e a uma raça pura e de imensa prosperidade em inúmeros aspectos.¹⁷⁷ E foi justamente nesse contexto que aquele que veio a ser considerado um dos principais representantes do IAGP, Francisco Augusto Pereira da Costa, foi capaz de, simultaneamente, lançar críticas mordazes ao legado português e tecer grandes elogios ao passado do domínio holandês, praticamente reabilitando-o.

Em seu discurso de posse no IAGP, em 1876, Pereira da Costa denunciou as ideias que, pareciam reduzir a presença batava a algo diabólico e condenável, reduzindo a “rápida e luminosa passagem dos holandeses por esta província” a seus aspectos negativos.¹⁷⁸ Recorrendo às “exigências da crítica histórica”,¹⁷⁹ como diz Evaldo Cabral de Melo, Pereira da Costa chamava a atenção de seus ouvintes para o fato de que uma abordagem histórica minimamente aceitável deveria observar todos os lados de qualquer questão, evitando contar a história sob uma ótica única e exclusiva de apenas um dos participantes: o “lado” holandês, enfim, também precisaria ser ouvido. Indo além, o momento de expulsão dos holandeses foi, para ele, uma grande oportunidade de independência perdida: tendo “restaurado” o espaço da província, isto é, tendo expulsado os invasores holandeses, Pernambuco caiu novamente sob o domínio português. Mantendo o tom de suas críticas, ele chegou mesmo a afirmar que “o 27

¹⁷⁵ A segunda fase do Instituto Arqueológico: o final do século XIX. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/segunda.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

¹⁷⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 334.

¹⁷⁷ Ibidem. p. 334-335.

¹⁷⁸ Ibidem. p. 335.

¹⁷⁹ Idem.

de janeiro [data da “Restauração”] não nos pertence. Pertence-nos tanto como o 1º de dezembro de 1640 quando passamos do domínio espanhol para o português”.¹⁸⁰ A “Restauração”, para ele, era um “grito de liberdade”.¹⁸¹ Substituir os holandeses por portugueses foi, para ele, o mesmo que substituir a dominação de um povo admirável por outro muito pior, trocando a presença de uma nação avançada em todos os sentidos pelo atraso lusitano. Para Pereira da Costa, muitos de seus antepassados pernambucanos tendiam a ver o enredo da luta e vitória sobre os holandeses como um episódio brilhante na história pernambucana. Ele, ao invés disso, acreditava ver aí um erro trágico que se deu no passado.¹⁸² Além disso, ele mesmo afirmou que,

Quando os holandeses abriam escolas, consentiam o livre comércio dos livros e pretendiam criar uma biblioteca pública, os portugueses fechavam as escolas, proibiam a entrada de livros no Brasil e sujeitavam-nos à censura da Mesa da Consciência e Ordens! Quando os holandeses pretendiam criar no Brasil uma universidade, os portugueses apontavam-nos sua célebre Universidade de Coimbra!¹⁸³

A partir daí ele irá explorar os mais variados aspectos do legado holandês em oposição ao legado português: de um lado, para ele, estavam os portugueses tecnologicamente atrasados, enquanto isso, do outro, estavam os holandeses que, em Recife, construíram “palácios como ainda hoje não possuímos; pontes, canais e estradas públicas”;¹⁸⁴ na época, enquanto, de um lado, “Portugal começava a decair”, do outro lado estava “a Holanda [que] era [como] um gigante que despertava”.¹⁸⁵ Em resumo, “já agora podemos dizer que o Brasil seria muito mais feliz e seria mesmo hoje a primeira potência da América se tivéssemos sido colonos holandeses”.¹⁸⁶

Apesar do conteúdo aparentemente chocante (e Pereira da Costa chegou até mesmo a pedir desculpas caso ele tivesse chocado alguém, ao fim de seu discurso¹⁸⁷), tais críticas encontraram eco fora do Instituto, como em certo autor que chegou a perguntar: “O que há, pois, de maravilhoso em Portugal que cause admiração e inveja em outros povos? Nada, absolutamente nada”, ao que, depois, acrescentou: sobre as “únicas glórias [de Portugal] [...] –

¹⁸⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 336.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Ibidem. p. 337.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Ibidem. p. 338.

se pode chamar de glória ao incêndio, ao estupro, ao adultério, ao roubo e aos assassinatos – são as conquistas da Guiné e do Brasil, matando-se os índios e reduzindo-os à escravidão”.¹⁸⁸ Como observou Evaldo Cabral de Melo: “Nem mesmo os foliculários praiheiros haviam-se mostrado tão virulentos”.¹⁸⁹

Nesta mesma época, porém, sendo a comunidade portuguesa em Recife especialmente rica e influente, tais acusações não iriam passar despercebidas. Alguém ligado a essa comunidade, um homem chamado Alípio Augusto Ferreira, escreveu na imprensa reprovando o

ódio de raça e os baixos preconceitos de parte da mocidade brasileira contra os portugueses, [sendo] tema constante atribuir ela a Portugal a origem de todos os males que afligem o Brasil, como se os 55 anos de vida independente que conta o Império não bastassem para seus filhos terem já evitado e remediado todos esses males reais ou imaginários.¹⁹⁰

E, além disso, acrescentava: “o pecado original serve ainda na mente de alguns ‘patriotas’ pernambucanos para insultar uma nação”, chamando Pereira da Costa de “insultador de suas convicções [as do IAGP] e da memória dos heróis cujas façanhas [esta instituição] comemora todos os anos com patrióticos discursos e pompa oficial”.¹⁹¹ Todavia, ainda em 1876, um dos sócios do próprio IAGP veio a reprovar diversos aspectos e partes da argumentação de Pereira da Costa, como foi o caso de Maximiliano Lopes Machado, no “Jornal do Recife”,¹⁹² onde a ofensiva em defesa dos portugueses ainda continuaria muitos anos depois. Um exemplo disso se deu durante a celebração do tricentenário do falecimento de Camões pelo Gabinete Português de Leitura, comemorado também em outras cidades do Império, como no Rio de Janeiro.¹⁹³ No caso do Gabinete localizado em Recife, criticando a “forçada e convencional injustiça que usam e com que julgam as coisas portuguesas uns grupos ou antes umas seitas”.¹⁹⁴ Para uma destas “seitas”, pronunciava-se a instituição,

tudo o que é português moderno é mesquinho, e nós, os portugueses, particularmente os que residimos no Brasil, os representantes do

¹⁸⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 338.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Ibidem. p. 339.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Ibidem. p. 339-340.

¹⁹³ Ibidem. p. 340.

¹⁹⁴ Ibidem. p. 340-341.

mercantilismo sórdido ou do materialismo que rebaixa o senso moral até ao extremo onde não germina uma ideia boa, elevada e nobre.¹⁹⁵

Sintomaticamente, muitos anos depois, Pereira da Costa veio a recuar de sua posição de 1876, passando a elogiar a administração de Nassau, em detrimento da não tão perfeita administração holandesa. Dessa vez, ele buscou deixar claro o tom que iria atravessar seu estudo, afirmando que

condenamos absolutamente e sem reservas a invasão holandesa, aplaudimos o generoso movimento da restauração de Pernambuco, que firmou a integridade territorial da pátria brasileira e exaltamos a memória dos legendários heróis dessa cruzada patriótica.¹⁹⁶

E, em outro momento do discurso, chegou mesmo a afirmar que a dominação holandesa fora “bárbara e cruel”. Ainda assim, contudo, sua visão desse período continuava bastante positiva, continuando a invocar a “orientação da crítica histórica” para justificar seus argumentos.¹⁹⁷

X

Porém, alguns anos depois, na década de 80 do século XIX, um acontecimento veio a marcar profundamente os estudos realizados posteriormente, especialmente no IAGP, sobre o período holandês. Em 11 de Março de 1884, a Assembleia Provincial de Pernambuco aprovou um pedido que o IAGP havia encaminhado a ela. Este pedido buscava um financiamento para algo que já há algum tempo era desejado: enviar um de seus membros para a Holanda, com o objetivo de “examinar e extrair cópias dos documentos oficiais existentes nos arquivos e bibliotecas daquele reino, relativos às lutas dos holandeses no Brasil”.¹⁹⁸ E o pesquisador escolhido para isso seria um homem chamado José Hygino Duarte Pereira.

Assim como diversos membros do Instituto, José Hygino Duarte Pereira nasceu em Recife, mais especificamente no dia 22 de Janeiro de 1847. Formou-se em Direito no ano de 1867, mas só veio a doutorar-se em 1876. Após ter exercido o cargo de juiz municipal na cidade de Desterro, em Santa Catarina (atual Florianópolis), voltou à Recife, assumindo

¹⁹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 341.

¹⁹⁶ Ibidem. p. 341-342.

¹⁹⁷ Ibidem. p. 342.

¹⁹⁸ Hygino transforma o Arqueológico em centro de referência. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/hygino.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

alguns cargos como o de professor na Faculdade de Direito do Recife e, mais tarde, o de Secretário da Presidência da Província. Segundo uma de suas biografias, ele parece ter cultivado uma forte tendência liberal, beirando o republicanismo.¹⁹⁹ Mais, tarde, isso veio a estar de acordo com algumas de suas críticas ao regime imperial. Nessa década de 80 do século XIX, seu interesse voltou-se para o estudo do período do domínio holandês e, sem dúvida, encontrou condições favoráveis para ser satisfeito: Hygino dominava o alemão e o holandês, além de ter se tornado, ao longo de sua vida, um dedicado tradutor de obras de autores holandeses do século XVII que escreveram sobre o Brasil, tendo publicado um estudo sobre a economia do domínio holandês nesse mesmo período.²⁰⁰

A despeito disso, porém, o presente tratou de dificultar a relação de Hygino com o passado. Muitos anos antes, em 1875, ele havia entrado com um pedido junto ao Ministro do Império para a subvenção de sua missão para a Holanda. Esse pedido, porém, foi negado, e o Ministro do Império veio a alegar algo que, mais tarde, Hygino voltaria a ouvir: a pesquisa em acervos holandeses interessava à história da província, mas não à história do Império.²⁰¹ Como se isso não fosse o bastante, o contexto não era dos mais favoráveis fora do Instituto pernambucano. Em 1878, por exemplo, um senhor de engenho, chamado Herculano Cavalcanti de Sá e Albuquerque, reconheceu, por escrito, a possibilidade de que esta parte do país viesse a se separar do restante do país. No “Diário de Pernambuco”, ele chegou a escrever que a separação seria a única maneira de fazer “prosperar esta parte da comunhão brasileira, que até hoje nada mais tem representado do sul”.²⁰² Mesmo alguém que havia sido nobilitado pelo imperador, como Sebastião Antônio de Acióli Lins, barão de Goicana, registrou em seu diário que “O governo e representantes são indiferentes aos males que afligem especialmente ao norte do Império”.²⁰³

Apesar disso, alguns anos depois, encontramos na cidade do Recife um evento que iria ser especialmente marcante tanto do ponto de vista historiográfico quanto do ponto de vista das implicações políticas daí decorrentes. Na capital da província de Pernambuco, às 11 horas da manhã, do dia 9 de Maio de 1886, José Hygino Duarte Pereira proferiu um dos discursos mais famosos da História do então Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.²⁰⁴

¹⁹⁹ Hygino transforma o Arqueológico em centro de referência. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/hygino.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem.

²⁰² MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império: 1971-1889**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 13.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 3

Localizado na Rua da Concórdia, em instalações doadas pelo governo da província de Pernambuco ao Instituto em Maio de 1879,²⁰⁵ José Hygino foi relatar o resultado de sua pesquisa em arquivos na Holanda, relativos ao domínio que os flamengos exerceram sobre a então província de Pernambuco e suas vizinhas no século XVII. Segundo a revista do Instituto, o evento em que se daria o discurso de Hygino trouxe pessoas dos mais diversos estratos sociais: ali estavam membros do clero, o vice-presidente da província de Pernambuco, o Comandante de Armas, o chefe da polícia, além de chefes de repartições, advogados, jornalistas, professores e diversas autoridades de dentro da instituição.²⁰⁶

Mas se o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) foi capaz de chegar a um momento tão importante de sua história, tendo sido capaz de construir uma situação aparentemente tão favorável para a escrita da História de Pernambuco, as dificuldades estavam longe de desaparecer, mesmo neste fim de manhã de Maio de 1886. Vista em retrospecto, o simples fato da existência desta instituição já representava, por si só, um acontecimento raro e um tanto peculiar. E o episódio sobre o qual escreveremos a seguir, ocorrido no final da manhã de 9 de Maio de 1886, foi um momento em que a distância entre Recife e o Rio de Janeiro ficariam ainda maiores.

XI

Seguindo o protocolo, às 11 horas da manhã do dia 9 de Maio de 1886, o presidente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, o Conselheiro Pinto Júnior, proferiu as palavras que declaravam aberta a sessão especial que se iniciava ali. Nesse momento, ele tratou de explicar o porquê que o orador que iria falar naquele dia, José Hygino Duarte Pereira, estava lá e qual o propósito do discurso que ele iria proferir. “O motivo que hoje nos congrega neste recinto é a leitura do relatório de nosso ilustrado consócio Dr. José Hygino Duarte Pereira”, disse ele.²⁰⁷ Em seguida, esclareceu que Hygino esteve à frente da comissão que se encarregou de “extrair cópias de documentos oficiais existentes nos arquivos e bibliotecas da Holanda, relativos à luta dos holandeses no Brasil”.²⁰⁸ Uma comissão desse tipo, explicou ele, estava dentro dos objetivos do Instituto, que eram de “coligir, verificar e publicar” a documentação correspondente à “história das Províncias correspondentes às

²⁰⁵ A Sede. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/sede.php>>. Acesso em 19 jul. 2012.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 5.

²⁰⁸ Idem.

antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá”.²⁰⁹ Para ele, apesar de seus poucos recursos, o Instituto não poderia deixar de “saciar a sede de saber e o desejo de tornar mais conhecida a série de fatos pelos quais tanto se celebrizaram os denodados defensores da causa nacional nas épocas coloniais”.²¹⁰ Mas o esforço da pesquisa não exigiu sacrifícios somente do Instituto: Hygino também, de modo “incansável”, nas palavras do próprio presidente da instituição, foi obrigado a “interromper tão depressa os trabalhos de que estava encarregado” enquanto ainda estava no Brasil, para alcançar sucesso em sua missão.²¹¹ Apesar disso, na fala que seria proferida dali a alguns instantes, “Ele [José Hygino] vos mostrará o quanto conseguiu fazer, excedendo a expectativas de todos”.²¹² Após alguns comentários em que se lembrava da importância da situação não só para todos os presentes, mas também para o “lustre e renome da nossa cara Província”,²¹³ o presidente declarou aberta a sessão, passando, então, a palavra a José Hygino Duarte Pereira.

Duarte Pereira inicia sua fala saudando os que estavam presentes, como seria de se esperar, mas alertando que, justamente porque uma parte considerável do público que o escutava ali não ter sido inteiramente composta de membros do próprio Instituto, ele diz sentir a necessidade de explicar “a razão porque me foi cometido o encargo de que se trata”.²¹⁴ Assim, como uma espécie de prólogo, ele esclarece que a luta contra os holandeses no Brasil “não foi mais do que um episódio da luta prolongada entre os reis de Espanha e os seus súditos rebelados das províncias Neerlandesas”.²¹⁵ A situação das “províncias Neerlandesas” é pintada em fortes tons dramáticos: segundo ele, a presença espanhola teria imposto “quarenta anos de martírio”, durante os quais predominaram “o despotismo e a intolerância religiosa”. Além disso, esta trágica situação havia “precipitado na miséria essas províncias anteriormente ricas e florescentes”. Mas, segundo ele, esta descrição não passa de uma visão panorâmica, pois os detalhes seriam ainda mais assustadores: certa vez, por exemplo, o “duque de Alba”, em nome do domínio espanhol, “fez perecer no cadafalso a [sic] 18.000 homens”. Em seguida, somos informados que nada menos que 100.000 holandeses emigraram, fugindo desse extermínio. Curiosamente, para deixar explícita a fonte de onde tal

²⁰⁹ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 5.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Ibidem. p. 6.

²¹² Ibidem. p. 6.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Ibidem. p. 7.

²¹⁵ Idem.

informação havia sido retirada, Duarte Pereira faz questão de citar somente um documento em *holandês*.²¹⁶

No entanto, para os holandeses, ele prossegue, as coisas não permaneceriam assim durante muito tempo: “instigados pelo amor à liberdade de consciência e o ódio ao domínio estrangeiro”, eles iniciaram uma rebelião. Assim, eles “saíram deste estado de abjeta miséria para se elevarem ao fastígio da glória e do poder”. Em seguida, o povo holandês é transformado em uma espécie de herói romântico: “Pequeno pelo seu número e pelo território”, os holandeses aparecem aqui retratados como um povo “varonil”, dotado de “grandes virtudes”. De forma extraordinária, esse povo havia sido capaz de, “no lapso de 80 anos, repelir de seu solo as tropas espanholas, conquistar um lugar entre as nações independentes, devassar todos os mares com sua frota”. E suas glórias não terminariam aí: eles levaram a guerra “ao oriente e ao ocidente, [conseguindo] atrair a si o comércio do mundo, ilustrar-se não só pelas armas, como pelas letras e pelas artes”. Ao mesmo tempo, teriam sido ainda capazes de “reduzir a orgulhosa Espanha – em cujos domínios o sol d’antes não se punha – a representar um papel secundário na política europeia e por último a implorar a paz”. E foi assim que a “jovem República” holandesa chegou “a um desses períodos de plena florescência que raras vezes se repetem na história de um mesmo povo”.²¹⁷

Aqui observamos como, em sua fala, Hygino delinea o enredo que dá forma à história holandesa. Primeiro, ele nos apresenta uma situação de opressão, na forma dos “quarenta anos de martírio”, promovidos pelo “despotismo e intolerância religiosa”, elementos trazidos pelos invasores espanhóis. No entanto, essa situação de opressão e “martírio” é contrastada com uma suposta época idílica que a antecedeu, momento em que os holandeses viviam em “províncias anteriormente ricas e florescentes”. Essa situação de harmonia teria sido, portanto, quebrada pela chegada dos invasores espanhóis. A figura “quarenta anos de martírio” ganha ainda mais força quando somos lembrados pelo orador que, apesar de possuir “grandes virtudes” e apresentar a qualidade de “varonil”, os holandeses encontravam-se em situação desesperadora, graças ao fato de seu povo ser “pequeno pelo número e pelo seu território”. Além disso, eles encontravam-se lutando contra obstáculos difíceis de serem superados, que aqui ganham formas mais dramáticas na figura do duque de Alba, homem que, segundo Hygino, chegou a enforcar cerca de 18.000 pessoas e levou outras 100.000 a emigrar. Claro que devemos desconfiar desses números, especialmente se nos lembrarmos de que a

²¹⁶ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 8.

²¹⁷ Idem.

fonte de onde tais números haviam sido retirados é *holandesa*. Mas é fundamental lembrarmos *o modo como essa fonte é utilizada aqui*: realçar uma dada imagem dramática, para que o leitor ganhe uma (supostamente) melhor perspectiva da dimensão trágica em que se encontrava o povo holandês. A vitória alcançada pelos holandeses é mostrada por Hygino de modo a também delinear as dimensões de sua grandeza, quando somos informados que o povo holandês foi capaz de “reduzir a orgulhosa Espanha – em cujos domínios o sol d’antes não se punha – a representar um papel secundário na política europeia e por último a implorar a paz”. A harmonia é, enfim, restaurada: mas agora na forma de um novo estado (a “jovem República”).

XII

Hygino continua sua oração retomando a época em que os holandeses ainda se encontravam em meio ao conflito com os espanhóis, o que fez com que eles tivessem sido “impelidos para o nosso país pelo mesmo conjunto de causas que os levava ao oriente”. Dessa forma, eles “tentaram fundar uma colônia próspera e duradoura entre os colonos portugueses”. Ao chegarem aí, porém, se depararam com os portugueses que “odiavam, tanto quanto os Holandeses, o julgo do estrangeiro e especialmente do estrangeiro herege”. Foi assim que terminaram por “rechaçar os invasores”.²¹⁸ No entanto, para Hygino, essa imagem não é suficiente para caracterizar o domínio holandês no Brasil: ele faz questão de ressaltar que, “entre o período de conquista e a guerra de restauração” houve um “intervalo de paz” entre invasores holandeses e colonos portugueses. Além disso, à frente do domínio holandês, esteve um “príncipe ilustre da casa de Nassau [que] organizou a colônia holandesa”. Entretanto Hygino nota que, a despeito do fato de terem convivido durante este período de paz, as duas sociedades, isto é, a portuguesa e a holandesa, “embora sujeitas ao mesmo governo e regidas, em parte, pelas mesmas leis, não se fundiram, e parece que foi nula a influência que os holandeses exerceram sobre o espírito e os costumes dos habitantes portugueses”.²¹⁹

Apesar disso, segundo Hygino, vários são os aspectos que interessam ao estudioso desse período: “Feitos de guerra, constituição e organização do Brasil Holandês, seitas religiosas, elementos de que se compunha a população” e, por último, “relações entre os

²¹⁸ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 8.

²¹⁹ *Ibidem*. p. 8-9.

vencidos e os conquistadores”. O próprio Hygino nos lembra de que grande quantidade de documentos relativos a esses aspectos podem ser encontrados em diversos “arquivos e bibliotecas das Holanda”. Sabendo disso, a documentação presente em tais arquivos e bibliotecas “não podia deixar de atrair a atenção do Instituto Arqueológico de uma província que foi a sede do governo colonial [holandês], o centro das operações do inimigo”. Some-se a isso fato de que a terra desta província teria sido o “solo [que] tantas vezes ensopou o sangue vertido pelos nossos antepassados nas lutas que travaram com os invasores”. E o IAGP não poderia deixar de “coligir, pelo menos uma parte desses dados e vulgariza-los”. E, segundo o próprio Hygino, a missão de colocar tal empresa em prática foi uma honra cedida ao “mais obscuro” dos membros da Instituição: ele mesmo.²²⁰

É interessante observarmos que Hygino justifica a inclusão dos holandeses na História de Pernambuco a partir dos significados que ele projeta sobre o espaço (“província, que foi sede do governo colonial”; “solo [que] tantas vezes ensopou o sangue vertido pelos nossos antepassados”). Tentando precisar e delimitar melhor o espaço a que se refere, Hygino explora suas dimensões geográficas já que, para ele, trata-se aqui da província de Pernambuco, que teria sido o centro do governo holandês, além de ter sido “o centro de operações inimigas”. Seguindo Certeau, diríamos aqui que Hygino primeiro estabelece uma “ordem [...] segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”,²²¹ isto é, ele age no sentido de selecionar alguns daqueles aspectos que merecem ser descritos da história da relação entre holandeses e portugueses, como “Feitos de guerra, constituição e organização do Brasil Holandês, seitas religiosas, elementos de que se compunha a população” e “relações entre os vencidos e os conquistadores”. Em seguida, ao estabelecer a “configuração instantânea”, para usar mais uma expressão de Certeau,²²² das posições em que cada um desses aspectos aparece, ele propõe uma possibilidade de trabalhá-las, isto é, estabelecer os lugares que cada aspecto por ele citado irá ocupar na forma de pessoas, conceitos, categorias, eventos, etc., em seu texto. Praticados, isto é, trabalhados nesta “operação historiográfica”, tais aspectos resultariam, assim, em um recorte espacial único, pois única também é a identidade pernambucana. Sabendo disso, podemos ver como Hygino não está muito distante do contexto daqueles que buscavam pensar a questão de identidade espacial e historicamente, como no IHGB.

²²⁰ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 9.

²²¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. v. 1. p. 201.

²²² Idem.

Hygino prossegue em sua exposição chamando a atenção de seus ouvintes para um problema sério de sua época: em suas próprias palavras, trata-se da “indiferença, que se tem apoderado da sociedade” em relação ao passado. Ele acrescenta que, “apesar da decadência de nossa província e do abatimento do espírito público, ainda não se extinguiu de todo o nosso amor ao passado, o zelo pelas nossas tradições”. E esse amor pelo passado, somado ao “zelo” pelas tradições, resultaria em uma “forma de patriotismo”. Apesar disso, ele faz questão de ressaltar que “Não faltou quem contestasse a utilidade da investigação que este Instituto pretendia mandar efetuar na Holanda”. Aparentemente, portanto, nem todo mundo concordava com a visão “patriótica” que Hygino dizia lançar sobre sua própria empreitada rumo aos arquivos holandeses.²²³

Antes de adentrarmos na questão daqueles que contestavam a empreitada de Hygino, examinemos sua atitude, que consiste em apontar um aspecto negativo do comportamento apresentado por uma dada parcela da população pernambucana em relação à História (a “indiferença” em relação ao passado). É interessante nos determos aqui na medida em que o discurso de Hygino mantém-se, desse modo, especialmente próximo aos eventos que o próprio Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano considera que o antecederam e até mesmo motivaram sua criação. Este discurso consiste em, basicamente, edificar a História da construção do Instituto em torno de dois acontecimentos: a visita do Imperador Dom Pedro II à província de Pernambuco em 1859 e a viagem de Francisco Adolfo de Varnhagen à Pernambuco em 1861. Estes dois eventos apontariam para a “indiferença” da população em relação ao passado, semelhante conclusão que Hygino reproduz em sua fala aqui.²²⁴

Diante de tanta “indiferença”, como explicar que, nas palavras do próprio Hygino, ainda “Não faltou quem contestasse a utilidade da investigação que este Instituto pretendia mandar efetuar na Holanda”? O próprio Hygino responde:

Dizia-se que os documentos acerca do Brasil, existentes no arquivo real de Haia, já eram conhecidos, e já haviam sido aproveitados em duas excelentes monografias modernamente escritas sobre o período da ocupação holandesa.²²⁵

²²³ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 9-10.

²²⁴ Amadurecendo as ideias: os antecedentes. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/amadu.php>> Acesso em: 19 jul. 2012.

²²⁵ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 10.

Aqui ele se refere a dois trabalhos: primeiro a monografia do general P. M. Netscher, intitulada *Les Hollandais au Brésil* e, em segundo lugar, à *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*,²²⁶ do Visconde de Porto Seguro, isto é, Francisco Adolfo de Varnhagen.²²⁷ José Hygino faz questão de acrescentar que Varnhagen, “Tendo exercido cargos diplomáticos em várias capitais da Europa [...] achou-se em condições de poder consultar os principais arquivos estrangeiros”. Além disso, ele pôde “colher os materiais necessários para os seus trabalhos históricos, que tal foi a ocupação constante de toda a sua vida”. Logo após ter dito isso, porém, o orador desfere uma breve, porém significativa crítica ao visconde de Porto Seguro: para Hygino, Varnhagen era “Investigador paciente e exato – mas nem sempre historiador imparcial”. Mesmo assim, o autor da *História das lutas com os holandeses no Brasil* foi capaz de dar “notícias autênticas e as mais completas que se podia obter naquela época sobre os assuntos de que tratou”. No entanto, Hygino também acrescenta que aqueles que não concordavam com a sua missão rumo aos arquivos holandeses também lançavam outra objeção que remetia a Varnhagen. Tal objeção referia-se ao fato do próprio Varnhagen haver consultado documentos que já estavam disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, trazidos entre 1850 e 1854, pelo “erudito Dr. Joaquim Caetano da Silva, então encarregado dos negócios do Brasil na Holanda”. Isso, portanto, tornaria a viagem de Hygino aos arquivos holandeses completamente desnecessária.²²⁸

Às objeções acima ele inicia respondendo assim: “Não pensava [...] assim o Instituto de Pernambuco”. E continua: “Em primeiro lugar os livros de Netscher e do Visconde de Porto Seguro não encerram senão a história *militar e política* da ocupação holandesa [grifos do autor]”. A isso Hygino acrescentava que todos os outros elementos que compunham a história da presença holandesa ficavam, nestes autores, ou em segundo plano ou eram, de todo, “olvidados”. Em seguida, ele alega também que, através de um de seus representantes na Europa, o governo imperial tomou conhecimento de que havia coleções de documentos a que “nem Netscher nem o Visconde de Porto Seguro [...] se referiram”. Por fim, José Hygino nos diz que foi precisamente para ir consultar tais documentos ainda não explorados que, segundo ele mesmo, “esta associação [o IAGP] me incumbiu de ir à Holanda”.²²⁹

²²⁶ Originalmente, em sua fala, Hygino refere-se ao livro de Varnhagen apenas como “Luta dos Holandeses no Brasil”; colocamos o título completo aqui apenas para tornar mais clara a referência a essa obra de Varnhagen.

²²⁷ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 10.

²²⁸ *Ibidem*. p. 10-11.

²²⁹ *Ibidem*. p. 11-12.

O sucesso de Hygino, em suas próprias palavras, foi o melhor possível. Ele nos diz que “a realidade excedeu mesmo às nossas esperanças”. Mas ainda assim ele se deparou com alguns obstáculos: ele detalha, por exemplo, como uma imensa documentação havia desaparecido do lugar em que ele esperava encontra-la, para só depois de minuciosa investigação ser novamente localizada, sendo que o completo desaparecimento dela teria significado uma perda “irreparável”.²³⁰ Em seguida, parte para detalhar longamente vários dos arquivos por ele encontrados, além dos documentos neles presentes. Para os fins desta dissertação, não nos interessa aqui essa lista. No entanto, em um dado momento, em meio a sua detalhada exposição, nos deparamos com alguns comentários particularmente reveladores, especialmente no que diz respeito ao modo através do qual José Hygino caracterizava os holandeses e o domínio holandês como um todo. É essencial analisarmos isso, na medida em que todos aqueles que escreveram antes, durante ou depois de Hygino o farão em diálogo com ele, com sua concepção do que vem a ser o “holandês” ou os “holandeses”.

XIII

Vejamos o momento em que o orador comenta alguns documentos que diziam respeito a casos de corrupção entre os próprios holandeses, além de atos de violência que estes teriam exercido sobre os habitantes das terras conquistadas.²³¹ Aqui, Hygino reflete em torno do comportamento, moral e ética dos holandeses. Em especial, o que o incomoda é: eram os holandeses realmente civilizados, levando-se em conta que eles praticavam atos de violência e ainda agiam de forma corrupta? Antes de analisarmos sua resposta, porém, é preciso deixar claro: ele não tenta generalizar suas colocações, isto é, ele não estende estas acusações a *todos* os holandeses. Em sua fala, ele limita-se a alguns casos que ele mesmo encontrou na documentação consultada. Mas sua resposta é sim, os holandeses eram muito mais “civilizados” que os portugueses, apesar desses casos de corrupção.²³² Quanto a isso, Hygino chega mesmo a usar a palavra “superiores” ao se referir aos habitantes da Holanda, colocando-os sobre uma luz ainda mais favorável. Mas em que consiste exatamente essa “civilização superior” dos holandeses? O que este orador entende por “ser civilizado”? Ele não define nada disso especificamente, mas podemos perceber alguns indícios do que viriam a ser tais concepções em seu discurso:

²³⁰ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 12-13.

²³¹ *Ibidem*. p. 22 e seguintes.

²³² *Ibidem*. p. 23.

[...] estes estrangeiros que de tão longe vieram fundar uma nova Holanda nesta parte da América eram superiores em civilização aos portugueses. Formaram-se na escola dos homens livres, eram regidos por *uma legislação já penetrada desse espírito liberal dos tempos modernos*, inteiramente estranho à ferrenha legislação de Portugal; intervínham nos públicos negócios, usavam largamente do direito de representação, sabiam defender com firmeza os seus direitos nos tribunais, e resistir às prepotências das autoridades, recorrendo aos poderes supremos do Estado ou à opinião pública pela imprensa [...] [grifos nossos].²³³

Nesta passagem percebemos que a estratégia utilizada por Hygino consiste em, basicamente, transformar os holandeses em indivíduos familiares àqueles que o ouviam naquele fim de manhã no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, isto é, fazer dos holandeses seus contemporâneos. Além disso, para ele, a legislação parece espelhar o comportamento e a postura de quase todos os indivíduos que compunham a “civilização” holandesa, graças às comuns qualidades que eles compartilham entre si. E essa legislação contém também dentro si o “espírito liberal dos tempos modernos”. Ainda na passagem acima, este “espírito liberal”, expressão familiar a muitos de seus ouvintes, é detalhado logo em seguida: ele consiste em uma capacidade de se fazer representar e de se defender como cidadão independente e livre, utilizando-se do Estado, ao invés de ser usado por ele. Os holandeses, portanto, são “civilizados” porque *se parecem muito mais com o presente da época do próprio Hygino (século XIX), além dos desejos e idealizações que ele projeta sobre seu próprio tempo, do que com o período em que se deu a presença holandesa propriamente dita (século XVII)*. Nesse sentido, os holandeses são civilizados porque são praticamente contemporâneos, pelo menos no que diz respeito às qualidades e valores por eles adotados. E a essa caracterização, ele opõe a seguinte descrição dos portugueses:

A colônia portuguesa, pelo contrário, tinha vivido até então no mais completo obscurantismo sob a suserania dos donatários, e nesse obscurantismo continuou depois do domínio holandês, submissa ao julgo dos governadores, pro cônsules do cesarismo português; as queixas dos moradores, abafadas no conselho ultramarino, raras vezes chegavam até o trono.²³⁴

E Hygino “prova” o que disse acima citando como exemplo o tratamento que os holandeses, mais uma vez em contraste com os portugueses, dispensavam aos judeus:

²³³ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 23.

²³⁴ *Ibidem*. p. 24.

“Sabemos que os judeus podiam livremente praticar o seu culto, comerciar e exercer qualquer indústria no Brasil”.²³⁵ Nesse ponto, ele insere uma nota de rodapé, em que cita mais “evidências” de que sua argumentação seria, supostamente, “verdadeira”: primeiro, ele alega que esse direito dos judeus era assegurado e tornado realidade pelo “pacto da união de Utrecht” assinado pelos holandeses com outros países da Europa; em seguida, ele reforça o quão dentro da moral e bons costumes estava tal “pacto” citando os artigos de número 5 e 170 não de algum documento do século XVII ou de algum século anterior a ele, como poderíamos esperar, mas da *Constituição do Império do Brasil do século XIX*.²³⁶

Isso, portanto, só reforça a interpretação que desenvolvemos até aqui e que, agora, podemos melhor estender e detalhar: os holandeses, apesar dos possíveis casos de corrupção e imoralidade são “civilizados”, pois já apresentam, em si, valores “modernos”, através do “espírito liberal”. Os portugueses, por outro lado, não são “civilizados” porque parecem ter parado no tempo, ainda presos a um “cesarismo” situado no passado. O recurso às figuras “tempos modernos” e “espírito liberal”, além de “cesarismo”, ao mesmo tempo em que opõem holandeses e portugueses, mantém a coerência da argumentação de Hygino dentro de uma lógica historicista. Isso significa que ele acredita poder manter seu argumento somente na “realidade concreta” da História vivida, ao invés de se perder em um puro abstracionismo imaginado: é uma forma dele dar suporte a sua argumentação, a partir (supostamente) de evidências objetivas, e não a partir (também supostamente) da subjetividade de sua imaginação.

E é exatamente esse “realismo” presente em seu discurso que permite “preencher” o passado com todos os elementos que irá tornar o presente (o *seu* presente) não só possível, mas também natural e desejável, como se a história se projetasse ao longo do tempo em um sentido linear. Como vimos, ele ainda reforça isso recorrendo à analogia com a Constituição do Império do Brasil. Tanto para Hygino quanto para aqueles que estavam presentes ali, naquela sessão especial do dia 9 de Maio de 1886, torna-se possível, desse modo, pensar uma identidade pernambucana no presente. E essa identidade é caracterizada como se fosse, ela mesma, um resultado da História que foi se construindo no ato de interiorizarem-se os valores e qualidades “civilizadas” ao longo do tempo, selecionando o que poderia vir de povos como portugueses e holandeses, mantendo o que é bom e descartando o que seria considerado mero “obscurantismo”.

²³⁵ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 24.

²³⁶ Idem.

Ao pensar essa identidade a partir dessa seleção de valores e qualidades, Hygino revela tanto o seu lugar de fala quanto o da instituição à qual ele estava ligado, o IAGP. E é essa tentativa de se pensar a *identidade pernambucana* que explica não só sua postura ambivalente em relação aos holandeses como também suas várias críticas à presença portuguesa. Além disso, é precisamente quando melhor delineamos esse lugar de fala que também seremos capazes de compreender o porquê das críticas desferidas por Hygino em direção à abordagem historiográfica de Varnhagen.

Em primeiro lugar, acreditamos que a postura ambivalente de Hygino em relação aos holandeses não é por acaso. Dizemos que sua postura é “ambivalente” na medida em que ele oscila entre, por um lado, o reconhecimento do problema que os holandeses representaram para a história pernambucana, o que custou a vida de inúmeros pernambucanos (“solo [que] tantas vezes ensopou o sangue vertido pelos nossos antepassados nas lutas que travaram com os invasores”), enquanto que, por outro lado, é significativo que Hygino dê uma *ênfase* muito maior em tratar os holandeses como *invasores* do que como *inimigos*, para depois demonstrar, a partir daí, que eles eram mais civilizados que os portugueses (“estes estrangeiros [os holandeses] que de tão longe vieram fundar uma nova Holanda nesta parte da América eram *superiores em civilização* aos portugueses”), superioridade essa que, segundo o mesmo Hygino, os colonizadores lusos jamais foram capazes de reverter (“A colônia portuguesa, pelo contrário, tinha vivido até então *no mais completo obscurantismo* sob a suserania dos donatários, e *nesse obscurantismo continuou depois do domínio holandês*”).

Mas vejamos essa postura com mais detalhes, pois é através da análise dela que conseguiremos entender o modo através do qual Hygino enfatiza uma postura que reconhece a importância dos holandeses, *apesar* deles terem sido, no passado, *inimigos* dos que lutavam por Pernambuco e contra eles. Afirmamos que essa ênfase não se deu por acaso, na medida em que, como já sugerimos, Hygino estava falando dentro de (e a partir de) uma instituição (o IAGP) que se preocupava ativamente com a construção da identidade do *povo pernambucano*. E isso se reflete até mesmo em seu nome: esta instituição, afinal de contas, escolheu já em sua fundação colocar a palavra “Arqueológico” no lugar de “Histórico” – ao contrário do IHGB no Rio de Janeiro –, além de optar por se autodenominar não como um instituto “de Pernambuco”, mas sim um instituto *pernambucano*, ou seja, não do “governo” da província, mas do *povo* dela.²³⁷

²³⁷ Nas palavras do autor da história (não assinada) do instituto, disponível no site da própria instituição: “A denominação ‘arqueológico’ foi escolhida por influência do pensamento francês que a considerava como designativa do conhecimento do passado em todas as suas facetas. Já o termo ‘Pernambucano’ foi adotado, por

Assim, a postura ambivalente de Hygino faz sentido para os discursos de membros como ele, já que teria sido na luta contra os holandeses que a *identidade pernambucana* teria se constituído. A consequência disso é que os holandeses são dispostos em um lugar central da história pernambucana, na medida em que eles teriam estado diretamente no *espaço* dito pernambucano, dominando-o e, indiretamente, servindo como elemento central na construção da união dos pernambucanos que aí residiam, unindo-os em torno de uma identidade em comum na luta contra esses invasores.

É verdade que Hygino afirmou, como constatamos anteriormente, que “foi nula a influência que os holandeses teriam exercido sobre o espírito e os costumes dos habitantes portugueses”. Mas essa influência sobre o colonizador luso foi nula pelo seguinte motivo: ela se deu não sobre eles, mas sobre o *povo pernambucano* que era, em parte, fruto desse colonizador, tendo dele se separado depois. Que essa influência tenha sido mais vigorosa sobre os pernambucanos que sobre o colonizador luso no passado é reforçada quando Hygino nos diz que os holandeses eram “regidos por uma legislação já penetrada desse espírito liberal dos tempos modernos”: dentro dessa lógica, já não os possuíam, eles, os holandeses, qualidades compartilhadas com os pernambucanos?

Desse modo, Hygino é capaz de *selecionar* o que ele e o povo pernambucano, agora já livre do julgo português, poderiam herdar do passado. E uma das condições para essa seleção é que os holandeses não poderiam ter exercido uma influência tão desastrosa ao ponto de serem *somente inimigos*: Hygino os trata como se eles tivessem tido, no máximo, a má sorte de terem invadido o Brasil, quando este estava nas mãos dos espanhóis, algo que, a longo prazo, teria se revelado frutífero para os pernambucanos. A ideia de ver os holandeses como *inimigos*, portanto, deve ser relativizada. E essa relativização é reforçada tanto pelos seus elogios direcionados aos holandeses em seu texto, reconhecendo a superioridade deles diante dos portugueses, como também por ele concentrar suas explicações nas razões que os trouxeram para o Brasil em sua luta com os espanhóis, atingindo, por vezes, tons dramáticos (“reduzir a orgulhosa Espanha – em cujos domínios o sol d’antes não se punha – a representar um papel secundário na política europeia e por último a implorar a paz”), retratando-os positivamente.

influência das idéias liberais européias, no sentido de ressaltar o pertencimento da instituição ao povo de Pernambuco, e não ao governo da província, como se poderia compreender erroneamente se fosse usada a expressão ‘de Pernambuco’”. Esse trecho foi retirado de: O início do funcionamento e a figura de Francisco Muniz de Tavares. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/inicio.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

Em segundo lugar, o conjunto de críticas que Hygino desferiu em direção à Varnhagen não dizia respeito somente a questões epistemológicas: elas delimitavam seus respectivos lugares de fala. À escolha epistemológica de Varnhagen, pautada por uma abordagem que privilegiava os aspectos políticos e militares, Hygino opunha todas as outras dimensões (social, cultural, etc.) que haviam sido “olvidadas”, como o vimos afirmar acima. Foi desse modo que ele foi capaz de concluir que Varnhagen era um “Investigador paciente e exato – mas nem sempre historiador imparcial”. Essa conclusão de Hygino, após ter afirmado discordar da abordagem interpretativa de Varnhagen, parece corresponder ao que disse, certa vez, Hayden White: “Disputas historiográficas no nível da ‘interpretação’ são, na realidade, disputas em torno da ‘verdadeira’ natureza da empreitada do historiador”.²³⁸ Parafraseando White, diríamos que disputas historiográficas no nível da “interpretação” entre Hygino e Varnhagen são, na verdade, disputas em torno da “verdadeira” natureza da relação entre identidade, espacialidade e História, às quais cada um deles se dedicava a pensar a partir de seus respectivos lugares de fala. Para Varnhagen, fazia-se necessário pensar o espaço brasileiro com um povo que aí estivesse presente, no sentido de manter a integridade desse espaço, povo esse pensado a partir do dominante e superior português. Hygino, em contraposição, pensava a identidade daqueles que se encontravam especificamente no espaço pernambucano e a ele associados. Para Hygino, no entanto, este espaço diferenciava-se do espaço do Brasil, ao qual Pernambuco estava integrado, na medida em que ele não nutria o mesmo apreço pela superioridade que o português teria exercido sobre o resto do país, ressaltando um período que, tendo sido único, transformou também em única a identidade pernambucana e que, por isso mesmo, precisava ser estudado: o domínio holandês no Brasil.

Para atingir seu objetivo, portanto, não surpreende que Hygino tenha buscado manter um tom de objetividade em seu discurso, isto é, construindo sua visão de História dentro da lógica de uma (aparente) neutralidade, como se apenas constatasse aquilo que lê e percebe nos documentos consultados, sem nenhuma forma de mediação entre eles. É dessa forma que os argumentos contrários e a favor de tudo o que ele procurou analisar e descrever puderam ser apresentados por ele como se tivessem sido simplesmente “encontrados” nos documentos. Ou, em outras palavras, como se ele não tivesse desenvolvido qualquer interpretação, como se “contra fatos não existissem argumentos” e como se, enfim, o passado já possuísse em seu conteúdo os elementos que tornassem possível o presente, estabelecendo com ele uma

²³⁸ WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: John Hopkins University Press, 1973. p. 13.

progressão linear no tempo. No caso de Hygino, trata-se do presente pernambucano do século XIX, tal como ele e os demais sócios do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano imaginavam. Dessa maneira, realidades dentro e fora da linguagem utilizada no discurso de Hygino se mostram interdependentes, a partir das possíveis articulações que poderiam se dar entre elas, possibilitando a emergência de um novo momento no tempo, passível de ser reconhecido por homens como ele, que analisassem a relação entre presente e passado na História. Assim, divisando um novo recorte temporal no futuro, após comentar a superioridade dos “civilizados holandeses” sobre o “obscurantismo” português, ele se expressou dessa forma: “Uma nova era se achava inaugurada!”²³⁹

Porém, no que diz respeito a sua concepção de História, Hygino tanto se aproximava de Varnhagen quanto dele se distanciava. Arno Wehling resumiu a concepção de História de Varnhagen da seguinte maneira: “historicismo romântico-erudito – historismo, na tradição alemã – e o estatismo enformam a *Weltanschauung* [isto é, a visão de mundo] de Varnhagen” [grifo do autor].²⁴⁰ E o próprio Wehling explica essa definição:

O primeiro, porque a história aparece como uma categoria do conhecimento capaz de promover a explicação profunda dos acontecimentos, enraizados na tessitura íntima da cultura de uma nação. O estatismo, porque, como o entendeu Varnhagen e como o entenderiam os principais intelectuais da primeira metade do século XIX vinculados ao idealismo filosófico, o Estado era o maior e a mais cabal realização do espírito humano na história.²⁴¹

Não é de se espantar que uma concepção de história como essa privilegiasse a análise do aspecto político e militar de uma dada sociedade, posto que colocasse o Estado como elemento central. Algumas questões aqui, de forma óbvia, distanciavam Varnhagen de Hygino: este último, por exemplo, não buscava pensar a nação em si mesmo e nem muito menos queria transformar o Estado na mais “cabal realização do espírito humano na história”, escrevendo a história somente (ou principalmente) a partir dele. Por outro lado, algumas pontes ligavam e aproximavam os dois. Hygino certamente era alguém que se utilizava da história como uma “categoria do conhecimento capaz de promover a explicação profunda dos acontecimentos, enraizados na tessitura íntima da cultura de uma nação”. A evidência dessa aproximação dele com Varnhagen é o fato dele acreditar ser perfeitamente possível, sem nenhuma problematização ou reflexão explicitamente construída, perceber a “tessitura íntima

²³⁹ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 25.

²⁴⁰ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 75.

²⁴¹ Idem.

da cultura” do povo da província de Pernambuco. Seu procedimento consiste em “promover a explicação profunda dos acontecimentos”, na medida em que ele acredita poder perceber a identidade desse povo *por trás* da mera superficialidade dos acontecimentos apresentados e descritos em sua fala no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

No entanto, permanece a situação irônica da postura adotada por Hygino, na medida em que sua abordagem é tão “historista” quanto aquela adotada por Varnhagen e que também era capaz de afirmar, entre outras coisas, o “primado dos valores culturais específicos – locais, regionais, nacionais – em detrimento de um possível padrão universal”.²⁴² Isso constitui uma situação irônica já que *a mesma abordagem utilizada por Varnhagen para entender a nação era capaz de assegurar sólidas bases epistemológicas para sua contestação, a partir do “primado dos valores culturais específicos”, como aqueles da “localidade” chamada Pernambuco.*

E afirmamos que é exatamente na análise da divergência entre Hygino e Varnhagen que seremos capazes de perceber o quanto ela foi parecida (porém não completamente idêntica, guardando-se as devidas proporções) com aquela que opôs, no campo do direito, Thibault e Savigny. *Grosso modo*, no caso destes dois últimos, encontravam-se opostos um padrão francês universalista, inspirado por um “naturalismo de inspiração rousseauiana” (Thibault), ao particularismo de tradições históricas nacionais, baseadas em um modelo “historista” ou historicistas” (Savigny).²⁴³ No entanto, como nos lembra Arno Wehling,²⁴⁴ essa divergência pouco tinha de acadêmica, como em grande medida foi também o caso da divergência entre Hygino e Varnhagen. A particularidade do caso Varnhagen/Hygino é que a divergência entre os dois se deu dentro de uma mesma concepção historicista. Mas a semelhança do caso deles com a divergência Thibault/Savigny é que, se a divergência entre Thibault e Savigny ocorria dentro do contexto da reação nacionalista entre Estados europeus, contra um padrão francês universalista no século XIX, podemos afirmar, de modo semelhante, que a divergência entre Hygino e Varnhagen *ocorreu dentro do contexto da reação provinciana (Hygino) diante do padrão nacional que se dizia hegemônico e unificador (Varnhagen), apagando as particularidades para se dedicar a escrever somente uma história: a do Império do Brasil.*

Mas a fala de Hygino não terminava aqui. Prosseguindo, ele ainda estava disposto a lançar uma verdadeira ofensiva verbal dirigida ao governo imperial.

²⁴² WEHLING, Arno. **Estado, história, memória:** Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 37.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Idem.

XIV

Em meio a sua fala, enquanto analisava um conjunto de documentos relativos à administração dos domínios holandeses no Brasil, Hygino afirmou que poderia até ter coletado uma quantidade maior de documentação, mas lamenta que isso não tivesse sido possível. Essa impossibilidade se deu graças ao “governo imperial [que] não me deu tempo para mais: o que falta será copiado de acordo com as minhas instruções”.²⁴⁵ Agora, Hygino não poderia mais estar à frente da equipe responsável por coletar todo este material, que tanto ele quanto a instituição a que ele se ligava (o IAGP) consideravam tão importante. E o principal culpado disso, para ele, era o governo imperial.

Mais à frente, ele parte no sentido de realizar uma prestação de contas relativa aos gastos por ele dispendidos com os recursos do IAGP e do governo provincial quando de sua viagem. Para que possamos ter uma ideia mais precisa da participação do governo nos valores aí detalhados por Hygino, é suficiente afirmarmos que a administração provincial arcou com uma quantia quase sete vezes maior que a fornecida pelo IAGP.²⁴⁶ Continuando sua fala, porém, Hygino acrescenta que esses recursos foram utilizados exclusivamente para a aquisição da documentação, a que lhe foi confiada a missão de adquirir. Diz que recusou quaisquer gratificações, tanto do governo provincial quanto do Instituto, e que custeou todas as suas despesas pessoais com seus próprios rendimentos, ou, como ele mesmo descreve, “os poucos vencimentos de um lente da Faculdade”.²⁴⁷ E diz mais: “Desço a estes pormenores, porque tenho todo o interesse em deixar este ponto completamente esclarecido”.²⁴⁸ Esclarecida também ficaria a sua atuação nesta ida à Europa, que é descrita pelo próprio Hygino como a missão de um homem inteiramente devotado a sua tarefa, capaz de sacrificar até mesmo seus “poucos vencimentos” para alcançar seu objetivo. De forma sutil, Hygino pinta o quadro de sua atuação com tons românticos e idealizados, enfatizados por ele mesmo na descrição de seus gastos “pessoais”, como seria de se esperar de alguém que estivesse à altura da tarefa e disposto até mesmo aos maiores sacrifícios. E aos europeus e brasileiros que o receberam nos arquivos por ele consultados, ele deixava uma “dívida de gratidão”.²⁴⁹

²⁴⁵ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 37.

²⁴⁶ *Ibidem*. p. 98-99.

²⁴⁷ *Ibidem*. p. 100.

²⁴⁸ *Ibidem*. p. 100-101.

²⁴⁹ *Ibidem*. p. 101-102.

Escrevíamos acima, todavia, que toda a empreitada havia sido prejudicada, nas palavras do próprio Hygino, pelo “governo imperial [que] não me deu tempo para mais”.²⁵⁰ De fato, logo após falar sobre sua “dívida de gratidão”, Hygino volta a examinar o comportamento do governo imperial. E nesse ponto sua história ganha contornos trágicos. A esse momento de sua relação com a administração imperial ele deu o nome de “A Palavra do Governo”.²⁵¹

De início, ele constrói esta parte assim destacada fazendo referência à sua “tarefa, que me levou a Holanda, [e que] era longa e fatigante, atenta a abundância dos materiais que me cumpria estudar”. Nem dois anos de “assíduo trabalho” seriam suficientes.²⁵² E então diz:

Eu tinha previsto quanto me seria *penoso* explorar um arquivo do século 17, contendo papéis pela maior parte escritos em uma língua estranha, e, apesar disso, desejando coadjuvar este Instituto *no seu elevado empenho, não vacilei em tomar sobre mim tal encargo* [grifos nossos].²⁵³

Mais uma vez, Hygino volta a realçar sua própria importância. Vemos como ele usa adjetivos no sentido de mostrar o quão difícil era sua missão (“penoso”, “elevado empenho”), ao mesmo tempo em que mostra o papel que ele estava disposto a desempenhar (“não vacilei em tomar sobre mim tal encargo”). E pergunta: “Sendo assim, porque razão me apressei a dá-lo [o trabalho nos arquivos] por findo, antes que de fato ele se achasse concluído, e ainda quando me sobravam meios para prosseguir no meu trabalho encetado?”²⁵⁴ A resposta, para ele, é clara: foi a “súbita interrupção” de suas investigações por parte do governo do Rio de Janeiro. Para mais uma vez mostrar o peso dessa interrupção, ele descreve, de forma detalhada, alguns dos procedimentos que teve que realizar para “decifrar os caracteres daqueles velhos documentos”, algo que lhe custou nada menos que dois meses.²⁵⁵ Até mesmo o diretor de um dos estabelecimentos por ele consultados teria reconhecido que era “grande o número de documentos a copiar” e que o tempo necessário para tanto seria “duradouro”.²⁵⁶ Ainda assim, com muito esforço, foi possível “dobrar as horas de trabalho”, mas somente com

²⁵⁰ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 37.

²⁵¹ *Ibidem*. p. 102.

²⁵² *Idem*.

²⁵³ *Idem*.

²⁵⁴ *Ibidem*. p. 102-103.

²⁵⁵ *Ibidem*. p. 103.

²⁵⁶ *Idem*.

o “auxílio de vários empregados públicos que se prestaram a extrair cópias nas suas horas vagas”.²⁵⁷

Tendo dito isso, ele mesmo confessa: “Refiro [-me a] estas particularidades para mostrar-vos quanto me esforcei para poupar tempo”. E diz também: “minha saúde sempre alterada não permitia que eu continuasse indefinidamente o aturado trabalho”,²⁵⁸ para logo em seguida acrescentar que “As minhas forças eram sustentadas, por assim dizer, artificialmente pelo desejo de corresponder a confiança deste Instituto e... do próprio governo”.²⁵⁹ Sua descrição, portanto, já disposta em termos que só destacam sua importância, ganha um recurso que é inserida nela na forma de reticências (“e... do próprio governo”), para colocar uma feição ao mesmo tempo irônica e trágica em sua missão, em um momento tão importante e delicado. Subitamente, porém, ele abandona toda a sutileza:

É verdade que, conhecendo a *proverbial indiferença* do governo imperial por tudo quanto não é *política*, nunca dele esperei que recompensasse, de qualquer modo, o meu sacrifício de estar longos meses em um país paludoso e insalubre, como a Holanda, a decifrar papéis de há dois séculos.

Esperava, porém, que não me faltasse à consideração devida ao meu esforço lealmente tentado em prol de uma causa, que não me era pessoal, senão de todos [grifo do autor].²⁶⁰

Examinando suas palavras, não podemos deixar de notar o modo através do qual ele ressalta que o governo imperial sempre demonstra uma “proverbial indiferença” para “tudo quanto *não é política*”. Mas o que Hygino e o IAGP faziam não era também política, ao tentar reunir documentos relativos a uma identidade da *província* de *Pernambuco*, em oposição a uma identidade *nacional* distante, produzida no *Rio de Janeiro*? E, no entanto, ao destacar a palavra “política”, apenas para se distanciar dela, Hygino coloca-se na posição do pesquisador supostamente desinteressado e neutro que, justamente por isso, exatamente por pretender ser apolítico, é supostamente recompensado com uma “proverbial indiferença”. E ele reforça tal postura chegando mesmo a afirmar que estava agindo “em prol de uma causa, que não me era pessoal, senão de todos”. A acusação dirigida ao governo imperial, alegando que este era indiferente a tudo o que não era “política”, nos ajuda a entender o quanto a concepção de História de Hygino e do IAGP naturalizava a identidade pernambucana em nome da qual eles

²⁵⁷ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 104.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Idem.

alegavam falar. Para eles, ela não seria construída dentro de concepções políticas: seria “naturalmente” encontrada nos documentos e reforçada por uma vaga e pouco definida vontade “de todos”. Mas seria a causa “de todos”, como ele nos diz, algo “apolítico”? A julgar por sua argumentação, Hygino coloca o interesse “de todos” como sinônimo de ausência de política: dessa forma, ele não pode ser visto enquanto fruto de “meros” desejos políticos.

Outra parte da lógica de seu discurso é que, se é do interesse deles, pesquisadores e sócios do IAGP, é do interesse “de todos”. Mas, convenientemente, ele não define quem são as pessoas que compõem esse grupo que ele chama “todos”. A palavra “todos” refere-se somente às pessoas que compõem a província de Pernambuco? Ou a totalidade dos habitantes do Brasil? Essa indefinição permite que Hygino conclua que, se é do interesse de “todos”, não pode ser considerado um interesse “político”. Nesse sentido, para ele, o interesse “de todos” e os meios para satisfazê-lo, é como o passado e os meios para alcançá-lo: algo natural, guiado por razões que não são meramente “políticas” e, portanto, não são artificiais e falsas. Nessa linha de pensamento, é suficiente que o pesquisador se ponha em contato com os documentos para ter acesso ao passado de forma desinteressada. E estando inserido em meio ao “povo” pernambucano, ele julgava-se capaz de conhecer seus “naturais” interesses.

Hygino alega que o governo imperial cortou os recursos a ele destinados quando ele ainda se encontrava em plena atividade de pesquisa na Holanda. Pior: ele acusa o governo de agir sem aviso, sendo ele próprio informado de tal corte de recursos somente cerca de um mês depois.²⁶¹ Mas talvez pudéssemos classificar como “irônica” a principal causa que, também segundo o próprio Hygino, foi utilizada como motivo pelo governo imperial para realizar o corte dos recursos a ele destinados em plena atividade de pesquisa. Vejamos: chegando a ler algumas partes da carta que havia sido enviada a ele direto do Rio de Janeiro, Hygino destaca que a administração imperial afirmou que iria cortar estes recursos *por ele estar a frente de uma comissão provincial*.²⁶² Em outras palavras: o governo alega uma causa *política*. É irônico percebermos isso quando nos lembramos da proverbial indiferença diante de causas que *não* fossem políticas, segundo Hygino. Ora, é precisamente por ter percebido as *causas políticas* que o levaram à Holanda que o governo decide cortar os recursos a ele destinados. A “proverbial indiferença”, demonstrada pelo governo não se deu pela ausência de questões políticas: foi pelo excesso delas. Indignado, Hygino continua sua estratégia de despolitizar a sua posição e do IAGP, ironizando a posição do governo central, alegando que “Uma

²⁶¹ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 105.

²⁶² *Ibidem*. p. 106.

comissão provincial não é digna dos favores, por pequenos que sejam, do governo de Sua Majestade” [grifo do autor].²⁶³ Indo além, contudo, ele alega que

A *centralização*, que oprime o nosso país, tem, pois, levado as suas malhas até as letras. O movimento literário do Brasil, como tudo o que em uma nação é indício de vida, está concentrado ou tende a concentrar-se na corte. Pletora no centro, inanição nas extremidades! [grifos do autor].²⁶⁴

Aqui, política e arte se misturam: a centralização, uma atitude significativamente política, “tem levado as suas malhas até as letras”. Hygino diz que uma postura *política* é que levou o governo a se intrometer em algo, que, em sua lógica, seria *apolítico*: as artes. Para Hygino, o governo agiu mal ao confundir essas duas coisas, pois elas deveriam ser encaradas enquanto duas questões separadas. Mas o próprio José Hygino reconheceu o quão difícil é separar ambas, colocando seus argumentos dentro dos *mesmos termos* do governo: se este alega uma perspectiva *política* para cortar seus recursos, misturando política e arte, ele, em contrapartida, alega uma perspectiva *política* (a centralização) para acusar o governo, reconhecendo, portanto, os princípios *políticos* por trás de sua própria empreitada na Holanda, além da relação que, desse modo, ela estabelece com o governo imperial. Não é por acaso que, defendendo sua missão na Holanda, Hygino cite um artigo do jornal francês *Brésil*, quando este periódico, segundo ele, deu a “importância devida à comissão – embora *provincial* – que me levara à Holanda [grifo do autor]”.²⁶⁵ Ou seja: paradoxalmente, ele agradece o apoio a sua missão por parte de um periódico *apesar* dela ser política (“provincial”). E termina sua agora já longa palestra dessa forma:

E se destes documentos que vos trago puder resultar uma réstea de luz para a história do meu país, e, *especialmente, para a história de minha província*, será este o meu melhor prêmio.

Dar-me-ei por sobejamente recompensado *de todo o meu esforço* [grifos nossos].²⁶⁶

Esse é um final que, sem dúvida, coroa a contradição que agora já havia se instalado explicitamente em suas palavras, pois aqui ele volta a reconhecer as razões *claramente políticas* que o levaram à Holanda: lançar uma luz, “especialmente, para a história de minha

²⁶³ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 106.

²⁶⁴ *Ibidem*. p. 107.

²⁶⁵ *Ibidem*. p. 110.

²⁶⁶ *Idem*.

província”, objetivo que guiou “todo o meu esforço”.²⁶⁷ Seu objetivo, como ficou claro, é defender-se despolitizando seu discurso, tentando separar política e arte, mas caindo em contradição pela própria forma de tratar essas duas coisas.

XV

Os anos que se seguiram ao seu discurso ainda iriam trazer mais estudos e polêmicas em torno da questão do domínio holandês, particularmente em terras pernambucanas no século XVII. O pernambucano Alfredo de Carvalho, por exemplo, porá em dúvida a competência dos holandeses para a colonização de terras tropicais.²⁶⁸ Um jornalista de tendências republicanas chamado José Isidoro Martins Júnior, realizará um estudo sobre a influência holandesa no direito colonial,²⁶⁹ enquanto Júlio Pires Ferreira, então lente da Faculdade de Direito de Recife, apresenta um tese intitulada “Institutos jurídicos coloniais. Influência holandesa”, em 1895.²⁷⁰ E ainda neste mesmo século, mais precisamente no ano de 1883, um militante republicano chamado Aníbal Falcão, também ligado à igreja positivista do Rio de Janeiro, expôs um esboço histórico do “Brasil Holandês” no Gabinete Português de Leitura de Recife. Seguindo de perto o sistema comtiano de interpretação da História, Falcão concluiu pela superioridade portuguesa frente aos flamengos.²⁷¹

Mas as polêmicas não iriam desaparecer no século XIX: o século XX também conheceu momentos tensos em meio a discussões sobre o “Brasil Holandês”. Aproximando-se da comemoração do tricentenário da chegada de Nassau (1937), um dos principais representantes do pensamento católico conservador, Manoel da Costa Lubambo, escreveu o livro *Contra Nassau* (1936), de conteúdo panfletário, cujo título resume com grande precisão as pretensões do autor. Contrapondo-se a tais acusações, o escritor e ensaísta Barbosa Lima Sobrinho escreveu *O centenário da chegada de Nassau* (também de 1936). O debate continuava mais polêmico do que nunca.

Ao longo dessa e das décadas seguintes, contudo, uma série de pensadores, voltariam a explorar o assunto do “Brasil Holandês” só que, agora, sob um nova ótica, que se daria dentro de um novo contexto a exigir atenção. Um novo elemento surgia no horizonte, atraindo

²⁶⁷ Sessão Especial de 9 de Maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 30, p. 3-127. 1886. p. 110.

²⁶⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008. p. 345.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Ibidem. p. 345-346.

olhares e discussões: o Nordeste. Mais do que apenas um mero componente no secular debate em torno do “Brasil Holandês”, este novo recorte espacial tornou ainda mais complexo o debate em torno do passado dos estados que o compunham. E isso incluía não só o Pernambuco de pensadores como Gilberto Freyre, mas também o Rio Grande do Norte de Luís da Câmara Cascudo.

No próximo capítulo veremos como, em uma nova época, já na primeira metade do século XX, uma nova dinâmica veio a ser imposta à relação entre História e Espaço, particularmente em meio os diversos discursos dedicados a pensar o espaço brasileiro. E veremos como, seguindo uma lógica parecida com aquela que opôs personagens e instituições representativas (mas não exaustivas) do pensamento brasileiro no século XIX, como IHGB/Varnhagen e IAGP/Hygino, diversos pensadores no século XX voltariam a atuar dentro de uma tensão entre o nacional e o regional, bem como entre o território da nacionalidade e a identidade espacial do local.

2

O “Brasil Holandês”

Neste capítulo examinaremos o diálogo que Luís da Câmara Cascudo construiu com a tradição historiográfica pernambucana em torno do tema explorado por Hygino e o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano no século XIX: o “Brasil Holandês”. Aqui, investigaremos como ele se aproximou desse tema, bem como de seus principais interlocutores ao longo deste tempo, com os quais ele continuaria a dialogar em seu livro *Geografia do Brasil Holandês*: José Antônio Gonsalves de Mello e Gilberto Freyre.

I

“Desde 1934 venho procurando examinar a vasta bibliografia sobre o período da dominação holandesa em Pernambuco”, escreveu José Antônio Gonsalves de Mello, no prefácio a um livro seu publicado em 1947, intitulado *Tempo dos Flamengos*.²⁷² E acrescentou, em seguida:

Minhas pesquisas tinham sido até agora conduzidas, principalmente, na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tive oportunidade de ler os valiosos panfletos holandeses guardados naquela biblioteca e de percorrer os documentos Mss. copiados na Holanda por iniciativa de Joaquim Caetano da Silva.²⁷³

Mas ele logo percebeu que não poderia se limitar a essa documentação: precisava ir além dela. Apesar de reconhecer que em tais manuscritos poderia ser encontrada uma “documentação de valor”, ele afirma ter compreendido logo que, restringindo-se a tais documentos, seu trabalho se limitaria a um “estudo em que manejaria com dados e fatos por demais sabidos e repetidos”.²⁷⁴ Mas ele rapidamente se lembrou: “Havia, entretanto, material virgem a ser utilizado”.²⁷⁵ E esse material foi precisamente aquele trazido por um membro do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano de volta de uma viagem da Holanda no século XIX: José Hygino Duarte Pereira.

²⁷² MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 25.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Idem.

Vimos no capítulo anterior os problemas do recolhimento desse material por Hygino. Com efeito, analisamos aí as implicações políticas de sua viagem em busca desse material, incluindo o modo através do qual ele foi utilizado para atacar o próprio regime imperial, particularmente a partir de uma ideia (ela mesma também dotada de implicações políticas) de identidade e história pernambucana, pensada no sentido de incluir o domínio holandês enquanto parte fundamental para sua compreensão e significação. E isso, como vimos, foi ainda mais significativo quando os ataques de Hygino se tornaram explícitos em 9 de maio de 1886, em plena sessão do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Vimos também, por último, que Hygino conservou uma posição ambígua diante dos holandeses: por um lado, ele os admirava e elogiava, considerando-os nobres inimigos. Por outro lado, foi na luta *contra* eles em que havia se dado, supostamente, a construção da identidade pernambucana, que terminou por incorporar e conservar o legado português.

“Em 1942, de volta a Pernambuco, pude ler com vagar a grande coleção de documentos trazidos, em cópia, da Holanda, por José Hygino Duarte Pereira (1847-1901)”, afirmou Gonsalves de Mello no prefácio de seu livro.²⁷⁶ E ele conhecia bem os ataques desferidos por Hygino naquele distante ano de 1886:

O próprio José Hygino tomou a peito demonstrar a grande riqueza do material [por ele] reunido: no seu interessante relatório, que constitui hoje uma preciosidade bibliográfica, e em traduções para jornais e revistas históricas.²⁷⁷

E depois acrescentou:

É sabido que, durante pouco menos de um ano, esse professor da Faculdade de Direito de Recife [José Hygino Duarte Pereira] se dedicou, em Haia principalmente, por comissão do Instituto Arqueológico Pernambucano, a tirar cópias dos documentos mais preciosos que, havia pouco, tinham sido postos à disposição dos estudiosos. E é conhecido o excelente relatório que apresentou quando de sua volta de sua missão.²⁷⁸

No entanto, alerta Gonsalves de Mello: “[Hygino] não realizou, porém, nenhum estudo de conjunto, como aconteceu, também, com o seu seguidor próximo, outro pernambucano

²⁷⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 26.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Idem.

ilustre, o dr. Alfredo Ferreira de Carvalho (1870-1910)".²⁷⁹ Essa documentação, bem como a tradição historiográfica pernambucana, ainda esperavam alguém para construir um trabalho sobre o "Brasil Holandês".

Na década de 1940, quando Gonsalves de Mello escrevia estas palavras, o Brasil vivia em outra época: Pernambuco era agora um estado; o Brasil, uma República. O regime imperial já havia desaparecido décadas antes, mas a importância de se pensar o domínio holandês para a História pernambucana continuava mais presente do que nunca. Para um pernambucano interessado na História desse período, como Gonsalves de Mello, isso era ainda mais significativo. Mas ele sabia de sua posição diante de uma tradição historiográfica que havia tido seu início muito tempo antes dele.

Ao examinarmos as palavras do autor de *Tempo dos Flamengos* transcritas acima, vemos como Hygino havia se consolidado enquanto importante figura na história do Instituto Arqueológico através da documentação por ele trazida. Para Gonsalves de Mello, o agora Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (o "Histórico" passou a fazer parte do nome da instituição na década de 1920) "pode ter orgulho de se considerar, desde então, possuidor da mais completa coleção existente, fora da Holanda, de documentos sobre o período da dominação neerlandesa do nordeste [sic] brasileiro".²⁸⁰ Como um sinal dos novos tempos, Gonsalves de Mello aponta aqui também um recorte espacial que não existia na época da Hygino: o Nordeste. Confrontado com a documentação trazida por Hygino, ele estava lendo-a à luz de uma região cuja história passou a ser escrita em sua própria época por homens como ele e seu primo, Gilberto Freyre.

José Antônio Gonsalves de Mello nasceu em Recife, no ano de 1916, 15 anos depois da morte de José Hygino. Sua formação, na década de 20, começou no Ginásio Pernambucano em Recife, e prosseguiu no Colégio Anglo-Brasileiro no Rio de Janeiro. Já em 1930, publicou seu primeiro trabalho no jornal que seu primo, Gilberto Freyre, dirigia: "A Província". Em 1933, realizou diversas pesquisas no Arquivo Público de Pernambuco para Freyre, recolhendo dados que este último veio a utilizar para escrever *Casa-Grande e Senzala*.²⁸¹ A biografia de Gonsalves de Mello produzida pela Fundação Joaquim Nabuco afirma que o interesse dele pela cultura holandesa surgiu por volta de 1933, quando ele tinha 17 anos e aprendeu a falar e

²⁷⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 26.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Cronologia. Disponível em: < <http://bvjagm.fgf.org.br/vida/cronologia.html>>. Acesso em: 19 jul. 2012. Ver também: Biografia. Disponível em: < <http://bvjagm.fgf.org.br/vida/biografia.html>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

escrever a língua holandesa.²⁸² O próprio Gilberto Freyre diz que um “amigo mais velho” de Gonsalves de Mello deu a ele um conselho, quando este último era um “menino de treze ou quatorze anos”, o qual “seria quase religiosamente seguido”: “Aprenda holandês antigo para especializar-se no conhecimento do período flamengo da história brasileira”.²⁸³ Evaldo Cabral de Mello afirma que foi o próprio Freyre quem deu esse conselho por volta de 1930.²⁸⁴

Uma das biografias de Gonsalves de Mello afirma que foi em 1934 que, na condição de estudante da Faculdade de Direito de Recife, ele participou do I Congresso Afro-Brasileiro do Recife, organizado por Ulysses Pernambuco de Mello e Gilberto Freyre.²⁸⁵ Nesse evento, ele publica um estudo intitulado “A situação do negro sob o domínio Holandês”, e que, mais tarde, veio a ser publicado em *Novos Estudos Afro-Brasileiros*, em 1937.²⁸⁶ Vimos no início desse capítulo que o próprio Gonsalves de Mello, no prefácio escrito para o seu *Tempo dos Flamengos*, também remete ao ano de 1934 o início de seus estudos sob o período do domínio holandês: “Desde 1934 venho procurando examinar a vasta bibliografia sobre o período da dominação holandesa em Pernambuco”.²⁸⁷ E, como vimos também, ele acrescentou que suas pesquisas haviam sido conduzidas principalmente “na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” nessa época.²⁸⁸

No Rio de Janeiro, em 1940, ele fundou, junto com José Honório Rodrigues, um Instituto Brasil-Holanda, congregando refugiados holandeses da Segunda Guerra Mundial. Nesse mesmo ano, ele estendeu sua pesquisa a outros estados brasileiros, como São Paulo e Bahia.²⁸⁹ Em 1942, ele retornou a Recife para consultar a documentação trazida por José Hygino Duarte Pereira, como vimos.²⁹⁰ Segundo ele mesmo, durante muito tempo, “os documentos trazidos da Holanda [por Hygino] dormiram nas estantes do Instituto

²⁸² Primeiros Estudos. Disponível em: < <http://bvjagm.fgf.org.br/vida/biografia2.html>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

²⁸³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p.18.

²⁸⁴ Ver o texto escrito por Evaldo Cabral que pode ser encontrado na orelha do livro de Gonsalves de Mello: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008.

²⁸⁵ Influências de um mestre. Disponível em: < <http://bvjagm.fgf.org.br/vida/biografia3.html>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 25.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Cronologia. Disponível em: < <http://bvjagm.fgf.org.br/vida/cronologia.html>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

²⁹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 26.

Arqueológico de Pernambuco”.²⁹¹ Ao chegar aí, ele descreve uma situação dramática: esses documentos achavam-se

empoeirados e roídos de bicho, com as encadernações soltas, alguns exemplares com falta de páginas. E mais grave: faltando um volume. Volumes de documentos que hoje não se sabe se serão ainda encontrados na Holanda, talvez tendo tido o fim de tanta coisa valiosa, durante esta segunda grande guerra.²⁹²

Em 1944, porém, ele consegue terminar de escrever o livro que resultou desses longos anos de pesquisa: *Tempo dos Flamengos*.²⁹³ Mas somente em 1947 é que ele veio a publicá-lo pela mesma editora que também teve o *Geografia do Brasil Holandês* em seu catálogo: a José Olympio. Ao longo das décadas seguintes, Gonsalves de Mello ainda viria a publicar outros livros sobre o período holandês, como *A cartografia holandesa do Recife*, de 1976,²⁹⁴ e outros que tangenciariam o assunto, como *Gente da nação*, sobre cristãos-novos e judeus em Pernambuco, de 1989,²⁹⁵ bem com um livro sobre a História Pernambucana em geral, o *Estudos Pernambucanos*, de 1960.²⁹⁶

De todos estes, porém, foi seu *Tempo dos Flamengos* aquele que se tornou o mais conhecido, tendo sido muito bem recebido no meio cultural brasileiro por figuras como Manuel Diegues Júnior, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Milliet e Evaldo Cabral de Mello.²⁹⁷ E um leitor que muito o elogiou foi Luís da Câmara Cascudo, definindo este livro como “digno de várias leituras, limpo e honesto”, cujo autor afirma “serenamente verdades, expondo e comentando com segurança e nitidez os elementos mais sugestivos do domínio flamengo no Brasil pernambucano”.²⁹⁸ Mais à frente, veremos as implicações dessas palavras de Cascudo, particularmente para a relação entre ele, o tema do “Brasil Holandês”, Gonsalves de Mello e Freyre. Por ora, notemos que Gonsalves de Mello se aproximou do “tempo dos flamengos” graças, em parte, ao seu primo: Gilberto Freyre.

²⁹¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 27.

²⁹² Idem.

²⁹³ Cronologia. Disponível em: < <http://bvjagm.fgf.org.br/vida/cronologia.html>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

²⁹⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **A cartografia holandesa do Recife**: estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1976.

²⁹⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da nação**: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1996.

²⁹⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Estudos pernambucanos**: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco. 2. ed. aum. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1986.

²⁹⁷ Fragmentos desses elogios podem ser encontrados, por exemplo, nas orelhas e contra-capa da quinta edição do livro MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008.

²⁹⁸ Olhar a contracapa do livro: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008.

II

Gilberto de Mello Freyre nasceu em 15 de março de 1900 na cidade de Recife. Em 1917, formou-se como Bacharel em Ciências e Letras no Colégio Americano Gilreath. No ano seguinte, em 1918, vai para os Estados Unidos, mais especificamente para a Universidade de Baylor, no Texas, onde se forma em 1920 como Bacharel em Artes. Sua educação nos Estados Unidos prosseguirá até 1924, quando ele retorna a Recife. Daí em diante, escreve pra jornais e inicia sua carreira intelectual em terras pernambucanas. Em 1933, ele termina de escrever os originais daquele que talvez tenha sido seu mais famoso livro: *Casa Grande e Senzala*, publicado no mesmo ano.²⁹⁹

Para dois de seus biógrafos, Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci, o livro *Casa Grande e Senzala* foi escrito dentro do interesse de seu autor pelo “experimento brasileiro” que, para ele, possuiria uma “importância histórica central”.³⁰⁰ Mas por que, pra Freyre, o Brasil seria um “experimento” tão importante historicamente? Uma possível resposta para isso é que, também segundo Larreta e Giucci, seu valor residiria no fato de, através dele, se “ter podido construir uma civilização triunfante nos trópicos, baseada na interação de culturas”.³⁰¹ Desse modo, “A modernidade híbrida e tropical brasileira não é apenas possível, mas desejável; tem tantos (ou mais) méritos que outros modelos históricos, do ponto de vista ético, estético e civilizador”.³⁰²

O próprio *Casa Grande e Senzala* seria “uma descoberta decisiva que o autor quer compartilhar com seus leitores”, quando os temas aí explorados “prestam-se a demonstrar, ilustrar e provar essa intuição central, da qual deriva o potente efeito de conjunto da obra”.³⁰³ Tratando da “*formação* patriarcal do Brasil [grifo nosso]”,³⁰⁴ Freyre retorna aos primeiros anos dessa civilização, quando o Brasil ainda era uma colônia de Portugal. Poucos anos depois, em seu livro de 1936, chamado *Sobrados e Mucambos*, o próprio Freyre chegou a afirmar que “É tempo de procurarmos ver na *formação* brasileira a série de desajustamentos profundos, ao lado dos ajustamentos e dos equilíbrios [grifo nosso]”.³⁰⁵ No século XVII,

²⁹⁹ Ver o capítulo 12 de: GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³⁰⁰ GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 422.

³⁰¹ *Ibidem*, p. 422.

³⁰² *Idem*.

³⁰³ *Ibidem*, p. 422-423.

³⁰⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006. p. 34.

³⁰⁵ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 16 ed. São Paulo: Global, 2006. p. 40.

contudo, o Brasil também foi, mesmo que momentaneamente, colônia da Espanha. Em parte graças a essa condição momentânea, uma companhia comercial holandesa dominou uma parcela do território brasileiro, incluindo as terras que, no século XX, integravam o espaço do estado de Pernambuco, onde Freyre havia nascido. Portanto, esse período em que se deu o domínio holandês seria igualmente importante para ele. Para isso, ele recorreu a seu primo, José Antônio Gonsalves de Mello.

Em seu livro *Sobrados e Mucambos*, Freyre agradeceu a seu primo José Antônio Gonsalves de Mello por sua ajuda na “tradução e na cópia de alguns desses documentos ou livros”, acrescentando que seu auxílio “foi valiosíssimo”.³⁰⁶ Nesse mesmo texto, Freyre fala em Gonsalves de Mello como alguém que “vem se especializando no estudo da língua holandesa, para melhor conhecimento da história do domínio holandês no Brasil [...]”.³⁰⁷ Alguns anos antes, em *Casa Grande e Senzala*, ele também havia reservado alguns agradecimentos para Mello.³⁰⁸ Essa parceria entre os dois veio a ser fundamental quando o autor de *Tempo dos Flamengos*, no prefácio à primeira edição de seu livro, faz questão de se

referir ao mestre a quem devo a minha iniciação nas pesquisas históricas. Gilberto Freyre influenciou decisivamente toda uma geração de brasileiros. Descobriu nos da minha geração capacidade para pesquisas sociais ou históricas. Para trabalhos de biblioteca ou investigação histórica.³⁰⁹

Tendo trabalhado como auxiliar de pesquisa antes da publicação de seu livro, Gonsalves de Mello iniciou seus estudos centrando-se em um momento da história nacional que dizia respeito à formação do “experimento brasileiro” como queria Freyre. A partir daí, ele viria a fazer referência ao “Brasil Holandês” em diversos escritos, enquanto Mello continuava a se especializar cada vez mais no período holandês da formação brasileira.

III

³⁰⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 16 ed. São Paulo: Global, 2006. p. 38

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006. p. 52.

³⁰⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 38.

No dia 25 de setembro de 1941, Gilberto Freyre publicou um pequeno artigo na revista “O Cruzeiro”.³¹⁰ Nele, ele se mostrava favorável a um projeto de comemoração do dia da chegada de Maurício de Nassau a Pernambuco. Porém, ele alerta, isso não deve

servir de consolo à nostalgia étnica ou ao sentimentalismo lamuriento que uma vez por outra se levanta num ou noutro brasileiro superficial, amargurado ainda hoje por não haver vingado entre nós a colonização flamenga de preferência à portuguesa.³¹¹

Para Freyre, o elogio de um representante do domínio holandês no Brasil deve ser encarado de forma cautelosa: ele não pode ser interpretado como preferível à presença lusitana. A “invasão holandesa”, como ele chama,

enriqueceu o Brasil – *principalmente Pernambuco* – de uma variedade de cultura e de sangue que são parte da nossa história e da nossa vida. Estão em nós. Incorporaram-se ao todo brasileiro [grifo nosso].³¹²

Aqui, vemos como ele escreve do ponto de vista do mesmo espaço que ele encara como central para a compreensão da passagem dos holandeses por terras brasileiras: Pernambuco. Segundo ele, se a importância da presença holandesa pode ser percebida no Brasil como um todo, ela deve ser realçada, particularmente, em Pernambuco: foi nesse recorte espacial que os “invasores” se incorporaram ainda mais ao ser “brasileiro”. Mas notemos que, apesar de todo o elogio e importância que Freyre dedica ao flamengo, em nenhum momento em ele deixa de mantê-lo em seu lugar de “invasor”: este é o limite de “incorporação” do holandês ao espaço brasileiro e sua cultura. Sua atitude, como podemos perceber, dá continuidade à tradição historiográfica iniciada por Hygino, isto é, ela conserva uma atitude ambígua, marcada pelo elogio seguido de reservas, o reconhecimento de uma importância indiscutível, mas que deve ser posta em seus limites, sem que venha a ofuscar o legado português.

O fato de seu olhar estar mais voltado para Pernambuco e aos espaços vizinhos do que para o Brasil como um todo, pode ser percebido no fato de, no parágrafo seguinte, no mesmo artigo, ele escrever que

³¹⁰ FREYRE, Gilberto. O domínio holandês no Brasil. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 23 set. 1941. p. 18-19.

³¹¹ Idem.

³¹² Idem.

Cabe aos pesquisadores mais jovens do passado brasileiro, em geral *e de Pernambuco e de outras províncias do Norte, em particular*, o esforço de estudo paciente daqueles contatos, daquelas contribuições de sangue e de cultura, de esclarecimento dos processos através dos quais se processaram aquelas relações e a incorporação dos elementos chamados flamengos ao tipo étnico, à fisionomia moral e à paisagem de largo trecho brasileiro [grifo nosso].³¹³

Sempre oscilando entre o Brasil, de um lado, e Pernambuco e “outras províncias do Norte”, do outro, Freyre delimita não a extensão da importância da presença holandesa como um momento a ser considerado importante pelos brasileiros, mas também, e principalmente, para estudiosos ligados a estes recortes espaciais específicos, onde a influência flamenga seria supostamente mais perceptível. Para ele, é importante que seja realizado o estudo das “contribuições” e “esclarecimentos”, ao que ele acrescenta, depois do trecho acima transcrito, a identificação dos “numerosos traços de procedência ou de influência flamenga, apenas imaginados, pressentidos ou adivinhados”.³¹⁴ E isso é importante na medida em que a “história da cultura brasileira se enriquecerá de modo notável e a interpretação da nossa paisagem social ganhará em profundidade e em extensão”.³¹⁵ Enfim, ele acrescenta, somente um “patriotismo muito rasteiro” ou uma “mística de exclusividade lusitana” é que impediriam um tal estudo de ser realizado.³¹⁶ Assim, Freyre conclui ser “considerável”³¹⁷ a influência holandesa: “Da história do Norte do Brasil – *especialmente da de Pernambuco* – é impossível separar a influência holandesa ou flamenga [grifo nosso]”.³¹⁸

IV

Alguns anos depois, em Santo Antônio de Apipucos, no mês de maio de 1944, Freyre terminava de escrever seu prefácio para o livro *Tempo dos Flamengos*. Nele, ele escreveu que a “ocupação” do “norte do país pelos holandeses” se deu no século XVII, mas deixou

na face de um Brasil ainda socialmente adolescente cicatrizes honrosas: quase do mesmo gênero daquelas de que se gabavam outrora os estudantes alemães. Cicatrizes de combate. Sinais de resistência. Marcas de luta.³¹⁹

³¹³ FREYRE, Gilberto. O domínio holandês no Brasil. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 23 set. 1941. p. 18-19.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 15.

Já nessas palavras vemos aquele estilo peculiar de Freyre, que busca “através de instrumentos variados (relatos de memória de outros indivíduos, tradições perpetuadas, consulta aos arquivos, *etc*), elementos coletivos que dizem respeito a uma memória social mais abrangente”, como diz Fernando Nicolazzi.³²⁰ Freyre escreve como se fosse capaz de perceber à sua volta os efeitos e permanências do próprio passado. Desse modo, ele situa-se aqui como “aquele que lembra e como aquele que investiga, ocupando, pois, o posto de testemunha privilegiada do relato”.³²¹ Veremos nos parágrafos a seguir como esse estilo favorece seu diálogo com a tradição historiográfica pernambucana que ele herdou.

Freyre prossegue em seu texto afirmando que, durante os 24 anos de sua “ocupação”, os holandeses permitiram a emergência do esboço de uma “‘consciência de espécie’ – no caso, a luso-brasileira – hoje afirmada em consciência nacional. O invasor despertou-a”.³²² Nesta posição de “testemunha privilegiada”, elogiosa da colonização portuguesa, ele estabelece uma continuidade entre o período de “ocupação” holandesa e sua própria época, identificando em seus contemporâneos uma “consciência de espécie” que teria surgido aí, em um momento formador da “consciência” nacional e que ele vê ao seu redor, por toda parte. Para ele, a formação dessa consciência nacional possuía um “sentido dramaticamente político da invasão”.³²³ Mas como ele via a relação entre holandeses e portugueses? Para ele, o que aconteceu aí “foi um contato entre grupos e culturas antagônicas que tiveram, entretanto, suas zonas de confraternização ou, pelos menos, de interpenetração, marcando-se uns aos outros com sinais até de sangue”.³²⁴ Um pouco de cada legado havia sido, portanto, conservado.

A questão da conservação ou não de heranças do passado é discutida por Gonsalves de Mello e Freyre principalmente, mas não exclusivamente, através do problema do espaço e da raça. Nesse sentido, o diálogo entre os dois foi intenso. Mello não esconde a importância do diálogo que estabeleceu com Freyre em seu livro, nem o quanto obras como *Casa-Grande e Senzala* foram importantes para ele.³²⁵ Além disso, o próprio Freyre afirma que o livro de Gonsalves de Mello talvez caísse na esterilidade de um “bizantinismo germânico”, se tornando desnecessariamente longo e minucioso, se não o “orientasse um sentido sociológico

³²⁰ NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história:** a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande e senzala e a representação do passado. Porto Alegre, 2008. Tese (Doutorado em História) Programa em Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 371.

³²¹ Idem.

³²² MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos:** influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 15.

³²³ Idem.

³²⁴ Idem.

³²⁵ Ibidem, p. 38.

de pesquisa histórica”,³²⁶ uma perspectiva que Freyre defendeu explicitamente, por exemplo, em seu *Sobrados e Mucambos*.³²⁷ A partir desse diálogo e através dessa perspectiva, Mello estrutura seu livro em 5 capítulos, construídos em torno dois temas centrais, como dissemos: o espaço e a raça. A questão racial atravessa todos os 5 capítulos, mas os dois primeiros (“Os holandeses e a vida urbana” e “Os holandeses a vida rural”) enfatizam a dimensão espacial. Os outros 3 giram em torno de interações raciais: o terceiro capítulo trata das relações entre holandeses e negros; o quarto da relação entre holandeses e indígenas; o último, das interações entre holandeses, portugueses e judeus. Além disso, muitos dos livros de Freyre enfatizaram a questão espacial já em seus respectivos títulos³²⁸ e tendiam a elencar a questão racial como uma das mais significativas e centrais em suas páginas, sendo que ele mesmo confessa que, “dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação”.³²⁹

Explorando abordagens semelhantes, quase idênticas, e em constante diálogo entre si, Mello e Freyre escreviam de um lugar de fala cujo centro era Pernambuco. Privilegiando este recorte espacial que era, ao mesmo tempo, um ponto de partida e um ponto central da estrutura de seus argumentos, ambos eram capazes de dialogar, a partir daí, com toda a tradição historiográfica pernambucana que teve em José Hygino Duarte Pereira um de seus mais importantes representantes. Quando Gonsalves de Mello começou a pesquisar sobre esse período, como vimos acima, ele consultou a documentação presente no Instituto Arqueológico, particularmente os documentos trazidos por Hygino. Apesar da situação dramática em que tais documentos se encontravam, Mello sabia que eles não poderiam ser ignorados. Além disso, ele ficou atento para o que seu “mestre” Freyre chegou a afirmar certa vez, a saber, que era preciso ter em mente o centro do domínio pernambucano, o “Recife holandês”: a “capital do Brasil holandês” em suas próprias palavras.³³⁰ Não por acaso, o subtítulo do livro de Gonsalves de Mello é: “*Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil [grifo nosso]*”. E ao olhar para o Norte do Brasil em seu livro, por

³²⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 19.

³²⁷ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 16 ed. São Paulo: Global, 2006. p. 52.

³²⁸ Como em seu *Casa-Grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Nordeste*, para citar alguns. Em *Sobrados e Mucambos*, por exemplo, Freyre dedicou um capítulo inteiro a “O engenho e a praça; a casa e a rua” (ver a edição citada na nota acima).

³²⁹ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006. p. 31.

³³⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 21.

vezes falando em Nordeste ao longo dele,³³¹ Mello não deixou de concentrar sua análise em Pernambuco e, particularmente, em Recife.

Não surpreende portanto que, ao se referir a José Hygino e à documentação reunida por ele no Instituto Arqueológico em Recife, Gonsalves de Mello escreva que

Em 9 de maio de 1886, José Hygino fez entrega dos volumes copiados na Holanda ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e este pode ter orgulho de se considerar, desde então, o possuidor da mais completa coleção existente, fora da Holanda, de documentos sobre o período da dominação neerlandesa do nordeste [sic] brasileiro.³³²

A contribuição documental de Hygino, portanto, fez com que a instituição à qual ele estava ligado pudesse conter nela um arquivo de grande importância para historiadores pernambucanos como o próprio Gonsalves de Mello. Mas não consideramos esse “arquivo” aqui como uma dada massa documental construída a partir de intenções e significados atribuídos a ela, ou mesmo uma função associada a uma dada instituição graças aos documentos nela contidos, mas sim, seguindo Foucault, “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”.³³³ É aí que reside a importância de Hygino e da coleção documental reunida por ele: não como mera referência para estudos futuros, mas no estabelecimento do sistema de funcionamento dos discursos de homens como Freyre e Gonsalves de Mello, suas possibilidades e impossibilidades de enunciação, aquilo que “diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria”.³³⁴

Essa tradição historiográfica pernambucana capitaneada por Hygino terminou por edificar “o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados [grifos do autor]”³³⁵ utilizados por eles, formando “o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo”.³³⁶ Escrever *Tempo dos Flamengos*, ou escrever as páginas sobre o “Brasil Holandês” em obras como *Casa Grande e Senzala*, significava construir discursos a partir desse sistema de funcionamento, a partir do que ele permitia e o que ele silenciava, dando continuidade a ele. E

³³¹ Por exemplo, MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 68 e 112.

³³² Ibidem. p. 26.

³³³ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 147.

³³⁴ Ibidem. p. 147.

³³⁵ Ibidem. p. 148.

³³⁶ Ibidem. p. 149.

somos capazes de perceber tal continuidade na atitude de Freyre e que ele mesmo aprova em Mello: aquela postura tipicamente ambígua, capaz de elogiar e reconhecer a importância da contribuição dos holandeses na constituição da identidade pernambucana, ao mesmo tempo em que os mantém distantes do legado português, cuja importância sempre deveria ser lembrada e reafirmada.

Em seus livros, no entanto, esses dois autores construíram seus discursos explorando as possibilidades e impossibilidades desse sistema de funcionamento à luz da ideia de região, indo além dos limites desenhados pelo discurso de Hygino, particularmente no que dizia respeito à “institucionalização sociológica da região Nordeste e de sua invenção”.³³⁷ Foi nessa postura regional que Mello e Freyre encontraram a atitude que lhes dava um lugar próprio em relação a tradição de um pensamento centrado na identidade do espaço de Pernambuco. O tempo em que eles viveram era outro, e o arquivo delineado a partir da documentação trazida por Hygino, bem como dos trabalhos de outros membros do Instituto Arqueológico (como Alfredo de Carvalho e Francisco Augusto Pereira da Costa) foi aproveitado e relido no contexto da concepção de um espaço regional que havia emergido nesse século XX.

Isso, porém, não apagou uma continuidade existente entre a tradição recebida por Mello e Freyre e os escritos deles sobre o “Brasil Holandês”: Pernambuco, afinal de contas, não havia perdido sua centralidade, mesmo que seu espaço tivesse que ser relido no contexto da existência de uma nova região. A categoria Nordeste, além disso, jamais alterou os limites do dizível e os modos de dizê-lo estabelecido pelo arquivo de Hygino: o “Brasil Holandês” terminou por ser incorporado ao recorte espacial nordestino. E desse modo o próprio “Brasil Holandês”, bem como o Nordeste, ganhou uma capital: Recife. Transbordando para outros autores de outros estados dessa região, o “Nordeste” se fez presente também no livro em torno do qual se concentra esta dissertação: *Geografia do Brasil Holandês*, cuja primeira parte foi intitulada “Presença Holandesa no Nordeste do Brasil [grifo nosso]”. O autor deste livro, Luís da Câmara Cascudo, através de categorias como esta, dialogou com Freyre e Mello. Mas em que condições esse diálogo foi construído?

V

Luís da Câmara Cascudo nasceu no dia 30 de Dezembro de 1898 em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, filho de Francisco Justino de Oliveira Cascudo, mais conhecido

³³⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 114.

como “Coronel Cascudo” e Ana Maria da Câmara Pimenta. Sua formação educacional e cultural teve início com uma professora que lhe ministrava aulas particulares, Totônia Cerqueira, o que o preparou para sua ida, ainda pequeno, à primeira instituição escolar de sua vida: o Externato Sagrado Coração de Jesus.³³⁸ Nesta instituição dedicada exclusivamente à formação de mulheres, Cascudo era a única criança de sexo masculino. Sabendo disso, e insatisfeito com a formação feminina do único filho, o Coronel Cascudo o fez ir para o Colégio Diocesano Santo Antônio, em Natal.³³⁹ Sendo este colégio longe demais de sua casa no Tirol, um bairro de Natal, os pais contrataram um professor para lhes ministrar aulas particulares, chamado Pedro Alexandrino, que lhes ensinou sobre a literatura de Portugal e do Brasil.³⁴⁰ Depois de Alexandrino, um novo professor foi contratado: Francisco Ivo Cavalcanti, que, entre outras coisas, era poeta e jornalista.³⁴¹ A partir daí, Cascudo iniciou seus estudos preparativos para sua entrada no Ateneu Norte-rio-grandense, tendo ido depois prestar exames para um curso de medicina na Bahia em 1918. Em 1919, ele transfere-se para o curso de medicina no Rio de Janeiro, que ele logo abandonou em virtude do empobrecimento de seu pai, segundo ele mesmo.³⁴² Mas foi em 1918 que ele estreou como jornalista no periódico de propriedade de seu pai, com uma coluna sobre o poeta gaúcho Leal de Souza.³⁴³

Cascudo nasceu e viveu suas primeiras décadas de vida em uma época marcada por palavras como “progresso” e “modernidade”. Isso implicava na percepção de um modo de vida que parecia, pelo menos para aqueles que viveram neste período, não só algo inédito, mas também uma “atmosfera de esperança e de renovação, de imensa excitação e curiosidade”.³⁴⁴ Ao mesmo tempo, essa “atmosfera” também parecia ser responsável por alterar antigos sentidos de “tempo e espaço, assimilando entusiasmos, tensões, esperanças e incertezas em relação ao presente e ao futuro”.³⁴⁵

Esta presença simultânea de incertezas e tensões de um lado, e esperança e renovação de outro, esbarrava em condições peculiares, como, por exemplo, o pequeno tamanho da capital potiguar: no ano de 1900, ela possuía aproximadamente 16.056 habitantes, época em que Recife já detinha 113.106 habitantes, enquanto o distante Rio de Janeiro já passava de

³³⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 2008. p. 49.

³³⁹ *Ibidem*. p. 50.

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ *Idem*.

³⁴² *Ibidem*. p. 50-51.

³⁴³ CASCUDO, Luís da Câmara. **Bric-à-Brac. A imprensa**, Natal, 25 out. 1918.

³⁴⁴ ANDRADE, Alenuska; ARRAIS, Raimundo; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade**: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008. p. 11.

³⁴⁵ *Idem*.

800 mil pessoas.³⁴⁶ Em 1920, dois anos depois da estreia de Cascudo no jornal “A Imprensa”, Natal contava com um pouco mais de 30 mil habitantes, enquanto Recife já passava de 200 mil e o Rio de Janeiro já somava um pouco mais de um milhão.³⁴⁷

Se a população em Natal era um tanto quanto reduzida, seus problemas eram bem maiores: em 1904, por exemplo, esta mesma cidade recebera mais de 15 mil retirantes da seca.³⁴⁸ Ao mesmo tempo, porém, por ela passavam diversas novidades trazidas pela *Belle Époque* europeia, não só em seus aspectos materiais (que apareciam geralmente na forma de um “progresso” científico), mas também em alguns de seus aspectos mais abstratos, do ponto de vista das ideias e mentalidades, isto é, em suas dimensões morais, ideológicas e estéticas.³⁴⁹ Desnecessário dizer que estes diversos aspectos dessa *Belle Époque* só pareciam dizer mais respeito às elites da cidade potiguar, de modo que pouco parece ter alterado o modo de vida dos retirantes sobre os quais falávamos acima, por exemplo.³⁵⁰ E, no entanto, mesmo essa elite possuía um modo próprio de reagir a essas diversas mudanças e inovações em seu modo de vida. Segundo Tarcísio Gurgel, por exemplo, ainda era possível se perceber costumes que em muito antecediam a chegada da *Belle Époque* natalense (período que, para Gurgel, se estendeu de 1889 e 1930³⁵¹), como “o jerimum com leite e carne assada, as conversas nos cantões, as serenatas em noite de lua cheia”.³⁵²

Na virada do século XIX para XX, quando do nascimento de Cascudo, Natal parecia reproduzir, em menores dimensões, uma tensão que havia se espalhado por boa parte do Brasil nesse período: a tensão entre a “Vertigem e aceleração do tempo” e o “Marasmo [...] [bem como] um tempo que parecia transcorrer tão lentamente que sua marcha inexorável mal era percebida”, nas palavras de Margarida de Souza Neves.³⁵³ Tal como aconteceu em

³⁴⁶ ANDRADE, Alenuska; ARRAIS, Raimundo; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade**: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008. p. 25.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ Ibidem. p. 32.

³⁴⁹ Ver especialmente a seção intitulada “Licor de Pitanga e Cosmopolitismo” no livro: GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina**: o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Edição do autor, 2009. p. 31 e seguintes.

³⁵⁰ ANDRADE, Alenuska; ARRAIS, Raimundo; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade**: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008. p. 12.

³⁵¹ GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina**: o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Edição do autor, 2009. p. 35 e seguintes.

³⁵² Ibidem. p. 32.

³⁵³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil Republicano; v. 1). p. 15.

diversas partes do país nos primeiros anos da República,³⁵⁴ no Rio Grande do Norte muitos acreditaram ser esta forma de governo uma

panaceia que, como num passe de mágica, estava resolvendo todos os problemas da pobre província potiguar, que vivera um tempo de decadência e estagnação, causada exclusivamente pelo descaso imperial. A ‘era de decadência’ estava sendo superada por outra, a republicana, de prosperidade e desenvolvimento.³⁵⁵

A República, porém, jamais foi capaz de cumprir esse papel tão poderoso, de modo que, com o passar do tempo, mesmo os republicanos potiguares reconheceriam que as dificuldades eram inúmeras e de difícil superação, embora continuassem a responsabilizar as catástrofes naturais do próprio estado pelos problemas que ainda enfrentavam anos depois da proclamação do novo regime.³⁵⁶

Assim, Natal entrou no século XX ainda sofrendo com a incapacidade em apresentar qualquer “expressão econômica e cultural”, segundo Tarcísio Gurgel. E este autor nos lembra de que o comportamento do regime imperial, ainda no século XIX, era caracterizado por um “notório desinteresse” pelo Rio Grande do Norte, o que era agravado por “uma espécie de atonia administrativa [que] dominou o período provinciano ‘alimentado’ por uma quase indigência no campo econômico”.³⁵⁷ E nada mudaria muito durante as primeiras décadas do novo século.

Destas primeiras décadas do século XX, no entanto, a década de 1920 é, provavelmente, uma das mais importantes na formação cultural de Cascudo. Ironicamente, porém, foi um dos períodos mais difíceis para ele quando seu pai, o responsável pelo sustento da família, esteve em dificuldade financeira. Entretanto é nessa época que Cascudo irá, pela primeira vez, à Recife. Poucos anos antes, em 1917, por exemplo, Cascudo havia terminado seus estudos no Atheneu Norte Riograndense. Em 1918, enquanto Freyre embarca para os Estados Unidos, Cascudo ingressava na Faculdade de Medicina de Salvador. No ano seguinte, em 1919, ele transfere-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Depois do retorno

³⁵⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil Republicano; v. 1). p. 52.

³⁵⁵ BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFERN, 2002. p. 28.

³⁵⁶ Ibidem. p. 29.

³⁵⁷ GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina**: o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Edição do autor, 2009. p. 70.

de Freyre à Recife, quando este último voltou de suas viagens à Europa e aos Estados Unidos, em 1923, Cascudo ingressará na Faculdade de Direito de Recife.³⁵⁸

Além disso, a década de 1920 é marcante tanto para Freyre quanto para Cascudo, especialmente pela decadência que se instalava, gradualmente, às suas voltas. Pernambuco, por exemplo, testemunhava o fato de que “toda a [sua] sociedade que se erigira em torno da cultura canavieira – com seus valores, seus hábitos, suas realizações culturais – entra igualmente em fase de estagnação e decadência”.³⁵⁹ A República “reduziu Pernambuco a uma situação nacional de segunda ordem, expondo-o à ameaça permanente da intervenção federal”.³⁶⁰ Paralelamente, se bem que em outras proporções, o Rio Grande do Norte entrava no século XX como um estado pobre, às voltas com inúmeras dificuldades econômicas: Natal era tão insignificante economicamente que, ainda durante o regime imperial cogitou-se a possibilidade de transferir a capital do estado para uma cidade no interior: Macaíba.³⁶¹ Na década de 1920, o quadro não mudaria muito e vemos o “inspetor de saúde do porto de Natal e chefe das clínicas do Hospital de Caridade”³⁶² Januário Cicco, reclamando do

quadro assustador produzido pela completa negligência na forma de ocupação da cidade, na falta de equipamentos de saúde coletiva e pela ausência de cuidado dos governos com as vidas dos natalenses.³⁶³

Voltando dos Estados Unidos à capital pernambucana, Freyre parecia ter de Recife uma imagem não muito diferente daquela de Natal, guardando, mais uma vez, as devidas proporções. E, com efeito, há muitas proporções a se guardar: retornar a Recife significava retornar para uma capital em um estado de decadência, mas que ainda mantinha uma postura relativamente distante e superior de diversos setores da população do interior do estado, o que se refletiu, por exemplo, na clivagem entre Recife e a zona rural pernambucana, quando a oligarquia Rosa e Silva, apoiada por grandes proprietários rurais e coronéis, entrou em conflito com Dantas Barreto, candidato apoiado quase que inteiramente pela população da

³⁵⁸ Sobre Freyre ver, por exemplo, GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Sobre Cascudo ver, por exemplo, OLIVEIRA, Gildson. **Câmara Cascudo: um homem chamado Brasil**. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

³⁵⁹ KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru: EDUSC, 2003. p. 318.

³⁶⁰ FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 8). p. 139.

³⁶¹ ANDRADE, Alenuska; ARRAIS, Raimundo; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930**. Natal: EDUFERN, 2008. p. 17.

³⁶² ARRAIS, Raimundo (org.). **Crônicas de Origem: a cidade do Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20**. Natal: EDUFERN, 2005. p. 40.

³⁶³ Idem.

capital.³⁶⁴ Assumindo esta postura apesar de sua decadência, Recife lutava por manter seu *status* de capital e de centro das atividades políticas e econômicas do estado: nestas primeiras décadas do século XX, por exemplo, a capital pernambucana chegava a absorver de 60 a 70% da renda que Pernambuco destinava aos municípios.³⁶⁵

Ao escreverem sobre o retorno de Gilberto Freyre a Recife em março de 1923, Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci buscam situar tal acontecimento no contexto de um Pernambuco “em decadência econômica, política e cultural, em que os esforços reformistas pareciam ameaçar a estabilidade [...]”.³⁶⁶ Todavia, ao refletirem sobre este momento, Larreta e Giucci fazem alusão a um livro de um escritor inglês do século XIX chamado Thomas Hardy, intitulado *The Return of the Native*, de 1878.³⁶⁷ Porque esta alusão ao livro de Hardy? Vejamos a leitura que Larreta e Giucci fazem do livro do escritor inglês:

No frio Wessex inglês, longe da prosperidade industrial, sobreviviam formas de vida imersas na depressão agrícola. Hardy condensou esse conflito entre os antigos costumes rurais e a tirania da eficiência moderna na decadência de personagens individuais, situados num território empobrecido e marginalizado pela industrialização. São personagens que respondem com sinceridade e amor ao modo de vida rural, mas que se encontram condenados pela inflexibilidade da tradição e pela falta de oportunidades.³⁶⁸

Segundo Larreta e Giucci, Freyre não concordava inteiramente com a caracterização um tanto pessimista que Hardy parecia traçar acerca de um futuro regional, como descrito acima.³⁶⁹ Ainda assim, ele acreditava ver em Hardy “o autor de obra de ficção mais universalmente humana que a Inglaterra produziu neste último meio século”.³⁷⁰

Mas Freyre não retornou como um “arauto do Progresso e da civilização” que as suas inúmeras viagens poderiam sugerir.³⁷¹ Ao contrário, ele havia aberto “os olhos para os rebeldes e os estetas que se enfrentavam com a democracia e as conquistas materiais da nova civilização burguesa, ou se mostravam indiferentes a elas”.³⁷² Neste sentido, ele desembarcava em Recife “como um crítico cuja autoridade deriva de um conhecimento direto

³⁶⁴ FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 8). p. 165.

³⁶⁵ Ibidem, p. 158.

³⁶⁶ GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 218.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Ibidem. p. 218-219.

³⁶⁹ Ibidem. p. 219.

³⁷⁰ Apud Idem.

³⁷¹ Ibidem. p. 214.

³⁷² Idem.

da modernidade”.³⁷³ Sua atitude traduzia-se no estilo e na aparência que ele havia adotado para si, onde havia

muito da figura excêntrica, incongruente e irritante do dândi. Roupas que denotam a afinidade e o gosto por lugares distantes, modos um pouco insolentes, cuja presença incomoda porque põe em evidência a estreiteza local.³⁷⁴

E algo parecido se dará com Cascudo, especialmente por que

Natal, nos Anos Vinte, não esconde um misto de admiração e espanto, por aquele jovem intelectual vestido de forma acintosamente elegante, cercado por outros literatos provincianos, dirigindo automóvel e participando de noitadas onde não faltavam a modinha, a poesia e o vinho alemão. Filho único e rico, chamavam-no ‘Príncipe’.³⁷⁵

Portanto, os dois dândis, apesar das diferenças nas formações educacionais e culturais, ainda poderiam encontrar entre si algumas semelhanças que se refletiam em seus comportamentos e atitudes diante do mundo às suas voltas.

De uma série de artigos intitulados *De Recife*, que Cascudo escreveu quando de sua estadia em terras pernambucanas, ele exploraria inúmeros assuntos relacionados a letrados recifenses daquela época, indo desde o “riso e a seriedade”, até a poética de João Barreto. Só temos acesso a 5 artigos desta série: os outros (se existiram) se perderam em virtude do mal estado de conservação do jornal em que foram publicados, o “A Imprensa”.³⁷⁶ Dos 5 a que tivemos acesso, identificamos 3 com as partes faltando, então só podemos fazer referência aos dois restantes aqui. No primeiro deles, sobre Joaquim do Rego Monteiro,³⁷⁷ Cascudo ressalta que conheceu este pintor através de Gilberto Freyre. Já o segundo, que também se encontra conservado na íntegra, chama-se “A Bengala de Gilberto Freyre”.³⁷⁸ Como o próprio título sugere, Cascudo escreve aqui sobre a originalidade e o estilo de Freyre, pensando-os a partir de um objeto que Freyre gostava de usar: uma bengala. Quanto a este último artigo, podemos

³⁷³ GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 214.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ GURGEL, Tarcísio. **Informação da literatura potiguar.** Natal: Argos, 2001. p. 59.

³⁷⁶ Os 5 artigos são os seguintes: CASCUDO, Luís da Câmara. De Recife: Joaquim do Rego Monteiro. **A Imprensa**, Natal, 09 mar. 1924; CASCUDO, Luís da Câmara. De Recife: A bengala de Gilberto Freyre. **A Imprensa**, Natal, 14 mar. 1924; CASCUDO, Luís da Câmara. De Recife: a paisagem nos romancistas pernambucanos. **A Imprensa**, Natal, 19 mar. 1924; CASCUDO, Luís da Câmara. De Recife: hora poética de João de Barro. **A Imprensa**, Natal, 30 mar. 1924; CASCUDO, Luís da Câmara. De Recife: do riso e da seriedade. **A Imprensa**, Natal, 02 abr. 1924.

³⁷⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. De Recife: Joaquim do Rego Monteiro. **A Imprensa**, Natal, 09 mar. 1924.

³⁷⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. De Recife: A bengala de Gilberto Freyre. **A Imprensa**, Natal, 14 mar. 1924.

dizer que concordamos com a interpretação de Francisco Sales Neto:³⁷⁹ para este autor, “Casculo utilizou a bengala de Gilberto Freyre na tentativa de servir como metáfora para descrever o estilo freyreano, que seria absolutamente próprio”.³⁸⁰ A postura de Casculo aqui, essencialmente laudatória, torna-se ainda mais compreensível quando nos lembramos de que, nesta época, “Freyre era justamente o articulador de Casculo em Recife [...] apresentando-o a outros renomados intelectuais e artistas”.³⁸¹ Além disso, encontramos uma evidência destas articulações entre Freyre e Casculo quando vemos uma notícia no Diário de Pernambuco, sobre um almoço em que participaram Casculo, Freyre e José Lins do Rego.³⁸²

No dia 28 de Abril de 1924, em Recife, uma reunião congregou diversos indivíduos associados ao círculo de letrados recifenses. Entre eles estava Odilon Nestor, um “catedrático de direito internacional na Faculdade de Direito de Recife”, que também era, além disso, “um homem culto, no sentido tradicional, [que] viajara 15 vezes à Europa e conhecia a literatura clássica”.³⁸³ Além de Nestor, encontravam-se aí também um amigo seu, que ele conhecia graças às suas “incursões pela vida boêmia do Recife”:³⁸⁴ Gilberto Freyre. Alguns dias depois, no dia 7 de maio, descobrimos que um manifesto havia sido redigido por eles e outros letrados, e lido na residência do próprio Nestor, por um dos participantes das reuniões, Alfredo Morais Coutinho.³⁸⁵ Nele afirmava-se, entre outras coisas, que

O Centro Regionalista do Nordeste, com sede em Recife, tem por fim desenvolver o sentimento de unidade do Nordeste, que é tão claramente caracterizada na sua condição geográfica e evolução histórica [...].³⁸⁶

Uma nova reunião veio a se realizar poucos dias depois, no dia 11 do mesmo mês e, mais uma vez, com a participação de Freyre, só que, agora, com um número ainda maior de participantes, como Aníbal Fernandes e Ulysses Pernambucano, irmão de Freyre.³⁸⁷ Expandindo-se para além de Pernambuco, a ideia de criação de um Centro Regionalista continuará a se propagar, chegando até mesmo à Paraíba, pouco tempo depois,³⁸⁸ enquanto no

³⁷⁹ SALES NETO, Francisco Firmino. **Palavras que silenciam**: Câmara Casculo e o regionalismo-tradicionalista nordestino. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p. 117 e seguintes.

³⁸⁰ *Ibidem*. p. 118.

³⁸¹ *Ibidem*. p. 117.

³⁸² ALMOÇO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 mar. 1924, p. 2, c. 5.

³⁸³ GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre**: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 291.

³⁸⁴ *Idem*.

³⁸⁵ CENTRO Regionalista. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 maio 1924, p. 1, c. 5-6.

³⁸⁶ CENTRO Regionalista do Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 maio 1924, p. 5, c. 3.

³⁸⁷ *Idem*.

³⁸⁸ CENTRO Regionalista. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 maio 1924, p. 3, c. 3.

dia 25 de maio, em Recife, nova reunião era realizada, também com a participação de Freyre.³⁸⁹ Neste mesmo dia, o *Jornal do Commercio* acrescenta que o Centro Regionalista também recebeu apoio do jornal “A Imprensa”, em Natal:³⁹⁰ o jornal de propriedade do pai de Cascudo. E em 11 de setembro de 1924, o *Diário de Pernambuco* informa que o próprio Cascudo participou de uma reunião promovida pelo Centro Regionalista, também com a presença de Freyre.³⁹¹

No dia 6 de dezembro de 1924, Cascudo viajou para Recife a fim de participar da comemoração do aniversário do poeta Araújo Filho, que contou com a presença de inúmeras figuras influentes da sociedade pernambucana.³⁹² Mas Cascudo ainda ficaria mais alguns dias em Recife para “prestar exame do 1º ano do curso jurídico, obtendo ótimas aprovações”, segundo o jornal “*Diário de Natal*”.³⁹³ Após isso, ele retornou a Natal no dia 10 do mesmo mês,³⁹⁴ notícia esta também veiculada no periódico “*A República*” do Rio Grande do Norte.³⁹⁵

No ano seguinte, em 1925, o diálogo entre Freyre e Cascudo se dará, principalmente, através de cartas, revelando-se, porém, um tanto breve. A primeira delas é de 17 de março de 1925, de Freyre para Cascudo.³⁹⁶ Aqui, Freyre afirma que leu *Joio e Histórias que o tempo leva...*, preferindo este último. Ele pede que Cascudo envie alguns exemplares deste livro para dois velhos conhecidos seus: Francis B. Sinkins e Rüdger Bilden, ambos nos Estados Unidos. Além disso, ele também pede a Cascudo que escreva um artigo sobre Natal, a ser publicado no *Livro do Nordeste*, algo que, por motivos ainda não esclarecidos, jamais veio a acontecer. Com efeito, esta troca de cartas entre os dois se dá no contexto de um ano (1925) em que Freyre estava preocupado em organizar o *Livro do Nordeste*, para comemorar o centenário do *Diário de Pernambuco*. Sua proposta, neste livro, consistia em uma “análise inovadora do caráter regional do Brasil – estudo do Nordeste – situado em contato com a matriz cultural hispano-portuguesa”.³⁹⁷ Cascudo só veio a receber a carta de Freyre no dia 5 de junho, muitos meses depois do envio da mesma. A carta de resposta de Cascudo para Freyre é datada de 6

³⁸⁹ CENTRO Regionalista. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 maio 1924, p. 3, c. 4.

³⁹⁰ CENTRO Regionalista. *Jornal do Comércio*, Recife, 25 maio 1924, p. 3, c. 4.

³⁹¹ A referência encontra-se em: SALES NETO, Francisco Firmino. **Palavras que silenciam**: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionista nordestino. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p. 136. Olhar a nota de rodapé de número 195 neste página.

³⁹² RECEPÇÕES. *Diário de Pernambuco*, Recife, Sábado, 06 dez. 1924, p. 2, c. 4.

³⁹³ **DIÁRIO de Natal**, Natal, 11 dez. 1924.

³⁹⁴ Idem.

³⁹⁵ **A República**, Natal, 12 dez. 1924.

³⁹⁶ FREYRE, Gilberto. [**Correspondência enviada a Luís da Câmara Cascudo**]. Recife, 17 de mar. 1925. 2p. Carta. Acervo Memorial Câmara Cascudo.

³⁹⁷ GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre**: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 277.

de junho do mesmo ano.³⁹⁸ Muito curta e breve, Cascudo informa a Freyre apenas que vinha trabalhando em vários livros e artigos, além de dizer que acompanha as colunas do escritor pernambucano no Diário de Pernambuco. Sobre Sinkins, Cascudo nada diz; sobre Bilden, ele diz ter enviado uma carta para ele e torce para que nenhum problema aconteça e a carta chegue em seu destino.

Nos anos seguintes, porém, ainda na década de 20, a relação entre Freyre e Cascudo entrará em um hiato, de modo que a documentação disponível não registra nenhum tipo de contato entre os dois. Por quê? Isto talvez tenha se dado graças às dificuldades financeiras que Cascudo estava certamente sentindo graças ao declínio econômico de seu pai neste momento, considerando que o jornal de propriedade dele, o “A Imprensa”, parou de ser publicado em 1927.³⁹⁹ Desse modo, as dificuldades financeiras talvez tenham contribuído para a formação deste silêncio: ocupado com a própria crise, Cascudo pode ter relegado a sua comunicação com Recife a um segundo plano, o que prosseguirá entre 1926 e 1929. Mas esse é um silêncio trágico, sobre o qual Cascudo irá escrever mais tarde. Em seu livro de 1968, intitulado *O Tempo e Eu*, por exemplo, ao lembrar-se de sua formatura na Faculdade de Direito de Recife, ocorrida em 1928, ele irá escrever que “Não tive o dinheiro para pagar retrato no quadro de formatura, orgulho de todo estudante [...]”.⁴⁰⁰ Deste mesmo período, ele também não se esqueceu do momento de “pobreza de meu pai, altiva e nobre, [o que] não me permitia abandoná-lo [...]”.⁴⁰¹ Mas não nos esqueçamos de que, se este silêncio é tão forte e eloquente no que diz respeito à sua vida pessoal e às suas relações com Freyre, ganhando contornos trágicos, ele não se estendeu por todos os aspectos de sua existência: em dezembro de 1928, por exemplo, ele veio a receber Mário de Andrade em sua casa, onde este último passou o natal.⁴⁰² Além disso, Cascudo foi nomeado professor interino de História no Ateneu Norteario-grandense pelo então governador Juvenal Lamartine, em 1928.⁴⁰³

Um diálogo mais ativo com Freyre só será retomado em 1939, ainda que um tanto indiretamente. No dia 27 de setembro deste ano, por exemplo, no periódico potiguar “A República”, Cascudo cita Freyre, ainda que muito brevemente, ao discutir a presença de alguns traços arquitetônicos em algumas Igrejas no Brasil, enquanto resenhava um livro sobre

³⁹⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. [Correspondência enviada a Gilberto Freyre]. Natal, 06 jun. 1925. 2p. Carta. Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

³⁹⁹ OLIVEIRA, Gildson. **Câmara Cascudo**: um homem chamado Brasil. Brasília: Brasília Jurídica, 1999. p. 34.

⁴⁰⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 2008. p. 51.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² OLIVEIRA, Gildson. **Câmara Cascudo**: um homem chamado Brasil. Brasília: Brasília Jurídica, 1999. p. 40.

⁴⁰³ CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 2008. p. 147.

bandeirantes da autoria do jornalista Belmonte.⁴⁰⁴ Esta referência se deu, neste texto, quando Cascudo lembra ao leitor que Freyre

pensava constituir o alpendrado de frente da porta principal uma influência da casa-grande, uma assimilação na incipiente arquitetura religiosa no interior de Pernambuco onde várias capelas são de alpendre.⁴⁰⁵

Isso foi algo de que o próprio Cascudo discordou. Mas ele ainda voltaria a concordar com Freyre em inúmeros outros aspectos na década de 1950, quando ele voltará a citar este autor pernambucano, de forma mais recorrente e explícita, no livro *Geografia do Brasil Holandês*. A arquitetura foi somente um aspecto de uma discussão que atravessava e era atravessada por ela: o debate em torno da ideia de espaço. Neste artigo, como em tantos outros até a publicação de seu *Geografia do Brasil Holandês*, é a relação com o espaço que servirá como um dos temas centrais na produção escrita de Cascudo, ao ponto de ele pôr a palavra “Geografia” no título desse seu livro de 1956. Antes disso, porém, ele veio a construir inúmeros textos em torno do tema do “Brasil Holandês”, em torno do qual sua Geografia veio a girar.

VI

Em 27 de janeiro de 1940, Cascudo publicou um artigo sobre o “Brasil Holandês” no periódico “A República”.⁴⁰⁶ Nele, vemos duas ideias que se tornaram recorrentes daqui em diante ao tratar do tema do “Brasil Holandês”: a dimensão da “influência” holandesa e os “vestígios” de sua “presença” no espaço, sendo ambas as questões discutidas do ponto de vista racial.

Neste breve artigo, Cascudo contesta uma ideia supostamente compartilhada por muitos de seus contemporâneos, segundo ele, de que o holandês é tido como “responsável pelos cabelos loiros e olhos azuis, ainda visíveis no Nordeste”.⁴⁰⁷ Para contestar essa ideia, ele recorre a um argumento baseado inteiramente em pressupostos antropogeográficos. Aqui, ele argumenta que as descrições que seus contemporâneos constroem dos holandeses também se aplicam perfeitamente aos portugueses, como a “estatura avantajada”, e o fato de serem

⁴⁰⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 27 set. 1939.

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 27 jan. 1940.

⁴⁰⁷ Idem.

“Homens fortes, compridos, cheios de força e vigor”.⁴⁰⁸ Para Cascudo, o processo de arianização estaria contribuindo fortemente para preservar e reproduzir a cor branca ao longo do tempo, a despeito da miscigenação. Além disso, segundo ele, haviam dois tipos principais de portugueses: os “loiros”, considerados nômades e conquistadores, e os “morenos”, pequenos, sedentários e pacíficos. Tendo escrito isso, Cascudo conclui que “Todos os dois grupos mandaram seus melhores tipos para o *Brasil* [grifo do autor]”.⁴⁰⁹ Destes tipos portugueses, o “homem do Minho” teria sido preponderante. Dotados de “fausto e posses”, eles foram capazes de criar, no Brasil, uma “aristocracia ruralenga [sic]”.⁴¹⁰ Após escrever isso, ele assume mais explicitamente seu lugar de fala, se expressando em primeira pessoa:

Nós, do *Nordeste*, especialmente os que conhecem de perto o velho sertão, sabemos da existência teimosa, da sobrevivência admirável, dos tipos loiros, em grandes áreas, fixando-se mesmo em famílias inteiras [...] [grifo do autor].⁴¹¹

Desse modo, Cascudo não fala apenas *sobre* o Nordeste, mas *em nome dele*. Para ele, alguém que queira discernir os vestígios do passado no presente deve trabalhar no próprio espaço que se pretende estudar: para ser descrito, o espaço precisa ser observado diretamente. Tendo adotado esta postura, ele conclui que “Nunca a dominação holandesa se infiltrou a ponto de ser determinante”.⁴¹² De um modo geral, para ele, os holandeses passaram boa parte dos anos de dominação confinados nos espaços de guarnições e fortalezas, saindo apenas para o “estupro nas cunhãs”,⁴¹³ casando-se pouco com brasileiras. Poucas chegavam a se casar com os flamengos e mesmo estas “ficavam conhecidas e *marcadas* na reprovação católica e legalista [grifo do autor]”.⁴¹⁴ No geral, “Era o idioma, a raça, o costume, religião” que conspiravam “para uma distância inda maior que o ódio entre opressor e oprimido”.⁴¹⁵ Daí Cascudo conclui: “Não creio na influência antropológica do holandês no nordeste brasileiro”.⁴¹⁶ E algumas linhas abaixo, já perto do fim do texto, ele volta a reforçar essa afirmação: “nenhum sinal antropológico se fixaria através do *melting-pot* indígena-negro, onde se operaria a concedida mestiçagem [grifo do autor]”.⁴¹⁷

⁴⁰⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 27 jan. 1940.

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ Idem.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Idem.

Como podemos perceber, sua análise trata, acima de tudo, de apagar os rastros dos holandeses, buscando desfazer os traços de sua influência. Para isso, Cascudo não só adota critérios raciais e espaciais como também se coloca em um lugar de fala que se pretende enquanto voz autorizada, capaz de falar, legitimamente, em nome do espaço nordestino. Sua conclusão, como podemos perceber, é sempre favorável ao português, à sua consolidação e permanência, além de sua preponderância racial.

Poucos meses depois, encontramos um artigo seu intitulado “O Barléus do nosso Instituto”, publicado em 5 de março de 1940 no periódico “A República”.⁴¹⁸ Aqui, logo em seu início, ao comentar a entrada de um novo sócio no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ele destaca uma doação deste novo membro à instituição: uma cópia de um volume de Gaspar Van Baerle, ou Barléu, “publicado em latim, narrando a história dos oito anos de governo de *Maurício de Nassau* no nordeste [sic] do Brasil [grifo do autor]”.⁴¹⁹ É o Nordeste, mais uma vez, o recorte espacial por ele delimitado para pensar o período da presença holandesa no Brasil.

Do livro de Barléu, Cascudo fornece ao leitor a história editorial do original, incluindo seu local e data de publicação, escrevendo até mesmo sobre um incêndio que supostamente destruiu uma parte do livro quando ele ainda estava no prelo, em 1647.⁴²⁰ Para Cascudo, o livro de Barléu é valioso pelo “trabalho sólido e claro, com minúcias curiosas de nossa vida”, incluindo “episódios guerreiros e administrativos”.⁴²¹ Amplamente ilustrado por Franz Post, o livro conta com “grandes quadros representando paisagens, vistas das terras conquistadas”.⁴²² Além disso, “quatro mapas dizem o limite do conhecimento geográfico holandês no século XVII”.⁴²³ É importante atentarmos para o fato de Cascudo considerar tais mapas como representações fiéis da realidade e que sua exatidão pode ser medida por seu nível de detalhes, capazes de retratar com grande precisão o espaço que ele se propõe a representar. Essa observação será particularmente útil quando discutirmos sua concepção de “mapa” e “espaço”, ambas fundamentais para a compreensão da “Geografia” a partir da qual ele irá pensar o “Brasil Holandês”.

Mas este artigo torna-se ainda mais interessante para nós na medida em que Cascudo conta, brevemente, a história de seu contato com o livro de Barléu. Diz ele: “Em 1925 folheei

⁴¹⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 05 mar. 1940.

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ Idem.

⁴²² Idem.

⁴²³ Idem.

o volume e tomei várias notas. Em 1932 procurei-o. Tinha desaparecido”.⁴²⁴ O livro havia desaparecido porque ele fora tomado emprestado por um cônego que, ainda de sua posse, faleceu. Esta cópia, junto com todos os livros da biblioteca do cônego, havia sido doado, e o volume de Barléu terminou desaparecendo definitivamente. Cascudo recorda que, depois disso, “Fiquei obrigado a consulta-lo quando ia ao Rio de Janeiro, lamentando a perda irreparável para o Instituto [grifo do autor]”.⁴²⁵ Certa vez, porém, enquanto buscava alguns mapas para consultar, ele encontrou, por acaso, uma cópia da obra do autor holandês. E não hesitou: adquiriu o volume, colocou-o “debaixo do braço [e] voei para casa”.⁴²⁶ Ele finaliza o artigo comemorando a satisfação de ter sido capaz de doar ao Instituto potiguar uma cópia desta obra.

Assim, aprendemos que seu interesse por consultar documentos relativos à presença holandesa remete à década de 1920, o que faz sentido, considerando que nesta mesma época ele também escreveu algumas pequenas histórias de ficção e artigos historiográficos que tangenciavam o assunto, reunidos em seu livro *Histórias que o tempo leva...*, de 1924, um ano antes de sua primeira consulta (segundo ele) ao livro de Barléu.⁴²⁷ Além disso, lembremos que foi nessa década que, como vimos, ele deu início a seu contato com Freyre e com os círculos de letrados pernambucanos próximos a ele. E já neste *Histórias que o tempo leva...*, ele chegou a uma conclusão sobre o domínio flamengo no Rio Grande do Norte, muito parecida com aquela que analisamos algumas páginas atrás:

O Rio Grande do Norte, jugulado sob a manopla férrea do batavo, gemeu 21 anos. As privações e os massacres estão no domínio da História. A obra material foi nula e insignificante. A ação ética ainda hoje é notada.⁴²⁸

Quanto a esta última frase (“A ação ética ainda hoje é notada”), Cascudo acrescentaria uma correção neste ano de 1940, como também podemos constatar de nossa análise acima: para ele, agora, até mesmo ela foi nula. Na mesma década de 20, ele ainda participaria de uma reunião do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, no dia 27 de novembro de 1925.⁴²⁹ Nela, foi lida uma proposta de um dos sócios da instituição, sugerindo que o livro de Herman Watjen, intitulado *O domínio holandês no Brasil*, fosse traduzido para

⁴²⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 05 mar. 1940.

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ Idem.

⁴²⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Histórias que o tempo leva...** Edição fac-similar. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1991.

⁴²⁸ Ibidem, p. 51.

⁴²⁹ INSTITUTO Arqueológico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 nov. 1925, p. 3, c. 5.

o português. Cascudo não só concordou com isso como também afirmou estar disposto a contribuir com uma parte da despesa de tal empreitada.⁴³⁰ Seu interesse pelo assunto, portanto, começou a ser construído na década de 20, mas os holandeses continuariam a aparecer em seus escritos ao longo do ano de 1940.

Ainda em março do mesmo ano, suas palavras continuaram a descrever uma presença brutal, violenta e pouco produtiva dos holandeses, como no jornal *A República*.⁴³¹ No mês seguinte, em abril, ele repete os mesmos argumentos, chegando a classificar a ideia de que os flamengos teriam deixado algum rastro no Rio Grande do Norte de “mentirosa”.⁴³² No mês seguinte, ele põe em dúvida qualquer tentativa de se traçar alguma genealogia de qualquer família potiguar até algum ancestral holandês. Sua conclusão aqui, apesar de não negar completamente a influência holandesa, insiste em realçar o quão difícil é confirmar a presença de antepassados flamengos.⁴³³

No ano seguinte, em 1941, Cascudo tornará ainda mais explícito seu elogio do português em um artigo publicado no dia 15 de agosto deste ano, no jornal “*A República*”, intitulado, sintomaticamente, “O português é um elemento de fixação e de penetração”.⁴³⁴ Agora, sua perspectiva muda: da ênfase na visão negativa do flamengo para o realce do retrato positivo do português. Neste artigo, um repórter do jornal “*A República*” entrevistou Cascudo, pedindo que ele comentasse uma notícia publicada no periódico “*A Notícia*”, em que um escritor – Augusto de Lima Júnior – “lançava a ideia e advogava a promulgação de um ‘Estatuto’ para os portugueses no Brasil”.⁴³⁵ A isso Cascudo respondeu:

Começo afirmando que a concessão de um Estatuto para os Portugueses no Brasil não me trará vantagens de ordem econômica. Idem, não me facilitará jornada romântica às terras de Portugal. Tenho vinte anos de desinteresse e passou a idade de pensar doutra maneira. A ideia do meu amigo sr. Augusto de Lima Júnior tem, entre outras, a vantagem de ser lógica. Desejo ver juridicamente formulado o que está socialmente existindo e atuando. É apenas uma questão de sistemática, de forma processual, de roupa forense, de vocabulário técnico. O que é real é a vida portuguesa no Brasil pertencer aos quadros normais, muito mais psicologicamente que de uma espécie diversa.⁴³⁶

⁴³⁰ INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 nov. 1925, p. 3, c. 5.

⁴³¹ Ver, por exemplo: CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. *A República*, Natal 20 mar. 1940.

⁴³² CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. *A República*, Natal, 31 abr. 1940.

⁴³³ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. *A República*, Natal, 31 maio. 1940.

⁴³⁴ O português é um elemento de fixação e de penetração: diz a “*A Notícia*” o ilustre escritor Luís da Câmara Cascudo. *A República*, Natal, 15 ago. 1941.

⁴³⁵ Idem.

⁴³⁶ Idem.

Assim, Cascudo transforma o elogio do português em algo que pode ser logicamente deduzido do passado brasileiro de modo puramente formal: olhar simpaticamente para o português, para ele, não seria mera opinião, é algo que pode ser concluído exclusivamente através do uso da lógica. Em suas palavras, ele se apresenta enquanto desinteressado e destituído de qualquer interesse “romântico”, afirmando que a influência portuguesa não é uma hipótese ou uma possível forma de interpretar a história brasileira: ela teria se objetivado de tal forma que poderia ser apreendida empiricamente. Assim, elogiar o português, para ele, é apenas reafirmar o que já seria óbvio e evidente, algo tão familiar como “é a vida portuguesa no Brasil pertencer aos quadros normais, muito mais psicologicamente que de uma espécie diversa”.⁴³⁷ O português é tanto mais aceitável quando mais familiar ao brasileiro, algo que Cascudo constata naquilo que ele acredita compor a “realidade” da vida brasileira.

Mas sua resposta não termina aqui. Logo em seguida, ele preocupa-se em ressaltar esse caráter familiar e amplamente conhecido do português, afirmando que “Intimamente nenhum deles se considera ‘estrangeiro’ no Brasil”.⁴³⁸ No Brasil, eles não se restringem a nenhum recorte espacial no território brasileiro: o lusitano “Espalha-se pelo Brasil”,⁴³⁹ incluindo tanto o campo quanto as cidades. Para Cascudo, se no passado os portugueses se “espalhavam” pelo espaço, no século XX surgiu uma novidade: “O poder de expansão parece ter cessado. Agora ele é um elemento de fixação, de terebração. Chega e fica”.⁴⁴⁰ A relação do português com o espaço, para ele, se dá de duas formas, em duas etapas distintas: primeiro, ele se posiciona no espaço ocupando os lugares que o preenchem. Uma vez tendo ocupado estrategicamente o espaço, os portugueses, então, se fixam, consolidando sua posse do território. Desse modo, eles se confundiriam com o recorte espacial brasileiro: é a partir deles que o tempo será medido e a partir dos quais o espaço será pensado.

Uma vez tendo analisado a relação entre o português e o espaço, Cascudo conclui ser correta, “em matéria de colonização, a política do Estado Novo”.⁴⁴¹ Aproveitando o seu elogio ao lusitano, ele aproveita também para elogiar a política através da qual o Estado Novo trazia imigrantes de Portugal para o Brasil. Assim, ele elogia os “atos e pareceres” do “Governo do Brasil”, que “distinguiu o colono português com o reconhecimento dos valores

⁴³⁷ O português é um elemento de fixação e de penetração: diz a “A Notícia” o ilustre escritor Luís da Câmara Cascudo. **A República**, Natal, 15 ago. 1941.

⁴³⁸ Idem.

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ Idem.

de assimilação, compatíveis às necessidades do mercado de braços”.⁴⁴² Dessa forma, todavia, ele parece em contradição com aquele momento anterior de sua entrevista, quando ele se dizia desinteressado e afirmava nada ter a ganhar com o elogio da influência lusitana: vemos como, ao contrário, ele claramente tem muito a ganhar sim, em sua posição simpaticamente próxima ao Estado, aproximando-se dele. Não por acaso, em outro momento da entrevista ele afirma que

Fizemos, ou fez o Governo brasileiro interpretando um sentimento natural, a oficialização do ambiente ao colono, como todo o cerimonial científico para uma chegada emocional e simbólica como duas mãos que se reúnem.⁴⁴³

Suas palavras aqui dão continuidade não só ao seu argumento como também ao seu próprio lugar de fala, incluindo aqui, particularmente, sua proximidade do governo Vargas. Dizemos que através de tais palavras ele prossegue em seu argumento na medida em que sua visão favorável ao português é continuamente construída a partir de um gesto naturalizador, isto é, que julga encontrar, em um sentimento supostamente “natural” dos brasileiros, uma visão simpática à presença e hereditariedade lusitana: ele faz com o português, portanto, o que vinha fazendo até então com o próprio espaço. Em segundo lugar, dizíamos que a suas palavras aqui legitimam seu lugar de fala na medida em que, agora, ele enfatiza e justifica a atitude do governo brasileiro que consistia em construir um “ambiente” favorável ao “colono” português. Com uma única palavra (“ambiente”), Cascudo mantém a coerência de seu argumento, articulando a relação entre colonos e o espaço e ainda legitima o lugar a partir do qual se exprime.

Ainda dentro da lógica delineada até aqui, Cascudo elogia “o parecer do Conselho de Imigração, e as calorosas referências do sr. Presidente da República e do sr. Ministro das Relações Exteriores”,⁴⁴⁴ favoráveis ao Estatuto relativo à presença portuguesa no Brasil. Desse ponto em diante, suas palavras se limitam a reforçar o que já vinha sendo defendido até aqui:

Separados em 1822 e por um príncipe de Bragança, continuamos num sentido de afeto, de afeto tão íntimo que o português vive, muito mais de que um outro tema, em nossa imaginação anedótica. Sempre Portugal foi nosso vizinho. Vizinho na sensibilidade, na compreensão dos vícios e das virtudes idênticas. [...] Com ou sem Estatuto não os considero estrangeiros. [...] O

⁴⁴² O português é um elemento de fixação e de penetração: diz a “A Notícia” o ilustre escritor Luís da Câmara Cascudo. **A República**, Natal, 15 ago. 1941.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Idem.

colono português no Brasil merece possuir o Estatuto. É uma homenagem ao seu tradicionalismo construtor. Um dos maiores elementos subsidiários da Lei é o Costume, o hábito, a tradição, o *common law*. O português não é socialmente, um colono entre nós, é um costume, um hábito, uma viva tradição nessa amada terra do Brasil.⁴⁴⁵

Como vemos, é sempre a tradição, o costume e o hábito que tornam o português familiar e legitimamente aceitável como a verdadeira e única herança recebida pelos brasileiros. Tão próximos estão os portugueses que, para Cascudo, eles nem sequer podem ser considerados estrangeiros: para ele, graças à tradição, os portugueses já poderiam ser considerados enquanto elementos integrais da “verdadeira” cultura brasileira.

No ano seguinte, em 1942, Cascudo só mencionará de forma muito tangencial qualquer coisa relativa ao holandês.⁴⁴⁶ Em 1943, vemos um artigo puramente descritivo, em que ele identifica e explica cada desenho presente em um brasão que os holandeses desenharam para o Rio Grande do Norte.⁴⁴⁷ Depois, ele ainda voltaria a repetir, explicitamente, o mesmo argumento já analisado por nós anteriormente isto é, que os holandeses não deixaram traços, marcas e vestígio nenhum: absolutamente nada.⁴⁴⁸ Por não acrescentarem nenhum argumento novo, esses dois artigos não serão analisados.

No entanto, observamos que, no dia 23 de agosto de 1943, Cascudo enviou uma carta a um homem chamado Daniel Pereira, irmão de José Olympio, um dos maiores editores do Brasil naquele período e o dono da editora responsável pela publicação do *Geografia do Brasil Holandês*.⁴⁴⁹ Nela, Cascudo agradecia à Pereira pelo reconhecimento que Olympio demonstrava por seu trabalho. Ao mesmo tempo, ele (Cascudo) escreveu sobre “O ‘Geografia’, escrito nos pedaços [sic], [e que] foi fiel às oscilações oficiais da ortografia, refletindo um verdadeiro diagrama de percurso”.⁴⁵⁰ E ainda acrescentava: “Você tem diante dos lindos olhos um espécime leal do assunto. Não andaré errado se incluir a ignorância pessoal do autor, bem deduzida, pelo exposto”.⁴⁵¹ Por último, escreveu: “Mande as ordens e fique certo da execução militar das mesmas”.⁴⁵²

⁴⁴⁵ O português é um elemento de fixação e de penetração: diz a “A Notícia” o ilustre escritor Luís da Câmara Cascudo. **A República**, Natal, 15 ago. 1941.

⁴⁴⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 24 jan. 1942.

⁴⁴⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 28 mar. 1943.

⁴⁴⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 18 abr. 1943.

⁴⁴⁹ Tivemos acesso somente a um fragmento desta carta, que pode ser encontrado aqui: PEREIRA, José Mario (org.). **José Olympio**: o editor e sua Casa. Rio de Janeiro, Sextante, 2008. p. 197.

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ PEREIRA, José Mario (org.). **José Olympio**: o editor e sua Casa. Rio de Janeiro, Sextante, 2008. p. 197.

⁴⁵² Idem.

O “Geografia”, a que Cascudo se refere aqui, como seria de se esperar, é o livro *Geografia do Brasil Holandês*. E ele já o escrevia desde esse início da década de 40, sendo que o livro só veio a ser publicado por José Olympio em 1956. Não sabemos o porquê desse hiato. Certamente não era por problemas de prestígio: Cascudo ainda publicaria, pela José Olympio, o livro *Geografia dos Mitos Brasileiros*, de 1947 (volume de número 52 na “Coleção Documentos Brasileiros”),⁴⁵³ um livro sobre literatura oral, em 1952 (volume 63 na “Coleção Documentos Brasileiros”),⁴⁵⁴ *Cinco Livros do Povo*, em 1953 (volume 72 na “Coleção Documentos Brasileiros”),⁴⁵⁵ sem contar o prefácio e notas para alguns volumes de escritos de Sílvio Romero, publicados em 1954, (volume 75 na “Coleção Documentos Brasileiros”)⁴⁵⁶ dois anos antes do *Geografia do Brasil Holandês*. Além disso, Cascudo conhecia Freyre, o primeiro diretor da “Coleção Documentos Brasileiros” e que certamente o auxiliava no sentido de conservar a importância de sua amizade junto ao próprio Olympio. Essa demora talvez tenha se dado porque havia muitos livros no prelo esperando a publicação também, especialmente quando consideramos que, ao todo, a “Coleção Documentos Brasileiros” chegou a ter 207 volumes publicados.⁴⁵⁷ Entraremos em maiores detalhes sobre Olympio e a “Coleção Documentos Brasileiros” mais à frente nesta dissertação, quando analisarmos o livro *Geografia do Brasil Holandês*.

Ainda no fim da década de 40, em 22 de setembro de 1949, o periódico “A República” trazia a notícia de que Cascudo viria a publicar, nos dias seguintes,

uma série de estudos fixando o período do domínio batavo no Rio Grande do Norte como homenagem ao transcurso do terceiro centenário das lutas memoráveis que restituíram o Nordeste à comunidade latina e cristã do Brasil português.⁴⁵⁸

O autor do artigo de “A República”, coloca os estudos de Cascudo sobre a presença holandesa no Rio Grande do Norte no contexto da história do Nordeste, realçando ainda que este recorte espacial estava inserido na “comunidade latina e cristã do Brasil português”. Esta “série de estudos” no periódico “A República” publicados nos números seguintes do jornal são, ao todo, 24. Reunidos em um livro no mesmo ano, intitulado “Os holandeses no Rio

⁴⁵³ PEREIRA, José Mario (org.). **José Olympio: o editor e sua Casa**. Rio de Janeiro, Sextante, 2008. p. 414.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p. 415.

⁴⁵⁵ *Idem*.

⁴⁵⁶ *Idem*.

⁴⁵⁷ *Ibidem*. p. 414-417.

⁴⁵⁸ OS holandeses no Rio Grande do Norte. **A República**, Natal, 22 Set. 1949, p. 8, c. 7.

Grande do Norte”,⁴⁵⁹ os 24 artigos se transformaram em 25, pois Cascudo acrescentou, posteriormente, um artigo sobre um episódio na luta contra os holandeses: “A contra-marcha de Luís Barbalho Bezzerra”.

Dos 25 artigos reunidos no livro, quase todos são inteiramente descritivos e referem-se somente a episódios pontuais da história da presença holandesa, como o “O trabalho holandês de Extremoz” e “O canal de Guaraíras com o mar”. Desse modo, dos 25 artigos reunidos no livro *Os Holandeses no Rio Grande do Norte*, somente 2 nos interessam aqui: o de número 24, intitulado “O holandês na toponímia norte-riograndense” e o de número 25, intitulado “O Rio Grande do Norte que o holandês conheceu”. Porém, se ambos nos interessam aqui por neles vermos Cascudo privilegiar a questão do espaço, buscando pensar a presença holandesa a partir dele, não os analisaremos detalhadamente porque ambos representam uma continuidade em relação as seus escritos analisados anteriormente por nós. Ambos repetem os mesmos argumentos mantidos por Cascudo, a saber: de que os holandeses não deixaram marcas e rastros na toponímia do Rio Grande do Norte.⁴⁶⁰ Do espaço, particularmente do Rio Grande do Norte, Cascudo continua a manter a ideia de que a história holandesa foi completamente apagada.⁴⁶¹

Antes do fim do ano de 1949, Cascudo ainda teria uma conferência sua transcrita e publicada na Revista do Arquivo Público de Pernambuco.⁴⁶² Como ele veio reaproveitar virtualmente todo o texto presente nesta transcrição, transpondo-o sem nenhuma alteração no livro *Geografia do Brasil Holandês*, deixaremos para analisa-lo quando de nosso estudo mais detalhado deste livro nesta dissertação. Por ora, podemos adiantar que a conferência de Cascudo aqui transcrita em nada altera seu argumento desenvolvido até esse momento, de modo que ele mantém a mesma perspectiva favorável ao português e sempre desfavorável ao holandês.

VII

⁴⁵⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Os holandeses nos Rio Grande do Norte**. Mossoró: Esam, 1992. O anúncio da publicação do livro pode ser encontrada aqui: OS Holandeses no Rio Grande do Norte. **A República**, Natal, 22 set. 1949, p. 8, c. 7.

⁴⁶⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Os holandeses nos Rio Grande do Norte**. Mossoró: Esam, 1992. p. 67-69 e p. 70-72.

⁴⁶¹ No ano seguinte, Nilo Pereira publicou uma resenha sobre este livro de Cascudo no jornal “A República” PEREIRA, Nilo. A propósito de holandeses. **A República**, Natal, 16 abr. 1950. Sendo essencialmente um texto elogioso e estando de acordo com toda a argumentação construída por Cascudo neste livro, não iremos analisa-lo aqui.

⁴⁶² CASCUDO, Luís da Câmara. Conferência. **Revista do Arquivo Público**-Revista do Arquivo Público de Pernambuco, Recife, ano IV, nº VI, 1949.

Do que vimos até aqui, identificamos que, ao contrário de Freyre e Gonsalves de Mello, distanciando-se também da tradição historiográfica pernambucana, Cascudo rejeita o legado holandês. Se em Pernambuco o passado holandês é interpretado dentro de uma linha de continuidade com o presente, no Rio Grande do Norte de Cascudo os holandeses são uma descontinuidade na linha da história construída pelos portugueses. Reduzidos somente a suas atitudes criminosas (destruição, saques, etc.), os holandeses são retratados por Cascudo como tudo aquilo que deve ser rejeitado, uma anomalia a ser desprezada, não um nobre inimigo a ser respeitado, como a tradição pernambucana, Mello e Freyre queriam. Até aqui, vemos como essa diferença entre Cascudo e a tradição pernambucana é construída *a partir de e em torno de* seus respectivos lugares de fala. Mello e Freyre, contudo, também queriam pôr Pernambuco dentro de uma perspectiva mais ampla, em relação ao Nordeste como um todo, o que fizeram em seus escritos. Cascudo ainda faria isso, mas somente em 1956, em seu livro *Geografia do Brasil Holandês*. Ao olharmos mais uma vez para o título de seu livro, contudo, vemos como ele escolheu uma perspectiva específica a partir da qual pensar o “Brasil Holandês”: a geográfica. Mas como ele dialogou com a Geografia? Em que condições se deu esse diálogo? É o que veremos no próximo capítulo.

3

A Geografia

Neste capítulo, examinaremos a relação que Luís da Câmara Cascudo construiu com a Geografia e, particularmente com os debates de sua época em torno da questão do espaço. Tal relação com essa disciplina, bem como com a questão do espaço, viriam a ser centrais na escrita de seu livro *Geografia do Brasil Holandês*, articulando, partir daí, o outro tema central de seu livro: o “Brasil Holandês”.

I

A Geografia, como concebemos hoje, surgiu no século XIX, e antes disso não se pode falar no conhecimento geográfico como algo sistematizado e padronizado.⁴⁶³ Segundo Antônio Carlos Robert Moraes,

A geografia moderna – e, dentro desta, a geografia humana em particular – originou-se no contexto de afirmação nacional dos Estados europeus, conhecendo grande importância e rápido desenvolvimento exatamente nos países que vivenciaram dificuldades neste processo.⁴⁶⁴

Segundo Moraes, a Alemanha, em seu difícil e violento processo de unificação no século XIX, pode ser considerada um caso paradigmático deste contexto de afirmação nacional. Preocupada em construir um discurso geográfico que explicasse, justificasse e desse um sentido a ideia de uma unidade nacional pensada a partir de um território unificado, a Alemanha terminou por se tornar “o centro teórico da reflexão geográfica ao longo de todo o século XIX”.⁴⁶⁵ Nesse sentido, o discurso geográfico foi central para consolidar o sentimento de pertencimento a uma “pátria”, promovendo a “identidade política por critérios espaciais”.⁴⁶⁶ Com o passar do tempo, segundo este mesmo autor, dois fatores correspondentes entre si foram centrais para fazer da visão dos geógrafos algo tão eficaz: primeiro, “as escalas de dominação estatal” e, segundo, a “auto-identificação dos sujeitos

⁴⁶³ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007. p. 50.

⁴⁶⁴ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 107.

⁴⁶⁵ Idem.

⁴⁶⁶ Idem.

individuais”.⁴⁶⁷ A primeira expressa a soberania do Estado sobre a “área de indivisibilidade” de seu poder, enquanto a segunda “fornece aos indivíduos um referencial que os qualifica numa comunidade (imaginada) de interesses, objetivada pelas próprias ações do Estado nacional”.⁴⁶⁸

Vimos no primeiro capítulo desta dissertação como, neste mesmo contexto do século XIX, o Império do Brasil tornou eficaz sua visão espacial da identidade nacional, através da articulação dos dois fatores acima (afirmação da soberania estatal e construção de uma comunidade imaginada) nas ações do IHGB e de escritos de homens como Varnhagen, por exemplo. Vimos também como, ao examinarmos a polêmica em torno de José Hygino e o IAHP (então apenas “IAGP”) com a historiografia do IHGB, às voltas com o discurso geográfico e histórico em torno do “Brasil Holandês”, a dissensão se fazia presente no discurso supostamente homogeneizador emitido do Rio de Janeiro. O “Brasil Holandês”, neste contexto, havia se transformado em um tema estratégico na contestação do discurso imperial e homogeneizador, atingindo-o em uma das suas principais bases de sustentação: a geografia.

Após a proclamação da República, surgiu uma nova geração de homens públicos, ocupando cargos da burocracia de um Estado que ainda convivia com inúmeros remanescentes da geração anterior, formada sob o regime imperial. Neste momento, o Estado ainda via o espaço como um elemento central e indissociável da identidade nacional, continuando a pensar o país a partir de seu território. Agora, porém, em pleno século XX, algumas mudanças poderiam ser percebidas em relação à época de Hygino e Varnhagen. Nestes primeiros momentos da existência do regime republicano, surge uma nova “geração ‘cientificista’”.⁴⁶⁹ E uma das características centrais desta geração é o fato dela se preocupar em trazer rígidos modelos teóricos europeus, tentando aplica-los à realidade brasileira, ainda que muitos destes modelos já houvessem sido alvos de fortes críticas na Europa.⁴⁷⁰ Entre os principais modelos estavam aqueles diretamente relacionados às teorias raciais, através das quais as elites brasileiras tentaram estudar e conceber o povo com o qual o Brasil iria ocupar e preencher seu território.⁴⁷¹ Lembremos que, antes disso, ainda em seus primeiros anos como

⁴⁶⁷ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 108.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ Ibidem. p. 120.

⁴⁷⁰ Idem.

⁴⁷¹ Ibidem. p. 121.

nação independente, o Brasil foi pensado não a partir de sua sociedade, mas sim a partir de seu território: “não uma comunidade de indivíduos, mas como um âmbito espacial”.⁴⁷²

Desse modo, nestas primeiras décadas do século XX, o olhar sobre o espaço brasileiro encontrava-se em um momento de transição especialmente significativo: “O papel catalisador que a noção de ‘civilização’ cumpriu para a antiga mentalidade [das elites do Brasil no XIX] será agora ocupado pelo conceito de *modernização* [grifo do autor]”.⁴⁷³ E este mesmo autor acrescenta que

Tal conceito, central no pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também de densa espacialidade. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território [...] Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço.⁴⁷⁴

Essa “modernização”, contudo, não ocorreria de forma igual. No Norte, por exemplo, como diz Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

vive-se um período de crise acentuada, com mudanças também substanciais que advêm do processo de aprofundamento de sua dependência econômica, de sua submissão política em relação às outras áreas do país, do seu problema de adoção de uma tecnologia mais avançada e de assegurar mão de obra suficiente para suas atividades.⁴⁷⁵

Assim, além da questão geográfica aparecer como central para o entendimento da identidade nacional, em meio aos debates da época, voltava a surgir a questão regional e seus inúmeros problemas. Dizemos “voltava” porque, como havíamos dito, a região Norte já atraía reflexões de inúmeros súditos do Império brasileiro. Agora, com o novo século e com o novo regime, ela continuaria a atrair olhares dos cidadãos republicanos.

II

E um destes cidadãos foi Luís da Câmara Cascudo. No dia 16 de junho de 1918, Cascudo publica um resenha sobre um livro do historiador paranaense José Francisco da Rocha Pombo, intitulado *Notas de Viagem*. Esta resenha é especialmente importante para o

⁴⁷² MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 93.

⁴⁷³ Ibidem. p. 96.

⁴⁷⁴ Ibidem. p. 96-97.

⁴⁷⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 52.

presente trabalho não apenas porque Cascudo discute a questão espacial nesta década de 10, mas também porque seu texto dialoga com o então debate em torno da questão regional, particularmente com a questão da região Norte do país. Além disto, este texto é ainda mais importante quando levamos em consideração o quanto ele revela desse momento inicial da relação entre Cascudo e a Geografia. E notemos aqui como a “Geografia” (disciplina) se confunde com um de seus principais objetos de estudo, a “geografia” (o espaço).

Acompanhemos Cascudo em sua resenha. No início de seu texto, vemo-lo afirmar que Rocha Pombo buscou

percorrer o Norte, onde tantas e opulentas tradições se guardam na alma da gente: onde se desenrolaram os primeiros acontecimentos denunciadores da formação do espírito nacional, em que vive mais intenso o sentimento da Pátria no culto do passado e no tributo à memória dos heróis.⁴⁷⁶

Vemos como Cascudo insere sua leitura do livro de Rocha Pombo na discussão em torno da questão da nacionalidade. Nas palavras transcritas acima, Cascudo posiciona-se em um lugar de fala que vê “tantas e opulentas tradições”, que “se guardam na alma da gente” do Norte. É nos indivíduos que habitam o Norte, portanto, que ele acredita poder encontrar a conservação de certos princípios que os guiam em suas atitudes, na forma dessas “tradições” presentes na “alma da gente”. Uma vez tendo dito isso, contudo, ele põe este ponto de vista em uma perspectiva histórica: estas tradições, para ele, podem ser identificadas ali, “onde se desenrolaram os primeiros acontecimentos denunciadores da formação do espírito nacional”. Nesses momentos iniciais, Cascudo acredita também poder observar uma vivência que sente com maior intensidade, o “sentimento da Pátria no culto do passado e no tributo à memória dos heróis”.

Desse modo, ao mesmo tempo em que exalta as tradições do Norte enquanto um lugar em que um “espírito nacional” poderia ser encontrado, Cascudo dá a ele uma origem mítica, que pode ser encontrada em um tempo vago e pouco preciso, tempo este em que se vive com mais “intensidade” um “culto ao passado”. Para ele, é na própria origem dessas tradições, portanto, que se é possível identificar a justificativa de sua importância e, partindo dessa importância, remete-a uma origem que, por sua vez, a justifica enquanto tal. Ao construir um ciclo que vai de uma origem à existência da tradição e vice-versa, ele adota uma visão de um tempo impreciso e quase imóvel. Na concepção de Cascudo, o Norte parece negar-se até mesmo a interagir com o tempo: sua origem não tem uma data específica nem um momento

⁴⁷⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. Livros Novos. **A Imprensa**, Natal, 16 jun. 1918.

inicial, ao mesmo tempo em que cultua os próprios heróis que fabricou em um tempo igualmente indeterminável. Esse gesto, que tornam ocultas e imprecisas um conjunto de tradições, localizando-as na “alma” do indivíduo e que caracterizam um dado espaço, parece indicar elementos de um determinismo naturalizador. Com isso queremos dizer que o texto de Cascudo é construído a partir do pressuposto segundo o qual os seres humanos são como “animais no mundo natural, respondendo às forças do ambiente e a ênfases e ímpetos internos – nenhuma das quais eles podem controlar ou compreender”.⁴⁷⁷

Prosseguindo em seu texto, Cascudo destaca que Rocha Pombo, ao percorrer a região Norte, “lança em cada página, em ligeiros traços, as suas observações acerca dos aspectos das cidades que visitou, suas impressões relativamente aos costumes, à topografia”, além das “recordações cheias de emoção que lhe inspiravam os monumentos históricos, os sítios consagrados por algum fato notável – tudo em suave estilo, e com a maior independência de espírito”.⁴⁷⁸ Escrevendo isso, Cascudo vê, lendo Rocha Pombo, um tempo espacializado, imóvel e congelado, como nos “monumentos históricos” e nos “sítios consagrados por algum fato notável”. Dessa forma, segundo ele, para onde quer que se volte, onde quer que pouse seu olhar, um observador como Rocha Pombo vê que ali está o passado: ele está inscrito no espaço porque nunca deixou de fazer parte dele, porque o tempo nunca o modificou ou o apagou. Para qualquer lugar que olhe, só se vê sinédoques: reproduções, em pequena escala, das qualidades e características que definem o todo da nação enquanto tal, fruto da conservação de uma tradição em que se revela o “verdadeiro” Brasil. Aqui, ele se aproxima de um estilo muito mais “naturalista” do que “realista”: como nos lembra William Harmon, o “naturalismo” tende a se diferenciar do “realismo” na

organização dos materiais [utilizados no texto], selecionando não o lugar comum mas o representativo e assim arrumando o trabalho de modo que sua estrutura revele o padrão de ideias – nesse caso, teoria científica – que forma a visão de mundo do autor.⁴⁷⁹

Assim, se por um lado Cascudo não explicita nenhuma teoria científica específica, por outro lado ele não deixa de procurar, nos elementos que inclui em seu trabalho, e naquilo que percebe no livro de Rocha Pombo, como o espaço e os indivíduos, o que é mais “representativo” deles, na estrutura que informa sua relação com o espaço, bem como na

⁴⁷⁷ HARMON, William. **A handbook to literature**. 12 ed. [S.l.]: Longman, 2012. p 315.

⁴⁷⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. Livros Novos. **A Imprensa**, Natal, 16 jun. 1918.

⁴⁷⁹ HARMON, William. **A handbook to literature**. 12 ed. [S.l.]: Longman, 2012. p 315.

forma de suas visões de si mesmo e do espaço “nacional”: em uma palavra, ele procura por suas “almas”.

Mas nos chama a atenção também o fato de Cascudo realçar o *modo* através do qual Rocha Pombo apreende o espaço, uma apreensão que, para Cascudo, se dá de forma natural, já que tudo ocorre de forma direta, através de suas impressões: seu olhar é capaz de captar e discernir o que observa de forma quase mecânica, já que um mero relance já traz à mente do observador “recordações cheias de emoção”, “inspiradas” precisamente pelos monumentos e “sítios consagrados”, que permaneceram enquanto símbolos de um passado intocado pelo tempo e que insiste em se confundir com o presente. Observador e espaço encontram-se ligados, “naturalmente”, pelo olhar.

No parágrafo seguinte, Cascudo contrapõe a positiva imagem construída acima ao sombrio momento pelo o qual o Norte passava em sua própria época. Segundo ele,

Lendo esse relato [...] [de Rocha Pombo] ter-se-á, ao fim, o inteiro conhecimento do que seja esta imensa região: das possibilidades que oferece em seu futuro político-econômico; a confirmação flagrante das injustiças que nos afligem, pelo abandono dos poderes centrais; isto, ao lado do eloquente elogio da capacidade produtiva do nortista, de sua tenacidade, inteligência e patriotismo [...].⁴⁸⁰

O nortista e o Norte, portanto, têm o aspecto negativo de sua existência no presente (a “injustiças que nos afligem, pelo abandono dos poderes centrais”), realçado em oposição às “possibilidades que oferece em seu futuro político-econômico”. Tendo suas qualidades construídas no passado, a região Norte é retratada aqui como destituída de um presente que esteja à sua altura: ela não é mais do que um futuro possível, uma possibilidade esvaziada por um presente implacável.

Mas Cascudo acredita que, felizmente, o livro de Rocha Pombo merece destaque por ressaltar, “em lampejos magníficos os mínimos como os máximos ensaios de nosso povo, para a constituição da nacionalidade – é o patriótico”. Além disso, ele “fere a corda vibrátil do nacionalismo, propugnando pela necessidade imprescindível de se estreitarem os laços de mútuo conhecimento entre as duas extensas divisões territoriais do Brasil”. E foi no Norte que ele “encontrou flamejante ainda a pira dos mais santos afetos cívicos, porque na alma rude do habitante destas terras esquecidas o cosmopolitismo não banuiu o amor à Pátria”.⁴⁸¹ Enquanto isso, o Sul,

⁴⁸⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. Livros Novos. **A Imprensa**, Natal, 16 jun. 1918.

⁴⁸¹ Idem.

com a sua indiferença pelas coisas de antanho, e o seu desprezo por nós [do Norte], correria o risco de se desnacionalizar como o reconhece o mesmo Rocha Pombo, [para quem] o Norte é onde vive realmente o Brasil, no mais dilatado sentimento patriótico e na compreensão mais consciente dos nossos destinos políticos.⁴⁸²

Aqui, a oposição antes explicitada volta a ser reforçada: de um lado, um espaço, o Sul, que se “desnacionaliza”, que se afasta dos valores nacionais, e que o faz simplesmente por se distanciar do passado, das “coisas de antanho”; do outro lado, o espaço do Norte, “onde vive realmente o Brasil”, onde a manutenção de valores tradicionais e consagrados por um tempo que os congela, termina por configurar um espaço a partir do qual é possível se construir um “sentimento patriótico”, e ser “consciente dos nossos destinos políticos”. Até mesmo os habitantes do norte são um reflexo dos elementos patrióticos encontrados no espaço nortista, em especial aqueles mais “rudes”. O patriotismo seria um conceito associado ao país como um todo, mas, para Cascudo, ele tem suas raízes localizadas no Norte, a partir do qual ele irá estender o sentimento de amor à pátria aos supostamente desnacionalizados e cosmopolitas sulistas.

Nesse ponto de seu texto, o enredo da história do Norte ganha os contornos trágicos que irá permitir que Cascudo lamentasse o estado de esquecimento em que esta região se encontrava. Para ele, a solução para estender o patriotismo em direção ao resto do país consiste na seguinte operação: retirar o Norte de seu papel de ator principal de sua trágica história para ser recolocada, ao invés disso, em um enredo cômico, capaz de unir ambas as regiões (Norte e Sul) sob um final a partir do qual uma nova sociedade irá surgir. Mas que nova sociedade seria essa? Neste caso, seria uma sociedade não só mais patriótica, mas também mais respeitosa de seus heróis e de suas tradições. Uma vez tendo delineado essa solução cômica para o futuro do país (e da conseqüente união de suas regiões), Cascudo a justapõe a uma argumentação que, por sua vez, propõe uma unificação que integre estes dois grandes recortes territoriais do país (Norte e Sul). Assim, as duas regiões seriam unidas sob um todo que, para ele, jamais deveria ter sequer se separado. Neste sentido, seu argumento tende a ser espacialmente integrador. Tanto essa proposta de um enredo cômico para anular a história trágica do Norte, bem como a união que a integra ao Sul, para formar um país cuja gênese já se encontra em terras nortistas, parecem realçar uma visão com implicações ideológicas particularmente conservadoras. Ou seja: isso significa uma visão da relação entre

⁴⁸² CASCUDO, Luís da Câmara. Livros Novos. **A Imprensa**, Natal, 16 jun. 1918.

Norte e Sul que, retratando ambas as regiões como um *a priori*, tais espaços sempre teriam existido, compondo o território nacional de forma virtualmente atemporal. Assim, estes espaços terminariam por conter, em si mesmos, os elementos que lhes seriam inerentemente naturais e mesmo tradicionais, capazes de construir um país que já estaria, desde sua origem um tanto vaga e indeterminada, pressuposto neles.

Continuando em seu texto, Cascudo escreve que “A hegemonia do Sul, porém, nos negócios do Estado, nos tem deprimido ao ponto onde hoje nos encontramos, não obstante o protesto indignado dos nossos homens em se bater pelos interesses dessa região”.⁴⁸³ E acrescenta, de forma melancólica: “Nós somos hoje uma gente caluniada e desdenhada”.⁴⁸⁴ Nessas palavras podemos ver de que modo o Sul configura-se enquanto o grande símbolo do imenso embate, do *agon*, em que o Norte encontrava-se neste momento. Esse conflito, entretanto, delineia um enredo em que o fim torna-se trágico para o Norte. Desse ponto em diante, Cascudo irá detalhar e reproduzir, de forma um pouco mais aprofundada, esse contraste entre o Norte e o Sul, afirmando, por exemplo, que o “sulista” “não nos volta os olhos senão para o motejo e a zombaria. O Sul tem tudo”, enquanto “O Norte não tem direito a coisa nenhuma”.⁴⁸⁵ E ele ainda acrescenta que

Nós, que queremos ver o Brasil unido e grande, não desejamos de certo o seu desmembramento. O que, porém, nos confrange o espírito é o espetáculo desse desprezo em que vive o Norte, lutando com as maiores dificuldades para vencer os problemas de toda a sorte que o vexam, sem que os poderes centrais se lembrem de que temos tantos direitos às propinas da União como os nossos irmãos do Sul, não percebendo que esse estado de coisas trará inelutáveis consequências para o futuro.⁴⁸⁶

Assim, vemos um espaço retratado dentro do enredo marcado pelo *agon* trágico em seu confronto com o Sul. Neste confronto, porém, o Norte encontra o seu *pathos*, isto é, a sua própria catástrofe que se dá graças a sua derrota diante de uma região que tudo lhe tira e lhe despreza. O que resta disso, em Cascudo, é aquela sensação produzida pelo *sparagmos* daí decorrente, isto é, “a noção de que heroísmo e ação efetiva estão ausentes, desorganizados ou condenados à derrota”, segundo Northrop Frye.⁴⁸⁷ Em outras palavras, Cascudo expressa aqui sua impressão de que ações efetivas em torno da tentativa de retirar o Norte de sua condição trágica estão ausentes, desorganizadas ou condenadas à derrota de antemão, pelo próprio

⁴⁸³ CASCUDO, Luís da Câmara. Livros Novos. **A Imprensa**, Natal, 16 jun. 1918.

⁴⁸⁴ *Idem*.

⁴⁸⁵ *Idem*.

⁴⁸⁶ *Idem*.

⁴⁸⁷ FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism**: four essays. Princeton: Princeton University Press, 1957. p. 192.

estado de inércia e desprezo em que se encontrava a região. Nesse ponto, ele diz que ele e Rocha Pombo encontram-se de acordo, na medida em que este último também vê com tristeza o descaso em relação aos estados do Norte, conclamando os brasileiros a iniciarem uma “campanha verdadeiramente pan-brasileira”.⁴⁸⁸ Até o fim da década, ele continuará a pensar a o espaço dentro deste contexto regional, sempre buscando, no Norte, a identidade nacional.⁴⁸⁹

III

Se a década de 1920 foi importante para a relação de Cascudo com Freyre, ela também foi central para entendermos sua relação com a Geografia. No dia 10 de maio de 1922, por exemplo, uma notícia no jornal “A República”, do Rio Grande do Norte, nos informa que

O presidente do Centro Polymathico, tendo em vista o honroso convite que lhe foi dirigido pela comissão Executiva do 7º Congresso de Geografia, nomeou o acadêmico Câmara Cascudo para representar aquela associação no mesmo Congresso.⁴⁹⁰

Cascudo recebe aqui um convite para representar o Centro Polymathico em um Congresso de Geografia. Mas o que foi esse “Centro Polymathico”? A origem da instituição remete ao fim da década anterior, mais precisamente ao dia 4 de novembro de 1919, quando uma notícia no mesmo jornal falava “dos que vinham se empenhando em fundar um centro de intelectuais nesta capital”.⁴⁹¹ Segundo o mesmo periódico,

Por unanimidade de votos foi adotado para a sociedade o nome de *Centro Polymathico*, não só porque, no patrimônio vocabular da língua não há adjetivo que melhor abranja todos os fins em mira, sem o porquê predominou o ardente desejo de prosseguir a obra salutar empreendida pelo extinto Grêmio, cujo presidente, o Senador Antônio de Souza, foi dos primeiros a aplaudir a nova ideia [...] [grifo do autor].⁴⁹²

Inspirada em uma instituição anterior e já desaparecida, dedicada a reunir os letrados do Rio Grande do Norte, o Centro Polymathico daria continuidade à mesma ideia nestas primeiras décadas do século XX. Assim, no dia 15 de novembro de 1919, foi empossada a diretoria desta recém-criada instituição, sinalizando, de forma oficial, o início efetivo da

⁴⁸⁸ FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism**: four essays. Princeton: Princeton University Press, 1957. p. 192.

⁴⁸⁹ Ver, por exemplo: CASCUDO, Luís da Câmara. Bric-à-Brac. **A Imprensa**, Natal, 01 dez. 1918.

⁴⁹⁰ **A República**, Natal, 10 maio. 1922.

⁴⁹¹ CENTRO Polymathico. **A República**, Natal, 04 nov. 1919.

⁴⁹² Idem.

mesma.⁴⁹³ Nesta mesma notícia de 1919, todavia, não vemos ainda o nome de Cascudo. Mas já o vemos como sócio da instituição em 1921⁴⁹⁴ e como diretor da Revista oficial da instituição no mesmo ano.⁴⁹⁵

Algo que contribuiu muito para a aproximação de Cascudo junto a esta instituição foi, certamente, a rede social cultivada por seu pai, o Coronel Cascudo, um homem rico e influente em Natal, que compunha “a elite litorânea refestelada no poder”, segundo Tarcísio Gurgel.⁴⁹⁶ Inserido nesta rede social, Cascudo cresceu em uma propriedade que unia, em sua denominação, o nome do bairro de Natal em que ela estava situada e seu *status* político, econômico, social e cultural, ainda que reunindo tudo isso de forma simbólica: “Principado do Tirol”. Neste “Principado”, no qual, como já esclarecemos antes, Cascudo era o “príncipe”, havia uma verdadeira “hierarquia aristocrática”, cultivada através de “reuniões mensais com ‘frios’ requintados e as combinações dificilmente ingeríveis”, por onde passavam.⁴⁹⁷ Além disso, haviam “Tenores, barítonos, sopranos, pianistas, declamadores” e também “artistas em excursão [que] exibiam-se na Vila Cascudo [o nome oficial do “principado”]”.⁴⁹⁸ Para o “principado”, portanto, convergiam diversas figuras influentes entre os políticos e letrados locais, como Henrique Castriciano e Adauto Câmara.⁴⁹⁹ Ao escrever sobre o “Principado do Tirol”, em seu estudo *Belle époque na esquina*, e tendo em mente o estudo de Gilles Deleuze sobre Marcel Proust,⁵⁰⁰ Tarcísio Gurgel afirma que,

Tendo como cenário a propriedade do pai, o Principado do Tirol liderado pelo jovem intelectual leva-nos a refletir sobre a influência de uma Paris do ocaso aristocrático, em que o narrador proustiano se movimenta em sua longa trajetória pelos salões, hotéis e demais recantos sofisticados da capital tomada de artificialismo.⁵⁰¹

⁴⁹³ CENTRO Polymathico. **A República**, Natal, 04 nov. 1919.

⁴⁹⁴ Um pouco de sua atuação pode ser acompanhada aqui: BIBLIOGRAFIA. **A República**, Natal, 12 ago. 1921; POETAS Norte Rio Grandense [sic]. **A República**, Natal, 01 nov. 1921; CENTRO Polymathico. **A República**, Natal, 12 nov. 1921.

⁴⁹⁵ BIBLIOGRAFIA. **A República**, Natal, 12 ago. 1921.

⁴⁹⁶ GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina**: o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Edição do autor, 2009. p. 250.

⁴⁹⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 2008. p. 61.

⁴⁹⁸ Idem.

⁴⁹⁹ Ibidem. p. 60-61.

⁵⁰⁰ Trata-se do seguinte estudo: DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

⁵⁰¹ GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina**: o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Edição do autor, 2009. p. 252.

Mas o “principado” era apenas uma parte da vasta rede de relações à qual Cascudo estava associado. Ao longo destes anos de formação, Cascudo pode ser situado, segundo Raimundo Arrais,

dentro de uma tradição intelectual que se manifesta em Natal, sublinhando dentro desta tradição os nomes de Manoel Dantas, Eloy de Souza e, especialmente, Henrique Castriciano, a quem ele dedicaria um livro fortemente tocado pelo sentimento da amizade.⁵⁰²

Tendo se aproximado de tantas figuras influentes, tendo, além disso, nascido em um meio que favoreceu essa aproximação (o “Principado do Tirol”), Cascudo jamais enfrentou qualquer dificuldade ou obstáculo capaz de representar uma ameaça à consolidação de sua fama, em sua cidade natal. Assim, ao examinarmos a lista dos nomes daqueles que faziam parte da fundação do Centro Polymathico, nos deparamos com figuras por demais conhecidas pelo próprio Cascudo, sendo que todas faziam parte de sua rede de relações.⁵⁰³ Vejamos: Jaime Adour da Câmara, que escrevia regularmente para o jornal “A Imprensa”, de propriedade do Coronel Cascudo;⁵⁰⁴ o professor Ivo Cavalcanti, que foi um de seus principais professores, tendo sido um dos contratados por seu pai para lhe ministrar aulas em sua casa na década de 1910, além de ter trabalhado no jornal “A Imprensa”;⁵⁰⁵ Bruno Pereira, professor de redação de Cascudo, que também trabalhou em “A Imprensa”;⁵⁰⁶ Adauto da Câmara, amigo íntimo de Cascudo, tendo iniciado sua carreira no periódico “A Imprensa”.⁵⁰⁷

Além disso, ao divulgar os nomes dos fundadores do Centro Polymathico, o jornal “A República” também informou, como vimos, que aquilo que motivou a fundação desta instituição foi o “desejo de prosseguir a obra salutar empreendida pelo extinto Grêmio, cujo presidente, o Senador Antônio de Souza, foi dos primeiros a aplaudir a nova ideia [...]”.⁵⁰⁸ Ora, o senador Antônio de Souza também foi um velho conhecido de Cascudo, tendo sido o padrinho de casamento da esposa dele, Dahlia Freire, além de ter facilitado a publicação de um dos livros escritos pelo próprio Cascudo, o *Histórias que o tempo leva...*⁵⁰⁹ Com tantos conhecidos diretamente ou indiretamente associados a este Centro, não causa espanto o fato de, já no início do ano seguinte, em fevereiro de 1922, Cascudo ter sido reeleito diretor da

⁵⁰² ARRAIS, Raimundo (org.). **Crônicas de Origem**: a cidade do Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. Natal: EDUFRN, 2005. p. 11.

⁵⁰³ Esta relação pode se encontrada em: CENTRO Polymathico. **A República**, Natal, 04 nov. 1919.

⁵⁰⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 2008. p. 63.

⁵⁰⁵ Ibidem. p. 54-55.

⁵⁰⁶ Ibidem. p. 54.

⁵⁰⁷ Ibidem. p. 127-128.

⁵⁰⁸ CENTRO Polymathico. **A República**, Natal, 04 nov. 1919.

⁵⁰⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 2008. p. 100-101.

revista oficial desta instituição, em cerimônia realizada na redação do jornal “A Imprensa”,⁵¹⁰ algo que seria também noticiado neste mesmo periódico.⁵¹¹

E, assim, voltamos para aquela notícia do dia 10 de maio de 1922, quando Cascudo foi designado como representante do Centro Polymathico no 7º Congresso de Geografia. Este evento foi realizado na sede do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e promovido pela mesma instituição, no mês de maio de 1922, contando com a participação de representantes de 11 estados⁵¹² (o primeiro havia sido realizado em 1909, no Rio de Janeiro⁵¹³). No mesmo dia 10 de maio, Cascudo havia escrito uma carta para um antigo conhecido seu de Recife, Mário Sette, fazendo questão de informa-lo de sua participação nesse evento, na condição de representante do Centro Polymathico.⁵¹⁴ Ao mesmo tempo, Manoel Dantas, um conhecido de Cascudo, também foi enviado como representante do Rio Grande do Norte.⁵¹⁵ O jornal “A Imprensa”, enquanto isso, não deixava de registrar os elogios e homenagens que Cascudo recebia por lá,⁵¹⁶ além de amizades construídas por ele, como aquela com os representantes do estado de Minas Gerais.⁵¹⁷ Do evento, porém, sabemos pouco: temos conhecimento somente de sua atuação na comissão de corografia, na condição de secretário e relator.⁵¹⁸

IV

Muito anos depois, em 1929, Cascudo publicou um artigo no volume XXIX da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.⁵¹⁹ Neste artigo, ele relatava suas conclusões após ter atuado como cronista da expedição organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte à cidade de Touros, localizada neste mesmo estado, no ano de 1928. Além disso, no mesmo ano, ele ainda publicaria um artigo no jornal

⁵¹⁰ CENTRO Polymathico. **A República**, Natal, 11 fev. 1922.

⁵¹¹ CENTRO Polymathico. **A Imprensa**, Natal, 12 fev. 1922.

⁵¹² A Paraíba nos 500 anos do Brasil. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/pb500.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

⁵¹³ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 125.

⁵¹⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. [Correspondência enviada a Mário Sette]. Natal, 10 de maio 1922. 2p. Carta. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

⁵¹⁵ SÉTIMO Congresso de Geografia. **A República**, Natal, 18 maio 1922.

⁵¹⁶ Ver, por exemplo: LUÍS da Câmara Cascudo. **A Imprensa**, Natal, 21 maio 1922; LUÍS da Câmara Cascudo. **A Imprensa**, Natal, 26 maio 1922; LUÍS da Câmara Cascudo. **A Imprensa**, Natal, 02 jun. 1922.

⁵¹⁷ **A Imprensa**, Natal, 23 jun. 1922.

⁵¹⁸ LUÍS da Câmara Cascudo. **A Imprensa**, Natal, 21 maio 1922.

⁵¹⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. Conclusões da viagem que fez luís da câmara cascudo [sic] cronista da expedição que às terras do Touros mandou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte no sétimo et sexto calendas Septembris, McmxxVIII, ano do N. S. J. C. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, nº 135-142, vol. 29, 1930.

“A República”, no dia 12 de setembro, com o seguinte título: “Perspectivas novas”.⁵²⁰ Este artigo é especialmente importante na medida em que ele mostra não só algumas modificações na forma de Cascudo conceber a relação entre tempo e espaço, como também por permitir uma análise do vocabulário utilizado por Cascudo ao tratar da questão espacial, vocabulário este que, em grande parte, havia sido retirado da Biologia e das teorias raciais de sua época, como veremos. Mais tarde, boa parte deste vocabulário se fará presente no livro *Geografia do Brasil Holandês*.

Neste artigo, Cascudo escreve que

Não constitui exagero afirmarmos que Natal é uma cidade predestinada a transformar-se dentro em breve em um dos mais representativos centros não só de atividade material, mas também de pujança cultural do Nordeste brasileiro.⁵²¹

Anunciando um *telos*, uma direção para a qual toda a história da cidade deverá convergir, Cascudo explicita um modo de articular o tempo e o espaço em seu texto, como se predestinassem a Natal de seu tempo a um futuro prefigurado em sua própria época. Já no parágrafo seguinte, ele afirma que

O espírito novo, dinâmico, que vem propulsionando a orientação administrativa do Estado e do município traduz esta ânsia oculta de crescer e expandir-se, que tão bem caracteriza o ciclo de existência de qualquer modalidade de vida organizada.⁵²²

Vemos aqui como Cascudo se afasta, a princípio, do estilo predominantemente trágico de seus primeiros escritos: aqui, ele concebe a História de um modo tipicamente cômico, na crença de que o futuro trará uma situação nova e melhor em relação a sua própria época. Desse modo, ele é capaz de evitar o distanciamento irônico que o levava a arbitrar, constantemente, entre uma representação cômica do passado e a estrutura trágica do presente, o que normalmente tendia a um futuro sombrio, como em seu artigo sobre Rocha Pombo e a região Norte. Aqui, ao contrário, ele une passado e presente ao longo de uma mesma temporalidade, o que parece leva-lo a pensar em um futuro promissor. Sua tendência a continuar integrando os elementos que dispõe no texto (“espírito novo”, “orientação administrativa do Estado”, “ânsia oculta de crescer e expandir-se”) continua a tornar

⁵²⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **A República**, Natal, 12 set. 1928.

⁵²¹ Idem.

⁵²² Idem.

harmônica a configuração do presente, ao invés de analisa-los separadamente, ou mesmo dispersá-los em reflexões estanques ou antagônicas e negativas entre si, mostrando tais elementos enquanto antitéticos, por exemplo.

Mas continuemos a acompanhá-lo:

As cidades, no seu desenvolvimento e na sua marcha expansiva, trazem ao nascer um certo determinismo fatal ditado pelos elementos de vida com que contam. Há cidades que morrem ao nascer, sem ao menos haverem traduzido nos seus momentos, nos documentos materiais de sua ominada atividade, a sua peculiar função histórica. Há-as, porém, cheias de seiva, estuantes de vitalidade transbordante, trazendo em seu bojo e nas realizações ousadas de seus habitantes, as garantias indiscutíveis de uma perpetuidade que os anos e os séculos sancionam e fortalecem.⁵²³

A partir daqui, sua tendência a integrar os elementos que compõem a cidade, paralelamente ao uso de um enredo cômico, apontam para uma resolução harmoniosa no futuro. Notemos que, para que esse fim seja alcançado, Cascudo fala em uma “perpetuidade que os anos e os séculos sancionam e fortalecem”: desse modo, o futuro é atingido através da conservação e da manutenção de uma ordem que irá assegurar sua chegada. Em seu texto, porém, esse futuro parece não escapar, às vezes, de um “determinismo fatal”, como se acenasse para um *a priori* do qual não há como fugir. Curiosamente, porém, Cascudo parece resistir às implicações radicais que esse *a priori* determinista parece sugerir, reforçando os aspectos integrativos de seu argumento através de figuras como “elementos de vida”, “cheias de seiva” e “estuantes de vitalidade”, por exemplo. Em outras palavras, podemos dizer que ele recorre a uma interpretação tipicamente integrativa no sentido de manter algumas possibilidades de mudanças abertas ao longo do tempo, capazes de ir além do destrutivo “determinismo fatal”, que as cidades, às vezes, “trazem ao nascer”, segundo ele. Desse modo, ele parece deixar escapar uma tensão entre um determinismo *a priori* e uma tendência a integrar os elementos de seu texto. É essa tensão que parece definir o espaço para ele.

Prosseguindo ele afirma que

A expansão que se vem verificando, nestes últimos anos, na capital de nosso Estado, autoriza-nos a conclamar que, limitada embora pelo quadro de recursos naturais e econômicos que a circundam, merece sem contestação ser incluída na categoria dos organismos que nasceram para executar, com segurança, o fenômeno biológico do crescimento ilimitado.⁵²⁴

⁵²³ CASCUDO, Luís da Câmara. **A República**, Natal, 12 set. 1928.

⁵²⁴ Idem.

Entretanto, para ele,

Certo, falta-lhe ainda o ‘brouah’ de colmeia em plena fermentação de trabalho criador; escapa-lhe igualmente o ambiente largo dos [ilegível] natural e o seu progresso se cristaliza com índices denunciadores do espírito moderno da época que vamos vencendo.⁵²⁵

As palavras acima dão continuidade a um enredo cômico e ao argumento essencialmente integrador e harmonizador através da metáfora do organismo, sempre beirando o determinismo *a priori* que isso às vezes parece implicar, como sugerimos. Ele continua resistindo a este determinismo, contudo, refugiando-se na crença de uma integração final em um futuro brilhante, que poderá trazer a glória e o esplendor ao espaço urbano natalense. Para ele, além disso, esse processo irá ocorrer de forma progressiva e natural, o que aponta, mais insistentemente, para uma visão conservadora, isto é, que concebe o tempo em ritmo lento e gradual, que não acelera em nenhum momento: mesmo o “espírito dinâmico” tem seus limites.

Segundo Cascudo,

Não se pode contestar, porém, que o núcleo de vida própria já está constituindo. Resta apenas que o impulso das forças novas opere o milagre de sua expansão posterior em uma afirmação indubitável de nossa faculdade para gerar o progresso e criar a riqueza.

A pouco e pouco se realiza o sonho de Manoel Dantas, o que nos parecia há poucos anos fantasia de poetas converteu-se hoje em dia em fagueira realidade. Natal se espraia pelas montanhas, à orla de suas praias de uma alvura encantadora, recortadas da natureza; cresce a agitação comercial. Adquire hábitos de conforto e requintes de civilização. Petrópolis e Tirol, rivalizando em belezas naturais, engalanam-se dia a dia com novos melhoramentos, a que um serviço de viação urbana, sempre aperfeiçoado, vem emprestar o cunho de verdadeiros ‘banlieux’ das cidades modernas.⁵²⁶

Cascudo, portanto, não apenas integra o homem e o espaço em um grande organismo: ele torce também para que tal integração se mantenha através do recurso a um “impulso das forças novas”, em que venham a operar o “milagre de sua expansão posterior”. Em seu texto, ele afirma perceber a realização do sonho de Manoel Dantas, que projetara, em 1909, “a agonia do velho Natal, mas por toda parte também, a visão do seu renascimento [...] confiante

⁵²⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **A República**, Natal, 12 set. 1928.

⁵²⁶ Idem.

no futuro desta generosa terra”.⁵²⁷ Deste modo, Natal transforma-se em uma rede urbana que tende a devorar, de forma benéfica e produtiva, o espaço não urbano à sua volta, como as montanhas e as orlas das praias.

Em seguida ele acrescenta que, neste recorte espacial, o

Alecrim, formigueiro humano, concentra em seus limites toda a energia condensada e as aspirações da vasta classe operária - reserva preciosa de capital humano – que aguarda apenas a vara de condão da iniciativa e do dinheiro para converter-se em um centro de intensa vida industrial.

Foi por sua vez incalculável o benefício advindo à ‘princesa do Potengi’ pela localização de bairros hoje populosos à beira-mar. À sua custa, enraízam-se os hábitos esportivos, uma noção de vida mais ampla e dilatada, uma visão social mais evoluída.⁵²⁸

Sua visão cômica do enredo da história de Natal, integrante e harmonizadora, também continua aqui moderada por um utilitarismo que, por sua vez, ainda exige uma atitude um pouco mais pragmática de seus contemporâneos, como aquela da “iniciativa e do dinheiro para converter-se em um centro de intensa vida industrial”. É particularmente irônico ler estas palavras em Cascudo, considerando o quanto ele condenou quase tudo isso na década anterior, ao opor Norte e Sul. Além disso, em seu texto, ele também integra o modo de vida natalense à harmonia com a natureza ainda intocada, que só aos poucos entra em contato com o urbano, como nos “bairros hoje populosos à beira-mar”. E daí ele acredita sair um modo de vida impulsionado por essa maior proximidade com uma natureza que regula os hábitos natalenses, “enraizando” (mais uma metáfora organicista, note-se) diversos “hábitos esportivos”, além de uma “vida mais ampla e dilatada” e “uma visão social mais evoluída”. A tensão entre uma integração cômica e um biologismo determinista e fatal, sempre à espreita, continuam a rondar as perspectivas futuras da cidade.

Depois, ele escreve:

A importância econômica e geográfica de Natal, seja como centro de aviação nacional e internacional, seja como escoamento forçado dos produtos agrícolas de grande parte do Estado e das unidades vizinhas – uma vez prolongada a estrada de ferro Central e ampliada a rede das rodovias estaduais – é compreensível a qualquer espírito suscetível de raciocínio são.

A nossa obrigação, em face de fatores que tais, criadores de progresso e geradores de prosperidade, é não descrever jamais do futuro de Natal. Auxiliar,

⁵²⁷ Apud GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina**: o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Edição do autor, 2009. p. 230.

⁵²⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **A República**, Natal, 12 set. 1928.

pelo contrário, a ação construtora de elementos que tais. Promover a gestação do verdadeiro ‘espírito local’ que, nos países de civilização própria, tem significado, em um trabalho de síntese partindo de todas as cidades do país, a fortaleza orgânica da nacionalidade.⁵²⁹

Além de apreender Natal como um organismo que representa o todo, Cascudo acredita poder transformar Natal em uma reprodução microscópica e qualitativa da nacionalidade, integrando ambos em uma “fortaleza orgânica”. Para ele, não há limites para o futuro da cidade, bastando apenas o estabelecimento de um relacionamento harmonioso a partir da “gestação do verdadeiro espírito local”, ou seja, fazendo “gerar”, na cidade, o conjunto de qualidades que irá fazer com que ela compartilhe as diversas características com o todo nacional, de modo a melhor se integrar a ele. Desse modo, a relação entre o espaço da cidade de Natal e o território nacional é articulada de modo semelhante à relação que Cascudo estabeleceu entre o Norte e o país como um todo anteriormente: de modo sinedóquico.

Em seguida, ele escreve:

Tem-se asseverado – e com razão – que, para que um país seja realmente forte e respeitado, faz-se mister que os seus cidadãos cultivem e não descreiam jamais da grandiosidade de sua pátria. Igual conceito pode muito bem adaptar-se à vida e à expansão das cidades. O segredo de sua evolução constante repousará, em última análise, na fé e na confiança que em si depositam os obreiros de sua prosperidade.⁵³⁰

Ou seja, para Cascudo, se os cidadãos acreditarem no futuro e na força da nação, de um modo quase religioso, encontrarão nela o “segredo de sua evolução”. Aqui, ele parece se afastar do determinismo biológico tantas vezes encontrado em seu texto, posto que em constante tensão com as dimensões integrativas e harmonizadoras de seu argumento. No entanto, esse afastamento é provisório, pois assim que admite que a “fé” dos cidadãos no país e, em menor escala, na cidade, sejam capazes de mudar o futuro, ele transforma-os em “segredos” evolutivos, que bastariam ser trazidos à tona através desta mesma fé para se transformarem em algo benéfico. Neste sentido, a fé e a confiança não são apenas formas através das quais os cidadãos atuariam sobre o futuro da cidade ou da nação: são manifestações de um “segredo” oculto, que revela a “verdadeira” estrutura temporal que, por sua vez, molda os destinos da relação entre os homens e o espaço. Nesse sentido, o que está oculto deverá ser trazido à tona, para se fazer presente: trata-se aqui apenas de pôr em prática um destino que já está traçado *a priori*.

⁵²⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **A República**, Natal, 12 set. 1928.

⁵³⁰ Idem.

Depois disso, ele continua seu texto escrevendo que

[ilegível]. A riqueza das cidades europeias e americanas só se estratificou e solidificou após séculos de uma evolução lenta e incerta, contando com o auxílio de fatores de vida material, cuja exploração só agora vamos iniciando.

O fenômeno das ‘cidades mortas’ de que fala Monteiro Lobato, não significa a incapacidade de uma raça que, em pleno seio dos trópicos, ergue monumentos que assombram os olhos de viajantes estrangeiros. Traduz apenas um fato sociológico, causando pela extensão territorial imensa, a pequena densidade de população e a circulação deficiente de produtos e de homens. É o ‘mal do território’, peculiar às nações jovens.⁵³¹

Vemos, portanto, como seu discurso povoado de metáforas orgânicas opera aqui no sentido de manter a tensão que continua a rondar o seu texto. Sob a ameaça do fenômeno das “cidades mortas”, esse determinismo biológico põe em risco o futuro integrativo e harmônico discutido anteriormente, levando, ao contrário, a uma desintegração da população “pela extensão territorial imensa”, prejudicando a circulação de homens e produtos. Não esqueçamos, por fim, o ritmo tipicamente conservador de mutação destes espaços ao longo da história: no parágrafo transcrito acima, Cascudo volta a falar em um ritmo significativamente vagaroso, “após séculos de uma evolução lenta e incerta”, única condição em que as cidades “solidificam” e “estratificam” sua riqueza.

Por último, ele finaliza seu texto escrevendo que

Convenhamos em que o material humano, que lançou, em argamassa tão sólida, os alicerces de nossa Capital, era dos mais capazes, criadores e engênicos [sic].

Cumpra, portanto, a nós que, em uma tarefa de Sísifo, sempre renovada, vamos dia a dia acelerando a evolução transformadora de Natal, atraímos elementos novos, empreendedores sadios, para, em uma conjugação harmônica de esforços, apressarmos o progresso de nossa Capital, digna por todos os títulos de uma irradiação sempre mais fulgurante no meio dos centros urbanos do Brasil, que exprimem a capacidade de nossa raça e refletem o grau avançado de nossa cultura.⁵³²

Para Cascudo, portanto, o futuro da cidade de Natal apresenta boas perspectivas: cabe aos seus contemporâneos dar continuidade à força que controla lentamente o passar do tempo e seus efeitos sobre o espaço. Dessa forma, é suficiente apenas que se acelere “a evolução

⁵³¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **A República**, Natal, 12 set. 1928.

⁵³² Idem.

transformadora” para “uma conjugação harmônica de esforços”. Mais uma vez, as tendências integradoras de sua argumentação tentam manter a possibilidade do rumo cômico do enredo da história da cidade, estabelecendo o tipo de papel que aqueles que viviam em sua época deveriam escolher e incorporar. O “progresso”, assim, não é provocado: é, no máximo, administrado, posto que sua chegada seja retratada enquanto algo inevitável. E uma vez alcançado, ele irá “refletir” a “capacidade de nossa raça” e, também nas palavras de Cascudo, o “grau avançado de nossa cultura”. Seu argumento, aqui, não só tenta manter a coerência de seu enredo como também atua no sentido de consolidar as implicações conservadoras de sua visão da relação entre tempo e espaço, de modo a naturalizá-la, anulando as ações dos sujeitos históricos e destacando um caminho rumo a um futuro que, de outro modo, não seria jamais alcançado, cedendo, por vezes, a um determinismo fatal.

Acreditamos, além disso, que Cascudo parece ter abandonado, pelo menos por enquanto, sua insistência em retratar o presente somente dentro de um enredo trágico, dando ao texto acima uma perspectiva de mudança positiva para a sociedade natalense. No entanto, vemos que ele optou por manter uma visão tipicamente conservadora do processo histórico, inserindo aí o espaço da cidade. Em alguns momentos, esse conservadorismo deixa-se levar por um utilitarismo que aceita integrar-se a um benéfico processo de modernização, expansão e mudança, *desde que* não se perca de vista o “natural” ritmo “evolutivo”, que cabe aos sujeitos históricos apenas administrar da melhor forma possível. Nesse caso, a atuação sobre esse longo processo só é aceitável em um contexto dos limites da relação puramente material entre a “extensão territorial” e a “densidade de população”, além da “circulação de produtos e de homens”. E é no uso de termos e expressões como estas que vemos como uma visão de mundo, essencialmente conservadora, como dissemos, encontra em um utilitarismo disposto a utilizar pragmaticamente o “material” humano sem, no entanto, falar em mudanças na organização social: alteram-se as riquezas, mas não há uma só palavra em relação a qualquer alteração das relações entre os múltiplos e diversos sujeitos históricos.

Portanto, podemos acrescentar também que a visão organicista de Cascudo parece estar de acordo com uma tendência que irá se acentuar na década de 1930: a visão do intelectual que age tal qual um “cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social”.⁵³³ Devemos acrescentar também que a presença de termos raciais e biológicos em seu discurso também parece fazer sentido em uma época em

⁵³³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; v. 2). p. 142.

que teorias raciais tinham grande importância e presença na produção intelectual do período, inclusive no Brasil (não esqueçamos que seu texto foi publicado em 1928).⁵³⁴ E isso é ainda mais facilmente perceptível na medida em que Cascudo tende a retratar o espaço urbano como um “organismo vivo”: ele reutiliza aqui uma forma de ver e conceber o espaço herdado dos inúmeros diálogos que ele manteve com os círculos de letrados do Rio Grande do Norte, como já vimos.⁵³⁵ Destes círculos, podemos tomar como exemplo Henrique Castriciano, (homenageado mais tarde por Cascudo em um livro, intitulado, sugestivamente, *Nosso amigo Castriciano*, de 1965⁵³⁶), para quem era importante pensar uma “Teoria orgânica das sociedades” [grifo nosso] já em 1902.⁵³⁷

Além disso, segundo Bolivar Lamounier, a metáfora da “forma orgânica” remete ao século XIX, quando ela se se propagou enquanto “portadora da reação romântico-conservadora ao iluminismo, ao racionalismo e ao utilitarismo”.⁵³⁸ Este “organicismo romântico”, contudo, parece ter apresentado duas faces. A primeira é tipicamente conservadora, que “funde-se com o positivismo, dando como resultado a sociologia histórico-organicista”, algo que foi muito presente em “críticos elitistas da democracia liberal”.⁵³⁹ A outra face seria aquela “revolucionária [que] inspira-se no aspecto faústico, criador, carismático, esteticista, do Romantismo”.⁵⁴⁰ Para Lamounier, o contexto brasileiro tendeu a acentuar o “elemento positivista” e os “aspectos conservadores da linguagem organicista”,⁵⁴¹ o que torna ainda mais compreensível a postura de Cascudo aqui.

Nesse sentido, os escritos românticos de Cascudo de anos anteriores lhes deram as várias categorias, conceitos e temas que, agora, permitem que ele dialogue sem maiores problemas com a concepção “orgânica” do social com a qual esta postura romântica tendia a simpatizar. Sua atitude romântica, assim, à luz deste contexto, torna-se ainda mais compreensível para nós: ela pode ser interpretada enquanto fruto daquela postura “mais contemplativa” que, segundo Elias Tomé Saliba, “enveredou por uma busca das autênticas

⁵³⁴ Cf. SCHARWCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵³⁵ Ver, por exemplo: ARRAIS, Raimundo. *O nascimento do cronista e o nascimento da cidade de Natal*. In: ARRAIS, Raimundo (org.). **Crônicas de Origem: a cidade do Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20**. Natal: EDUFN, 2005.

⁵³⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **Nosso Amigo Castriciano: 1847-1947: reminiscências e notas**. Natal: EDUFN, 2008.

⁵³⁷ CASTRICIANO, Henrique. *Teoria Orgânica das Sociedades*. In: CASCUDO, Luís da Câmara. **Nosso Amigo Castriciano: 1847-1947: reminiscências e notas**. Natal: EDUFN, 2008.

⁵³⁸ FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 9). p. 389-390

⁵³⁹ Ibidem, p. 390.

⁵⁴⁰ Idem.

⁵⁴¹ Idem.

tradições nacionais, imersas num passado remoto e obscuro”.⁵⁴² Neste sentido, ela já vem se fazendo presente em seus escritos desde a década de 10, quando analisamos sua busca pela “verdadeira” e “autêntica” identidade nacional, onde ele encontraria na questão regional, mais precisamente na região Norte, “os traços definidores de um obscuro ‘espírito nacional’”.⁵⁴³ Isso também torna ainda mais compreensível seu elogio de um passado aristocrático, posto que, dentro desta lógica, Cascudo poderia encontrar

uma visão bastante mistificadora e ingênua do mundo feudal. Este mergulho no passado era uma espécie de compensação ao espetáculo de quebra de continuidade oferecido pelo tempo presente: uma nostalgia das sociedades pré-capitalistas que ansiava por retomar o fio de uma continuidade *orgânica* do passado [grifo nosso].⁵⁴⁴

Por último, devemos ter em mente, mais uma vez, a formação de Cascudo, já discutida anteriormente: percebemos que ele passou pela Faculdade de Direito de Recife, instituição em que dominavam “modelos evolucionistas e social-darwinistas”,⁵⁴⁵ a ponto de, já em 1914, um professor da Academia de Direito de São Paulo lamentar que aí, como em outras partes do Brasil, “o indivíduo sempre foi letra morta”.⁵⁴⁶ Neste texto de Cascudo, o “organismo vivo”, uma metáfora para o espaço, terminou também, em diversos momentos, por esvaziar o território dos seus habitantes, reduzindo-os à “letra morta”.

Já próximo ao fim da década, contudo, no dia 25 de maio de 1939, descobrimos que Cascudo estava se aproximando cada vez mais de uma instituição ligada especificamente ao estudo da Geografia: trata-se, aqui, do Diretório Regional de Geografia, associado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE.⁵⁴⁷ Na ocasião, ele havia recebido um telegrama no dia 19 do mesmo mês, “comunicando sua investidura [no] cargo [de] presidente interino [do] Diretório Regional”.⁵⁴⁸ O telegrama era assinado pelo próprio presidente do IBGE: José Carlos Macedo Soares.⁵⁴⁹

V

⁵⁴² SALIBA, Elias Tomé. **As utopias românticas**. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p. 15.

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ Ibidem. p. 15-16.

⁵⁴⁵ SCHARWCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 150.

⁵⁴⁶ Apud Ibidem, p. 188.

⁵⁴⁷ DIRETÓRIO Regional de Geografia. **A República**, Natal, 25 maio 1939.

⁵⁴⁸ Idem.

⁵⁴⁹ Idem.

Algum tempo depois, em uma notícia publicada em 3 de junho de 1939, no mesmo “A República”, Cascudo se reuniu com outras autoridades do Rio Grande do Norte em uma sessão que se dedicou a discutir “longamente o assunto referente à fixação dos limites das fronteiras sul deste Estado”.⁵⁵⁰ Ao fim desta sessão, aqueles aí reunidos decidiram pelo envio, à Paraíba, de uma pessoa de confiança (cujo nome não nos é revelado) para discutir o assunto com o Interventor Federal neste estado, o que rendeu a Cascudo e àqueles que estavam com ele na sessão grandes elogios do presidente do IBGE.⁵⁵¹ No mês seguinte, em julho, Cascudo foi eleito “membro da Comissão de Redação da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, na reunião no Rio de Janeiro”.⁵⁵² O Conselho Nacional de Geografia que aparece aí citado havia sido fundado em 1937, no contexto de um desenvolvimento pleno e completo da “geografia como prática estatal”.⁵⁵³

O Conselho Nacional de Geografia, contudo, não foi uma instituição precursora no debate geográfico nacional. Antes dela, em 1883, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro “foi responsável por uma renovação do debate geográfico local, estimulando a realização dos primeiros congressos e a criação do primeiro curso superior da matéria no país”.⁵⁵⁴ E ela organizou, em 1909, o primeiro Congresso Nacional de Geografia.⁵⁵⁵ Neste contexto, surgem novas ondas de exploração e mapeamento do território, impulsionadas tanto por exigências diplomáticas (como a delimitação e demarcação de fronteiras) quanto por questões científicas (tais como as pesquisas de Osvaldo Cruz).⁵⁵⁶ Na época, também ficaram famosas as expedições realizadas pelo marechal Cândido Rondon, entre 1900 e 1930, acompanhadas de perto pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.⁵⁵⁷ Em 1926, é criada a Escola Livre Superior de Geografia, sob proteção e incentivo da mesma Sociedade de Geografia carioca.⁵⁵⁸ Na década em que Cascudo foi nomeado membro da Comissão de Redação da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, isto é, nesta década de 1930, a preocupação com a interpretação do Brasil, tendo em vista o seu território, mantém-se enquanto questão central e estratégica, momento em que o surgimento de novas vertentes autoritárias (como o

⁵⁵⁰ DIRETÓRIO Regional de Geografia. **A República**, Natal, 08 jun. 1939.

⁵⁵¹ Idem.

⁵⁵² NOTAS Avulsas. **A República**, Natal, 09 jul. 1939.

⁵⁵³ Idem.

⁵⁵⁴ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 123.

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 125.

⁵⁵⁶ Idem.

⁵⁵⁷ Idem.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 126.

Integralismo) trazem de volta a concepção do território nacional como algo a ser conquistado.⁵⁵⁹

Além disso, também nesta década de 30, ocorreu o processo de institucionalização da Geografia como disciplina acadêmica e como prática estatal.⁵⁶⁰ Com efeito, já nas primeiras universidades criadas no país, como na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal, foram criadas cadeiras de estudos geográficos. Aqui surge, pela primeira vez, a figura do geógrafo diplomado, preparado para atuar nesta área. Nesse momento, porém, tal formação ainda era um tanto restrita, com um número muito reduzido de habilitados. Apesar disso, estes poucos foram capazes de organizar sua própria agremiação, a Associação de Geógrafos Brasileiros, e sua primeira revista, intitulada simplesmente “Geografia”.⁵⁶¹ Com o passar dos anos, porém, instituições não faltariam para tentar atender a demandas de pesquisas e estudos, especialmente por parte do Estado, quando ele mesmo criou o Conselho Nacional de Geografia (CNG), em 1937, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938.⁵⁶² Neste momento, com a criação do Estado Novo, também se delineou um período de modernização e aparelhamento do Estado brasileiro, quando a

ideia de planejamento estatal começa a ser incorporada pelo governo federal, o que afirma – de uma nova forma – a demanda pelo conhecimento geográfico do país e o levantamento de informações sobre seus diferentes lugares.⁵⁶³

Nesta época, “Ocupar o território” se transformou, mais uma vez, no mote da atuação governamental, o que pode ser amplamente percebido nos escritos de inúmeros ideólogos da ditadura Vargas.⁵⁶⁴ Neste momento, o autoritarismo passou a ser considerado uma “peculiaridade da sociedade brasileira”, enquanto a centralização do poder político, para muitos dos ideólogos associados ao Estado Novo, era uma decorrência “natural” do processo histórico vivido pelo Brasil.⁵⁶⁵ O “verdadeiro” e “autêntico” Brasil foi buscado nas estruturas oligárquicas do interior, em oposição às reivindicações democráticas do litoral urbano, vistas como desfigurações do caráter nacional.⁵⁶⁶ E é também neste período que o discurso estatal

⁵⁵⁹ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. P. 126.

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ Ibidem. p. 127.

⁵⁶² Ibidem, p. 129.

⁵⁶³ Idem.

⁵⁶⁴ Idem.

⁵⁶⁵ Idem.

⁵⁶⁶ Idem.

assimila e difunde o conceito de “região”, já presente em outros discursos geográficos, como o de Oliveira Viana e Delgado de Carvalho.⁵⁶⁷

Para o governo federal, a “região” era uma escala administrativa entre a União e o município, neutralizada politicamente já em sua concepção, ao contrário dos estados, sob a intervenção federal.⁵⁶⁸ Ainda assim, a “região” foi muito útil, particularmente no que diz respeito à sua atuação política quando da administração de políticas públicas. Ironicamente, porém, a partir do momento em que Vargas determinou que a “identidade brasileira era constituída pelo somatório de suas ‘culturas regionais’”, ocorreram inúmeras emergências de identidades regionais que se espalharam pelo país: a ausência delas poderia vir a significar a exclusão de grupos de elites de regiões inteiras da cena política nacional.⁵⁶⁹ Essa busca por identidades regionais dentro destes interesses políticos se refletiu na produção cultural do período, na medida em que é em 1937, por exemplo, que Gilberto Freyre irá publicar o seu livro *Nordeste*. Como podemos perceber, a julgar pelos escritos que analisamos ao longo deste capítulo, Cascudo não deve ter tido nenhuma dificuldade em conviver com estes ideais: daí ele ter sido escolhido, neste final da década de 1930, para o cargo de presidente interino do Diretório Regional de Geografia, em telegrama enviado pelo próprio presidente do IBGE,⁵⁷⁰ tendo sido escolhido também membro da Comissão de Redação da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia no Rio de Janeiro.⁵⁷¹

No dia 20 de dezembro de 1939, Cascudo produz uma resenha de um livro de José Carlos Macedo Soares, intitulado *Fronteiras do Brasil no regime colonial*.⁵⁷² Lembremos que Macedo Soares é o presidente do IBGE e havia enviado um telegrama para Cascudo quando este último havia assumido a função de “presidente interino” do Diretório Regional de Geografia. Em sua obra sobre o texto de Macedo Soares, Cascudo afirma que ela consiste em uma “exposição rápida e clara dos tratados que fixaram as nossas lindes”.⁵⁷³ Elogiando e aproximando-se de Macedo Soares, Cascudo conservava seu próprio lugar de fala junto ao Estado Novo.

VI

⁵⁶⁷ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 130.

⁵⁶⁸ Idem.

⁵⁶⁹ Idem.

⁵⁷⁰ DIRETÓRIO Regional de Geografia. **A República**, Natal, 25 maio 1939.

⁵⁷¹ NOTAS Avulsas. **A República**, Natal, 09 jul. 1939.

⁵⁷² CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 20 dez. 1939.

⁵⁷³ Idem.

Na década de 40, nos deparamos com uma discussão que Cascudo constrói em torno da ideia de mapa. Tal discussão se deu em um artigo publicado no dia 28 de março de 1940, em que ele teceu algumas reflexões sobre uma exposição de mapas de municípios brasileiros. Com efeito, o nome do artigo que ora examinamos é “A exposição dos mapas municipais”, tendo sido publicado no jornal “A República”.⁵⁷⁴ Acreditamos que a exposição a que Cascudo se refere (sobre a qual ele não nos fornece maiores detalhes) foi realizada em Natal no dia informado por ele (24 de março) como parte de um programa de iniciativa do governo federal, que pretendia ser um

grande empreendimento patriótico que objetivava, através do reforço a um municipalismo uniformizador, conhecer e controlar as realidades locais assim como fortalecer a unidade federal através da configuração de um tecido cartográfico homogeneizador.⁵⁷⁵

A partir destes princípios, esta exposição que ocorreu no Rio Grande do Norte também se deu em todos os estados brasileiros: cada um deles realizou, seguindo os critérios estabelecidos pelo governo federal, uma exposição de mapas de seus municípios. Os prefeitos dos municípios, por sua vez, foram obrigados, pelo mesmo governo federal, por um decreto-lei de março de 1938, a participar deste empreendimento sob a ameaça de perderem a autonomia municipal.⁵⁷⁶ Após essa série de exposições espalhadas pelos estados, uma última e grande exposição foi realizada no Distrito Federal, exposição esta que o próprio Getúlio Vargas inaugurou oficialmente no dia 29 de maio de 1940, chegando ao seu fim no dia 20 de junho do mesmo ano, com a visita do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.⁵⁷⁷ Tal exposição havia sido organizada pelo “Conselho Nacional de Geografia, com a colaboração do Conselho Nacional de Estatística e da Comissão Censitária Nacional”, tendo sido “parte do programa de comemorações do quarto aniversário de instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”.⁵⁷⁸

E Cascudo também estava associado a estas exposições, mesmo que indiretamente, através das instituições às quais estava ligado e através de seus escritos, como seu artigo sobre a exposição de mapas. Logo no início deste mesmo artigo de 28 de março, ele informa ao seu

⁵⁷⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 28 mar. 1940.

⁵⁷⁵ GOMES, Maria do Carmo Andrade. A exposição nacional de mapas municipais, 1940: a encenação nacionalista da imagem cartográfica. In: **3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia**, 2010, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP. Disponível em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/maria-do-carmo-3siahc.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2012.

⁵⁷⁶ Idem.

⁵⁷⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Exposição nacional dos mapas municipais**. Rio de Janeiro, 1940.

⁵⁷⁸ Ibidem, p. 3.

leitor que a exposição no Rio Grande do Norte se deu em um “Domingo de Páscoa”, em 24 de março, e que, depois, “terá um significado profundo em sua acepção cívica”.⁵⁷⁹ Além de “Dia sagrado da Cristandade”, o 24 de março, acredita Cascudo, foi o dia em que “o Brasil mostrou sua verdadeira fisionomia gráfica”.⁵⁸⁰ Em seguida, vemo-lo dizer que se levaram dois anos para a montagem de tal exposição, mas que, enfim, valeu a pena: para ele, esse é um momento que “Marca o conhecimento da *amada terra do Brasil*, a primeira sistematização de sua planificação cartográfica, a colheita de elementos positivos para o mapa *ao milionésimo* [grifos do autor]”.⁵⁸¹ Elogiando a data escolhida pelo governo, ele limita-se a ressaltar a importância do evento. Além disso, ele elogia a participação do Rio Grande do Norte nela, mas chama a atenção do leitor para o fato de que tais representações cartográficas estão em um “*tempo de revisão* [grifo do autor]”, já que os mapas estão sempre sendo revistos e melhorados: “O Homem deve deixar o sinal de sua inferioridade terrena. Todas as suas realizações são criticáveis”. O uso de mapas, para ele, pode influenciar significativamente o curso da História, tal é sua importância:

Dizem que o mapa perdeu a *França* em 1870. Não tinha Exército imperial um mapa que se comparasse com os esquemas militares da tropa alemã. E lembremos que a *Alemanha* cabe folgadoamente em *Minas Gerais* e toda a *França* não chegaria aos limites da *Bahia*. O *Rio Grande do Norte*, que julgamos pequenino, é maior que a *Holanda*, que fez medo a meio-mundo e dominou o resto. Podemos deduzir o que quer dizer uma exposição de mapas onde todo *Brasil* está fixado, visto de perto, sem estimativas pelo velho e saudoso ‘olhômetro’ [grifos do autor].⁵⁸²

Por mais acurado que venham a ser, Cascudo acredita que os mapas tem suas limitações. Mas ele também acredita que tais mapas podem vir a ser fiéis representações da realidade, “onde todo *Brasil* está fixado, visto de perto, sem estimativas pelo velho e saudoso ‘olhômetro’”. Aqui, ao falar de um mapa, ele é constrói sua argumentação trabalhando com a ideia de *forma*. Para ele, parece ser através dela que ele acredita ser possível se pensar uma representação do “real”, já que a *forma* cartográfica não traria nenhuma implicação cognitiva ou epistemológica, somente estética: ela não produziria significado nem articularia conteúdos, restringindo-se apenas a retratar a “realidade” de forma mais fiel possível.

Tão naturalizada é a sua concepção da ideia de mapa que ele parece não se dar conta das implicações de suas próprias considerações sobre estas construções cartográficas, quando

⁵⁷⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 28 mar. 1940.

⁵⁸⁰ Idem.

⁵⁸¹ Idem.

⁵⁸² Idem.

se utiliza delas para repensar a configuração da “realidade” fora delas, por exemplo. Podemos perceber isso no exemplo a que ele mesmo recorre, quando sugere inverter os valores que atribuímos ao espaço europeu a partir dos mapas de estados brasileiros. Nesse sentido, ao falar da importância que a Europa tem em suas reflexões a respeito da importância do mapa, ele é capaz de inverter completamente seu argumento, desfazendo o importante significado normalmente atribuído (segundo ele) aos países europeus, ao escolhê-los como exemplo. Essa inversão se dá através da comparação dos desenhos, no próprio mapa, das representações dos estados brasileiros com esses países, invertendo a visão do leitor desses recortes espaciais e fazendo com que ele veja a mesma comparação de outro ângulo. Vendo dessa nova forma, o significado desses espaços é repensado e a Alemanha caberia “folgadoamente em Minas Gerais”, enquanto a “França não chegaria aos limites da Bahia”; até mesmo o Rio Grande do Norte se engrandece diante das pequenas dimensões de uma Holanda que, apesar disso, “fez medo a meio-mundo e dominou o resto”. Ao olhar para o mapa, portanto, Cascudo parece sugerir que a forma do espaço representado aí é construída a partir de uma separação entre o que existe fora do mapa e o que mapa representa. Ao, limitar-se a isso, ele evita explorar as implicações disto (por exemplo: como essa separação é apreendida pelo olhar? Em que condições estas diferentes formas de apreensão dessa separação são possíveis?), restringindo sua análise apenas a observar as diferentes formas de significar os mapas e os espaços que eles representariam.

Em seguida, vemo-lo dizer que

Essa legião de engenheiros, geógrafos, topógrafos, grandes e pequenos auxiliares, acaba [sic] de construir, com suor e dedicação, fome e sede, uma página inesquecível para a história da conquista brasileira em sua terra ignota. Seria apenas o instinto do ‘ganho’ que os sacudiu a tal empresa? Os Prefeitos, Interventores, o Presidente da República, não estariam integralmente possuídos do fervor geográfico, como dizia Humboldt, para a deflagração de uma campanha sem igual em nosso país?⁵⁸³

Vivendo em plena época do Estado Novo, nesse início da década de quarenta, quando pensar o território nacional e a própria ideia de nação ainda eram centrais para uma cada vez maior “demanda pelo conhecimento geográfico do país e o levantamento de informações sobre seus diferentes lugares”,⁵⁸⁴ particularmente por parte do Estado brasileiro, Cascudo fala em uma “história da conquista brasileira em sua terra ignota”, além de utilizar expressões

⁵⁸³ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 28 mar. 1940.

⁵⁸⁴ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 129.

como “amada terra do Brasil”, que não deixam dúvida sobre seu lugar de fala. Nesse sentido, ele escreve até mesmo sobre um “fervor geográfico” citando Humboldt. No entanto, quando um dos aspectos do enredo trágico do presente retorna para mostrar sua face ela era, para ele, uma das mais repulsivas: a vontade de ganhos puramente materiais e o interesse em um trabalho intelectual que deveria ser, por “natureza”, “desinteressado”. Isso se dá, por exemplo, quando ele se pergunta se o esforço de tantos técnicos (como engenheiros, geógrafos etc.) “Seria apenas o *instinto do ‘ganho’* que os sacudiu a tal empresa?”. Ao “instinto de ganho”, um objetivo supostamente tão mesquinho, Cascudo opõe um “fervor geográfico” capaz de uma “campanha sem igual em nosso país”: à mera ânsia de ganhos materiais, um dos mais graves defeitos que ele identifica em tantos de seus contemporâneos, ele opõe o “amor” pelo espaço da nação, um “patriotismo desinteressado” e o amor pela pátria como um fim em si mesmo.

E logo depois, ele prossegue afirmando que

Do futuro saberemos louvar o que foi feito em todo Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia não está, isoladamente, de parabéns, com seu presidente Macedo Soares, com seu secretário Leite de Castro, com seus técnicos, seções departamentos e égides. Estamos de parabéns todos, pela verificação real de que tudo é possível no Brasil, mesmo em terreno técnico, mesmo com espaço limitado, mesmo sem recursos de toda ordem. Prova-se que para o brasileiro o ‘impossível’ não se registrou no dicionário de seu esforço. Basta que queira ou que alguém saiba querer por ele e determinar uma cooperação ininterrupta.⁵⁸⁵

Retratando a instituição à qual esteve associado e a si mesmo como heróis em um enredo romântico, lutando contra forças extremamente poderosas e especialmente difíceis de serem vencidas (“espaço limitado” e “sem recursos de toda a ordem”), Cascudo vê a si mesmo como um personagem heroico, para o qual a palavra impossível “não se registrou no dicionário de seu esforço”. Para este “herói brasileiro”, a vontade tudo vence, e é capaz de ultrapassar qualquer obstáculo: é suficiente que ele “queira ou que alguém saiba querer por ele e determinar uma cooperação ininterrupta”. Com efeito, isso é muito parecido com aquilo que Fredric Jameson chama daquele

conceito ideológico do século XIX que é a noção de “povo”, como um tipo de agrupamento geral do pobre e do ‘não privilegiado’ de todos os tipos, a partir do qual alguém pode recuar em revulsão, mas para o qual alguém pode

⁵⁸⁵ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

também, como em alguns populismos políticos, nostálgicamente ‘retornar’ como uma fonte telúrica de força.⁵⁸⁶

Retratando o povo aqui como essa “fonte telúrica de força”, no entanto, não podemos deixar de notar também que o ato de retratar a si mesmo como um herói romântico, que tudo vence através da vontade em nome desse povo, é semelhante (mas não idêntico) ao que Northrop Frye chamou de “projeção existencial”. Vejamos como o próprio Frye explica isso:

Suponha que um escritor descubra que ele é mais bem sucedido com tragédias. Seus trabalhos irão inevitavelmente ser cheios de melancolia e catástrofe, e em suas cenas finais personagens estarão presentes tecendo observações sobre a severidade da necessidade, as vicissitudes da fortuna, e a inelutabilidade do destino. Tais sentimentos são parte da *dianoia* da tragédia [isto é, seu significado de tragédia como um todo]; mas um escritor que se especializa em tragédia pode muito bem vir a sentir que ele fala pela mais profunda de todas as filosofias, e começar ele mesmo a emitir declarações semelhantes quando questionado qual é a sua própria filosofia de vida [grifo do autor].⁵⁸⁷

Assim, Cascudo projeta sobre sua própria existência o enredo da história de seu tempo. Desse modo, ele retrata a si mesmo como um herói romântico, lutando contra obstáculos quase insuperáveis. E, além disso, desde os artigos que já analisamos anteriormente de décadas anteriores, uma visão trágica recorrente parece dominar seus escritos e, conseqüentemente, sua própria vida e vice-versa. Dessa forma, tragédia, comédia, romance e sátira não são apenas convenções literárias, nem somente formas de apreender o mundo, como se a vida apenas imitasse a arte. Ao contrário, podemos dizer que tais formas de moldar um enredo, como tantas outras (como o épico, a pastoral, o lírico, etc.) são modos de narrar também a própria vida, já que narramos o nosso presente tanto quanto narramos momentos futuros e épocas pretéritas. Sem perceber, como Cascudo, projetamos, sobre nossas próprias existências, os enredos através dos quais construímos a prosa do mundo. Tais narrativas organizam e significam informações sobre o mundo, mas também organizam e significam nossas próprias vidas. Narrativas sobre o mundo não são apenas formas de concebê-lo: são também modos de significá-lo.

Por fim, retornando ao texto de Cascudo, nos deparamos com o último parágrafo de seu texto:

⁵⁸⁶ JAMESON, Fredric. **The political unconscious: narrative as a socially symbolic act**. Ithaca: Cornell University Press, 1981. p. 189

⁵⁸⁷ FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism: four essays**. Princeton: Princeton University Press, 1957. p. 64.

Ora... uma exposição de mapas...! Tanto palavreado! Uma exposição de máquinas, de produtos, de trabalho locais, daria outra representação ao nosso povo. Mapas? Que dirão eles? Dirão, e para sempre, o que a máquina não dirá jamais, nem o produto, nem a indústria tradicional ou moderna. O Mapa é o conhecimento, a expressão da terra, sua medida, sua conformação, seu *todo*. Por ele é possível prever. Sem ele apela-se para a casualidade. É o primeiro passo. Sem o mapa e sem estatística o *Brasil* não é nação, é o *gigante deitado eternamente em berço esplêndido* [grifos do autor].⁵⁸⁸

Aqui, Cascudo parece ter finalmente respondido à indagação que lançamos antes sobre a questão da relação entre o mapa e o espaço da “realidade” que ele quer representar. Sua resposta, dentro de sua postura conservadora, é previsível: o mapa é a expressão do espaço, é o que o mede, o que o conforma a uma dada maneira de ser porque não pode ser de outra forma: o mapa conforma a representação cartográfica ao “real”. A partir desta lógica, ele reafirma a posição estratégica do estudo do espaço tanto para si como para o Estado, algo que, como vimos, também era estratégico para o governo brasileiro: “Sem o mapa e sem estatística o Brasil não é nação”. Sendo resultado da liderança do Estado que o país precisa, o mapa, para Cascudo, é o que tira a nação da inércia, acorda-a de seu estado de “gigante deitado eternamente em berço esplêndido”. O mapa, acima de tudo, é para ele um instrumento, uma agência através da qual se atua no sentido de moldar a realidade. Conhecimento e política: além disso, o mapa é, acima de tudo, estratégia.

VII

Nos artigos seguintes, Cascudo dará continuidade a essa concepção de mapa, sempre ressaltando a sua utilidade do ponto de vista instrumental,⁵⁸⁹ lendo a relação entre homem e espaço em termos biológicos⁵⁹⁰ como já havia feito antes, em décadas anteriores. O que é importante destacarmos nestes outros textos é o modo através do qual ele concebe a ideia de uma “Antropogeografia”. A “Antropogeografia” a que ele recorre é aquela que havia sido concebida e desenvolvida no século XIX por Friedrich Ratzel, pensador alemão do final do século XIX e para quem “o objeto geográfico [deve ser concebido] como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade”.⁵⁹¹ Para Ratzel, essa influência atuaria sobre diversos aspectos da vida humana: na fisiologia, na psicologia e,

⁵⁸⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 28 mar. 1940.

⁵⁸⁹ Por exemplo: CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 06 ago. 1940.

⁵⁹⁰ Por exemplo: CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 14 set. 1940.

⁵⁹¹ MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007. p. 69.

através destes aspectos, na sociedade.⁵⁹² Desse modo, a natureza é concebida enquanto capaz de influenciar na constituição social, acelerando a expansão de uma dada população ou servindo de obstáculo para ela.⁵⁹³ Para ele, a possibilidade de contato entre um ou mais povos através do espaço deve levar o pesquisador a estudar os possíveis casos de isolamento e mestiçagem, pondo a questão racial em primeiro plano.⁵⁹⁴ Ratzel também concebia a sociedade como um organismo, que sentia a necessidade de defender sua posse de um dado recorte territorial quanto mais a ele estivesse associada. E essa associação era tanto mais importante quanto maior fosse o vínculo com seu solo. Segundo Antônio Carlos Robert Moraes, é precisamente por essa necessidade de defesa que a relação entre o espaço e Estado eram tão importantes para este pensador alemão: seria através do Estado que um povo “se organiza para defender o território”.⁵⁹⁵ A partir desta explanação das ideias de Ratzel, vemos o quanto Cascudo se aproxima dele: para este pensador potiguar, o espaço também era pensado a partir de critérios raciais e biológicos, além de que o Estado deve ser colocado em um papel central no estudo da relação de uma sociedade com seu território. Por último, a influência que o espaço exerceria sobre a sociedade, pensada como um organismo, também é um princípio central para Cascudo, como podemos concluir de seus textos analisados acima.

Concebendo a Geografia assim, Cascudo opõe o espaço, empiricamente observável, ao tempo, algo invisível e apreensível somente através de conceitos e categorias. Daí Cascudo sempre espacializar o tempo, parecendo, por vezes, apaga-lo, como se a região Norte, como vimos, transcendesse qualquer temporalidade, ou como se as qualidades de uma nação pudessem ser conservadas no espaço, independente de qualquer época ou período histórico, podendo ser recuperadas a qualquer momento através de suas tradições. É por isso que, para ele, a defesa da tradição é algo tão importante: esta é, afinal, a *sua* defesa de *sua* forma de conceber o espaço.

Em 10 de agosto de 1941, o jornal “A República” voltaria a apresentar mais alguns traços da relação entre Cascudo e a Geografia. Dessa vez, porém, não seria através de uma resenha ou artigo: trata-se aqui de uma notícia intitulada “Conselho Nacional de Geografia”.⁵⁹⁶ Nela, descobrimos que, no dia 1 julho de 1941, uma assembleia geral do Conselho Nacional de Geografia foi “instalada solenemente” na sala “Varnhagen do Instituto Histórico Brasileiro, sob a presidência do embaixador J. C. de Macedo Soares”, o já

⁵⁹² MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007. p. 69.

⁵⁹³ Idem.

⁵⁹⁴ Ibidem, p. 70.

⁵⁹⁵ Apud Idem.

⁵⁹⁶ CONSELHO Nacional de Geografia. **A República**, Natal, 10 ago. 1941.

conhecido presidente do IBGE.⁵⁹⁷ Em seguida, somos informados que “O delegado do Rio Grande do Norte, dr. Luís da Câmara Cascudo, tem desenvolvido eficiente atividade cultural, tomando parte na discussão e estudo dos projetos”.⁵⁹⁸ Essa mesma assembleia o elegeu como Relator da “Comissão de Redação”, o que o redator da notícia descreve como “índice do apreço em que é tido pelos seus pares naquele colégio geográfico, o mais importante que se reúne no Brasil”.⁵⁹⁹ Em seguida, lemos que ele foi “aclamado orador para produzir a saudação” que felicitou o “aniversário nacional” dos Estados Unidos.⁶⁰⁰ Nessa mesma assembleia, ocorreu “a visita oficial que a ala geográfica fez ao Conselho Nacional de Estatística”.⁶⁰¹ Nela, foi “escolhida uma comissão de cinco membros, [e] a assembleia deliberou que cada um dos escolhidos representaria uma das cinco regiões naturais do país”.⁶⁰² Foi nesse momento que Cascudo foi indicado para a posição de “delegado do Nordeste”. E deslizando nosso olhar algumas linhas abaixo no texto da notícia, descobrimos que ele foi reeleito para a “Comissão Técnica Permanente de Antropogeografia Brasileira”.⁶⁰³ Por último, uma informação no final desse texto noticioso informa ao leitor que foi realizada uma “sessão plenária” no dia 18 de julho e que Cascudo a presidiu, testemunhando a vinda de representantes do Ministério das Relações Exteriores, São Paulo, Amazonas e o Secretário Geral.⁶⁰⁴

A notícia descrita acima se refere à “Quarta Sessão Ordinária das Assembleias dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística”.⁶⁰⁵ Ela teve seu início no dia 01 de julho de 1941 e prosseguiu até o dia 26 de julho do mesmo ano.⁶⁰⁶ Ao fim, foram contabilizadas 20 reuniões ordinárias, em que se aprovaram 41 resoluções.⁶⁰⁷ Quando de sua eleição como relator, Cascudo não era o único a ocupar essa posição: também escolhidos como relatores estavam João Severiano da Fonseca Hermes, Cícero de Moraes, Lauro Sampaio e Virgílio Correia Filho.⁶⁰⁸

⁵⁹⁷ CONSELHO Nacional de Geografia. **A República**, Natal, 10 ago. 1941.

⁵⁹⁸ Idem.

⁵⁹⁹ Idem.

⁶⁰⁰ Idem.

⁶⁰¹ Idem.

⁶⁰² Idem.

⁶⁰³ Idem.

⁶⁰⁴ Idem.

⁶⁰⁵ **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, n. 3, v. 3, jul./set. 1941. p. 671.

⁶⁰⁶ **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, n. 3, v. 3, jul./set. 1941. p. 674.

⁶⁰⁷ Idem.

⁶⁰⁸ Ibidem, p. 674.

Ainda no Rio de Janeiro, no dia 5 de Agosto de 1941, Cascudo continuará a expandir sua rede de relações.⁶⁰⁹ Após consolidar-se na estrutura dos estudos de Geografia do Estado brasileiro, mediante sua participação em tantas instituições estatais, ele irá pronunciar uma conferência na Faculdade de Direito de Niterói, a convite do “Centro Acadêmico Evaristo de Veiga”.⁶¹⁰ Esta conferência intitulou-se “As lendas e a formação social do Brasil”, à qual só temos acesso indiretamente: aí encontraremos somente aquilo que o redator deste texto acreditou ser o resumo da conferência.⁶¹¹ A julgar pelo que nos informa este mesmo redator, Cascudo buscou explorar a questão das lendas brasileira a partir de uma perspectiva histórica, realçando sua importância e destacando os diversos “ciclos das lendas”,⁶¹² que ele identificou na História brasileira. O que ele faz aí é associar cada momento desse “ciclo de lendas” a um período da história do país. Mas o que nos chama a atenção, para os nossos propósitos aqui, é o modo através do qual, segundo o redator do “A República”, Cascudo destacou o quanto as lendas contribuíram na “fixação geográfica” do território brasileiro, especialmente no período colonial.⁶¹³ Além disso, ele destaca como a influência da lenda contribuiu na constituição da “formação social brasileira, agindo por dispersão e convergência, já como elemento morfológico, já como elemento modelador apenas de certas tendências e pendores de psique nacional”.⁶¹⁴ Depois disso, somos informados que o público o aplaudiu. Mais tarde tais ideias vieram a dar origem a um livro também de Geografia: *Geografia dos Mitos Brasileiros*, de 1947.⁶¹⁵

Mas é interessante observarmos como Cascudo repete aqui muitos dos temas tão explorados por ele nos artigos de sua autoria, como vimos examinando até esse ponto. Vemos como ele continua a mostrar como o espaço teve um papel central na formação do homem brasileiro, ou, mais especificamente, para utilizar uma expressão escolhida pelo redator de “A República”, da “psique nacional”. Não é à toa, portanto, que ele tenha feito parte de uma “Comissão Técnica Permanente de *Antropogeografia* Brasileira”: sua abordagem nunca escapou do diálogo com este saber, e ele nunca deixou de pensar a Geografia através dela. Isso também explica sua posição em instituições como o IBGE e o Conselho Nacional de Geografia, posto que, nesse momento, o Estado também reservava uma boa parcela de seu interesse a examinar a Geografia através deste olhar.

⁶⁰⁹ AS Atividades intelectuais do escritor Câmara Cascudo na metrópole. **A República**, Natal, 13 ago. 1941.

⁶¹⁰ Idem.

⁶¹¹ Idem.

⁶¹² Idem.

⁶¹³ Idem.

⁶¹⁴ Idem.

⁶¹⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. 3 ed. São Paulo: Global, 2002.

Expandindo suas relações até o Rio de Janeiro e aproximando-se, ao mesmo tempo, da Geografia, Cascudo não irá deixar de se tornar notícia no periódico “A República”. De fato, no dia 31 de agosto de 1941, nos deparamos com um breve artigo, assinado por certo “Danilo”.⁶¹⁶ Ele consiste em uma longa série de elogios e congratulações a Cascudo, porém, em termos de argumentação, não acrescenta nada ao que já víamos destacando nos parágrafos anteriores. A diferença aqui, porém, consiste no fato de Cascudo ter publicado nos Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia um estudo seu intitulado “Geografia do Brasil Holandês”.⁶¹⁷ Patrocinado pelo IBGE, tendo sido realizado entre os dias 7 e 16 de Setembro de 1941 na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, o IX Congresso Brasileiro de Geografia recebeu grande atenção dos órgãos federais, ao ponto do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia ter emitido uma resolução congratulando-se com a execução do evento.⁶¹⁸ De fato, nos anais do evento, a monografia de Cascudo foi incluída na seção F, intitulada “Explorações Geográficas e Geografia Histórica”.⁶¹⁹ No próximo capítulo desta dissertação examinaremos esta monografia de “geografia histórica”, mais tarde publicada em formato de livro no ano de 1956 e com o título homônimo: *Geografia do Brasil Holandês*.

No ano seguinte, em 1942, seriam aquelas reuniões de julho de 1941, que viriam a deixar uma importante marca na memória de Luís da Câmara Cascudo. Ou, pelo menos, é essa a imagem que ele tentava passar aos seus leitores que liam mais uma resenha sua no dia 21 de maio de 1942, no jornal “A República”. Aqui, vemo-lo resenhando um livro de Mario Travassos, intitulado *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras*.⁶²⁰ Esta resenha nos é particularmente útil na medida em que temos acesso às suas próprias lembranças dos eventos em que ele mesmo participou:

[De] Duas sessões plenárias da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia tenho as melhores recordações. Muita gente ágil e viva, dando impressão de coragem espiritual, de animação e de entusiasmo. Fazendo planos, sugerindo, contando, sonhando. Conheci nessas alturas um mundo escondido e em construção diária que é o Serviço Geográfico do Exército. É uma escola de patriotismo obstinado, patriotismo prático e não falastrão e discursador. O Exército, em serviço do Brasil, integra, na tranquilidade do regime, o conhecimento das áreas geográficas, pela sua cartografia, pela

⁶¹⁶ SOCIAIS. **A República**, Natal, 31 ago. 1941.

⁶¹⁷ Idem.

⁶¹⁸ **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, n. 1, v. 3, jan./mar. 1941. p. 146 e seguintes. Sobre o evento como um todo ver também: EVANGELISTA, Helio de Araujo. Congressos Brasileiros de Geografia. **Revista geo-paisagem (on-line)**, ano 2, nº 33, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/congresso.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

⁶¹⁹ **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, n. 3, v. 3, jul./set. 1941. p. 651 e seguintes.

⁶²⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 21 maio 1942.

fixação de suas coordenadas, agora em pleno sideral de movimentação no C. N. G. [Conselho Nacional de Geografia].⁶²¹

Suas recordações voltam a desenhar seu lugar de fala, sempre próximo das instituições governamentais. Sob a “tranquilidade do regime”, sua própria posição se consolidava. Daí em diante, Cascudo analisa o texto de Travassos, destacando, mais uma vez, a Antropogeografia, como já fez tantas vezes até aqui. Por seu argumento aqui representar uma continuidade em relação às seus textos anteriormente analisados, não vamos nos deter nesta resenha.

E seria no dia 31 de maio de 1942, poucos dias depois da publicação da resenha acima, que veio ser noticiado o fato de que, na reunião do Diretório Regional de Geografia, um “plano para a nova divisão das zonas fisiográficas do Brasil, na parte referente ao Rio Grande do Norte, foi apresentado pelo Presidente [do Diretório], dando minuciosas explicações”.⁶²² E este Presidente não era ninguém menos que o próprio Cascudo. Ao fim da reunião, o plano elaborado pelo Conselho Nacional de Geografia, no Rio de Janeiro, foi aprovado,⁶²³ algo pouco surpreendente quando consideramos a posição de Cascudo tal como víamos examinando até aqui. Cascudo ainda contribuiria com um artigo para o periódico “Boletim Geográfico” alguns anos depois, em 1945, dando continuidade à sua aproximação com o IBGE⁶²⁴ até a publicação do livro *Geografia do Brasil Holandês*, na década seguinte.

⁶²¹ CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna. **A República**, Natal, 21 maio 1942.

⁶²² Diretório Regional de Geografia. **A República**, Natal, 31 maio 1942.

⁶²³ Idem.

⁶²⁴ **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, ano 2, n° 22, jan. 1945. p. 1501.

4

Uma Poética do Espaço

Nos capítulos anteriores, examinamos o diálogo que Luís da Câmara Cascudo construiu com a Geografia, bem como a construção de sua relação com Gilberto Freyre e José Antônio Gonsalves de Mello, além de sua aproximação do tema do “Brasil Holandês”. Neste capítulo 4, analisaremos a estrutura da obra *Geografia do Brasil Holandês*, identificando seus principais temas, categorias e conceitos, bem como sua estrutura narrativa, seu modo de argumentação e as implicações ideológicas de seu texto. Em seguida, veremos como o *Geografia do Brasil Holandês* se insere na coleção em que ele foi publicado, a saber, a “Coleção Documentos Brasileiros”. Depois disso, concluiremos a análise historiográfica deste livro de Cascudo tratando de suas relações com a conflituosa tradição narrativa em torno do “Brasil Holandês”, tanto com a narrativa pernambucana herdada por ele do século XIX, quanto com as versões para o mesmo recorte temporal construídas por Gilberto Freyre e José Antônio Gonsalves de Mello e, por fim, abordaremos como esta obra se relaciona com a trajetória intelectual do próprio Cascudo, principalmente com a sua aproximação com os estudos no campo da Geografia.

I

O livro *Geografia do Brasil Holandês* é dividido em duas grandes partes: a primeira se chama “Presença Holandesa no Nordeste do Brasil”, enquanto a segunda parte se chama “Geografia do Brasil Holandês”. A primeira parte é dividida em seções menores, enumeradas com algarismos romanos. Ao todo, são 22 seções, explorando inúmeras questões relativas à presença holandesa, indo desde questões raciais até problemas comerciais e administrativos. A segunda parte, intitulada “Geografia do Brasil Holandês”, é dividida em 8 partes, cada uma delas nomeada com os recortes espaciais que compunham o “Brasil Holandês”: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Cada uma das partes dedicadas a estes recortes, por sua vez, são divididas em seções menores, enumeradas por algarismos romanos.

Aqui, analisaremos o texto de Cascudo como uma descrição do “Brasil Holandês”, descrição esta que constrói e demarca a espacialidade designada por esta expressão entre aspas. A descrição, como nos diz Michel de Certeau, citando Yuri Lotman, “é mais que uma

fixação [...] é um ato culturalmente criador”.⁶²⁵ Ela distribuiu lugares, isto é, a “ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”.⁶²⁶ Ressaltamos, porém, que analisaremos aqui não um *mapa*, mas uma *descrição* construída também, mas *não exclusivamente*, a partir de vários deles. Essa descrição é fruto de uma “operação de demarcação”,⁶²⁷ como nos diz Certeau, composta “com fragmentos tirados de histórias anteriores e ‘bricolados’ num todo único. Neste sentido, esclarecem a formação de mitos, como tem também a função de fundar e articular espaços”.⁶²⁸ A construção de um relato, portanto, constrói uma ordem local de distribuição, relação e articulação.⁶²⁹ Analisaremos aqui a construção desse relato, essa “operação de demarcação”, delimitando uma forma de *olhar* para eles e desenhando o *quadro* em que os elementos que o compõem serão articulados, distribuídos e relacionados entre si.

II

A “operação de demarcação” de Cascudo é dividida em duas partes. A primeira se chama “Presença Holandesa no Nordeste do Brasil”, enquanto a segunda se chama “Geografia do Brasil Holandês”. Como podemos perceber já no título de ambas as partes, é possível notarmos algumas categorias centrais que irão organizar seu texto: “Presença”, “Holandesa”, “Geografia” e “Nordeste”. “Brasil” também é importante, mas Cascudo situa seu lugar de fala mais especificamente no “Nordeste”, mesmo que faça referência à nação como um todo: a nação, para ele, é pensada a partir da região. E ele deixa isso claro logo no início da primeira parte, de seu livro, por exemplo, quando escreve que

Neste 1945, o Holandês não é pra mim um assunto mas uma Presença. Conquistou e dirigiu a *região* brasileira em que nasci e vivo, a mais amada e conhecida. Não encontro apenas nos livros, mapas, nótulas, e relatórios da Geotroyerd Westindische Companie [Companhia das Índias Ocidentais], mas na recordação inconsciente de sua visita de vinte e quatro anos, inapagável na memória *nordestina* [grifos nossos].⁶³⁰

⁶²⁵ Apud CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 209.

⁶²⁶ Ibidem. p. 201.

⁶²⁷ Ibidem. p. 208.

⁶²⁸ Idem.

⁶²⁹ Ibidem. p. 205.

⁶³⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 13.

Uma vez tendo adotado esse lugar de fala, vemos como, para ele, tratar do assunto dos holandeses no passado da região Nordeste não é um mero assunto distante, preso de modo estanque e isolado em uma época pretérita: é algo que se faz presente, no espaço ao seu redor, no seu modo de vida e entre os seus contemporâneos. Aqui, Cascudo pensa a “Geografia” do “Brasil Holandês” a partir da relação que ela estabelece com o Nordeste. A “Presença” holandesa é pensada, necessariamente, dentro desta relação. Mas que tipo de relação é essa? Para respondermos a essa pergunta, voltemos o nosso olhar, primeiro, para os conceitos com os quais Cascudo trabalha. Analisaremos estes conceitos a partir do enredo em que Cascudo os dispõe, a partir do modo através do qual ele constrói um argumento que explica e justifica o uso deles e, por último, investigaremos suas implicações ideológicas.

Do ponto de vista do enredo, Cascudo faz girar o seu “drama de uma colonização batava no nordeste brasileiro”⁶³¹ em torno de dois personagens centrais a saber: os “holandeses” e os “portugueses”. Entendemos “enredo” aqui enquanto o provimento do “sentido” de uma história identificando o *tipo de estória* que foi contada.⁶³² Cascudo centra todo o seu enredo em torno do *agon*,⁶³³ isto é, do conflito entre estes dois personagens. Desse modo, ao voltar seu olhar para o embate entre eles, Cascudo tende a considerar os demais (negros e indígenas) como secundários e meros coadjuvantes. Os “negros” são retratados por ele como indiferentes à luta entre portugueses e holandeses, limitando-se a fugir da exploração e do cativeiro imposto por ambos.⁶³⁴ Os “indígenas”, ou “índios”, são tratados com violência semelhante, exceto que, para Cascudo, os holandeses eram mais hábeis ao lidar com eles, utilizando-os como guerreiros na luta contra os lusitanos.⁶³⁵ Como podemos perceber, isso está de acordo com sua escolha por caracterizar a estrutura de seu enredo aqui como um drama: lembremos que uma das características do drama é centrar-se justamente em torno de uma situação de conflito.⁶³⁶ Existem, no entanto, diversos tipos de estruturas de dramas⁶³⁷ e Cascudo explora algumas variações deles em seu texto: do ponto de vista dos

⁶³¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 66.

⁶³² WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century europe**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973. p. 7. Ver também: WHITE, Hayden. **Tropics of discourse: essays in cultural criticism**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978. p. 58 e seguintes.

⁶³³ FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism: four essays**. Princeton: Princeton University Press, 1957. p. 187 e 192.

⁶³⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 58-61.

⁶³⁵ *Ibidem*. p. 61-67.

⁶³⁶ BALDICK, Chris. **Oxford Dictionary of Literary Terms**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 97. Ver também: FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism: four essays**. Princeton: Princeton University Press, 1957. p. 282 e seguintes.

⁶³⁷ Por exemplo, FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism: four essays**. Princeton: Princeton University Press, 1957. p. 268-270 e p.282-293. Cf. também CUDDON, J. A. **Dictionary of Literary Terms & Literary Theory**. London: Penguin Books, 1999. p. 237 e seguintes.

holandeses é possível identificarmos um drama trágico, enquanto que, do ponto de vista dos portugueses, vemos um drama tipicamente cômico. É trágico para os holandeses na medida em que o conflito os leva à queda e à destruição. Por outro lado, dizemos que é cômico para os portugueses na medida em que eles são retratados enquanto sobrevivendo ao conflito, para, em seguida, serem integrados à nova sociedade que surge centrada em torno deles, voltando, desse modo, às bases de sua dominação, lançadas em um momento anterior ao “Brasil Holandês”.

Para Cascudo, o conflito entre holandeses e portugueses é resolvido através de, basicamente, duas formas: de um lado, por um confronto armado,⁶³⁸ na forma de uma guerra; do outro, um confronto biológico, na forma de um embate entre configurações fisiológicas distintas.⁶³⁹ Outros aspectos do “Brasil Holandês” como alimentação,⁶⁴⁰ arquitetura,⁶⁴¹ vocabulário⁶⁴² e instituições políticas,⁶⁴³ também são incluídos por Cascudo em meio a esses confrontos, sob a condição de serem dispostos paralelamente ao embate central ou como decorrentes dele. Assim, por exemplo, o fato dos holandeses vencerem espanhóis e portugueses nos momentos iniciais de sua “invasão” é interpretado por Cascudo como uma vitória momentânea, que inscreve, também momentaneamente, o domínio flamengo sobre o espaço.⁶⁴⁴ No entanto, no longo prazo, os portugueses reverterem esse quadro não só também através do conflito armado, mas, sobretudo, através do recurso a todo um conjunto de características que, supostamente, lhes seriam inerentes, como sua maior capacidade de miscigenação e sua “natural” disposição fisiológica para melhor adaptar-se ao espaço tropical.⁶⁴⁵ Desse modo, para Cascudo, a vitória alcançada nesse longo prazo resultaria, em última análise, na vitória portuguesa, bem como no total desapossamento do domínio holandês, apagando os traços e vestígios de sua existência para a posteridade. Sendo o espaço um tema central neste livro, não deve nos surpreender o fato de Cascudo enfatizar de forma significativa esse desapossamento: o espaço é pensado aqui não só como *locus* do embate entre portugueses e holandeses, mas também como o principal *objetivo* desse embate.

⁶³⁸ Ver, por exemplo, as descrições de conflitos de Cascudo nos recortes espaciais que compunham o “Brasil Holandês”: CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 107-293.

⁶³⁹ Sobre a questão racial e o problema da constituição fisiológica, ver, por exemplo, CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 20-28 e p. 35-37.

⁶⁴⁰ *Ibidem*. p. 37-39.

⁶⁴¹ *Ibidem*. p. 45-58.

⁶⁴² *Ibidem*. p. 72-75.

⁶⁴³ *Ibidem*. p. 92-96.

⁶⁴⁴ *Ibidem*. p. 14-20.

⁶⁴⁵ *Ibidem*. p. 14-20 e p. 89-92.

Daí o fato do texto de Cascudo ter sido chamado por nós, seguindo Certeau, de uma “operação de demarcação”, posto que essa expressão enfatiza não só a fabricação de um dado espaço, mediante a prática de uma escrita que distribui e articula lugares, mas também os próprios *efeitos* do estabelecimento dos limites do mesmo, ou seja, enfatiza as *consequências* do espaço ter adquirido, aos olhos de Cascudo, uma dada configuração e não outra. Expliquemos melhor: podemos pensar que seu texto, ao demarcar o espaço do “drama” do “Brasil Holandês”, também se preocupa em delimitar as consequências dessa demarcação. Desse modo, não satisfeito em realçar a vitória portuguesa sobre os holandeses, Cascudo parece querer também mostrar que os holandeses nada deixaram, apagando seus vestígios e traços.

Agora podemos compreender o porquê desta primeira parte se chamar “*Presença Holandesa no Nordeste do Brasil*”. Atentemos para estas duas palavras destacadas. Notemos que, a partir delas, Cascudo não pensa só o holandês, mas, principalmente, a questão de sua *presença*; ele também pensa o “Brasil Holandês”, claro, só que dentro do contexto de uma História do *Nordeste*. Assim, Cascudo preocupa-se não apenas com os limites do domínio holandês na época do “Brasil Holandês”, mas principalmente com as *consequências* da *presença holandesa* em sua própria época, isto é, no espaço em que ele viveu, no *Nordeste*. Essa relação entre o “Brasil Holandês” e o “Nordeste” é importante na medida em que *é a partir dela que Cascudo irá construir sua “operação de demarcação”*. Ora, vimos que Cascudo escreveu que “o Holandês não é para mim um assunto, mas uma *Presença*. Conquistou e dirigiu a *região* brasileira em que nasci e vivo, a mais amada e conhecida”.⁶⁴⁶ Assim, há uma continuidade entre as atitudes dos “invasores” holandeses no passado e as consequências destas atitudes no presente: daí a necessidade de seus vestígios e traços serem apagados, para que a vitória portuguesa nesse mesmo passado continue a repercutir vitoriosamente no presente, no espaço de sua “amada” região.

Nesse momento, contudo, nos deparamos com um problema: se tudo o que for relacionado aos holandeses deve ser apagado, como pensar a relação entre o “Brasil Holandês” e o “Nordeste”? Certamente não é uma relação de descontinuidade, na medida em que ambos parecem inseridos no contexto de uma mesma temporalidade, de uma mesma história que, entre o século XVII e o século XX, os relaciona entre si. Por outro lado, não pode ser de continuidade, pois, se fosse assim, Cascudo estaria admitindo a existência, no presente, dos traços e vestígios de um “Brasil *Holandês*” em detrimento de um “Brasil

⁶⁴⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 13.

Português”. Assim, como explicar essa relação entre estes dois recortes espaciais? A presença deste problema, acreditamos, é uma boa evidência do problema que o tempo representa para Cascudo em seu texto. E para solucionarmos esse problema precisamos compreender a postura que ele adota aqui, isto é, as implicações ideológicas da construção de seu enredo. Por “implicações ideológicas” entendemos o

elemento ético na compreensão do historiador de uma posição particular na questão da natureza do conhecimento histórico e as implicações que podem ser retiradas do estudo de eventos do passado para o entendimento daqueles do presente.⁶⁴⁷

Ora, nas diversas seções desta primeira parte de seu livro, ele demonstra acreditar ser capaz de identificar os traços e vestígios do espaço simplesmente observando-os à sua volta, atentando para as ruínas de edificações antigas,⁶⁴⁸ o folclore⁶⁴⁹ e até mesmo examinando as características raciais de seus contemporâneos,⁶⁵⁰ por exemplo. Ao observar esse diversos traços do passado em pleno presente, como se eles tivessem sido conservados ao ponto de ainda serem, em geral, passíveis de serem discernidos e identificados, Cascudo também parece acreditar que o passado existe *simultaneamente*, como se *justaposto* ao tempo presente, através do espaço. Isto parece estar de acordo com a concepção de uma mentalidade tipicamente conservadora, segundo Karl Mannheim.⁶⁵¹ Uma das características dessa mentalidade, no que diz respeito à ideia de tempo, é que, para os conservadores, o tempo não pode ser pensado como uma

mera extensão unilinear [...] nem consiste no ingresso na linha que conduz do presente para o futuro, que por sua vez conduziu do passado para o presente. A concepção de tempo em questão aqui possui uma terceira dimensão imaginária, que deriva do fato de que o passado é experimentado como virtualmente presente.⁶⁵²

Portanto, nem continuidade, nem descontinuidade: no presente de Cascudo, encontramos a concepção de um passado virtual. É assim que ele concilia “Brasil Holandês” e

⁶⁴⁷ WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century europe. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973. p. 22. Cf. também: WHITE, Hayden. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978. p. 68 e seguintes.

⁶⁴⁸ Por exemplo: CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 13-14.

⁶⁴⁹ Ibidem. p. 68-72.

⁶⁵⁰ Ibidem. p. 89-92.

⁶⁵¹ MANNHEIM, Karl. **Ideology and Utopia**: An Introduction to the Sociology of Knowledge. New York: Harcourt, Brace & Co, 1936. p. 229 e seguintes.

⁶⁵² Ibidem. p. 236.

“Nordeste”: espacializando o tempo, reduzindo a temporalidade a uma virtualidade imóvel e mantendo-o a distância, para que ele não traga uma dinâmica de mudança e modificação capaz de destruir a “presença” de um passado que se quer conservar. Desse modo, passado e presente coexistem, quebrando a dicotomia continuidade/descontinuidade, ao mesmo tempo em que legitima um gesto que apaga alguns vestígios e conserva outros.

Não satisfeito com isso, porém, Cascudo também explora as relações entre estes espaços que parecem anular o tempo e que seu texto fabrica como parte de sua “operação de demarcação”. Seu interesse em explorar isso se dá, como já dissemos, por sua constante luta *contra* a “presença holandesa” na História do “Nordeste”. E não podemos nos esquecer de que ele quer apagar os traços do “Brasil Holandês” em sua própria época, para tentar preservar somente a herança lusitana. A condenação da “presença” flamenga já teve seu início no momento em que ele deu aos holandeses o papel de “invasores”, enquanto os portugueses foram apresentados ao leitor como “colonos”. Ambos os papéis, para Cascudo, estavam diretamente relacionados aos destinos que se abateram sobre ambos, sendo trágico para o “invasor” e cômico para o “colono”. Distribuir papéis, nesse sentido, implica também em demarcações de limites espaciais de atuação, bem como possibilidades de relação, articulando lugares e deslocamentos. Nesse sentido, Cascudo manteve os holandeses confinados ao espaço do litoral e da cidade, enquanto os portugueses viviam no interior, distribuídos entre engenhos e fazendas.⁶⁵³ Os holandeses se *deslocavam* melhor pelos *mares*,⁶⁵⁴ enquanto os portugueses se *fixavam* no *interior*.⁶⁵⁵

Este gesto de distribuição de lugares e deslocamentos não é a toa: para Cascudo somente aqueles que adotassem um estilo *fixo* e quase imutável, isto é, *resistente à mudança e à ação do tempo*, é que seria o mais bem adaptado para dominar as terras brasileiras. A lógica aqui é que, em um espaço imutável *fora das cidades e longe do litoral*, somente uma sociedade capaz de fixação é que poderá se estabelecer. Cascudo prepara, assim, o triunfo do português, descrevendo um quadro sempre favorável a eles. Não por acaso, o holandês, sempre aparece associado ao deslocamento: é retratado enfaticamente como interessado somente em riquezas materiais,⁶⁵⁶ consideradas por Cascudo como inúteis e efêmeras,

⁶⁵³ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 28 e seguintes, por exemplo.

⁶⁵⁴ *Ibidem*. p. 29.

⁶⁵⁵ *Ibidem*. p. 29 e seguintes.

⁶⁵⁶ *Ibidem*. p. 44-45.

passageiras como os próprios “invasores” flamengos.⁶⁵⁷ Delimitar espaços, portanto, também significa distribuir papéis, construindo, a partir daí, um enredo.

É interessante também observamos que, quando Cascudo escreve sobre os deslocamentos dos portugueses, quando eles tiveram que sair de Portugal para chegar ao Brasil, por exemplo, eles são sempre retratados como dotados de grande capacidade de integrar o *novo* às características *fixas* de sua suposta constituição biológica.⁶⁵⁸ Foi assim que, por exemplo, eles foram capazes de integrar a culinária encontrada em terras brasileiras a seus hábitos alimentares.⁶⁵⁹ Os poucos deslocamentos dos portugueses, não por acaso, só reforçam o enredo que sempre os acompanha, conservado e mantido na fixidez de suas próprias características. E diversos elementos de um enredo tipicamente cômico se encontram aí. Por exemplo: Cascudo tenta levar seu leitor a ver o holandês como o usurpador de um espaço que não lhes pertence. Em seguida, é apresentado o herói português capaz de derrotá-lo, quando, em seguida, a história prossegue em direção a um final feliz, em que em uma nova sociedade é formada em torno desse herói.⁶⁶⁰ Daí Cascudo enfatizar o quanto os portugueses vivem fora da cidade e constroem um modo de vida que se fixa, em um espaço igualmente imóvel, onde se formará a nova sociedade miscigenada, aristocrática e feudal, a única legítima e aceitável para o nosso autor, tendo o português no alto da pirâmide social.

Concluindo, podemos afirmar que, nesta primeira parte, Cascudo constrói um drama tragicômico. Seu argumento favorece a integração social, mesmo que um tanto forçada e a partir de critérios raciais, o que garante a superioridade do português em terras brasileiras, posto que somente o português seria racialmente superior às demais raças. Para garantir que o legado português sobreviva à ação do tempo, Cascudo imagina uma relação entre passado e presente de modo que ambos coexistam simultaneamente em momentos distintos, permitindo que ele inclua e retire o que achar melhor dessa relação. E é a partir dessa relação peculiar, entre temporalidades distintas, que ele espacializa o tempo. Por último, podemos pensar que as implicações ideológicas de seu texto sejam conservadoras, na medida em que identificamos em Cascudo aquele tipo de “mentalidade” que, segundo Karl Mannheim,

não tem predisposição a teorizar. Isto está de acordo com o fato de que seres humanos não teorizam sobre a real situação em que eles vivem, enquanto

⁶⁵⁷ Que o próprio Cascudo classifica como a “lama de um programa repugnante de utilitarismo econômico unilateral” em: CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 78.

⁶⁵⁸ Ibidem. p. 73, por exemplo.

⁶⁵⁹ Ibidem. p. 37 e seguintes, por exemplo.

⁶⁶⁰ Seguimos aqui FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism: four essays**. Princeton: Princeton University Press, 1957. p. 163 e seguintes.

eles estiverem ajustadas a ela. Eles tendem, sob tais condições de existência, a ver o ambiente como parte de uma ordem natural do mundo que, conseqüentemente, não apresenta problemas.⁶⁶¹

Todavia, alguns problemas viriam a surgir na segunda parte deste livro graças a essa forma de pensar.

III

Continuemos em nossa identificação dos principais temas, conceitos e categorias da “operação de demarcação” do livro *Geografia do Brasil Holandês*, voltando nosso olhar, agora, para a segunda parte dele, intitulada “Geografia do Brasil Holandês”. Esta parte é dividida em recortes menores: em cada um deles, Cascudo analisa aqueles que compõem a “geografia” do “Brasil Holandês”. São eles: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Em sua estrutura, esta segunda parte possui duas grandes características: é maior que a primeira, tendo um maior número de páginas; no entanto, é mais repetitiva, na medida em que Cascudo não explora novas ideias e nem difere muito em sua abordagem. No entanto, vale a pena atentarmos para essas semelhanças e diferenças, especialmente pelo que elas podem acrescentar para a interpretação não só do livro todo, mas também da primeira parte.

Inicialmente, podemos perceber que, apesar de descrever todos os recortes espaciais que compunham o “Brasil Holandês”, Cascudo parece mais interessado em enfatizar suas semelhanças do que suas diferenças. Nesse sentido, todos eles são descritos diacronicamente, isto é, em seus respectivos processos de formação.⁶⁶² Na primeira parte de seu livro, Cascudo havia descrito o “Brasil Holandês” já plenamente estabelecido, concentrando-se em sua estrutura geral, compondo uma descrição sincrônica, como se seu olhar estivesse voltado para a caracterização do “Brasil Holandês” como um todo, não para a formação dele.

Uma descrição diacrônica, todavia, traz alguns problemas que lhes são peculiares. O primeiro deles diz respeito ao enredo: antes, Cascudo descreveu a distribuição das raças no “Brasil Holandês” como plenamente consolidada e estabelecida. Agora, ele encara um novo problema. Referindo-se a Friedrich Nietzsche, Michel Foucault certa vez escreveu que “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é

⁶⁶¹ MANNHEIM, Karl. *Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge*. New York: Harcourt, Brace & Co, 1936. p. 229.

⁶⁶² CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 107-293.

a discórdia entre as coisas, é o disparate”.⁶⁶³ Além disso, para Foucault, “A história ensina também a rir das solenidades de origem”.⁶⁶⁴ Para Cascudo, ao contrário de Foucault, a origem é importante, não se pode rir dela e, além disso, ele acredita poder encontrar nela precisamente essa “identidade ainda preservada”. No entanto, ele ainda se põe diante do perigo do riso, da discórdia e do disparate: remeter a origem pode contradizer sua atitude elogiosa, sua maneira simpática de descrever o português, pois pode revelar seus defeitos, erros e aquilo que ela tiver de incoerente. Traçar a origem, nesse sentido, apresenta seus riscos.

Quando examinamos esta segunda parte, vemos que ele está claramente preocupado com esses riscos. Com efeito, ele sempre inicia seus textos sobre cada uma das porções do “Brasil Holandês” se apressando em identificar não só os lugares centrais a partir dos quais ele irá pensar sua história, como também a lógica da relação de seus principais atores, para manter a coerência com a primeira parte da obra. Para ele, por exemplo, a Bahia é a terra dos engenhos e de igrejas e mosteiros, confundindo-se com o Recôncavo baiano.⁶⁶⁵ Sergipe é a “terra de gado”,⁶⁶⁶ como Alagoas também.⁶⁶⁷ Pernambuco é um pouco diferente: é o espaço do açúcar, dos engenhos e dos verdejantes canaviais.⁶⁶⁸ A Paraíba se parece com Sergipe e Alagoas: é também uma terra de currais,⁶⁶⁹ algo não muito diferente do Rio Grande do Norte.⁶⁷⁰ A exceção aqui talvez seja o Ceará e o Maranhão: ambos foram espaços pouco explorados pelos primeiros “colonizadores” lusitanos e também por seus antagonistas holandeses.⁶⁷¹ Estes dois últimos parecem não ter suas respectivas origens em um espaço fixo, imóvel, em lugares específicos e delimitados. Eles parecem representar uma antítese dos espaços anteriores em que o português se consolidou: talvez por isso que vemos Cascudo enfatizar o quanto estes lugares eram territórios de passagem, com o qual ninguém estabelecia uma relação identitária sólida, através da fixação. Em uma palavra, Ceará e Maranhão são “não lugares”.⁶⁷² Em contraposição a isso, os demais recortes espaciais são descritos em sua origem por um olhar voltado para os lugares de fixação humana, para os lugares a partir dos quais o território será “legitimamente” dominado pelos portugueses: para as origens. A

⁶⁶³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. p. 18.

⁶⁶⁴ Ibidem. p. 18.

⁶⁶⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 107 e seguintes.

⁶⁶⁶ Ibidem. p. 131 e seguintes.

⁶⁶⁷ Ibidem. p. 154 e seguintes.

⁶⁶⁸ Ibidem. p. 174-175.

⁶⁶⁹ Ibidem. p. 212.

⁶⁷⁰ Ibidem. p. 230 e seguintes.

⁶⁷¹ Sobre o Ceará ver: Ibidem. p. 255 e seguintes. Sobre o Maranhão, ver: Ibidem. p. 282 e seguintes.

⁶⁷² AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

preferência pela descrição de lugares fixos e estabelecidos é delimitada com um olhar voltado para a justificativa da posse do território que, a partir deles, foi dominado.

Mas Cascudo não escreve apenas sobre o modo através do qual o território foi legitimado: ele também explora os possíveis motivos que poderiam pôr tal legitimidade em risco, como o tema da ameaça indígena.⁶⁷³ Em todas as descrições de espaços, Cascudo sempre os retrata como a primeira barreira no caminho dos “colonos” portugueses.⁶⁷⁴ Mas um destes temas, o interesse por lucros e riquezas minerais, se destaca aqui. Esse destaque se dá não só pelo fato de ser algo recorrente da primeira parte, como dissemos, mas também por ser algo que é muito revelador do modo através do qual Cascudo opõe portugueses a holandeses. Esse tema aparece através de multiplicidade de significados a ele associados ao longo de todo o livro, multiplicidade esta que é crucial em nossa compreensão do modo através do qual Cascudo projeta seus valores sobre o passado de sua região, de modo a ser capaz de moldar o “passado virtual” do “Brasil Holandês” à imagem e semelhança do tempo presente.

Analisemos mais detidamente esse tema. A postura de um indivíduo interessado puramente em interesses econômicos descrita por Cascudo, por exemplo, é sempre retratada como algo negativo e, em última palavra, condenável por ele na primeira parte de seu livro. Aí, com efeito, essa postura chegou a ser caracterizada por ele, como a “lama de um programa repugnante de utilitarismo econômico unilateral”.⁶⁷⁵ Mas Cascudo se mostrava disposto, apesar disto, a reconhecer que a economia possuía um papel que não poderia ser ignorado. Vejamos isso com mais detalhes nas linhas a seguir.

Segundo ele, a economia de exportação encontrada pelos holandeses nas terras “invadidas” era resultado de uma espécie de indústria, que já havia se instalado neste espaço, o que estabelecia um “ciclo social pela distinção financeira dos grandes proprietários”.⁶⁷⁶ A economia, portanto, surge na descrição de Cascudo como um importante fator responsável por dividir a “sociedade colonial” anterior ao domínio holandês, ao mesmo tempo em que conserva essa divisão. Para reforçar isso, ele tece até mesmo uma comparação com a sociedade indiana:

⁶⁷³ Por exemplo: CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 61-67.

⁶⁷⁴ Alguns exemplos: para Bahia, ver *Ibidem*. p. 107; para Sergipe cf. *Ibidem*. p. 131 e seguintes; para Alagoas, cf. *Ibidem*. p. 153 e seguintes; para Pernambuco, *Ibidem*. p. 175 e seguintes; para Paraíba, *Ibidem*. p. 210-211 e seguintes; para o Rio Grande do Norte, *Ibidem*. p. 229 e seguintes; para o Maranhão cf. *Ibidem*. p. 282 e seguintes. O Ceará é uma exceção, mas somente na medida em que sua História só teve início, segundo Cascudo, após a “presença holandesa”. Sobre isso, cf. *Ibidem*. p. 255 e seguintes.

⁶⁷⁵ *Ibidem*. p. 78.

⁶⁷⁶ *Ibidem*. p. 21.

Não eram as distâncias religiosas que determinam as castas hindus, mas as várias categorias econômicas que continuam distinguindo as componências [sic] no mesmo ambiente, na mesma profissão.⁶⁷⁷

Dentro desta estratificação social, construída a partir de fatores econômicos, o grande destaque é dado ao “senhor de engenho, filho de Europeu, usando espada, chapéu de plumas, colar de ouro e montando cavalo ajaezado de prata espelhante”.⁶⁷⁸ No entanto, para ele,

a Companhia [das Índias Ocidentais holandesa] não consentiu na participação portuguesa para a administração. Os portugueses que aparecem ao redor de Nassau ou dos Diretores [da Companhia] são judeus ou comerciantes interessados no lucro individual, sem ligação para a classe produtora.⁶⁷⁹

Aqui, aqueles puramente interessados no lucro não são considerados enquanto “produtores”: para Cascudo, eles são supérfluos e inúteis. E somente eles teriam se aproximado dos holandeses, para o nosso autor. Dos portugueses, contudo, ele mantém esse interesse condenável à distância.

Logo em seguida, porém, ele procura deixar claro sua visão negativa da “máquina administrativa” holandesa:

O português dos engenhos, orgulhoso, filho de fidalgo, dono de terra, com escravo negro e muito vício importado, foi posto à margem do que se convencionou chamar a máquina administrativa, entidade que divide a sociedade em duas classes inevitáveis: - [sic] maquinistas e atropelados.⁶⁸⁰

A partir desta visão ainda mais negativa, ele vê uma tensão:

Os interesses de uma companhia privada foram de encontro aos interesses privados de uma sociedade ciosa de mando ou de respeito. Nassau recomendava esse *respeito* ao português que tinha a mania pelas saudações, cortesias e chapéus tirados com golpes de graças, arrastando plumas, *sou um servo de Vossa Mercê*. Depois, podia pedir-se a Lua e o português dava, chorando de contenteza [sic] [grifos do autor].⁶⁸¹

Os holandeses, portanto, se depararam com uma sociedade cujos interesses pareciam distantes deles, guiados por uma lógica que passava longe de sua (suposta) lógica comercial.

⁶⁷⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 21.

⁶⁷⁸ Idem.

⁶⁷⁹ Ibidem. p. 77.

⁶⁸⁰ Idem.

⁶⁸¹ Idem.

Mas Cascudo não opõe apenas um empresa comercial a “fidalgos donos de terras”: ele opõe um modo de vida burguês e capitalista a um modo *verdadeiramente produtivo*, já que ele descreve a “classe produtora” como um *contraponto* à máquina administrativa flamenga. Mas a “classe produtora” não se opôs à máquina administrativa somente por questões econômicas: no parágrafo transcrito acima, Cascudo opôs uma sociedade dotada de inúmeros valores morais, típicos de uma sociedade aristocrática e feudal, à postura tipicamente burguesa e comercial dos invasores holandeses. E ele ainda cita Nelson Werneck Sodré, para quem a “empresa flamenga” se impôs “*duramente*, às necessidades do elemento povoador, já existente [grifo nosso]”.⁶⁸² Desse modo, além de condenar a lógica comercial flamenga, ele ressalta o caráter artificial e forçado da empreitada que ela parecia guiar.

Mais à frente, ainda na segunda parte de seu livro, Cascudo veio a trazer o problema do lucro e do interesse puramente financeiro de volta. Dessa vez, porém, com algumas modificações. Um exemplo disso é a descrição que ele constrói do obstáculo enfrentado pela Casa da Torre, uma espécie de linhagem de nobres construída em terras brasileiras, e que teriam dominado o território da Bahia durante muito tempo. Sempre remetendo às origens, ele justifica o domínio exercido pela Casa da Torre naturalizando-o, falando em um “*instinto povoador*” e uma “quase inconsciente impulsão natural de posse de terra pela pecuária”.⁶⁸³ Explicando a gênese e consolidação dos domínios dessa linhagem de nobres, Cascudo dedica-se a contar algumas das peripécias de homens como Garcia d’Ávila e Francisco Dias d’Ávila, indivíduos que estiveram à frente da Casa da Torre, ampliando suas “vastidões senhoriais”,⁶⁸⁴ vivendo como fidalgos.⁶⁸⁵

Até aqui, o leitor pode ficar com a impressão de que o enredo da história da Casa da Torre é essencialmente cômico, sendo que seus personagens principais, todos aristocratas, parecem não encontrar nenhum obstáculo sério ao seu domínio, o que só parece reforçar ainda mais o caráter “natural” de tal dominação, chegando ao “sertão” e construindo seus currais de gado. Não demora muito, porém, até que Cascudo mude o tom de seu texto, dando-lhes contornos trágicos: após um retrato tão favorável deste processo de formação do espaço baiano do ponto de vista dos nobres que o conquistaram, ele reconhece que, em dado momento, a Casa da Torre encontrou um obstáculo sombrio, que desenhou no horizonte, de forma dramática, seu destino trágico. Para sinalizar esta mudança trágica, Cascudo escreve que “O princípio da Casa da Torre fora o curral e ela *se perdeu porque desejou o ouro*. Bicho

⁶⁸² CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 77.

⁶⁸³ Ibidem. p. 110.

⁶⁸⁴ Ibidem. p. 110-111.

⁶⁸⁵ Ibidem. p. 111.

que mija para trás é que bota o homem para diante, dizem os velhos sertanejos [grifo nosso]”.⁶⁸⁶

Assim, o elogiado (por Cascudo) modo de vida sertanejo, longe do mar e espalhando-se pelo interior, é descrito aqui enquanto oposto ao ouro que põe tudo a perder: a presença do ouro aparece como um elemento que transforma um enredo cômico, quase romântico, em um acontecimento trágico que põe em risco a conquista do espaço. Para enfatizar a ameaça que estes contornos trágicos apresentam, Cascudo decide detalhar um pouco mais, por exemplo, algumas das decisões de Belchior Dias Moreira, o herdeiro que “envenenou o espírito da Casa da Torre que lhe pertencia, no sangue colateral [...]”.⁶⁸⁷ E o motivo desse acontecimento trágico foi a busca por minas de prata e de cobre.⁶⁸⁸ Para Cascudo, entretanto, os demais colonos portugueses poderiam evitar um destino trágico simbolizado pelo ouro se concentrassem sua atenção, ao invés disso, em um elemento de *fixação*: o curral de gado. Vejamos:

A ideia de ‘mina’ justificava a pesquisa, mas o curral de gado era a fixação. A galaria ainda não dominava o médio S. Francisco. Dez anos depois da expulsão do flamengo é que o baiano transborda para a rede potamológica do Piauí, com boiades e vaqueiros que eram soldados nas horas da refrega.⁶⁸⁹

Assim, vimos que, na primeira parte de seu livro, Cascudo condena os interesses puramente econômicos de uma companhia comercial que estava a frente da “invasão” holandesa. Agora, nesta segunda parte, o aspecto econômico da vida em terras brasileiras ganha um novo significado: para os portugueses, ela aparece como uma espécie de tentação, um caminho que, se for seguido, transformará o enredo cômico e por vezes romântico deles em uma tragédia avassaladora. Para os portugueses, o interesse pelo econômico é um obstáculo que ameaça destruí-los, sinalizando a possibilidade de desvio de um enredo vitorioso. Para os holandeses, ao contrário, o interesse econômico é o principal objetivo de um enredo já condenado ao fracasso precisamente por ele (o interesse econômico) ser buscado ativamente. Com efeito, Cascudo insere a questão econômica como um possível obstáculo para os “colonos” lusitanos, construindo a imagem do português como um herói romântico. Dessa maneira, ele termina por mostra-los em um papel heroico que, defrontado com o

⁶⁸⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 113. Outro exemplo de colonos que se “perderam” em destinos trágicos também pode ser encontrados em sua descrição do espaço de Sergipe: *Ibidem*. p. 132-133.

⁶⁸⁷ *Idem*.

⁶⁸⁸ *Idem*.

⁶⁸⁹ *Ibidem*. p. 114.

conflito apresentado por esse “obstáculo”, entra em uma luta de vida ou morte contra ele, tendo seu valor reconhecido em um final vitorioso.⁶⁹⁰ Se o principal conflito aqui é contra os holandeses, Cascudo não deixa de inserir poucos, porém significativos obstáculos ao domínio português em meio a esse “drama”, romantizando o enredo dos vitoriosos colonos lusitanos, dando-lhes uma grandiosa dimensão épica.⁶⁹¹

Por último, essa dinâmica introduzida pelo “obstáculo” reforça o quanto Cascudo é simpático aos portugueses. Sua própria preocupação em tratar o tema assim, como um obstáculo, e já sabendo do final vitorioso a eles associado, volta a realçar essa simpatia agora também: pois só alguém que encarasse o “drama” do “Brasil Holandês” do ponto de vista de uma vitória a ser alcançada é que veria algo que a ela se *opusesse* como um obstáculo condenável. Se Cascudo, por exemplo, lamentasse a vitória portuguesa, ele poderia ter deplorado o fato de tal questão econômica ou mesmo a presença indígena não terem se transformado em um obstáculo suficiente para impedi-la.

Dessa forma, é por saber o final da história que ele quer contar que Cascudo escolhe *o que* deve ser descrito como “obstáculo” e *para quem*. E o final de sua história, o final em que *ele mesmo* se encontra, para além dos enredos de portugueses e holandeses, é o triunfo da cultura nordestina de sua própria época. Nela, vemos a descrição espacial da distribuição daqueles elementos que, a longo prazo, explicam e justificam sua própria época, pensada a partir do “drama de uma colonização batava no *nordeste* brasileiro [grifo nosso]”,⁶⁹² em que o Holandês é pensado enquanto o “dono do Brasil *nordestino* [grifo nosso]”,⁶⁹³ mesmo que temporariamente. Para ele, esse tipo de “informação é clara e corresponde justamente ao *mundo-português nordestino* [grifo nosso]”.⁶⁹⁴

Não por acaso, qualquer toponímia que tenha sobrevivido dessa época aparece como “os fósseis da geografia humana” de um passado distante, nas palavras do geógrafo francês Jean Brunhes, citado por Cascudo.⁶⁹⁵ Para ele, tão naturalizado está o passado vitoriosamente dominado pelos portugueses que seus vestígios se tornaram um elemento natural na configuração espacial do Nordeste. E isso teria se dado *através* de vitórias como aquelas que eles alcançaram sobre os senhores flamengos do “Brasil Holandês”. Daí o título desta segunda parte ser “Geografia do Brasil Holandês”, como se repetisse o título do livro e o sintetizasse.

⁶⁹⁰ Usamos o conceito de enredo romântico de Northrop Frye: FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism: four essays**. Princeton: Princeton University Press, 1957. p. 186 e seguintes.

⁶⁹¹ Temos em mente aqui as reflexões sobre o épico em: PREMINGER, Alex, et al. **The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics**. Princeton: Princeton University Press, 1993. p. 361-375.

⁶⁹² CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 66.

⁶⁹³ Ibidem. p. 34.

⁶⁹⁴ Ibidem. p. 176.

⁶⁹⁵ Ibidem. p. 75.

Na primeira parte, o principal problema de Cascudo era construir, com base em seus valores, a interpretação de sua própria época e dos documentos do período por ele estudado, incluindo o “Brasil Holandês”. Na segunda parte, sua maior preocupação é mostrar como, ao longo do tempo, a “geografia” do “Brasil Holandês” foi destruída e apagada para dar origem a sua “natural” sucessora, construída a partir de seus “fósseis”: o “Nordeste”.

IV

Até hoje, o livro *Geografia do Brasil Holandês* teve somente uma edição, a de 1956. Estar diante dela é olhar para um livro de capa dura, de cor marrom, sem qualquer indicação: nela não há título e nem mesmo o nome do autor. O mesmo podemos dizer da contracapa, também inteiramente marrom. Só sabemos que esse é o *Geografia do Brasil Holandês* quando olhamos para sua lombada, pois ali se encontram dispostos, de cima para baixo, o nome de seu autor, o título da obra e, por fim, uma palmeira, símbolo da coleção a que o livro pertenceu, isto é, à “Coleção Documentos Brasileiros”.

Inaugurada em 1936, a “Coleção Documentos Brasileiros” foi criada pelo então influente editor José Olympio, dono da igualmente influente editora Livraria José Olympio. Nesta época, diversas coleções como a “Brasílica” (da Companhia Editora Nacional), e a “Problemas Políticos Contemporâneos” (também editada por José Olympio), surgiram num contexto em que uma grande quantidade de intelectuais e eruditos brasileiros dedicavam-se a repensar a identidade nacional, especialmente neste momento posterior à Revolução de 1930. Ao que vimos nos capítulos anteriores desta dissertação podemos acrescentar o que diz Fábio Franzini sobre o contexto desse momento pós-1930. Para ele, nesse momento,

se punha fim a uma República daí por diante caracterizada como *velha*, [que] também trazia consigo as incertezas do porvir. O *Novo* estava aberto e precisava ser construído com urgência, em nome dos supostos anseios da nação. A oportunidade não podia ser perdida. Para o heterogêneo grupo político que se instalava no poder, isto significava reorganizar o Estado para legitimar sua vitória, o que não se deu sem muita disputa e conflito, conciliações e dissensões. Para os intelectuais, o conhecimento e a análise da ‘realidade brasileira’ (outra expressão típica da época) continuavam a servir de referência para a ação, agora potencializados e favorecidos por essa mesma realidade, pega em pleno instante de mudança. Entre os primeiros, os embates levariam à definição de um Estado forte, centralizado e intervencionista, articulado em torno da figura do presidente Vargas; enquanto isso, junto aos demais, a discussão sobre o país aprofundava a

percepção crítica a seu respeito e convertia-o em objeto de estudo sistemático e da maior importância.⁶⁹⁶

Em 1938, no catálogo da coleção, podemos ler o modo através do qual a própria editora colocava a coleção dentro do contexto da época:

Esta coleção será uma série de estudos das nossas origens e da nossa formação social, não só do ponto de vista propriamente histórico como do etnográfico, do folclórico, antropológico, do sociológico etc. Também incluirá memórias e biografias de figuras que melhor tenham encarnado as fases mais significativas do desenvolvimento social do Brasil, estudos ainda sobre as regiões mais características do país, suas particularidades de linguagem, de costumes, de vegetação, de produção econômica, de arte popular. Estudos sempre documentados. A objetividade será o traço saliente desta coleção.⁶⁹⁷

Os objetivos associados à coleção, portanto, não só estavam de acordo com a necessidade de problematizar o próprio país, como também com os interesses de seu primeiro editor: Gilberto Freyre. Nesta década de 30, Freyre nem sempre havia sido bem compreendido pela crítica da época, já que diversos de seus trabalhos, como *Casa-Grande e Senzala*, “continham uma intencionalidade científica que a crítica não conseguia apreciar”.⁶⁹⁸ Nesse sentido, como nos diz o mesmo Gustavo Sorá, “Ao romance nordestino, considerado como *documento social*, forneceu Gilberto Freyre, mestre da sociologia histórica, o fundamento científico [grifos do autor]”.⁶⁹⁹ Desse modo, os diversos pontos de vista adotados pela coleção (o antropológico, o folclórico, etc.) estavam de acordo com os interesses de Freyre, mediante acordo com José Olympio. Além disso, ele (Freyre) também trouxe para ela diversos títulos (como seu próprio *Nordeste*), que o transformaram em

um artífice na imposição da noção de Nordeste, entre as categorias cognitivas da brasilidade, palavra de valor central entre aquelas que passariam a controlar a recepção e a hierarquia dos discursos nacionais legítimos.⁷⁰⁰

⁶⁹⁶ FRANZINI, Fabio. *À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 80-81.

⁶⁹⁷ Apud SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2010. p. 282.

⁶⁹⁸ Ibidem. p. 195.

⁶⁹⁹ Ibidem. p. 194.

⁷⁰⁰ SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2010. p. 193.

Inserido nesta coleção, mesmo que em um momento distinto no tempo (1956), quando seu diretor era outro (Octávio Tarquínio de Sousa e não Freyre), o livro de Cascudo ainda se inseria no debate nacional em torno da ideia de “brasilidade”. Nesse sentido, a própria coleção continuaria a manter o debate acima delineado, conservando-o através dos volumes publicados dentro dela e durante toda a sua existência, posto que seus objetivos, em geral, jamais se modificaram completamente, apesar de uma ou outra variação trazida por Freyre (com a inserção da categoria “Nordeste”) e por Octávio Tarquínio de Sousa (que buscou enfatizar o “biográfico”).

Mas voltemos ao livro de Cascudo. Estávamos na capa. Agora, vamos abri-lo. Na folha de anterosto, vemos o tradicional formato que se espera deste tipo de folha, com o título do livro isolado no centro da página, envolvido pela cor branca do resto da folha em que ele encontra-se impresso. Virando a página, nos deparamos com uma folha dividida em duas partes: do alto até quase o fim dela, uma lista de livros de Luís da Câmara Cascudo. Ainda mais em baixo, o nome da editora (José Olympio) com o endereço da matriz e suas filiais em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Mas continuemos nesta mesma página, voltando nosso olhar para a lista de livros já publicados por Cascudo: no topo dela, nomeando a lista está a palavra “História”. Isso parece ser especialmente significativo, se levarmos em conta que a palavra “Geografia” não é utilizada para denominar o gênero em que este livro foi incluído, apesar de aparecer no título dele. A elaboração desta lista com obras de Cascudo parece indicar o lugar em que o livro (e, conseqüentemente, seu autor) é colocado pelo editor: o lugar da História *apesar* da palavra *Geografia* em seu título. Delinear um lugar a partir do qual o livro se enuncia é desenhar também para seu autor os contornos de seu lugar de fala. Nesse caso, com efeito, estamos diante de uma classificação imposta pelo próprio catálogo da coleção. Aqui podemos lançar mão daquilo que Gustavo Sorá chamou de “antropologia da edição”, para quem

Os catálogos são um instrumento de classificação em que nenhum elemento está, para o editor e num tempo determinado, abandonado ao acaso ou desprovido de sentido. O conjunto de títulos, autores, gêneros e coleções distribui-se hierarquicamente no interior do catálogo, com base numa ordem que remete ao agente classificador e à gênese de suas razões práticas.⁷⁰¹

Sabendo disso, lembremos do parágrafo que transcrevemos do catálogo da coleção: “Esta coleção será uma série de estudos das nossas *origens* e da nossa *formação* social, não só

⁷⁰¹ SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2010. p. 270-271.

do ponto de vista propriamente *histórico* como do etnográfico, do folclórico, antropológico, do sociológico etc”.⁷⁰² Ao escrever esse texto, seu redator colocou as palavras “origens”, “formação” e “histórico” à frente dos demais termos classificatórios, como se realçasse, em sequência, as preocupações centrais da coleção como um todo, o que, no entanto, não significou reduzi-la a isso. Todavia, preocupada com a origem histórica da nacionalidade, não é de espantar que a História fosse encarada enquanto hierarquicamente superior na relação com diversos gêneros em que os livros estavam distribuídos. Nesse caso, ela aparece enquanto alçada a uma posição superior àquela da Geografia. E como veremos a seguir, a ideia de documento, aparecendo até mesmo no nome da coleção (“Coleção *Documentos* Brasileiros”), servirá para realçar ainda mais essa relação com o passado, que veio a ser a marca de inúmeros livros publicados por ela. Ainda segundo Fábio Franzini,

A essência da nova coleção revelava-se em seu comprometimento com aquilo que trazia já no próprio nome e que era várias vezes repetido no texto de apresentação: o *documento*. Desencavado do passado ou produzido no presente, em ‘estado quase bruto’ ou analisado de forma criteriosa, ele estaria na base dos trabalhos a serem publicados, como era dito praticamente a cada parágrafo. O propósito era, parece claro, a afirmação de um conhecimento *verdadeiro* sobre o Brasil, do conhecimento do Brasil *real*, fundamentado não em reconstruções ou especulações superficiais e estereis, e sim em interpretações *comprováveis* a seu respeito. Numa palavra, tratava-se de afirmar o conhecimento *científico* do Brasil, elaborado por *especialistas* que davam ‘vida’ aos documentos para juntá-los ‘à história social do brasileiro’ [grifos do autor].⁷⁰³

No entanto, o próprio Franzini acrescenta que

Não era difícil perceber o quanto tal perspectiva emulava o trabalho do próprio Freyre. Ao contrário, podia ouvir-se com facilidade no prefácio a *Raízes do Brasil* [primeiro volume da Coleção Documentos Brasileiros] os ecos de *Casa-Grande e Senzala* e de *Sobrados e Mocambos*, a começar da atenção dedicada ao caráter histórico das já mencionadas memórias, biografias, livros de viagem e toda ‘uma variedade de material em grande parte ainda virgem’. Também a ‘história íntima’ do Brasil, reivindicada na abertura de sua primeira obra, reaparecia na referência àqueles ‘que procuram conhecer o passado brasileiro na sua maior intimidade’. Ou então o acento no caráter diversificado da história e na necessidade de abordá-lo com ‘humildade diante dos fatos’, porém sem deixar de quebrar a sua rigidez

⁷⁰² Apud SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2010. p. 282.

⁷⁰³ FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 109.

para assim ‘humanizá-los’, ideias essas que perpassavam todos os textos em questão, ora de meio explícito, ora implícito.⁷⁰⁴

Inserido nesta coleção, o *Geografia do Brasil Holandês*, é tratado, portanto, como obra de “especialista”, para retratar o “verdadeiro” e “real” Brasil do passado. E nesse caso, trata-se do “Brasil Holandês”, a partir de seu “estado quase bruto”. Assim, o que seria capaz de pôr um livro com a palavra “Geografia” em seu título sob a classificação de “História”, não seria somente o fato de ele tratar do passado, mas também de ser um *documento* deste passado, o “verdadeiro” e “real” passado brasileiro. Para a “Coleção Documentos Brasileiros”, o documento é concebido enquanto traço do passado, não como um monumento dele, mas como vestígio do mesmo: como vimos no texto do catálogo, “A objetividade será o traço saliente desta coleção”.⁷⁰⁵ Os livros publicados nela, portanto, seriam capazes de discernir a “verdade” *cientificamente*. Para Gustavo Sorá, “Tanto a projeção em direção ao futuro quanto o tipo de disciplinas que Freyre propunha como novidade frente à história atravessam as ideias de cientificidade que o diretor da coleção pretendia impor na época [...]”.⁷⁰⁶ Para essa proposta “científica”, a relação com o documento não é tropológica, mas sim lógica, isto é, nela não há um desvio de sentido entre a apreensão de informações presentes em um dado documento, por um dado pesquisador e a interpretação construída por ele a partir daí. Desse modo, tendo estabelecido a veracidade da documentação por ele consultada, por exemplo, o escritor de um livro desta coleção será capaz de discernir a “verdade” em função da apreensão do sentido literal, isto é, o “verdadeiro” sentido do documento por ele consultado. Assim, a interpretação do autor de um livro desta coleção pode ser julgado não em sua capacidade explicativa, a partir de uma linguagem figural, construída a partir de desvios tropológicos, mas sim a partir da correspondência lógica de sua leitura com o “verdadeiro” significado do documento. Tão confiante parecia ser essa lógica que os trabalhos construídos a partir dela *passaram a ser considerados, eles mesmos, documentos*, dispondo-os no mesmo patamar epistemológico das próprias fontes por ele consultadas. Mais a frente, quando discutirmos a noção de mapa para Cascudo será de fundamental importância sabermos disso.

Por enquanto, voltemos nosso olhar para o *Geografia do Brasil Holandês*. Na página a seguir, naquilo que constitui o que chamamos de frontispício, encontramos todo um

⁷⁰⁴ FRANZINI, Fabio. *À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 109-110.

⁷⁰⁵ Apud SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2010. p. 282.

⁷⁰⁶ Idem.

planejamento que continua a desenhar o lugar de fala de seu autor. Vejamos agora em que consiste esse planejamento com mais detalhes. O frontispício pode ser dividido em três partes: uma no alto da página, uma no centro e uma em baixo. No alto, vemos o nome da coleção em que o livro foi inserido, “Coleção Documentos Brasileiros”, o nome de seu diretor, Octávio Tarquínio de Sousa, o número da obra dentro desta coleção, 79, e, por fim, o nome de seu autor, Luís da Câmara Cascudo. É curioso que Tarquínio de Sousa não havia sido uma indicação do próprio Freyre para substituí-lo. Ao invés disso, o autor de *Casa-Grande e Senzala* havia indicado Prudente de Moraes Neto, um crítico literário, poeta e contista, que colaborou para o jornal *A Província*, dirigido por Freyre na década de 1920.⁷⁰⁷ Se essa sugestão havia sido ou não considerada pelo próprio José Olympio, não sabemos ao certo.⁷⁰⁸ O que parece certo é que Olympio preferiu Tarquínio de Sousa, que também fazia parte do círculo de amigos de Freyre.⁷⁰⁹

Nascido no Rio de Janeiro, em 7 de Setembro de 1889, filho de mãe e pai pernambucanos, Octávio Tarquínio de Sousa faleceu no Rio de Janeiro em 22 dezembro de 1959. Entre 1939, após a surpreendente renúncia de Freyre da posição de diretor da coleção e 1959, ano de sua morte, Tarquínio de Sousa foi diretor da “Coleção Documentos Brasileiros”.⁷¹⁰ A saída de Freyre da posição de diretor foi surpreendente na medida em que ela se realizou por motivos até hoje não muito bem explicados,⁷¹¹ o que em nada parece ter afetado a relação do pernambucano com esta coleção, posto que ele continuou a manter contato com Olympio e Tarquínio de Sousa, sugerindo livros e autores a serem incluídos na coleção, além de manter uma constante e bastante ativa correspondência com o dono da editora, bem como com seu novo diretor.⁷¹² Que a renúncia de Freyre tivesse acontecido em

⁷⁰⁷ GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre**: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 314.

⁷⁰⁸ FRANZINI, Fabio. **À sombra das palmeiras**: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 120.

⁷⁰⁹ Idem.

⁷¹⁰ Para mais detalhes, ver: GONÇALVES, Marcia de Almeida. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

⁷¹¹ FRANZINI, Fabio. **À sombra das palmeiras**: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 119-120. Mas Franzini sugere que uma das alegações de Freyre – a de que a distância entre o Recife e o Rio de Janeiro só dificultava sua atuação como diretor – é perfeitamente plausível enquanto possível causa para sua renúncia do cargo de diretor da coleção. Em geral, todavia, o mistério desta atitude de Freyre permanece, na medida em que os outros motivos alegados por ele (uma vaga e pouco definida “série de coisas inevitáveis”) continuam a tornar um tanto obscuras as razões de sua renúncia. Franzini afirma também que a atitude do escritor pernambucano surpreendeu até mesmo José Olympio.

⁷¹² FRANZINI, Fabio. **À sombra das palmeiras**: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 127.

1938⁷¹³ e que Cascudo continuasse a ter seus livros publicados pela mesma coleção tanto tempo depois, em 1956, parece indicar não só sua proximidade com Olympio e Tarquínio de Sousa, mas também a manutenção de sua amizade com aquele que continuava a ser uma espécie de diretor informal da coleção: Gilberto Freyre.

Voltando a analisar o frontispício do *Geografia do Brasil Holandês*, descobrimos que a parte central desta página constitui-se nos seguintes elementos: o título do livro (“Geografia do Brasil Holandês”) seguido do subtítulo (“Presença holandesa no Brasil. Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão. Mapa de Marcgrave – Carta de Matias Beck. Documentação e gravuras flamengas.”). Aqui algo chama a nossa atenção: Cascudo fala em uma “presença holandesa no *Brasil*”; mas que “Brasil” é esse?

Atualmente, a historiografia brasileira parece indicar que, quando da criação do chamado “governo geral”, em 1548, o território português na América chamava-se “Estado do Brasil”.⁷¹⁴ Sabemos hoje que este “Estado do Brasil” compunha-se de um agregado de “capitanias hereditárias”, criadas na década anterior (por volta de 1530) por Dom João III.⁷¹⁵ Aproximadamente nesta mesma época, as capitanias hereditárias eram as seguintes: Pernambuco, Porto Seguro, Bahia de Todos os Santos, Espírito Santo, Itamaracá, São Vicente, Maranhão, Ilhéus e Ceará.⁷¹⁶ Mais tarde, no século XVII, isto é, no mesmo século explorado por Cascudo em sua obra, momento em que se deu a “presença holandesa”, um novo sistema de capitanias havia surgido: de um lado, continuaram as capitanias hereditárias; do outro, surgiram as capitanias da Coroa. Ambos os tipos de capitanias eram administrados, em conjunto, pelo chamado “Governo Geral”. Neste momento, as capitanias hereditárias eram as seguintes: São Vicente, Santo Amaro, Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus, Pernambuco e Itamaracá. Já as capitanias da Coroa eram: Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Maranhão e Pará.⁷¹⁷

Portanto, quando Cascudo fala aqui em “presença holandesa no *Brasil*” ele é particularmente seletivo no que diz respeito a sua ideia de “Brasil”, incluindo recortes espaciais que mais parecem ter em comum o fato de pertencerem ao período em que ele mesmo vivia, guardando pouca semelhança com o que sabemos sobre o recorte temporal escolhido por ele. Além disso, a proximidade de suas palavras com a nomenclatura de sua

⁷¹³ FRANZINI, Fabio. *À sombra das palmeiras*: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 119-120. A data de sua “carta de renúncia”, endereçada a José Lins do Rego, data de 12 de Agosto de 1938.

⁷¹⁴ VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 82.

⁷¹⁵ Idem.

⁷¹⁶ Ibidem, p. 93.

⁷¹⁷ Ibidem, p. 93-94.

própria época parece ser tal que ele não demonstra nenhuma preocupação, por exemplo, com o fato de utilizar o nome “Rio Grande do *Norte*” para designar o que na época do “Brasil Holandês” era a capitania do “Rio Grande”: somente esta última denominação estaria de acordo com o recorte espacial por ele escolhido, considerando-se a época selecionada e a documentação por ele consultada. No entanto, vimos anteriormente que essa ideia de “Brasil” estava intimamente vinculada à ideia de “Nordeste”: o “Brasil” era pensado, aqui, a partir de uma região que só veio a existir no século XX. Essa perspectiva regional de sua própria época certamente deve ter servido de critério quando de sua escolha dos nomes dos componentes do “Brasil Holandês”.

Ainda com os olhos voltados para o subtítulo do livro de Cascudo, lembremos que, aqui, ele não se limita a enumerar as capitanias em que irá recortar sua “geografia”: ele também adiciona informações tais como o “Mapa de Marcgrave” e a “Carta de Matias Beck”, além de “Documentação e gravuras flamengas”. É interessante atentarmos para essas informações na medida em que elas indicam as referências a partir das quais o recorte espacial delimitado por Cascudo torna-se plausível para ele. No entanto, é preciso que se diga que isto está de acordo com os objetivos da coleção “Documentos Brasileiros”, como vimos acima. Nesse sentido, sua estratégia aqui consiste em citar alguns daqueles “documentos” que irão servir de suporte para que ele possa retratar o “real”.

O frontispício do livro, contudo, não termina aí. Na terceira e última parte, naquela localizada em baixo, encontramos o desenho de uma palmeira, o símbolo da coleção a qual o seu livro está relacionado. Segundo Gustavo Sorá, “a palmeira imperial [...] finca suas raízes num tempo intangível, que delimita o território, suas nobrezas, a união dos brasileiros, era o seu ícone”.⁷¹⁸ Ela é, portanto, uma metonímia e, ao mesmo tempo, uma sinédoque do Brasil: representa-o contiguamente, nas diversas partes que o compõem e também qualitativamente, ressaltando suas qualidades nobres, que ajudariam a formar a “união dos brasileiros”. Desse modo, a palmeira é um símbolo da cultura, mas que remete à natureza, buscando nela o território “natural” do Brasil. Em seguida, logo abaixo, na mesma página do livro, lemos o nome da editora: “Livraria José Olympio Editora”. Por último, mais em baixo, vemos o endereço desta última, além do ano de publicação do livro: “Rua do Ouvidor – 110 – Rio de Janeiro – 1956”. E aqui chegamos ao final do frontispício.

Passamos a página seguinte e nos deparamos com uma única e solitária epígrafe escolhida por Cascudo, de um político, escritor, filósofo e dramaturgo holandês do século

⁷¹⁸ SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2010. p. 29.

XVIII, Onno Zwier van Haren: “Brasil abandonado! Oh rica região! Teu solo é diamante e ouro puro...”. Aqui, vemos como essa frase dá continuidade ao significado atribuído por Cascudo aos holandeses, isto é, de sua sede de pedras preciosas, em busca das riquezas materiais que ele tanto condenou.

Na página seguinte, encontramos uma dedicatória. São duas, aliás: uma para Jordão Emerenciano e outra para José Antônio Gonsalves de Mello. O curioso aqui é que nenhum escrito de Emerenciano é citado em nenhuma parte do livro: somente a proximidade de Cascudo com ele parece oferecer uma explicação para sua inclusão aqui.⁷¹⁹ Já a dedicatória à Gonsalves de Mello dificilmente deixa alguma dúvida: seu livro é citado e recomendado diversas vezes ao longo do *Geografia do Brasil Holandês*, como vimos. Com efeito, essa importância de Mello como referência e fonte já seria, por si só, motivo suficiente para ele aparecer em uma dedicatória como esta que vemos aqui. Mas o diálogo com ele e com Freyre, porém, atravessou todo o livro, como veremos a seguir.

V

Refletimos até agora sobre o livro *Geografia do Brasil Holandês* como um todo, examinando suas principais categorias, temas e conceitos. Vimos também o modo através do qual o livro estava inserido na coleção em que ele havia sido publicado. No entanto, ao analisarmos a bibliografia consultada por Cascudo, registrada nas notas de rodapé de seu livro, uma delas chama a atenção por ter sido central em sua concepção do “Brasil Holandês”: os mapas. Ao longo de seu livro, especialmente das descrições que ele constrói dos espaços que compunham a segunda parte de sua obra, Cascudo recorre constantemente a diversos mapas, como aqueles de autoria de Marcgrave⁷²⁰ e aquele que se fez presente no diário de Matias Beck,⁷²¹ por exemplo, sendo ambos fontes da época. Mas o que ele entende por “mapa”? Este momento da dissertação é particularmente útil para respondermos essa pergunta, pois já tivemos a oportunidade de conhecer a estrutura interna de sua obra, bem como o contexto em que o livro estava inserido, informações fundamentais para compreendermos sua concepção de mapa. Por “contexto” nos referimos não somente a época

⁷¹⁹ Devemos nos lembrar aqui que, em 1949, Cascudo proferiu em Recife uma conferência que havia sido transcrita na Revista do Arquivo Público de Pernambuco, a mesma instituição presidida por Emerenciano enquanto diretor. A conferência parece ter sido dedicada a Nilo Pereira, Jordão Emerenciano e Silvino Lopes. Teriam eles estado presentes durante a conferência? Não sabemos e a transcrição não informa em nenhum lugar. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. Conferência. **Revista do Arquivo Público**-Revista do Arquivo Público de Pernambuco, Recife, ano IV, nº VI, 1949.

⁷²⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 306.

⁷²¹ *Ibidem*. p. 280.

em que ele foi escrito, mas também a coleção em que ele foi publicado, que trazia em si uma concepção de História e de “documento”.

Vimos no capítulo anterior que a importância do mapa para Cascudo residia em sua precisão em representar a realidade à que ele (o mapa) se referia. Isto, como tivemos a oportunidade de observar, estava de acordo com uma concepção tipicamente conservadora do mundo, para quem a ideia de “realidade” não é problematizada, tornando possível sua representação precisa e exata, posto que a apreensão do “real”, dentro dessa lógica, não é um problema epistemológico ou cognitivo. A partir desta interpretação, trabalharemos aqui com um modelo de explicação a partir da qual seremos capazes de aprofundar o nosso exame e compreensão da ideia de “mapa” para Cascudo. Entretanto, antes de discutirmos o nosso modelo, algumas considerações precisam ser tecidas.

Com Hayden White⁷²² aprendemos que, entre a concepção que temos de alguma coisa e o modo através do qual nos referimos a ela mediante o uso de palavras ocorre um *tropos*, isto é, um *desvio* de sentido, na medida em que palavras jamais traduzem, com precisão, o que pensamos: daí as múltiplas possibilidades de interpretação a que um texto pode ser submetido. Um texto é, portanto, construído a partir de uma série de desvios *tropológicos*, presente nas operações discursivas que os constituem enquanto tais, o que dá a eles um caráter eminentemente figurativo. Podemos perceber esse caráter essencialmente figurativo na medida em que tais desvios tentam dar uma coerência narrativa e explicativa a uma dada massa documental caótica, ordenada somente pela necessidade de impor alguma ordem lógica ou coerente. Assim, entre aquilo que um historiador lê na documentação e o modo através do qual ele narra e interpreta o que leu, existe um desvio *tropológico*: é impossível atingir uma leitura *literal* de um documento, posto que não há um único sentido a ser apreendido de qualquer documentação, nem muito menos uma única forma de ordená-los ou construir uma forma de articulação entre eles.

Ao escrever seu texto sobre o “Brasil Holandês”, Cascudo lida, constantemente, com esses *desvios*. Ele edifica uma construção verbal em forma de prosa, que estrutura tanto o texto da primeira parte de seu livro quanto aquele que compunha a segunda parte, ambos examinadas acima. Sua linguagem é, em uma palavra, *tropológica* e, portanto, *figurativa*. No entanto vimos que, como muitos autores de um discurso estruturado dessa forma, ele tenta resistir a essas estruturas tropológicas de seu próprio discurso, tentando impor a ela um controle semântico através da edificação de diversos enredos, modos de explicar o que leu (ou

⁷²² Por exemplo: WHITE, Hayden. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978.

afirma ter lido) na documentação e construindo um texto dotado de implicações ideológicas, isto é, morais e éticas a partir de sua leitura. Essa “resistência”, através dessa tentativa de impor um controle, se justifica na medida em que ele tenta comunicar um ou mais sentidos específicos, lutando contra a possibilidade de qualquer interpretação arbitrária de seu texto: ele não quer, afinal de contas, que seu próprio discurso seja lido de qualquer forma. Desse modo, ao se utilizar de modos de enredo, argumentação, bem como de suas próprias implicações ideológicas, ele tenta limitar a multiplicidade de sentidos decorrentes dos desvios tropológicos causados por sua tentativa de dar sentido à documentação por ele consultada.

Uma inspeção de seu texto e de suas notas de rodapé revela que um dos tipos de documentos por ele consultados eram mapas, como dissemos. Alguns desses mapas aparecem reproduzidos em seu texto. Nenhum desses mapas é de sua autoria e a maioria é utilizada para fins meramente ilustrativos. Mas é preciso que se diga: a maioria, não todos. Ao longo de seu livro, Cascudo realiza duas leituras explicitamente construídas a partir de dois mapas da época da “presença” holandesa, em dois textos específicos. Ele reserva esses dois textos para explicar ao seu leitor o que significa alguns mapas especificamente escolhidos por ele, bem como o que eles querem dizer em suas respectivas linguagens cartográficas. Estes dois textos são particularmente úteis não só por apresentarem de modo explícito sua forma de ler um mapa, como também pode nos ajudar a entender sua *concepção* da própria *linguagem* cartográfica. Desse modo, ao ler um mapa, Cascudo escolhe *quais* objetos olhar, bem como a *importância* deles em sua leitura.

Para compreendermos esses dois textos, propomos uma hipótese de leitura da ideia de mapa para Cascudo presente neles, que deverá ser testada em nossa própria leitura de ambos. Nossa hipótese é a seguinte: para Cascudo, um mapa que se proponha a representar a “realidade” tal como ela “realmente é”, isto é, um mapa que se proponha a ser “realista”, teria que ser construído a partir de, basicamente, dois critérios: primeiro, a partir daquilo que Wittgenstein chamou de “teoria pictórica do significado”; segundo, a partir da ideia de “verossimilhança”. Pensamos a “teoria pictórica do significado” de Wittgenstein a partir de seu *Tractatus Logico-Philosophicus*.⁷²³ Segundo Wittgenstein, “uma proposição possui

⁷²³ Mais tarde, essa teoria veio a ser modificada em seu *Investigações Filosóficas*. Por ora, lemos o *Tractatus* aqui seguindo a interpretação sugerida por David Pears: PEARS, David. *Wittgenstein*. In: BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E.P. (org.). **Compêndio de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 877 e seguintes, especialmente p. 880 para a “teoria pictórica do significado”. No mesmo livro em que se encontra o artigo de Pears, encontramos uma definição resumida dessa teoria, que aparece na página 967. A definição resumida, por ora, serve melhor aos nossos propósitos, de modo que só iremos além dela na medida em que for necessária e dentro de nossa exigência de compreensão da concepção de mapa de Cascudo. Nesse sentido, não examinaremos outras implicações da teoria de Wittgenstein, nem as modificações sofridas por ela em seu *Investigações Filosóficas*.

significado em virtude de compartilhar uma forma com uma situação efetiva ou possível”.⁷²⁴ Desse modo, “A proposição retrata logicamente a situação, e é verdadeira se seus elementos mantêm a mesma relação que os objetos na situação”.⁷²⁵ Uma vez que os elementos presentes em seu texto satisfaçam essas condições de verdade, ele alcançaria um nível satisfatório de *verossimilhança*, isto é, de “aparência de ser verdadeiro ou real”.⁷²⁶ Note-se que nos referimos à concepção de mapa de Cascudo a partir das descrições que ele constrói de mapas que ele lê, *não de mapas que ele mesmo produziu*. Com efeito, Cascudo não se utiliza da linguagem cartográfica: ele apenas a lê.

Para realizarmos a nossa investigação aqui escolhemos dois textos do *Geografia do Brasil Holandês*, como dissemos acima, a saber: a seção de número XVIII da primeira parte⁷²⁷ e sua leitura de um mapa holandês na segunda.⁷²⁸

Nesse sentido, seguindo Renato Amado Peixoto e Michel de Certeau, investigaremos os textos de Cascudo sobre o *espaço em si*, a partir de sua *operação de demarcação*,⁷²⁹ e considerando seu *contexto histórico*.⁷³⁰ O *espaço em si* é o que Cascudo afirma estar representado no mapa e que ele busca explicar. A *operação de demarcação* é o seu texto concebido aqui como “uma série discursiva de operações”,⁷³¹ produzidas no ato de escrever. Essa série é construída “com fragmentos tirados de histórias anteriores e ‘bricolados’ num todo único. Neste sentido, esclarecem a formação de mitos, como tem também a função de fundar e articular espaços”.⁷³² E a construção dessa série se dá através do próprio ato de escrever. Entendemos por “escrever” a “atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado”.⁷³³ Por último, entendemos por *contexto histórico* essa “exterioridade” do qual o texto foi “previamente isolado”: é com ela que confrontaremos o texto de Cascudo e sua ideia de mapa.

Primeiro, consideremos o *contexto histórico* em que os textos que examinaremos aqui foram publicados, o que significa lembrarmos-nos das condições em que este livro ganhou

⁷²⁴ PEARS, David. *Wittgenstein*. In: BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E.P. (org.). **Compêndio de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 967.

⁷²⁵ Idem.

⁷²⁶ Ibidem. p. 968.

⁷²⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 86-89.

⁷²⁸ Ibidem. p. 252-254.

⁷²⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 208.

⁷³⁰ PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço**. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 141-156 e, especialmente, p. 146-147.

⁷³¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 204.

⁷³² Ibidem. p. 208.

⁷³³ Ibidem. p. 225.

forma, a saber: dentro do esforço promovido pelo governo Vargas, particularmente através do IBGE, de se pensar o território da nação como parte de um

grande empreendimento patriótico que objetivava, através do reforço a um municipalismo uniformizador, conhecer e controlar as realidades locais assim como fortalecer a unidade federal através da configuração de um tecido cartográfico homogeneizador.⁷³⁴

Nesse sentido, o *Geografia do Brasil Holandês* deveria ser pensado como sendo parte de uma época em que a Geografia era de particular importância para o governo brasileiro, incluindo aqui a questão do mapa, como a feira de mapas municipais promovida pelo governo Vargas examinada no capítulo anterior. Mas lembremos de outra dimensão importante do *contexto histórico*: o fato do livro de Cascudo ter feito parte da “Coleção Documentos Brasileiros”. Fazer referência a essa coleção é também ressaltar que ela propunha uma forma de escrever História eminentemente “científica”, acreditando poder chegar ao “verdadeiro” passado e falar sobre um Brasil “real”. Para isso, ela propunha também uma noção de “documento” que era fundamental para atingir esse “verdadeiro” passado. Essa noção, como vimos, concebia o documento como vestígio do passado, não como uma construção dele: uma vez confirmada sua veracidade, o documento seria pensado como traço do que “realmente” aconteceu, e não como uma entre tantas outras versões de um acontecimento. A relação com o documento proposta pela coleção, nesse sentido, era antes *lógica* que *tropológica*.

Para investigarmos a relação entre o conceito de documento para Cascudo e aquele da coleção em que seu livro havia sido publicado, começemos com sua primeira *operação de demarcação*, isto é, seu primeiro texto sobre um mapa relativo ao “Brasil Holandês”. Trata-se aqui do mapa de um cartógrafo alemão que acompanhou os holandeses: Georg Marcgrave. O texto de Cascudo a que nos referimos aqui é aquele da seção de número XVIII do *Geografia do Brasil Holandês*. Logo no início de seu texto, ele afirma que

Os desenhos e a carta de Marcgrave que ilustram essa GEOGRAFIA DO BRASIL HOLANDÊS são orgulhos legítimos da cartografia seiscentista. Não há melhor nem se consegue sonhar uma vitória sobre esse trabalho nítido e maravilhoso de cuidado e de amorosa minúcia localista.⁷³⁵

⁷³⁴ GOMES, Maria do Carmo Andrade. A exposição nacional de mapas municipais, 1940: a encenação nacionalista da imagem cartográfica. In: **3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia**, 2010, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP. Disponível em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/maria-do-carmo-3siahc.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2012.

⁷³⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 86-87.

Nesse parágrafo, vemos como as ideias de “*nítido*”, “maravilhoso de *cuidado*”, bem como “amorosa *minúcia* localista” estão de acordo com nossa hipótese: Cascudo, julga o mapa de Marcgrave, até aqui, por seu significado *pictórico*, examinando o quão *verossimilhante* ele é. Depois das palavras acima, prosseguindo em seu texto, Cascudo cita o Barão do Rio Branco, para quem os mapas de Marcgrave devem ser elogiados, especialmente na medida em que são de grande auxílio para “quem quer estudar a zona marítima desde o Rio Grande do Norte até Sergipe”, encontrando aí “valiosas indicações geográficas, que debalde procuraria nas cartas brasileiras, mesmo as mais recentes, todas levantadas em escala muito menor”.⁷³⁶ E uma vez tendo citado Rio Branco, Cascudo afirma logo em seguida que “a mapoteca brasileira moderna independe da TÁBULA GEOGRÁFICA de Marcgrave no sentido de precisão e amplitude dos topônimos”.⁷³⁷ E isso se dá graças à “mobilização cartográfica de 1940, sob o patrocínio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [que] respondeu ao apelo do grande Barão. Marcgrave ficou sendo uma referência. A maior”.⁷³⁸

Assim, após chamar a atenção de seu leitor para os comentários de Rio Branco, que reafirmam a importância de seu olhar voltado para a *verossimilhança*, Cascudo faz referência à instituição com a qual ele mesmo trabalhou: o IBGE. Deste modo, ele termina por justificar o porquê de ter um olhar tão voltado para a questão da precisão “realista”: em sua própria época, ele esteve associado a uma instituição que pensava o “realismo” cartográfico a partir da verossimilhança, buscando pensar e compreender o espaço nacional. Portanto, sua ideia de mapa estava em sintonia com interesses da época em que ele escreveu esse livro, interesses esses dos quais ele mesmo fez parte. Recorrendo conscientemente ao próprio *contexto histórico* em que viveu, a partir de sua *operação de demarcação*, ele legitima e justifica suas escolhas do que constitui sua ideia de mapa.

Mas continuemos a acompanhá-lo em seu texto:

Acompanhei Marcgrave nessa jornada, identificando lugares ou apenas mencionando o encontro. É uma informação sobre o limite territorial do Brasil que pertenceu, em vinte e quatro anos, à Companhia das Índias Ocidentais. Delimitará as lendas teimosas em ampliar o domínio até regiões sempre ignoradas pelo batavo. Um esforço para a recolocação do holandês na sua peanha, gloriosa e certa, sem incômodo para o vulto mais próximo ou mais antigo no oratório das simpatias.⁷³⁹

⁷³⁶ Apud CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 87.

⁷³⁷ Ibidem. p. 87.

⁷³⁸ Ibidem. p. 88.

⁷³⁹ Idem.

Uma vez tendo aceitado o mapa de Marcgrave como verossimilhante, ele se limita a acompanhá-lo, enquanto descreve um dado recorte espacial em seu livro. E se ele escolheu fazê-lo, como dissemos, é porque esta representação cartográfica já havia sido aprovada por ele quando confrontado com os critérios por ele utilizados e que descrevemos em nossa hipótese acima. Desse ponto em diante, Cascudo aproveita para citar um autor holandês do século XIX chamado van Rijckevorsel, que foi, segundo o autor do *Geografia do Brasil Holandês*, um “viajante, historiador e sociólogo”.⁷⁴⁰ O fragmento de um livro de van Rijckevorsel intitulado *Uit Brasilliê*, segundo Cascudo, é o seguinte:

O Brasil não é para lamentar por no-lo terem os portugueses reconquistado, porquanto se, como possessão, talvez houvéssemos tornando-o mais rendoso que eles o souberam fazer durante o seu longo domínio, também é certo que jamais teríamos conseguido colonizá-lo tão bem e em tão vastas proporções.⁷⁴¹

Mas Cascudo não endossa tal opinião: ao contrário, o seu desejo é contestá-la. Para isso, ele escreve que “resta conhecer a acepção em que van Rijckevorsel afirma a possibilidade do Brasil Holandês ter sido ou poder tornar-se ‘mais rendoso’. Sê-lo-ia para os concessionários e não para os elementos humanos do colonato”.⁷⁴² Em seguida, ele cita Paul Leroy-Beaulieu, um autor francês também do século XIX, para quem “não [estava] oculta a excelência da solução portuguesa, criando um Estado rico, industrial e livre”.⁷⁴³ Com estas palavras, ele volta a trazer o conflito central de seu drama de volta: aquele entre portugueses e holandeses. Aqui também ele condena o modo de vida puramente comercial e burguês dos “invasores” flamengos, em defesa do “colonato” português. E após ter se posicionado, mais uma vez, de modo tão favorável aos lusitanos, ele encerra esse breve texto.

Do que examinamos até aqui, portanto, vimos que esse primeiro texto de Cascudo está de acordo com nossa hipótese: é a partir de uma “teoria pictórica do significado” que ele busca a “verossimilhança”, o que teve início na própria escolha do mapa de Marcgrave, como vimos também. Dizemos que sua interpretação do mapa de Marcgrave está de acordo com a “teoria pictórica do significado” descrita em nossa hipótese na medida em que, para ele, o mapa deste cartógrafo alemão é construído a partir de proposições que possuem um

⁷⁴⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 88.

⁷⁴¹ Apud Cascudo, p. 88-89.

⁷⁴² Ibidem. p. 89.

⁷⁴³ Idem.

“significado em virtude de compartilhar uma forma com uma situação efetiva ou possível”:⁷⁴⁴ daí o fato de Cascudo limitar-se a simplesmente “acompanha-lo” em sua “jornada” de descrição do espaço do “Brasil Holandês”, “identificando lugares ou apenas mencionando o encontro”,⁷⁴⁵ em suas próprias palavras. Para Cascudo, o mapa de Marcgrave é “nítido”, sendo capaz de comunicar “uma informação sobre o limite territorial do Brasil que pertenceu, em vinte e quatro anos, à Companhia das Índias Ocidentais”.⁷⁴⁶ Isto também está de acordo com a nossa hipótese, posto que as informações do mapa de Marcgrave retratam “logicamente a situação”, sendo verdadeiras na medida em que “seus elementos mantêm a mesma relação que os objetos na situação”.⁷⁴⁷ Ou seja, as informações dadas por Marcgrave são consideradas nítidas por ele por serem capazes de, estabelecendo uma relação de correspondência lógica com o espaço que elas querem retratar, atingirem um alto nível de precisão. Desse modo, ao atingir tal nível nestes termos, Cascudo aceita-a como “verossimilhante”, isto é, como revestida de “aparência de ser verdadeiro ou real”.⁷⁴⁸

Para ele, portanto, a lógica que governa a linguagem cartográfica é *lógica* e não *tropológica*. Sua leitura do mapa de Marcgrave aqui delinea a linguagem cartográfica presente nele como capaz de retratar o *espaço em si*, ao invés de *interpretá-lo*, isto é, ao invés de *produzir um entre tantos outros significados possíveis*. Ao ler este mapa como um documento “realista”, Cascudo põe-se de acordo com a proposta “científica” apresentada pela coleção em que seu livro foi publicado, vendo a linguagem de Marcgrave não como *figural*, mas como *literal*: daí ele classificar a linguagem deste alemão como *nítida*. Se em seu próprio texto Cascudo busca resistir à estrutura tropológica que atravessou suas próprias palavras, ele termina por negar completamente qualquer sentido figural à linguagem cartográfica por ele examinada. Desse modo, ele termina por negar a própria *linguagem* cartográfica, reduzindo-a a materialidade a que ela se refere, como se ela fosse uma cópia do próprio espaço que ela, supostamente, pretenderia retratar. Para ele, o mapa pode ser considerado como um traço, um vestígio do passado, como uma referência que fornece uma informação sobre um espaço justamente por ter sido construído a partir de uma relação literal e lógica com ele, copiando-o.

Mas e o segundo texto que nos propusemos a analisar: segue ele a mesma lógica? É o que veremos daqui em diante. Ele se intitula “Natal em 1633: leitura de um mapa holandês do

⁷⁴⁴ BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E.P. (org.). **Compêndio de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 967.

⁷⁴⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 88.

⁷⁴⁶ Idem.

⁷⁴⁷ BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E.P. (org.). **Compêndio de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 967.

⁷⁴⁸ Ibidem. p. 968.

séc. XVII”.⁷⁴⁹ Apesar de extremamente breve (apenas três páginas), esse texto também pode trazer algumas reflexões úteis para a presente dissertação. Vejamos isso com mais detalhes.

No primeiro parágrafo, Cascudo situa o leitor na época em torno da qual seu texto sobre Natal vai girar: o ano de 1633, escolhido como referência aqui por ser o “ano da Conquista holandesa do Rio Grande do Norte”.⁷⁵⁰ Para Cascudo,

O mapa é um documento desse domínio fixando as peripécias do assalto e os pormenores gráficos da região assenhoreada pela Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais em 12 de dezembro de 1633.⁷⁵¹

Além disso, o mapa

Registra o panorama do sucesso. Três navios do almirante Lichthardt bordejam fora da barra. Outros já fundearam no estuário do Potengi. Três botes, com tripulação armada, aproximam-se de duas embarcações como para abordá-las. São as duas caravelas de Francisco de Vasconcelos da Cunha, reforço inútil e fraco, tomadas pelos flamengos, na entrada do rio.⁷⁵²

Notemos que, para Cascudo, o mapa “fixa” os “pormenores gráficos”, “registrando” o “panorama do sucesso”. A partir daí ele se limita a construir um texto lacônico, como nos dois parágrafos transcritos acima, como se sua brevidade e concisão constituíssem a forma mais adequada e precisa para exprimir o espaço que ele pretende apresentar diante do leitor. A linguagem utilizada em seu próprio texto parece imitar sua forma de ler o mapa que ele analisa aqui, já que ele parece conceber a cartografia somente do ponto de vista instrumental, isto é, como um meio para alcançar uma representação mais “realista”. Sua linguagem lacônica, nesse sentido, parece buscar também precisamente isso: a concisão que aponta para o que está fora dela, não para as condições em que ela mesma teria sido produzida, algo que o uso de metáforas, por exemplo, poderia tornar ainda mais explícito, pondo em risco sua ideia de transmitir ao leitor uma linguagem marcada pela exatidão.

Para Cascudo, portanto, a precisão na descrição do espaço exige um trabalho de purificação da linguagem, como se ela tivesse que ser destituída dos *desvios* de sentido que a produziram, reduzindo-a a sua função instrumental, isto é, transformando-a em um meio para atingir algo fora dela, a saber: a descrição “precisa” do espaço a que ela se refere. Sua linguagem, assim como sua concepção de mapa, exigia a *lógica* no lugar do *desvio*

⁷⁴⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 252.

⁷⁵⁰ Idem.

⁷⁵¹ Idem.

⁷⁵² Idem..

tropológico, posto que esse último pudesse pôr em risco a precisão verossimilhante. Daí ele usar expressões como “O mapa que estou estudando *mostra* [...] [grifo nosso]”⁷⁵³ e “No *primeiro plano, correspondendo* [...] [grifo nosso]”.⁷⁵⁴ Sua linguagem, dessa forma, ficaria reduzida somente a sua função instrumental, a condição de mera cópia do próprio referente (o espaço e o mapa a que ela se refere), tornando uma *reprodução literal e lógica* desse referente, não um *construto figurativo eropológico*. Desse modo, as intervenções de Cascudo, isto é, seus comentários sobre as próprias informações por ele fornecidas em seu texto, indo além da mera descrição, consistem em, no máximo, identificar o *nome* de cada lugar e o *desenho* de cada um desses lugares no mapa holandês descritos por ele, dando continuidade ao uso de uma linguagem lacônica e purificada de metáforas

Um fragmento de seu texto resume muito bem isso. Em determinado momento, ele afirma constatar o seguinte desenho: “Uma das alas da força holandesa atravessa um rio por uma ponte. Esse rio nasce de uma lagoa. O mesmo consta da planta de Laet e também do mapa de Marcgrave, divulgado por Barléu em 1647”.⁷⁵⁵ Após escrever isso, ele lança a seguinte pergunta: “Que rio e lagoa serão esses, acidente marcado nos três mapas lembrados da vitória?”.⁷⁵⁶ Ao que ele mesmo responde: “Não é rio e nem é lagoa [...] O Rio e lagoa são apenas o alagado da campina da Ribeira, a praça Augusto Severo”.⁷⁵⁷ E ele continuará assim até o fim deste texto, como nesse outro exemplo: “O mapa é ainda uma indicação *nítida* de como os arredores do Natal eram desertos e ausentes de vegetação. Os coqueirais são posteriores ao domínio holandês [grifo nosso]”.⁷⁵⁸ E com esse comentário sobre a *nitidez*, algo possível e previsível dentro da lógica descrita por nossa hipótese, ele termina seu texto.

Tais palavras, enfim, comprovam a nossa interpretação da ideia de mapa para Cascudo, isto é, que o mapa é concebido por ele como um documento preciso e realista, dentro dos critérios de verossimilhança que discutimos até aqui, correspondendo ao “real” fora dele. Tão preocupado ele está com a verossimilhança dos mapas que ele lê que suas descrições se limitam a relacionar aquilo que o mapa retrata com a realidade a que ele supostamente se refere, mas não com as *condições* em que tal mapa foi produzido, isto é, com as intenções de seu autor, os interesses que o faziam representar os elementos gráficos de um modo e não de outro, etc. Construído assim, seu texto limita-se a especificar *o que está em que* lugar, relacionando o mapa ao espaço fora dele, sendo isto um critério suficiente para

⁷⁵³ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 252.

⁷⁵⁴ Ibidem. p. 253.

⁷⁵⁵ Idem.

⁷⁵⁶ Idem.

⁷⁵⁷ Ibidem. p. 254.

⁷⁵⁸ Idem.

satisfazer seu senso de verossimilhança, atingido mediante uma correspondência pictórica do mapa com o espaço que ele se propõe a retratar. Além disso, percebemos como parece haver uma coerência entre sua concepção e sua própria atuação no contexto em que se deu a escrita do livro *Geografia do Brasil Holandês*, mais precisamente na década de 1940, incluindo aqui sua proximidade com o governo Vargas e o IBGE, que analisamos no capítulo anterior, além de estar em sintonia com a expectativa da coleção em que seu livro foi publicado.

VI

Uma vez tendo realizado a análise acima, como podemos relacionar o *Geografia do Brasil Holandês* com os temas delineados em seu título, isto é, com o “Brasil Holandês” e com a “Geografia”? Quando consideramos o estudo que realizamos nos capítulos anteriores, devemos levar em conta também a tradição historiográfica pernambucana, bem como José Antônio Gonsalves de Mello e Gilberto Freyre, pois foi no diálogo com eles que Cascudo pensou a questão do “Brasil Holandês”, particularmente em sua dimensão geográfica.

Começemos pelos conceitos e categorias. Assim como o autor de *Geografia do Brasil Holandês*, Freyre utiliza o termo “invasão”, como vimos anteriormente. Entretanto, ele parece dar aqui um sentido um pouco mais complexo a essa palavra: ele reconhece que, aqui e ali, ocorreram algumas trocas em “zonas de confraternização”, o que permitiu que traços dos legados de ambos, portugueses e holandeses, fossem conservados para as futuras gerações, particularmente do ponto de vista racial. Desse modo, Freyre está disposto a reconhecer uma maior interação com a herança flamenga em terras brasileiras que Cascudo, ao contrário, se preocupou somente em apagar.

No que diz respeito a questão racial e espacial, Cascudo se aproxima de Freyre e Mello, destacando ambas as ideias (raça e espaço). Ao contrário de Mello e Freyre, porém, Cascudo tende a enfatizar o conflito entre holandeses e portugueses como ele já vinha esboçando em trabalhos anteriores (como no *Os holandeses no Rio Grande do Norte*, de 1949), reduzindo indígenas e negros a papéis secundários. Freyre e Mello, ao contrário, dedicam mais espaço a outras raças,⁷⁵⁹ mapeando um conjunto maior de interações raciais *apesar* da visão favorável aos portugueses e à herança lusitana como Freyre deixou claro, por exemplo, no prefácio ao livro *Tempo dos Flamengos*, que analisamos anteriormente.

⁷⁵⁹ Freyre dedica dois capítulos ao negro (o IV e o V) em *Casa Grande e Senzala* e dedica um capítulo inteiro ao indígena no mesmo livro (o II). Cf. tais capítulos em: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

Entretanto, Freyre não via somente o conflito nas relações raciais, mas também, e principalmente, o fato de que,

sobre os antagonismos, predominaram as forças de contemporização e de reciprocidade cultural, desenvolvendo-se, para os vários elementos, um ambiente de liberdade criadora, que talvez não exista tão ampla em nenhum outro país de gente mestiça.⁷⁶⁰

Desse modo, é através de sua ênfase no conflito que Cascudo isola e destaca o único vencedor aceito por ele, como um herói de sua história: o colonizador português. Freyre, ao contrário, recusa-se a ver esse momento do passado preso na dicotomia entre um enredo trágico holandês e um enredo cômico lusitano, preferindo desenvolver, ele mesmo, um drama mais complexo, em que os enredos misturam-se, sendo até mesmo, às vezes, conciliados. Além disso, apesar de sua simpatia pelos portugueses, Freyre estava muito mais disposto a aceitar a conservação de aspectos raciais não-portugueses ao longo do tempo. Isso também se refletiu no tratamento dispensado por Gonsalves de Mello em *Tempo dos Flamengos*, bem como na estrutura de seu livro, como vimos acima.

Tal como Cascudo, além disso, Freyre também faz uso de todo um vocabulário racial e biológico. Para ele, é importante realçar casos como aquele de uma mulher que “desposou dois flamengos”, além de cogitar que “deve haver sangue de brasileira, talvez morena e porventura brasileira, isto é, indígena, em mais de uma família hoje placidamente holandesa”.⁷⁶¹ Freyre se distancia de Cascudo, porém, ao acrescentar que uma família brasileira, os “Wanderleys”, são suficientes para “assegurar a sobrevivência de olhos azuis e de sangue flamengo em nosso país, embora certos casos, já tão diluído noutros sangues que há até mulatos quase negros, e não apenas sararás esbranquiçados, entre os descendentes [...]”.⁷⁶² Cascudo, ao contrário, afirmou, que “Etnicamente não me parece provável que se possa afirmar olhos azuis, cabelo claro e pele branca como índices da ascendência holandesa”.⁷⁶³ Desse modo, apesar de utilizar a palavra “invasores”, Freyre não hesita em afirmar que “As marcas que a ocupação holandesa do Norte deixou no Brasil são das que dificilmente desaparecem não só do corpo como da consciência – e do inconsciente – de um povo”.⁷⁶⁴

⁷⁶⁰ FREYRE, Gilberto. Raça e Cultura. **Folha de Minas**. Belo Horizonte, [19--]. Disponível em: <http://bvfg.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_imprensa/raca_cultura.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012.

⁷⁶¹ Idem.

⁷⁶² MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 15-16.

⁷⁶³ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 92.

⁷⁶⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 16.

Mas como explicar essa posição de Freyre aqui? É interessante lembrarmos que Cascudo parece ter percebido a resposta para essa pergunta: ele mesmo afirmou ver no livro de Gonsalves de Mello não o “Brasil Holandês”, mas, especificamente, um “Brasil Pernambucano”,⁷⁶⁵ em seu livro *Tempo dos Flamengos*. É associada a essa posição, especificamente pernambucana, que vemos Freyre e Mello construírem seus respectivos lugares de fala. De fato, o próprio Gonsalves de Mello confessou ter centrado sua pesquisa em terras *pernambucanas*, quando escreveu que “Desde 1934 venho procurando examinar a vasta bibliografia sobre o período da dominação holandesa em *Pernambuco*”.⁷⁶⁶ E o primeiro capítulo de seu livro é construído a partir de *Recife*.⁷⁶⁷ Ao longo de seu texto, ele enfatiza questões como a evacuação de *Pernambuco* no momento inicial da “invasão”,⁷⁶⁸ os produtos holandeses e europeus na dieta *pernambucana*,⁷⁶⁹ as dificuldades de obtenção de casa em *Recife*,⁷⁷⁰ os judeus e a “invasão” de *Pernambuco*,⁷⁷¹ a cidade Maurícia construída em *Recife*⁷⁷² e, por último, para ficar somente em alguns exemplos, as Igrejas de *Recife*⁷⁷³ e as ruas dessa mesma cidade.⁷⁷⁴

Além disso, quando retornamos ao prefácio escrito por Freyre neste mesmo livro, vemo-lo citar diversos autores que concordam com ele, sendo que todos são pernambucanos.⁷⁷⁵ Para Freyre, se o Nordeste era de fundamental importância, Pernambuco deveria ser o grande destaque dele. Em inúmeros de seus escritos, vemos os contornos de seu lugar de fala quando, ao escrever sobre o domínio holandês nesta região, ele faz questão de destacar: “principalmente Pernambuco” ou “especialmente Pernambuco”.⁷⁷⁶ Aquilo que ele mesmo chamou de “A civilização brasileira do açúcar”, para ele, “culminou em Pernambuco”.⁷⁷⁷ Tal era a centralidade de Recife para seu pensamento que, quando lemos

⁷⁶⁵ Cf. contracapa do livro: MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008.

⁷⁶⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 25.

⁷⁶⁷ Ibidem. p. 39.

⁷⁶⁸ Ibidem, p. 43.

⁷⁶⁹ Ibidem, p. 163.

⁷⁷⁰ Ibidem, p. 59, 74 e 87.

⁷⁷¹ Ibidem, p. 240. Para outros aspectos da vida judaica do ponto de vista de Gonsalves de Mello em Pernambuco, ver, por exemplo: Ibidem. p. 57, 240, 260 e 263.

⁷⁷² Ibidem, p. 90.

⁷⁷³ Ibidem, p. 118.

⁷⁷⁴ Ibidem, p. 79 e 116.

⁷⁷⁵ Ibidem, p. 16 e seguintes.

⁷⁷⁶ Ambas as expressões podem ser encontradas no artigo sobre Nassau na Revista O Cruzeiro: FREYRE, Gilberto. O domínio holandês no Brasil. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 23 set. 1941. p. 18-19.

⁷⁷⁷ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 7 ed. São Paulo: Global, 2004. p. 127.

seus escritos no contexto de sua relação com autores paulistas como Sérgio Buarque de Holanda, é possível percebermos uma rivalidade entre Recife e São Paulo.⁷⁷⁸

Assim, é quando consideramos seu lugar de fala que percebemos o quanto Freyre via mais marcas conservadas ao longo tempo do que Cascudo: adotando um lugar de fala pernambucano, o autor de *Casa-Grande e Senzala* vê uma continuidade que não interessa ao autor de *Geografia do Brasil Holandês*. Para este último, que escrevia do Rio Grande do Norte, os holandeses nada deixaram.⁷⁷⁹ Não esqueçamos, por exemplo, que foi o próprio Cascudo que, em 1924, chegou afirmar que “A dominação holandesa no Rio Grande do Norte não foi mais do que uma longa série de assassinatos e roubalheiras”,⁷⁸⁰ tendo acrescentado também, em 1949, em plena década de escrita do *Geografia do Brasil Holandês*, que “Em parte alguma do Rio Grande do Norte o holandês deixou nome imposto pela sua presença”.⁷⁸¹

Para além dessas questões, eles também dialogam na escolha de outras dimensões do passado da “presença” ou “ocupação” holandesa. Para Cascudo, o principal motivo da “invasão” holandesa às terras brasileiras (então sob domínio espanhol) pode ser localizados em sua atração pelo açúcar e pela troca de mercadorias.⁷⁸² Para Gonsalves de Mello e Freyre, o interesse econômico estava presente entre os holandeses, especialmente o interesse deles pelo açúcar.⁷⁸³ No entanto, vemos que Mello, por exemplo, acrescenta também que muitos dos “invasores” “deixaram-se prender pelo encanto da terra pernambucana”.⁷⁸⁴ No que diz respeito à alimentação, Cascudo, assim como Freyre e Mello, concordam entre si que a influência holandesa sobre a alimentação foi quase nula, tendo o flamengo deixado muito

⁷⁷⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 120.

⁷⁷⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 229 e seguintes.

⁷⁸⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Histórias que o tempo leva...** Edição fac-similar. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1991. p. 55.

⁷⁸¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Os holandeses nos Rio Grande do Norte**. Mossoró: Esam, 1992. p. 67.

⁷⁸² CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 14-20 e 44-45.

⁷⁸³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 136. Daqui em diante, salvo afirmação em contrário (ou quando quisermos citá-los separadamente para mostrar como a opinião de um reforça a do outro), citaremos o livro de Mello como um trabalho aprovado por Freyre, de modo que citar o livro dele significa o mesmo que incluir a opinião dos dois simultaneamente, como se ambos concordassem entre si. Afirmamos isso não só em função do prefácio escrito por Freyre para o livro de Mello, como a nota de rodapé de número 46 na página 474 do livro *Casa-Grande e Senzala*, em que Freyre endossa por completo este livro de Mello.

⁷⁸⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 152.

pouco.⁷⁸⁵ Porém, ao discutir a influência holandesa na arquitetura de Recife, Cascudo nega aos holandeses qualquer influência,⁷⁸⁶ enquanto Freyre e Mello, ao contrário, afirmam que houve influência sim, especialmente em Recife.⁷⁸⁷ Para Mello e Freyre, Recife cresceu sob o domínio holandês: urbanizou-se,⁷⁸⁸ pontes foram construídas⁷⁸⁹ e até mesmo novos tipos de tijolos foram utilizados em suas construções.⁷⁹⁰ Para Cascudo, ao contrário, o “invasor” “Nada se fez que resistisse ao tempo”.⁷⁹¹

Quando observamos essas posições assumidas por eles, levando-se em conta seus respectivos lugares de fala, vemos como Cascudo só fala em “presença” holandesa para realçar sua ausência, enquanto Freyre e Mello, ao contrário, tentam conservá-la. Em sua própria época, no século XX, Cascudo afirma que os holandeses permaneciam como lenda, como superstições sem fundamento nenhum. Para Freyre e Mello, ao contrário, os holandeses constituíam parte da materialidade do tempo presente: para eles, o espaço pernambucano conservava lugares de batalhas, traços de arquitetura, vestígios, pontes e outras construções nas ruas de Recife. Enquanto que para Cascudo os holandeses nada teriam deixado, com seu texto falando em uma “presença” apenas para apaga-la, Freyre e Mello discutem uma “influência” flamenga que jamais deixará de fazer parte da identidade pernambucana, bem como da materialidade que constitui seu espaço.

Cascudo separa a continuidade da presença portuguesa da ausência flamenga a partir do conflito entre eles no passado. Para ele, os holandeses foram derrotados totalmente, ao ponto de nada terem deixado, existindo somente na imaginação do “povo” que os associam ao desconhecido e ao sobrenatural. A partir daí, somente a herança e a “presença” portuguesa é preservada, conservada na memória que o seu livro quer registrar. A “Geografia” de Cascudo é o espaço do português, conservado graças à expulsão do efêmero (para ele) domínio holandês sobre o espaço, que só será lembrado por sua barbárie e por seu sangue. Relegados a uma geografia do esquecimento, os holandeses são apagados da História, associados somente a características que ele condenava e por uma geografia que registra o seu próprio fim.

⁷⁸⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 37-39 e 72-75. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006. p. 146, nota de rodapé 115.

⁷⁸⁶ Geografia do Brasil holandês, p. 45-58.

⁷⁸⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 80 e seguintes, por exemplo.

⁷⁸⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008. p. 53 e seguintes.

⁷⁸⁹ Ibidem. p. 96 e seguintes, por exemplo.

⁷⁹⁰ Ibidem. p. 82 e seguintes.

⁷⁹¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 86.

Freyre e Mello, ao contrário, tentam conciliar o passado flamengo e o passado português, conservando os dois como uma herança a ser preservada no presente, especialmente como parte integral da identidade pernambucana. Para ambos, o que os holandeses deixaram, mesmo que pouco, deve ser preservado junto à herança portuguesa. Freyre e Mello realçam a conciliação, pondo o conflito entre flamengos e lusitanos em segundo plano, esvaziando a guerra e reduzindo-a a uma infeliz fatalidade. E é através da miscigenação que eles são capazes de conciliar e mesclar a herança flamenga com a herança portuguesa, mesmo considerando esta última como superior. Para eles, da derrota dos holandeses no passado diversos traços e vestígios sobreviveram, inclusive materialmente, fazendo do espaço pernambucano um espaço da lembrança, uma geografia da memória, construída a partir de uma conciliação. Nessa geografia, conservam-se traços de batalhas e conflitos, mas também, e principalmente, o espaço das pontes, ruas e casas com arquitetura flamenga.

Desse modo, Freyre e Mello dão continuidade à tradição historiográfica pernambucana, particularmente aquela de José Hygino Duarte Pereira, para quem os holandeses deveriam ser elogiados e respeitados, apesar de eventuais reservas que alguém pudesse vir a nutrir em relação a eles. Freyre e Mello dão continuidade ao pensamento de Hygino porque, para os três, os holandeses deveriam ser respeitados não só por suas supostas qualidades, mas, principalmente, por sua presença estratégica na História de Pernambuco: a luta contra os “invasores” batavos vem, desde o século XIX (como vimos nos escritos Hygino e na História do IAGP), sendo utilizada para legitimar e justificar a construção de uma identidade pernambucana própria.

Opondo-se a esta postura, Cascudo constrói uma versão historiográfica distinta. Em sua versão, ele assume o lugar do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, agindo como se fosse, ele mesmo, esta instituição, tecendo uma versão própria da identidade norte-rio-grandense e tomando para si a tarefa de construí-la em seus escritos. No século XIX, Varnhagen e os membros do IHGB haviam recorrido à concepção de um espaço homogêneo e unificado para pensar uma identidade nacional. Hygino e o IAGP opuseram-se a eles, pensando uma identidade pernambucana a partir do recorte espacial de Pernambuco como dotado, ao mesmo tempo, de uma História própria e como um elemento central na formação da identidade nacional.

No século XX, Freyre e Mello continuaram a pensar a identidade pernambucana como dotada de uma história própria. Para eles, todavia, Pernambuco seria pensado agora como um espaço central do recém-criado território “nordestino”, o que daria à pernambucanidade um

papel central no enredo da História regional e, conseqüentemente, nacional. Cascudo, como Varnhagen, Hygino, Mello e Freyre, recorreu a um momento distante no tempo, considerado por ele um momento supostamente fundador de uma identidade pensada a partir do espaço. No entanto, ao escrever sobre o “Brasil Holandês”, Cascudo pensou a identidade do Rio Grande do Norte a partir de *seu* território e da relação que ele estabeleceu entre a “Geografia” e o “Brasil Holandês”. Desse modo, Cascudo reafirma, ao mesmo tempo, a centralidade e a importância do Rio Grande do Norte, construindo sua identidade a partir da *negação* de sua inclusão no espaço do “Brasil Holandês”, ao contrário da identidade pernambucana, estrategicamente *mesclada* ao espaço sob domínio batavo. A identidade local do Rio Grande do Norte é tão importante e central para a “geografia” deste livro de Cascudo quanto a identidade nacional foi para Varnhagen, a “pernambucanidade” foi para Hygino e como a “nordestinidade” foi para Mello e Freyre. No debate historiográfico e geográfico de sua época, Cascudo assume o lugar de fala do construtor de uma identidade norte-rio-grandense própria, única e particular, distinta dos demais recortes espaciais que compunham o recorte espacial chamado Nordeste, como seu diálogo com Freyre e Mello tornaram evidentes.

Considerações Finais

Nesta dissertação, argumentamos que a relação entre História e Espaço no livro *Geografia do Brasil Holandês* pode ser entendida a partir da articulação entre a multiplicidade de interpretações dada às palavras “Geografia” e “Brasil Holandês”. Sugerimos que esta articulação pode ser analisada a partir da compreensão da estrutura da obra e do diálogo que ela estabelece com toda uma rede de discursos, bem como com o contexto não discursivo a partir do qual ela é construída e pensada.

Utilizando palavra “enredo” tal como foi discutida ao longo desta dissertação, afirmamos que Cascudo articula duas estruturas de estórias que relacionam holandeses e portugueses ao “drama” do “Brasil Holandês”: uma tragédia e uma comédia. Para ele, o enredo da história holandesa é trágico na medida em que eles aparecem enquanto “invasores”, perdidos em meio a interesses que, para ele, seriam puramente materiais e econômicos, tornando-os incapazes de qualquer empresa colonizadora, condenando-os ao fracasso. O enredo da história portuguesa, ao contrário, seria cômico, na medida em que os portugueses teriam explorado e colonizado o espaço brasileiro enquanto “naturalmente” capazes de se adaptar a ele, mesclando-se ao território enquanto seus senhores legítimos, cujo domínio seria aprovado até mesmo pela natureza do espaço, tal seria sua facilidade de adaptação.

Ao longo de seu livro, Cascudo enfatiza o enredo cômico português, concentrando-se favoravelmente nele, transformando o holandês em um “outro”, um ser estranho ao espaço brasileiro: enfim, um “invasor”, cujo destino trágico é convenientemente ressaltado, permitindo que ele realce sua derrota final. Os lusitanos, ao contrário, se adaptariam sem problemas ao espaço, e sua chegada teria se dado de tal modo, que ela não poderia ser considerada nem mesmo uma “invasão”, mas sim um natural e inevitável processo colonizador. As implicações dessa ênfase nesse enredo cômico não atingiriam somente holandeses e portugueses: as outras “raças” (negros e indígenas) vieram a ser consideradas enquanto personagens secundários, quase invisíveis no “drama” do “Brasil Holandês”, transformando-se em meros coadjuvantes, enquanto a herança portuguesa seria preservada comicamente e o legado holandês apagado de modo trágico.

Ainda no que diz respeito à estrutura da obra, identificamos uma argumentação tipicamente organicista por parte de Cascudo, tal como a concebemos ao longo desta dissertação. Para compreendermos essa afirmação, precisamos ter em mente a narrativa contada nesse livro e que engloba o “drama” do “Brasil Holandês”: a História do Nordeste. Nesse sentido, o “Brasil Holandês” é encarado por Cascudo como uma anomalia na História

nordestina, uma configuração espaço-temporal que deve ser eliminada pelo “colonizador” português. Desse modo, o “Brasil Holandês”, seria algo a ser combatido e erradicado do território por ele ocupado, isto é, do Nordeste do Brasil. Assim, Cascudo trata o Nordeste como algo que sempre existiu e põe o “Brasil Holandês” em uma perspectiva nordestina, retratando-o como uma formação espacial estranha que precisa ser destruída e ter seus vestígios apagados, de modo que a integridade do Nordeste português possa vir a ser reintegrado ao território que lhes pertence “naturalmente”: é esse caráter integrador, que busca o todo homogêneo nordestino, restituindo-lhes sua “verdadeira” configuração, que dá um aspecto tipicamente organicista ao argumento de Cascudo.

Por fim, do ponto de vista das implicações ideológicas de seu texto, concluímos que Cascudo aproxima-se de um ponto de vista conservador (na concepção com a qual trabalhamos ao longo desta dissertação), uma concepção de tempo e espaço que terminam por naturalizar e relegar este último a mero cenário no “drama” descrito em seu livro e apesar dele, isto é, do espaço, *permanecer o tempo todo à frente de seu argumento em cada página de seu livro*. Através daquilo que, seguindo Michel de Certeau, chamamos de “operação de demarcação”, Cascudo dispõe os elementos que compõem a configuração espaço-temporal do “Brasil Holandês”, isto é, através de suas descrições, ele constrói o inventário dos elementos humanos e materiais que compunham esse espaço, estabelecendo e descrevendo os tipos de relações que eles tinham entre si e que os constituíam enquanto tal. Um exemplo de uma destas “operações de demarcação” são as inúmeras descrições e interpretações das relações entre as “raças” que habitavam o espaço do “Brasil Holandês”, bem como as relações entre elas através dos enredos de suas respectivas histórias, que analisamos ao longo desta dissertação.

Porém, notemos que, ao construir tais “operações de demarcação”, acreditamos que Cascudo jamais pôs em questão suas próprias descrições deste espaço, ou seja, suas próprias formas de significá-lo. Ao não fazer isso, ele limitou-se a pôr em questão somente as interpretações contrárias às suas próprias descrições, como se, em seu texto, estivesse descrito o “verdadeiro” “Brasil Holandês”, cuja existência os documentos da época poderiam provar. Vimos esse caráter documental presente também, por exemplo, em sua concepção de mapa, concepção esta marcada pela busca da verossimilhança, a partir da identidade de uma dada representação cartográfica com aquilo que ela se propõe representar. A partir do que analisamos ao longo desta dissertação, podemos concluir que tal abordagem possuía duas vantagens para ele: de um lado, ela era capaz de relacionar o “Brasil Holandês” ao espaço do presente em que ele mesmo vivia: o “Nordeste”. Por último, ela fez com que seu livro se

encaixasse perfeitamente na proposta da coleção que o publicou, a “Coleção Documentos Brasileiros”, que trazia em seu próprio título a ideia de “documento”, acreditando ser capaz de mostrar o “verdadeiro” passado brasileiro.

Ao relacionar “Brasil Holandês” ao “Nordeste”, Cascudo se utiliza da existência de uma região cuja existência nem ele nem seus contemporâneos punham em dúvida, para escrever sobre um assunto que, uma vez relacionado a ela espacialmente, poderia ser apresentado enquanto “real” e “verdadeiro”. Relacionar “Brasil Holandês” à ideia de “Nordeste” reforça e, ao mesmo tempo, legitima sua concepção conservadora da relação entre História e Espaço. Essa articulação, contudo, revela também o *modo* através do qual ele concebia esse conservadorismo: uma visão de mundo que se utiliza da ideia de um processo histórico inevitável, lento e passível de ser logicamente dedutível, sem nenhuma forma de problematização ou interferência da subjetividade de seu autor, o que produz uma interpretação própria, capaz de um veredito final sobre a “realidade”. Notemos que a acusação da presença de uma interpretação subjetiva é utilizada por Cascudo ao se referir a outros trabalhos na medida em que ele ressalta a interpretação que outros autores (como Freyre e Mello, por exemplo) fazem de seus documentos, enquanto ele limita-se a “documentar” o assunto por ele abordado.

Ao longo desta dissertação, defendemos a perspectiva segundo a qual este livro de Cascudo, quando estudado do ponto de vista de uma abordagem que privilegia a relação entre História e Espaço, deve ser lido no diálogo com os inúmeros discursos que atravessaram sua obra. A partir daí, defendemos que ele dialoga com, basicamente, duas tradições discursivas: aquela que diz respeito ao “Brasil Holandês” e aquela que diz respeito à Geografia.

No que diz respeito à rede discursiva em torno do “Brasil Holandês”, vimos como Cascudo se posiciona em relação à tradição discursiva pernambucana associada a esse tema. Podemos concluir agora que ele se distanciou da posição ambígua adotada por muitos autores associados a essa tradição no século XIX, como José Hygino Duarte Pereira, para quem os holandeses deveriam ser elogiados enquanto um povo nobre e respeitável e, ao mesmo tempo, vistos como invasores, contra os quais foram lançadas as bases da própria identidade pernambucana.

Todavia, argumentamos que Cascudo se aproxima, mesmo com inúmeras reservas em relação à tradição pernambucana, de José Antônio Gonsalves de Mello e Gilberto Freyre. Tal como estes dois autores pernambucanos, ele adota um ponto de vista eminentemente regional, tendo o Nordeste como o espaço de referência a partir do qual escrever sobre o “Brasil Holandês”. Este último, por sua vez, é visto enquanto parte integral da narrativa de uma

História nordestina. Além disso, Cascudo concorda com Freyre e Mello no que diz respeito a uma abordagem racial dada às relações entre grupos humanos que habitaram o “Brasil Holandês”.

Quando analisamos as discordâncias entre eles, contudo, vemos emergir seus respectivos lugares de fala. Cascudo escreve de Natal, no Rio Grande do Norte, enquanto Mello e Freyre escrevem de Recife, Pernambuco. Freyre e Mello tinham interesse em discutir o “Brasil Holandês” não só no contexto de uma história nordestina, mas também no contexto da discussão em torno da própria identidade pernambucana, bem como a posição do espaço pernambucano no Nordeste do Brasil. Cascudo, ao contrário, busca dar um enredo próprio à história do Rio Grande do Norte.

Desse modo, enquanto Freyre e Mello dão continuidade à posição ambígua adotada por Hygino no século anterior, fazendo questão de preservar o legado holandês junto à pernambucanidade, apesar de algumas reservas em relação a esse mesmo legado, Cascudo, atua no sentido de apaga-lo, substituindo-o pelo controle virtualmente solitário dos portugueses. Assim, os holandeses teriam tido um papel na identidade pernambucana que Cascudo nega ao Rio Grande do Norte, buscando diferenciar ambos os espaços e desenhando um lugar próprio para si, como porta voz dessa identidade norte-rio-grandense, destituída de qualquer traço da “presença” flamenga. Escrever o *Geografia do Brasil Holandês*, para Cascudo, é dar a si mesmo um lugar privilegiado à frente da rede dos discursos dedicados a escrever a história do Rio Grande do Norte.

Assumindo este lugar de falar, Cascudo constrói uma identidade norte-rio-grandense, opondo-a a identidade pernambucana delineada por Freyre e Mello. Para Cascudo, os portugueses vivem uma história conservada através da geografia, imobilizada e intacta através de seus “vestígios” e “traços”. Os holandeses, ao contrário, teriam sido desapossados de qualquer marca sobre o espaço do Rio Grande do Norte, retratados como “invasores” sanguinários, destruidores e interessados somente em riquezas materiais. Nesse sentido, a “influência” dos flamengos, é apresentada como inexistente historicamente, apagada em seus “vestígios” e “traços”, isolada no espaço do lendário e do folclórico. Os “traços” e “vestígios” portugueses, ao invés disso, se encontrariam conservados e espalhados por toda parte, marcando a cultura, influenciando a organização social e alcançando até mesmo a constituição fisiológica dos habitantes do Nordeste, como ficou demonstrado no tratamento que Cascudo dispensou à questão racial. Para ele, os portugueses teriam deixado um legado historicamente sólido e empiricamente perceptível, enquanto os holandeses não teriam passado de uma mera possibilidade, um futuro que jamais se concretizou. O domínio português se mesclou ao

espaço brasileiro ao longo do tempo; a “presença” flamenga, por outro lado, foi uma anomalia histórica, um interlúdio brutal no supostamente legítimo processo “colonizador”. Para os lusitanos, Cascudo reservou o domínio e a existência *na e para* a História e o Espaço; para os flamengos, ele guardou o lendário e o folclórico.

Justapondo “Nordeste” ao “Brasil Holandês” e escrevendo sobre a “Geografia” que os engloba, simultaneamente, e de forma quase paradoxal, tanto pelos traços que lhes eram comuns e pelas diferenças trazidas por épocas distintas, Cascudo surge em seu livro assumindo o papel de um personagem com o qual não dialogou ativamente em seu livro, um indivíduo que apareceu somente de forma discreta, aqui e ali, perdido em meio às suas citações: Francisco Adolfo de Varnhagen. Tal como Varnhagen um século antes dele, Cascudo descreve e julga a partir do ponto de vista de um investigador capaz de ver o todo em que o assunto por ele tratado se insere. Como Varnhagen, ele assume para si a voz de uma autoridade legitimamente habilitada a escrever sobre o assunto por ele explorado, tanto pelo lugar de fala como pelo conhecimento “científico”, capaz de falar sobre a “verdadeira” realidade. E tal como Varnhagen, ao escrever sobre o espaço que ele viveu, o Rio Grande do Norte, buscando contar sua história destituída de holandeses e povoada por portugueses, Cascudo o retrata como um todo homogêneo e único, marcado pelos traços de uma domínio lusitano capaz de mesclar-se ao espaço da natureza por ele conquistado. Tenho dito isso, não nos espanta que, tal como aquela primeira parte da segunda edição do livro *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, que examinamos no início desta dissertação, Cascudo privilegie aquele aspecto do “Brasil Holandês” a partir do qual ele pôde ser significado e descrito: a sua “Geografia”, o seu espaço.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Periódicos consultados

A República 1919-1949

A Imprensa 1918-1924

Diário de Pernambuco 1924-1925

Jornal do Comércio 1924

Revista do Arquivo Público de Pernambuco 1949

Boletim Geográfico 1945

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano 1886-1930

Revista Brasileira de Geografia 1941

Diário de Natal 1924

2. Livros e artigos

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

Amadurecendo a ideia: os antecedentes. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/amadu.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Alenuska; ARRAIS, Raimundo; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade**: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

A Paraíba nos 500 anos do Brasil. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/pb500.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

ARRAIS, Raimundo (org.). **Crônicas de Origem**: a cidade do Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. Natal: EDUFRN, 2005.

AS Atividades intelectuais do escritor Câmara Cascudo na metrópole. **A República**, Natal, 13 ago. 1941.

A Sede. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/sede.php>>. Acesso em 19 jul. 2012.

A segunda fase do Instituto Arqueológico: o final do século XIX. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/segunda.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BALDICK, Chris. **Oxford Dictionary of Literary Terms**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BERGIN, Thomas Goddard; FISCH, Max Harold. **The New Science of Giambattista Vico**: unabridged translation of the third edition (1744) with the addition of “pratic of the new science”. Ithaca: Cornell University Press, 1948.

BIOGRAFIA. Disponível em: < <http://bvjagm.fgf.org.br/vida/biografia.html>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

BREISACH, Ernst. **Historiography**: ancient, medieval, modern. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2002.

BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E.P. (org.). **Compêndio de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. [**Correspondência enviada a Gilberto Freyre**]. Natal, 06 jun. 1925. 2p. Carta. Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

CASCUDO, Luís da Câmara. [**Correspondência enviada a Mário Sette**]. Natal, 10 de maio 1922. 2p. Carta. Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. 3 ed. São Paulo: Global, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Histórias que o tempo leva...** Edição fac-similar. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1991.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nosso Amigo Castriciano**: 1847-1947: reminiscências e notas. Natal: EDUFRN, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CLIFFORD, James. **Routes: travel and translation in the late twentieth century**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

CRONOLOGIA. Disponível em: <<http://bvjagm.fgf.org.br/vida/cronologia.html>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

CUDDON, J. A. **Dictionary of Literary Terms & Literary Theory**. London: Penguin Books, 1999.

DANTAS, Manoel. Uma carta. **A Imprensa**, Natal, 12 dez. 1918.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil Republicano; v. 1).

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; v. 2).

EVANGELISTA, Helio de Araujo. Congressos Brasileiros de Geografia. **Revista geopaisagem (on-line)**, ano 2, nº 33, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/congresso.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 8).

FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 9).

FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 10).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FRANZINI, Fabio. **À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. [**Correspondência enviada a Luís da Câmara Cascudo**]. Recife, 17 de mar. 1925. 2p. Carta. Acervo Memorial Câmara Cascudo.

FREYRE, Gilberto. Raça e Cultura. **Folha de Minas**. Belo Horizonte, [19--]. Disponível em: <http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_imprensa/raca_cultura.htm>. Acesso em: 23 jul. 2012.

FREYRE, Gilberto. O domínio holandês no Brasil. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 23 set. 1941. p. 18-19.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 16 ed. São Paulo: Global, 2006.

FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism**: four essays. Princeton: Princeton University Press, 1957.

GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas**: o deslumbramento do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 1996.

GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre**: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. A exposição nacional de mapas municipais, 1940: a encenação nacionalista da imagem cartográfica. In: **3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia**, 2010, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP. Disponível em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/maria-do-carmo-3siahc.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil**. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GURGEL, Tarcísio. **Belle Époque na esquina**: o que se passou na República das Letras Potiguar. Natal: Edição do autor, 2009.

GURGEL, Tarcísio. **Informação da literatura potiguar**. Natal: Argos, 2001

HARMON, William. **A handbook to literature**. 12 ed. [S.l.]: Longman, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 2. v. 4).

HYGINO transforma o Arqueológico em centro de referência. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/hyginophp>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya. **A Global History of Modern Historiography**. London: Pearson-Longman, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Exposição nacional dos mapas municipais**. Rio de Janeiro, 1940.

JAKOBSON, Roman. *Linguistics and poetics*. In: _____. **Language in literature**. Cambridge: University of Harvard Press, 1987.

JAMESON, Fredric. **The political unconscious: narrative as a socially symbolic act**. Ithaca: Cornell University Press, 1981.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru: EDUSC, 2003.

LANHAM, Richard A. **A handlist of rhetorical terms: a guide for students of english**. 2. ed. Berkeley: The University of California Press, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império: 1971-1889**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 3 ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **A cartografia holandesa do Recife: estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1976.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Estudos pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco**. 2. ed. aum. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1986.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654**. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1996.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Univercidade, 2008.

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio**. Sobre Casa-grande e senzala e a representação do passado. Porto Alegre, 2008. Tese (Doutorado em História) Programa em Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O ato de fundação do Instituto Arqueológico. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/ato.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

OLIVEIRA, Gildson. **Câmara Cascudo: um homem chamado Brasil**. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

O início do funcionamento e a figura de Francisco Muniz Tavares. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/inicio.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

ONG, Walter J. **Ramus, method and decay of dialogue: from the art of discourse to the art of reason**. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço**. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

PREMINGER, Alex, et al. **The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PEPPER, Stephen C. **World Hypotheses: a study in evidence**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1942.

PEREIRA, José Mario (org.). **José Olympio: o editor e sua Casa**. Rio de Janeiro, Sextante, 2008.

PEREIRA, Nilo. A propósito de holandeses. **A República**, Natal, 16 abr. 1950.

Preservar, estudar e celebrar a história de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.institutoarqueologico.com.br/historico/preservar.php>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

PRIMEIROS Estudos. Disponível em: < <http://bvjagm.fgf.org.br/vida/biografia2.html>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

RAMUS, Petrus. **Arguments in rhetoric against quintilian: translation and text of Peter Ramus's rhetoricae distinctiones in Quintilianum**. Carbondale: Southern Illinois University Press: 2010.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Palavras que silenciam**: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionalista nordestino. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

SALIBA, Elias Tomé. **As utopias românticas**. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SCHARWCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2010.

STEVENSON, Angus; LINDENBERG, Christine A. (org.). **New oxford american dictionary**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2010.

TODOROV, Tzevetan. **Introduction to poetics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.

VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. **Figural realism**: studies in the mimesis effect. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1999.

WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

WHITE, Hayden. **The content of the form**: narrative discourse and historical representation. Baltimore: The John Hopkins Press, 1987.

WHITE, Hayden. **The fiction of narrative**: essays on history, literature and theory 1957-2007. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2010.

WHITE, Hayden. **Tropics of discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1978.